

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA NO
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL - RI/UFPI**

1. Identificação do material bibliográfico:

- ☐ Tese ☒ Dissertação ☐ Monografia ☐ TCC Artigo ☐ Livro
☐ Capítulo de Livro ☐ Material Cartográfico ou Visual ☐ Música
☐ Obra de Arte ☐ Partitura ☐ Peça de Teatro ☐ Relatório de pesquisa
☐ Comunicação e Conferência ☐ Artigo de periódico ☐ Publicação seriada
☐ Publicação de Anais de Evento

2. Identificação do Trabalho Científico:

Curso de Graduação: _____

Programa de pós-graduação: Programa de Pós-Graduação em História do Brasil

Outro: _____

Autor(a): Luiz Sérgio Silveira Marinho

E-mail: luizsergiomarinho@ufpi.edu.br

Orientador (a) João Paulo Charrone

Instituição: Universidade Federal do Piauí

Membro da banca: Cláudia Cristina da Silva Fontineles

Instituição: Universidade Federal do Piauí

Membro da banca: Edvaldo Corrêa Sotano

Instituição: Universidade Federal do Mato Grosso

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Título obtida: Mestre em História do Brasil

Data da defesa: 06 / 02 / 2026

Título do trabalho: “PROSSEGUE A LUTA NA PALESTINA”: a cobertura da
Questão Palestina no jornal Correio da Manhã (RJ, 1947-1948)

Agência de fomento (em caso de aluno bolsista): _____

3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total: ☒ [X]

Parcial: ☐ []. Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) a serem publicados: _____

.....

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Em atendimento ao Artigo 6º da Resolução CEPEX nº 264/2016 de 05 de dezembro de 2016, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, no Repositório Institucional (RI/UFPI), no formato especificado* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: Teresina - PI Data: 12 / 04 / 2026

Assinatura do(a) autor(a): _____



Documento assinado digitalmente

LUIZ SERGIO SILVEIRA MARINHO

Data: 13/04/2026 16:20:49-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

* **Texto** (PDF); **imagem** (JPG ou GIF); **som** (WAV, MPEG, MP3); **Vídeo** (AVI, QT).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB

LUIZ SÉRGIO SILVEIRA MARINHO

“PROSSEGUE A LUTA NA PALESTINA”: a cobertura da Questão Palestina
no jornal Correio da Manhã (RJ, 1947-1948)

LUIZ SÉRGIO SILVEIRA MARINHO

“PROSSEGUE A LUTA NA PALESTINA”: a cobertura da Questão Palestina
no jornal Correio da Manhã (RJ, 1947-1948)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Charrone.

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

M338p Marinho, Luiz Sérgio Silveira.
 “Prossegue a luta na Palestina”: a cobertura da Questão Palestina
 no jornal Correio da Manhã (RJ, 1947-1948) / Luiz Sérgio Silveira
 Marinho. – 2026.
 228 f.

 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro
 de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em
 História do Brasil, Teresina, 2026.

 “Orientador: Prof. Dr. João Paulo Charrone”.

 1. História. 2. Imprensa. 3. Correio da Manhã (RJ). 4. Questão
 Palestina. I. Charrone, João Paulo. II. Título.

CDD 900

Bibliotecária: Francisca das Chagas Dias Leite – CRB3/1004



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA DO BRASIL

ATA Nº 02

**ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL, REALIZADA
EM 06/02/2026.**

Ao sexto dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, na sala de reuniões virtuais da Plataforma Digital Google Meet, reuniu-se em sessão pública a banca examinadora da dissertação intitulada: **“PROSSEGUE A LUTA NA PALESTINA”: a cobertura da Questão Palestina no jornal Correio da Manhã (RJ, 1947-1948)**, de autoria do mestrando **Luiz Sérgio Silveira Marinho**, candidato ao título de Mestre em História do Brasil. A banca examinadora foi constituída pelos Professores Doutores: João Paulo Charrone – UFPI (Orientador), Edvaldo Corrêa Sotana - UFMT (Examinador Externo) e Cláudia Cristina da Silva Fontineles – UFPI (Examinadora Interna). As quinze e trinta minutos a sessão foi aberta pelo Presidente, que deu início aos trabalhos convidando o candidato a fazer breve exposição sobre a dissertação em julgamento, concedendo-lhe para isto o tempo máximo de trinta minutos. Finda a exposição, o presidente passou a palavra aos membros da banca examinadora, esclarecendo que cada um dispunha de até trinta minutos para a arguição e o candidato de igual tempo para às respectivas respostas. A arguição foi iniciada pelo Prof. Dr. Edvaldo Corrêa Sotana, em seguida a Prof.^a Dr.^a Cláudia Cristina da Silva Fontineles, e finalmente, o Prof. Dr. João Paulo Charrone, orientador da dissertação. O mestrando respondeu a todos os questionamentos. A seguir, o mestrando foi silenciado virtualmente a fim de que a banca, em sessão secreta, pudesse analisar e decidir sobre a dissertação apresentada. Retornando ao plenário do exame foi dado conhecimento do resultado da avaliação. O Presidente comunicou que a Banca Examinadora considerou a dissertação **APROVADA** e direcionada para publicação. Ficou estabelecido que a entrega da versão final, com as correções mandatórias, deverá ser feita no prazo de sessenta dias, a contar da assinatura desta ata. Após os cumprimentos de praxe o Presidente, congratulando-se com o candidato e agradecendo a audiência de todos, encerrou a sessão às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, e para constar, foi lavrada a presente ata, a qual lida e achada conforme, será subscrita por todos os membros da Banca Examinadora.

Teresina, 06 de Fevereiro de 2026.



Documento assinado digitalmente

JOAO PAULO CHARRONE

Data: 06/02/2026 17:52:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. João Paulo Charrone – UFPI
Presidente da Banca Examinadora



Documento assinado digitalmente

CLAUDIA CRISTINA DA SILVA FONTINELES

Data: 06/02/2026 20:05:49-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Cláudia Cristina da Silva Fontineles – UFPI
Examinador (a) Interno (a)



Documento assinado digitalmente

EDVALDO CORREA SOTANA

Data: 06/02/2026 18:12:26-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Edvaldo Corrêa Sotana - UFMT
Examinador (a) Externo (a)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA DO BRASIL**

LUIZ SÉRGIO SILVEIRA MARINHO

“PROSSEGUE A LUTA NA PALESTINA”: a cobertura da Questão Palestina
no jornal Correio da Manhã (RJ, 1947-1948)

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em História do Brasil, do
Centro de Ciências Humanas e Letras da
Universidade Federal do Piauí (UFPI),
como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo
Charrone.

APROVADO EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Paulo Charrone – UFPI
Orientador

Examinador Interno

Examinador Externo

Suplente

TERESINA-PI
2026

AGRADECIMENTOS

Quantas mãos são necessárias para se produzir uma pesquisa?

Tal pergunta, que certamente não tem uma resposta pronta, pode levar a uma sucessão infinita de mãos que, de uma forma ou de outra, deixaram sua marca e contribuição no decorrer da trajetória acadêmica. Todavia, sendo finitos nosso tempo e espaço para reconhecer a importância de cada uma delas, cabe-nos aceitar a limitação existente e tentar fazer o melhor para preservar e perpetuar essa memória de gratidão.

Com isso em vista, quero agradecer primeiramente a Deus e a toda a espiritualidade que, a mando Dele, acompanha-me todos os dias. Meus mentores, guias, Orixás e anjos da guarda, com carinho especial à minha mãe cigana, a quem devo minha gratidão mais do que um dia serei capaz de manifestar. Também quero agradecer aos meus ancestrais, àqueles que vieram antes de mim e que garantiram a sedimentação das condições históricas que me permitiram estar aqui hoje, como a minha bisavó, Maria Amélia, rezadeira, camponesa e a única professora alfabetizadora de seu povoado, que aprendeu cedo e transmitiu a importância da educação para as gerações que lhe sucederam.

Aos meus pais, Maria das Graças e Luiz Carlos, que tudo fizeram e fazem pela minha educação, prioridade máxima do nosso núcleo familiar, e me ensinaram a ter gosto de aprender, sem o qual eu jamais descobriria aquilo que mais me apaixona: a História. Esse passo é uma conquista nossa. Com carinho especial, também agradeço à minha avó materna, Altiva Lopes, de 92 anos, que me acolheu em sua casa desde o fim da graduação, em 2021, e com quem tive a oportunidade de residir e conviver ao longo dos últimos cinco anos, com muito afeto e aprendizado.

Ainda no meu núcleo familiar, gostaria de agradecer aos meus irmãos mais velhos, André Luiz e Phelipe, à minha cunhada, Kelly Cibely, e à minha irmã caçula que a vida me deu, Joana Vitória, que, além de referências afetivas, são inspirações para minha trajetória profissional, e com os quais pude compartilhar vários momentos felizes ao longo desses últimos dois anos.

Ao meu companheiro, Addison Lohan, que assumiu diversos papéis na minha vida durante a escrita da dissertação: revisor ortográfico, coorientador, psicólogo e, principalmente, fiscal de escrita, garantindo que eu tivesse o tempo, o foco e a cobrança necessários à finalização deste trabalho. Você foi a presença mais importante para que eu conquistasse esse e outros sonhos, pessoais e profissionais, e espero continuar construindo uma vida ao seu lado pelos anos que se sucederão.

No mundo acadêmico, gostaria de agradecer aos meus professores da Universidade Federal do Piauí, com os quais tive a honra de conviver durante a graduação e o mestrado, em aprendizados que transcendem a sala de aula, em especial, os professores Johny Santana e Cláudia Fontineles, grandes incentivadores deste trabalho em todas as suas etapas; Marylu Oliveira, que me forneceu as bases para tornar-me um pesquisador dedicado; Pâmela Michelete, grande contribuinte para minha formação enquanto professor; e Filadélfia Sena, que me deu apoio incondicional ao longo dos últimos oito anos de vida acadêmica. Deixo, também, um agradecimento afetuoso à Profa. Dra. Tânia Regina de Luca, pelas generosas contribuições na qualificação desta dissertação, e ao Prof. Dr. Edvaldo Correia Sotano, que aceitou gentilmente o convite para compor minha banca de defesa.

Ademais, agradeço também às professoras Maria do Socorro Rangel e Laura Brandão, referências intelectuais, pedagógicas e afetivas, que muito me ensinaram e ensinam, que incentivaram ativamente a produção desta pesquisa e que abriram para mim as portas do mercado de trabalho, onde tive uma oportunidade de crescimento e amadurecimento inigualável, lecionando em uma das melhores escolas do país, o Instituto Dom Barreto, e que se tornaram grandes amigas.

Ao meu orientador, João Paulo Charrone, com quem tive um fortuito encontro neste mestrado e com quem tive a oportunidade de desfrutar de uma convivência tão agradável. Seus ensinamentos, orientações, indicações de leitura e a possibilidade de debate marxista muito me engrandeceram ao longo desses dois anos, e não me senti desamparado em momento algum. Com o senhor (que não gostava que eu lhe tratasse com essa formalidade), tenho certeza de que vivi a melhor experiência de mestrado que eu poderia ter, e sou muito grato por toda a paciência, confiança e parceria, além do orgulho de poder também chamá-lo de amigo.

Também quero agradecer aos meus colegas de profissão, com quem tenho o orgulho de compartilhar as dores e as alegrias de ser docente, e que me acompanharam e acompanham, seja no Instituto Dom Barreto, no Colégio Madre Maria Villac ou na E.M. Prof. João Porfírio de Lima Cordão, sendo verdadeiramente impossível mencionar o nome de tantas pessoas importantes, que me ensinaram e torceram tanto por minhas conquistas profissionais. Não podendo deixar de fazer um pequeno destaque, menciono aqui Francisca Melo, Allan Ricelli, Willians Alves, Josilene Lima, Ramsés Pinheiro, Shirlane Nunes, Fábria Nunes, Cleanto Maia, Thaís Leal, Vivian Cathaline, Maurício Feitosa, Rayane Santos, Rudemberg Andrade e Rafaela Lima.

Além disso, não posso esquecer dos meus colegas de estágio probatório, Fernanda Fernandes, Haell Oliveira e Wallas Ribeiro, que, nos dias finais da escrita desta dissertação, estão convivendo comigo na desagradável tarefa de cumprir expediente em período de férias coletivas, já que a Prefeitura Municipal de Teresina não nos possibilitou o gozo pleno desse direito, ainda que tenhamos concluído o primeiro ano de trabalho regular.

Por fim, essa caminhada não seria completa sem o agradecimento aos meus amigos, e muitos foram aqueles que fizeram parte dessa trajetória. Inicialmente, gostaria de deixar um agradecimento especial à Vanessa Ribeiro, minha alma gêmea de outras vidas, que, mesmo de longe, celebrou comigo todas as vitórias desta etapa da minha carreira. Além dela, também sou muito grato pela presença, apoio, afeto e momentos de descontração que Gabi Pinho me proporcionou, com uma amizade que já está na minha vida há dez anos.

Quero também agradecer aos meus colegas da 20ª turma de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, que, de uma forma ou de outra, atravessaram comigo esses 24 meses, compartilhando as angústias, preocupações, risadas e sossegos da vida acadêmica. Com carinho mais íntimo, menciono Iarah Lira, que já segurou minhas mãos por mais vezes do que posso lembrar; Helen Sobreira, minha eterna afilhada, que me orgulha a cada voo mais alto; Rakell Osório, meu presentinho do PPGHB e amiga fiel de todas as horas; e Matheus Lima, meu companheiro de SEMEC, com quem tive a honra de ser aprovado junto no nosso primeiro concurso. Ademais, seria injusto esquecer outros nomes que deram sua contribuição e apoio importantes enquanto colegas de turma: Clécio, Joel Marcos, Manuela, João Victor e João Rios.

Quero agradecer também àqueles que já me acompanhavam de antes e aos que chegaram há pouco, mas compartilham dessa vitória coletiva comigo, cada um à sua maneira: Maju, Ana, Artur Simeão, Bia, Zenon, Amina, Ezequiel, Jorge, Nicolý, Dona Cris, Carol, Gui, Duda, Marias Eduardas (a loira, a morena e a cacheada!), Rodrigo, Kairiane, Rafaela, Dona Nath, Dona Mônica, Dona Keké, Laíra, Iara, Eloá, Hortência, Cássio, Lucas, Leona, Pablo, Caio, Minéia e Ítala. Com destaque especial às minhas colegas de orientação, Maria Letícia e Maria Eduarda, que, além de também serem mestrandas, possuem a experiência compartilhada de pesquisarem temáticas semelhantes com o Prof. Charrone. Se, porventura, esqueci alguém, isso deve-se ao fato de, frequentemente, escrever a dissertação pelas madrugadas, quando a memória já não é tão boa.

Por fim, quero deixar um agradecimento simbólico a todos os meus alunos, pois não haveria aqui um professor sem eles. Sou grato pelo afeto generoso que recebo de vocês, por todas as vezes em que pude abstrair do cansaço da minha pesquisa na sala de aula, por todas

as risadas e brincadeiras que tornaram meus dias melhores, por me fazerem sentir a necessidade de tornar-me um professor cada vez melhor, por perguntarem sobre meu mestrado, me ouvirem falar e entenderem a dimensão disso e, acima de tudo, por me fazerem acreditar diariamente que só a educação muda a vida.

Peço desculpas ao leitor destes agradecimentos caso tenha considerado esta uma seção extensa, desnecessariamente. Infelizmente, não poderia ser de outra forma. Não vivo sozinho. Não fiz a dissertação sozinho. Não suportei toda a carga emocional deste processo sozinho. Só há uma forma, para mim, de passar por tudo: em coletivo. Estar aqui, para mim, é o resultado de uma vitória coletiva. Quando um de nós conquista algo, todos nós conquistamos também.

RESUMO

A presente pesquisa propõe-se a analisar o noticiário de assuntos internacionais veiculado no jornal *Correio da Manhã* (RJ), periódico da grande imprensa fluminense, acerca da Questão Palestina, no recorte temporal que vai de fevereiro de 1947 a maio de 1948, portanto às vésperas da Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948–1949), primeiro conflito militar de grandes proporções ocorrido entre palestinos e judeus. Objetiva-se compreender de que maneira a versão narrada por esse jornal, de circulação nacional, dialoga com a construção de representações sobre o conflito, à luz da relação entre História e representações proposta por Roger Chartier (2002). Além disso, busca-se refletir sobre o caráter do noticiário internacional enquanto instância de produção ideológica, mobilizando as categorias gramscianas de ideologia, aparelho privado de hegemonia e intelectualidade orgânica, considerando tanto o periódico enquanto ente institucional quanto seus produtores diretos, os jornalistas. A pesquisa estrutura-se de modo a discutir as particularidades da fonte, em diálogo com autores como José D’Assunção Barros (2023) e Sônia Maria de Meneses Silva (2011), ao mesmo tempo em que se debruça sobre as representações construídas acerca dos momentos-chave da escalada de tensões na Palestina, que conduziram ao conflito armado. Dessa forma, a investigação insere-se no campo teórico-metodológico dos estudos de História e Imprensa no Brasil, beneficiando-se das contribuições de De Luca (2008), Figueiredo (1998), Barros (2023) e Ribeiro (2000; 2003).

Palavras-chave: História; Imprensa; *Correio da Manhã* (RJ); Questão Palestina.

ABSTRACT

This research aims to analyze the international news coverage published by the newspaper *Correio da Manhã* (RJ), a major periodical of the Rio de Janeiro press, concerning the Palestinian Question, within the temporal framework from February 1947 to May 1948, that is, on the eve of the First Arab-Israeli War (1948–1949), the first large-scale military conflict between Palestinians and Jews. The objective is to understand how the narrative constructed by this nationally circulated newspaper engages in the production of representations of the conflict, in light of the relationship between History and representations as proposed by Roger Chartier (2002). In addition, the study seeks to reflect on the character of international news as an instance of ideological production, mobilizing the Gramscian categories of ideology, private apparatus of hegemony, and organic intellectuality, considering both the newspaper as an institutional entity and its direct producers, the journalists. The research is structured so as to discuss the specificities of the source, in dialogue with authors such as José D'Assunção Barros (2023) and Sônia Maria de Meneses Silva (2011), while also examining the representations constructed around the key moments of the escalation of tensions in Palestine that led to the outbreak of armed conflict. In this way, the investigation is situated within the theoretical and methodological field of History and Press studies in Brazil, drawing on the contributions of De Luca (2008), Figueiredo (1998), Barros (2023), and Ribeiro (2000; 2003).

Keywords: History; Press; *Correio da Manhã* (RJ); Palestinian Question.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Anúncio médico, 1948.....	35
Figura 2: Anúncio de imóvel, 1948.....	36
Figura 3: Anúncio da <i>Air France</i> , 1948.....	38
Figura 4: Anúncio de tapetes persas, 1948.....	39
Figura 5: Anúncio em busca de cozinheira, 1948.....	40
Figura 6: Anúncio em busca de contador, 1948.....	41
Figura 7: Manchete sobre Oriente Médio e comunismo, 1948.....	52
Figura 8: Fragmento de notícia com múltiplas fontes, 1948.....	55
Figura 9: Soldados ingleses fazendo uso de “casse-têtes”, 1947.....	81
Figura 10: Soldados ingleses fazendo uso de “casse-têtes” (2), 1947.....	83
Figura 11: Posicionamento de notícias: lei marcial e holocausto, 1947.....	87
Figura 12: Navio britânico com judeus deportados, 1947.....	101
Figura 13: Palestina, projeto de divisão da ONU, 1948.....	192

LISTA DE SIGLAS

ABI — Associação Brasileira de Imprensa.
AP — Agência de notícias *Associated Press*
BBC — British Broadcasting Corporation.
CM — Correio da Manhã (RJ).
FP — Agência de notícias *France-Presse*.
IBOPE — Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.
ONU — Organização das Nações Unidas.
PCB — Partido Comunista Brasileiro.
PSD — Partido Social Democrático.
PTB — Partido Trabalhista Brasileiro.
R. — Agência de notícias *Reuters*.
RJ — Estado do Rio de Janeiro.
SDN — Liga ou Sociedade das Nações.
UDN — União Democrática Nacional.
UFRJ — Universidade Federal do Rio de Janeiro.
UP — Agência de notícias *United Press*.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 “INFORMAÇÕES ÚTEIS”: CHEGADAS E PARTIDAS.....	25
2.1. QUAL É O VALOR DE UMA EDIÇÃO?.....	30
2.2. QUAL É O LUGAR DAS NOTÍCIAS INTERNACIONAIS?.....	45
3 UM “FOSSO INTRANSPONÍVEL ENTRE ÁRABES E JUDEUS”.....	63
3.1. “INTENSA AGITAÇÃO NA PALESTINA”.....	68
3.2. “HITLER NOS TRATOU MELHOR”.....	95
3.3. “QUEM NÃO QUER RECEBER JUDEUS, PRECISA DIZER PARA ONDE ELES DEVEM IR”.....	113
4 “GUERREIAM FALANDO EM TRÉGUA”.....	135
4.1. “CARLOS LACERDA A CAMINHO DO CAIRO”.....	149
4.2. “PROSSEGUE A LUTA NA PALESTINA”.....	182
5 CONCLUSÃO.....	208
REFERÊNCIAS.....	217

1 INTRODUÇÃO

O historiador parte do presente para pôr questões ao passado¹.

Jacques Le Goff

“Prossegue a luta na Palestina”², anuncia o *Correio da Manhã* (CM), periódico fluminense, em 23 de maio de 1948. Em tal notícia, o jornal afirmou que não era possível dizer quem estava a vencer o conflito, mencionando também a expectativa de que ocorresse uma intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU) para solucionar a inédita guerra entre árabes e judeus, iniciada em razão de impasses diplomáticos e disputas nacionalistas dentro do Império Britânico e dos organismos internacionais³.

Tal guerra iniciou uma longa série de confrontos militares na região que se estendem até os dias atuais, em 2026, 78 anos após a vitória judaica na Guerra de 1948-1949. Ou seja, pode-se dizer que *a luta ainda prossegue*⁴ com agentes e motivações contextuais próprios do século XXI, mas mantendo em seu cerne a disputa nacional entre palestinos e israelenses. De forma semelhante ao que ocorreu durante o primeiro conflito, a imprensa brasileira veicula, atualmente, um perene noticiário sobre a tensão bélica em andamento, destacando a violência empreendida pelo exército israelense na Faixa de Gaza, ao passo que ainda mantém-se a expectativa de que, um dia, o povo Palestino possa desfrutar de paz e autodeterminação.

Se é verdade que “o historiador parte do presente para pôr questões ao passado”, como ensina a tradição historiográfica dos *Annales*, a longa duração desse embate, a ausência de uma paz duradoura e a insistente incapacidade de coexistência binacional na Palestina,

¹ Cf: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.

² Cf: PROSSEGUE a luta na Palestina. *Correio da Manhã*, Capa, p. 1, primeira seção. Rio de Janeiro - RJ, 23 de Maio. 1948.

³ A primeira Guerra Árabe-Israelense não possui uma origem única e factual, na qual seja possível reconstituir um passado linear para compreendê-la. Distintos autores como Said (2011), Rogan (2021), Hourani (2006), Filiu (2023) e Salem (1982) apontam de maneira consonante uma variedade de fatores históricos, em geral remontando à fragmentação do Império Otomano em 1918, com a consequente instituição de um regime de mandato britânico na Palestina. Associam-se a isso às contraditórias promessas diplomáticas de autoridades do Reino Unido para com lideranças nacionalistas árabes e judaicas, além da intensificação dos movimentos políticos pela emancipação de ambas essas populações na região, alcançando instâncias internacionais como a ONU. Toda essa sequência de fluxos históricos teria culminado no impasse quanto ao Plano de Partilha da Palestina, documento apresentado no Conselho de Segurança da ONU em novembro de 1947, através da Resolução nº 181, que foi rejeitada pelas lideranças árabes internacionais e locais, e teria sido o ponto de partida para uma radicalização e para a consequente deflagração de uma guerra em maio de 1948.

⁴ O comentário em itálico é uma referência metafórica à notícia de 1948 mencionada no parágrafo anterior, “Prossegue a luta na Palestina”. Tal comentário parte de uma noção proposta por Said (2011) de que, apesar das interrupções entre os conflitos militares na região, a “Questão Palestina” permanece sem solução, mantendo as suas raízes históricas na disputa territorial entre os nacionalismos árabe e judaico. Cf: SAID, Edward W. *A Questão da Palestina*. São Paulo-SP: Editora da Unesp, 2011.

revelam-se uma temática incontornável aos historiadores contemporâneos, que presenciam uma das maiores tragédias humanitárias contemporâneas. Em termos comparativos, quando leva-se em consideração a cronologia de processos históricos que marcaram a história recente, a insolúvel “Questão Palestina” já supera até mesmo a duração do período de existência da União Soviética (1922-1991)⁵, constituindo o que Edward Said nomeia como “a última grande causa do século XX”⁶.

Além disso, é preciso ter em conta que o confronto militar entre árabes e judeus no Oriente Médio — ainda que tenha seus armistícios, acordos de coexistência e momentos de menor tensão — tornou-se progressivamente uma recorrente manchete em noticiários do mundo todo, alcançando uma outra dimensão do conflito: a disputa narrativa em torno da construção de memória e seus usos do passado, fenômeno cuja importância foi destacada por Jean-Pierre Azéma⁷, em sua análise sobre a guerra enquanto objeto político.

Ao longo de décadas de conflitos, tal disputa narrativa se configurou de maneira plural, apresentando-se através de representações⁸ contraditórias em aparência, já que árabes e judeus, de maneira alternada, foram genericamente enquadrados em posições tão díspares quanto “agressores violentos” e “vítimas dignas de solidariedade”⁹ em ambos os lados do conflito. Essa variedade de representações dificultou (e ainda dificulta) ao público leigo a tarefa de compreender as dimensões complexas dessa disputa, uma problemática que se intensifica diante da massiva quantidade de notícias sobre o assunto que chega às mãos da população em períodos de embates diretos.

No recorte específico em que a Questão Palestina se configurava de maneira decisiva, entre fevereiro de 1947 e maio de 1948, imediatamente antes da eclosão da Primeira Guerra Árabe-Israelense, a análise do *Correio da Manhã* (RJ), periódico da grande imprensa carioca,

⁵ O recorte utilizado da existência da União Soviética e sua relevância enquanto um marco para compreender o século XX derivam de uma leitura de Hobsbawm (2017). Cf: HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

⁶ Cf: SAID, Edward W. *A Questão da Palestina*. São Paulo-SP: Editora da Unesp, 2011. p. 231.

⁷ Cf: AZÉMA, Jean-Pierre. A guerra. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 401-440.

⁸ Para Roger Chartier (2002), a representação é um elemento constitutivo do imaginário social, podendo ser compreendida enquanto um conjunto simbólico de classificações, divisões e hierarquizações que influenciam a experiência e a compreensão da realidade para aqueles que as consomem, cabendo destacar que estas não são neutras, pois articulam estratégias de dominação ou disputa pelo poder, que podem ser rastreadas através da investigação dos seus lugares sociais de produção. Cf: CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a História entre as incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

⁹ Em análises preliminares das fontes citadas nesta introdução, observou-se uma generalização no uso das categorias de “árabes” e “judeus” na narrativa estabelecida pelo *Correio da Manhã* (RJ), sem que haja uma clara demarcação da ação de grupos terroristas, pacifistas ou refugiados de ambos os lados envolvidos na Guerra de 1948. Seguem exemplos de algumas notícias que fazem essa representação dual, no caso da população árabe: GRUPOS árabes invadem a Palestina. *Correio da Manhã*, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 05. Fev. 1948.; POPE, Margaret. O drama dos refugiados árabes. *Correio da Manhã*, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 13. Ago. 1948.

revelou a presença de 654 notícias direta ou indiretamente relacionadas à Palestina, em um universo de 429 edições catalogadas. Esses dados evidenciam não apenas a centralidade do tema na pauta internacional do jornal, mas também a intensidade com que o conflito em gestação mobilizou o noticiário brasileiro naquele momento.

Esse grande quantitativo de notícias, além de incentivar uma pesquisa sobre a situação histórica da Palestina através da imprensa brasileira, pode levantar uma sucessão intrigante de questões: a quem interessa esse massivo noticiário em solo brasileiro? Que pluralidade representações podem ser observadas nele? Que condições históricas deram conta de sustentar essa veiculação informativa no intervalo analisado? Como o *Correio da Manhã* (RJ) constrói a relevância dessa temática para os leitores brasileiros? O que esse acúmulo de fontes é capaz de revelar sobre a experiência histórica e o imaginário social brasileiros da década de 1940?

Tais questões, sob o olhar criterioso da investigação historiográfica, podem vir a figurar como importantes fontes de compreensão da relação entre imprensa e construção de memória dentro de um determinado contexto social, como pode-se observar, de maneira introdutória a este debate, nas considerações de pesquisadores como Tânia Regina de Luca¹⁰, José D'Assunção Barros¹¹ e Sônia Maria de Meneses Silva¹². À luz das reflexões desses autores, busca-se alcançar uma compreensão mais profunda acerca do lugar social de produção dessas representações, bem como do papel desempenhado pelos agentes produtores, das características do impresso no qual elas são veiculadas — e dos interesses que o atravessam —, além das ideias, leituras e interpretações que os sujeitos envolvidos na produção jornalística puderam construir em sua relação com o meio de comunicação de massas, especificamente o *Correio da Manhã* (RJ).

Aliás, é importante destacar que a escolha pelo referido jornal enquanto fonte e objeto de análise se deu pelo fato de que o periódico oferece uma editoração privilegiada para o noticiário de assuntos internacionais, concentrando-o na sua capa, em detrimento do noticiário nacional brasileiro, e mantém um contato frequente com agências de notícias do exterior, como as européias *British Broadcasting Corporation* (BBC), *Reuters* (R.), *France-Presse* (FP) e as estadunidenses *United Press* (UP) e *Associated Press* (AP), contando com correspondentes internacionais. Além disso, o *Correio da Manhã* (RJ) foi o jornal que

¹⁰ Cf: DE LUCA, Tania Regina de. A Grande Imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

¹¹ Cf: BARROS, José D'Assunção. *O Jornal como Fonte Histórica*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

¹² Cf: SILVA, Sônia Maria de Meneses. *A operação midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação*. 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2011.

apresentou o maior número de correspondências ao descritor “Palestina” dentre os periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, no recorte estudado.

Com isso em vista, a relevância e a justificativa desta pesquisa consistem, precisamente, na perspectiva de compreender as possibilidades históricas de análise da imprensa enquanto mediadora privilegiada do acesso às pautas de política internacional no Brasil. Entendida não apenas como veículo informativo, mas como instituição central da vida cotidiana, a imprensa atua diretamente na produção, circulação e sedimentação de sentidos, contribuindo para a construção de referências relativamente homogêneas e cristalizadas no âmbito da memória social¹³. Nesse sentido, investigar suas narrativas, enquadramentos e silêncios permite apreender não apenas o conteúdo veiculado, mas os processos de seleção, hierarquização e interpretação dos acontecimentos internacionais, revelando as mediações simbólicas e políticas que atravessam a formação da opinião pública e a elaboração de percepções coletivas sobre o mundo.

Além disso, cabe ressaltar a relevância da década de 1940 para analisar a dinâmica do noticiário internacional que circulava no Brasil, visto que é um período marcado pela disputa e modificação nas relações internacionais em razão do desenrolar da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e do início da chamada Guerra Fria (1945-1991)¹⁴. Em solo brasileiro, a partir de 1945 ocorre um processo de redemocratização liberal, iniciado sob o governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), que passa a colher os louros de um maior reconhecimento internacional do Estado brasileiro, refletido na importância dada à participação do Brasil na recém fundada Organização das Nações Unidas¹⁵.

Sob a liderança do Presidente Dutra, do ministro Raul Fernandes¹⁶ e do diplomata Oswaldo Aranha¹⁷, o Brasil envolveu-se diretamente nas questões globais que foram pautadas na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança da ONU, tendo participado das discussões

¹³ Cf. CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, PUC, nº 35, pp. 253-270, 2007.

¹⁴ Cf. HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

¹⁵ Cf. DORATTIOTO, Francisco Fernando Monteoliva; VIDIGAL, Carlos Eduardo. *História das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo-SP: Editora Saraiva, 2014.

¹⁶ Raul Fernandes foi um político e diplomata brasileiro que ocupou o cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores durante a maior parte do governo de Eurico Dutra (de novembro de 1946 e até o fim de 1951), sendo o principal líder a coordenar a política externa brasileira no período. Conferir: <<https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/raul-fernandes-1>>.

¹⁷ Oswaldo Aranha foi um político e diplomata brasileiro que ocupou a representação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU entre 1947 e 1948, em meio ao governo de Eurico Dutra. O diplomata também foi Ministério das Relações Exteriores durante o Estado Novo (entre 1938 e agosto de 1944). Conferir: <<https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/oswaldo-euclides-de-souza-aranha>>.

acerca do plano de partilha da Palestina, apresentado em novembro de 1947. Dessa forma, a veiculação de notícias sobre tais temas — e, especificamente sobre a Questão Palestina — também adquiriu um contorno de interesse político nacional ao periódico, na medida em que as instituições de governança global pós-1945 inauguraram uma possibilidade de maior participação da América Latina nos rumos da diplomacia internacional¹⁸.

Por fim, a opinião pública acerca das relações exteriores brasileiras também evidenciou-se em um momento de maior relevância para a política nacional na década de 1940, como Tania Regina de Luca¹⁹ discute com relação ao papel da imprensa que, mesmo sob censura, conseguiu denunciar a contradição do governo de Getúlio Vargas na participação brasileira durante a Segunda Guerra Mundial, um dos motivos que levou à crise da Ditadura do Estado Novo (1937-1945).

Diante do exposto até aqui, pode-se sintetizar que o objetivo geral desta dissertação é analisar, à luz das discussões da História e da imprensa, de que maneiras o jornal *Correio da Manhã* (RJ) constrói e veicula representações sobre a Questão Palestina no período mais agudo de sua crise, às vésperas da Primeira Guerra Árabe-Israelense, no contexto das complexas dinâmicas da conjuntura internacional dos anos de 1947 e 1948.

A pesquisa, assim, ampara-se teoricamente no campo das discussões acerca da relação entre História e Imprensa, e pode ser lida enquanto uma investigação acerca da produção, circulação e disputa de sentidos no espaço público, por se tratar de uma análise que tem como base um jornal de circulação nacional, com sede no Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Todavia, de modo mais preciso, é necessário situá-la teoricamente a partir da clivagem das representações coletivas, na acepção proposta por Roger Chartier²⁰, em que se compreende a construção de visões de mundo socialmente situadas e historicamente produzidas, articulada à noção de operação midiográfica, conforme formulada por Sônia Maria de Meneses Silva²¹, segundo a qual a imprensa não apenas veicula informações, mas opera ativamente sobre o real, selecionando acontecimentos, hierarquizando temas, enquadrando narrativas e produzindo inteligibilidades sobre o presente. Nessa perspectiva, o jornal é compreendido como instância de produção de historicidade, na medida em que constrói chaves de leitura,

¹⁸ Cf. SARAIVA, José Flávio Sombra. A agonia europeia e a gestação da nova ordem internacional. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *História das Relações Internacionais contemporâneas*. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

¹⁹ Cf. DE LUCA, Tania Regina de. A Grande Imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

²⁰ Cf. CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a História entre as incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

²¹ Cf. SILVA, Sônia Maria de Meneses. A operação midiográfica: *A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação*. 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2011.

organiza o tempo vivido e intervém na própria experiência histórica dos sujeitos, participando diretamente da conformação da memória social e do debate público.

Além disso, outros conceitos, frutos da reflexão gramsciana, nos são muito caros a essa pesquisa, como as proposições de ideologia, intelectual orgânico e aparelho privado de hegemonia. A noção de ideologia é aqui compreendida, primeiramente, não como falsa consciência, mas como concepção de mundo historicamente situada, capaz de organizar práticas, orientar condutas e produzir consensos no interior da sociedade civil²². É nesse terreno, inclusive, que se inscrevem as categorias de intelectual orgânico e de aparelho privado de hegemonia, entendidas como instâncias fundamentais na construção e difusão de projetos hegemônicos.

De acordo com o marxista italiano, os intelectuais orgânicos não se definem por sua condição individual, mas pela função social que exercem na elaboração, sistematização e difusão de uma visão de mundo vinculada a determinados grupos sociais, atuando como mediadores entre estrutura e superestrutura²³, de modo que, nesse sentido, é plenamente legítimo conceber o jornal não apenas como espaço de atuação de intelectuais orgânicos, mas como ele próprio um intelectual orgânico coletivo, na medida em que produz, organiza e irradia sentidos sobre a realidade social, intervindo no debate público e contribuindo para a formação de consensos.

Assim, entendemos que, simultaneamente, enquanto empresa privada inserida na sociedade civil e orientada por projetos políticos, econômicos e simbólicos específicos, o jornal pode ser compreendido como aparelho privado de hegemonia, isto é, como instância responsável por articular interesses, naturalizar visões de mundo e disputar a direção moral e intelectual da sociedade²⁴. Assim, jornalistas, colunistas e o próprio periódico operam conjuntamente como agentes e estruturas de hegemonia, participando ativamente da produção ideológica e da conformação do senso comum, o que permite analisá-los não apenas como narradores dos acontecimentos, mas como sujeitos e dispositivos da luta política e cultural.

Ademais, as demais referências teóricas e aportes conceituais utilizados nesta pesquisa podem ser agrupadas em, ao menos, dois grupos: o primeiro grupo inclui a historiografia já existente sobre os conflitos árabes-israelenses, a assim chamada “questão palestina” e temas

²² Cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 5: *O Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.; GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

²³ Cf. GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.; ORTIZ, Renato. Notas sobre Gramsci e as Ciências Sociais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, n 62, pp. 95-103, Out. 2006.

²⁴ Cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 5: *O Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

relacionados; o segundo grupo compreende as bases teóricas da pesquisa, isto é, os principais conceitos e categorias para a compreensão do referido objeto pretendido.

Quanto ao primeiro agrupamento, pode-se citar algumas obras que se propõem uma leitura panorâmica sobre história dos povos árabes ou do Oriente Médio, ainda que não enfoquem de maneira central na questão palestina, auxiliam a aprofundar o desenvolvimento e uma compreensão mais direta do objeto, a exemplo dos livros de Biger²⁵, Hourani²⁶, Louis²⁷, Rogan²⁸ e Filiu²⁹, que desenvolveram análises de longa duração sobre essas populações, do medievo ao tempo presente.

Quanto ao segundo agrupamento proposto, uma das principais contribuições de *Orientalismo*³⁰, para além do aporte conceitual, é o fato de apresentar um modelo de pesquisa que é de grande valia na reflexão sobre o presente objeto de pesquisa, ao utilizar uma metodologia que dialoga com aspectos dos mundos simbólicos (dos imaginários, dos elementos culturais) europeu e norte-americano sobre a categoria de “Oriente”, em permanente construção.

Quanto às fontes utilizadas nesta dissertação, já foi mencionada a centralidade das notícias do *Correio da Manhã* (RJ) entre fevereiro de 1947 e maio de 1948, mas é importante ressaltar que estas não são as únicas a compor o quadro investigativo. Além destas, alguns documentos oficiais, como pesquisas e legislações, também fazem parte do corpus documental analisado, a exemplo dos dados do Serviço de Controle de Venda Avulsa de Jornais, ligado ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), disponíveis digitalmente.

A metodologia utilizada para a análise das fontes parte de uma compreensão teórico-metodológica guiada por Robert Darnton³¹ de que a imprensa é também construtora do acontecimento, possibilitando a problematização da função dos noticiários internacionais na consolidação de uma memória social acerca do objeto estudado. Também utiliza-se como

²⁵ Cf: BIGER, Gideon. *The Boundaries of Modern Palestine, 1840–1947*. Nova York-US: RoutledgeCurzon, 2004.

²⁶ Cf: HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

²⁷ Cf: LOUIS, Wm. Roger. *Ends of British Imperialism*. New York: I.B.Tauris & Co Ltd, 2006.

²⁸ Cf: ROGAN, Eugene. *Os árabes, uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

²⁹ Cf: FILIU, Jean-Pierre. *Uma História Secular do Oriente Médio: do ano 395 aos nossos dias*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

³⁰ Cf: SAID, Edward W. *Orientalismo, o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2007.

³¹ Cf: DARNTON, Robert. ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

amparo teórico as compreensões de Barros³², De Luca³³ e Silva³⁴, no tocante à relação entre História e Imprensa no Brasil, tal como a metodologia para o trato das fontes sugerida por Cruz e Peixoto³⁵.

Quanto a este último ponto, é importante situar a observação da fonte jornalística a partir de seu projeto gráfico e editorial, pelas formas de organização e distribuição das matérias, cadernos, notícias, colunas e seções, ao propor a reflexão acerca da fonte enquanto um material a ser lido, e cujo processo de leitura segue uma orientação prévia que foi raciocinada ou sistematizada por profissionais. Além disso, sendo igualmente relevante buscar a identificação dos proprietários, redatores, editores, das condições técnicas de produção, tiragens, preços, público, concorrência, espaços de distribuição e circulação, quando isto for possível³⁶.

Ademais, faz-se necessário situar o leitor deste trabalho quanto ao processo pelo qual cheguei a este objeto — ou, mais precisamente, como ele chegou a mim. Em nível pessoal, tendo sido um adolescente na década de 2010, desenvolvi um interesse profundo pelo acompanhamento do noticiário, o que ampliou significativamente minha curiosidade sobre os acontecimentos internacionais, em especial o conflito militar em curso na Síria (2011–2024) e a subsequente crise de refugiados, ambos amplamente veiculados pela mídia brasileira. As imagens chocantes de cidades reduzidas a escombros, de dezenas de pessoas amontoadas em embarcações precárias atravessando perigosamente o Mediterrâneo e, sobretudo, os episódios em que corpos de crianças eram encontrados em praias europeias, são registros que ainda hoje povoam minha memória quando penso no Oriente Médio. Tais representações foram decisivas para acender em mim o desejo de compreender, de forma mais profunda, os processos históricos, políticos e sociais que conduziam a tamanha tragédia.

Com o tempo, uma coisa conduziu à outra, e o interesse pela região fez-me chegar àquela que, há mais de sete décadas, se apresenta como uma das problemáticas mais complexas e persistentes da política internacional: a Questão Palestina. Desde então, esse tema passou a ocupar um lugar central em minhas leituras e reflexões pessoais,

³² Cf. BARROS, José D'Assunção. *O Jornal como Fonte Histórica*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

³³ Cf. DE LUCA, Tania Regina de. A Grande Imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

³⁴ Cf. SILVA, Sônia Maria de Meneses. *A operação midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação*. 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2011.

³⁵ Cf. CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, PUC, nº 35, pp. 253-270, 2007.

³⁶ Cf. BARROS, José D'Assunção. *O Jornal como Fonte Histórica*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

constituindo-se também como um dos elementos que impulsionaram minha decisão de me tornar professor de História.

Todavia, o ingresso no curso de graduação em História, no ano de 2018, somado às sucessivas crises políticas que atravessaram a democracia brasileira a partir de 2016 e à crescente politização dos movimentos sociais — em especial do movimento estudantil —, conduziu-me a um vórtice mais imediato e urgente. Vivi, assim, minha formação universitária profundamente articulada à militância estudantil, experiência que se mostrou fundamental tanto para minha formação política quanto para minha constituição enquanto docente e pesquisador. Nesse contexto, optei por desenvolver meu Trabalho de Conclusão de Curso, defendido em 2021 sob orientação da Profa. Dra. Marylu Alves de Oliveira, no campo do estudo das produções intelectuais de militantes do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) (1979–1983), investigação que foi decisiva para a consolidação das bases do meu fazer historiográfico.

A entrada no mercado de trabalho, ainda em 2021, afastou-me da militância, em razão das demandas de tempo, e conduziu-me mais intensamente ao espaço da sala de aula, ocasionando também um certo distanciamento da pesquisa acadêmica. Apenas em 2023, por meio do incentivo da Profa. Me. Maria do Socorro Rangel, reuni forças para retomar a preparação para o mestrado. Recordando os ensinamentos da Profa. Marylu, passei a me questionar: “sobre qual tema serei capaz de escrever nos dias bons e, *principalmente*, nos dias ruins?”, “qual objeto terei fôlego suficiente para não considerar enfadonho após vinte e quatro meses de leituras sucessivas e noites exaustivas de escrita?”.

A resposta surgiu de maneira inusitada, enquanto ouvia de forma quase ininterrupta o podcast Xadrez Verbal, cujos episódios frequentemente ultrapassam quatro ou cinco horas de duração. Percebi, então, que era plenamente capaz de dedicar-me por longos períodos às temáticas do noticiário internacional, o que reacendeu o interesse pelas imagens e inquietações que guardava desde a adolescência sobre o Oriente Médio. De certo modo, tratou-se de um reencontro comigo mesmo e com os motivos iniciais que me conduziram a essa trajetória, agora ressignificados e amadurecidos no interior do percurso acadêmico.

A escolha pela Questão Palestina, sob a ótica do noticiário internacional, chegou a mim dessa forma, e pude desenvolver um esforço de análise diferente da minha monografia, mas alinhado ao que pretendo desenvolver em pesquisas futuras, aprofundando meus estudos no campo da História e Imprensa.

A escolha pela Questão Palestina, sob a ótica do noticiário internacional, chegou a mim a partir desse percurso pessoal e intelectual, permitindo-me desenvolver um esforço

analítico distinto daquele empreendido em minha monografia de graduação, mas plenamente alinhado aos interesses que pretendo aprofundar em pesquisas futuras, especialmente no campo da História e Imprensa. Trata-se, portanto, de uma inflexão temática que não rompe com minha trajetória anterior, mas a amplia, na medida em que mantém o interesse pelas disputas simbólicas, pela produção de representações e pelo papel dos intelectuais e dos meios de comunicação na conformação de visões de mundo. Ao eleger o noticiário internacional como objeto, busco também explorar uma dimensão ainda pouco tensionada em minha formação, voltando-me para os mecanismos pelos quais conflitos externos são narrados, traduzidos e resignificados no interior da sociedade brasileira, contribuindo para a construção de imaginários, sensibilidades e posicionamentos políticos.

Esse esforço de análise, entretanto, constitui-se a partir da concretização de outras etapas específicas da pesquisa, dentre as quais se destaca o exercício de localizar historicamente o jornal *Correio da Manhã* (RJ) no recorte entre 1947 e 1948, tanto com o objetivo de contextualizar a fonte quanto de introduzir o leitor — a partir da materialidade do periódico — aos elementos que estruturam sua forma de narrar. Trata-se de compreender não apenas o conteúdo veiculado, mas também as lógicas editoriais, os enquadramentos, as escolhas de destaque e os silêncios que conformam a escrita jornalística. Busca-se, ainda, identificar e discutir as representações promovidas nas páginas do jornal, atentando para seus pressupostos ideológicos, suas estratégias discursivas e seus diálogos com o contexto político mais amplo. Essa primeira etapa da dissertação organiza-se ao longo do Capítulo 1, intitulado “Informações úteis: chegadas e partidas”, no qual se delinea o ponto de partida da análise, estabelecendo as bases metodológicas e interpretativas que sustentarão os capítulos subsequentes.

O segundo capítulo, intitulado “Um fosso intransponível entre árabes e judeus”, dedica-se a examinar o processo de internacionalização da Questão Palestina no período imediatamente anterior à eclosão da guerra, entre fevereiro e dezembro de 1947, a partir da cobertura do *Correio da Manhã* (RJ). A análise concentra-se nas representações construídas acerca dos principais agentes históricos envolvidos no conflito, em especial a Grã-Bretanha, enquanto potência mandatária, a comunidade judaica na Palestina (*Yishuv*) e a população árabe nativa da região. Busca-se, desse modo, compreender como o jornal atuou na produção de referenciais simbólicos e interpretativos no imaginário social brasileiro sobre a formação e a projeção internacional dessa problemática, problematizando o conteúdo veiculado e refletindo sobre a polifonia de vozes, posições e enquadramentos presentes no interior do próprio periódico.

O terceiro capítulo, intitulado “Guerreiam falando em trégua”, dedica-se a analisar o percurso que conduziu à eclosão da Primeira Guerra Árabe-Israelense enquanto fenômeno jornalístico, a partir da cobertura do *Correio da Manhã* (RJ), observando as modificações, deslocamentos e radicalizações nas posições políticas assumidas pelo periódico no primeiro semestre de 1948. Nesse movimento, confere-se especial centralidade à viagem de Carlos Lacerda ao Oriente Médio, por ter recebido destaque interno do periódico na construção das representações sobre a Questão Palestina e na formulação de um projeto de política externa brasileira articulado pelo colunista. Assim, este capítulo encerra o percurso analítico proposto pela dissertação, integrando-se às etapas anteriores de modo a compor uma leitura histórica coerente e cumulativa, em consonância com o objetivo geral da pesquisa.

2 “INFORMAÇÕES ÚTEIS”³⁷: CHEGADAS E PARTIDAS

*Vi, com grande satisfação, que o amigo compreendeu, como se fora um dos nossos, a significação do papel de imprensa para a vida cultural do país [...]*³⁸.

Acreditamos que a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sob vários parâmetros, inaugurou uma nova configuração no ordenamento político internacional. Isso se manifesta de forma que suas consequências podem ser rastreadas desde as irreparáveis perdas humanas, passando pelas transformações de fronteiras e territórios, indo até os impactos econômicos e ambientais, impactando profundamente a experiência histórica da humanidade no século XX³⁹. Nessa seara, um dos efeitos certamente menos óbvios desse conflito foi a crise suscitada na produção europeia do papel de imprensa, fenômeno que já se anunciava em 1945⁴⁰ e perdurou, ao menos, até o fim da década de 1940⁴¹, prejudicando mundialmente a cadeia econômica de um dos principais meios de comunicação de massa dos grandes centros urbanos, os jornais.

Segundo uma notícia publicada no *Correio da Manhã* (RJ) em 13 de março de 1948, citando um estudo feito pela Organização das Nações Unidas (ONU), as principais causas dessa crise foram a destruição de pólos industriais na Europa, a derrubada em excesso das

³⁷ O título faz referência à coluna “Informações úteis”, presente em todas as edições do *Correio da Manhã* (RJ) durante o recorte analisado nesta pesquisa (1947 a 1948). Na coluna encontram-se variadas informações que o jornal considera útil ao leitor, desde referências sobre o *Correio da Manhã* (RJ), como os nomes de seus cobradores autorizados, a localização e os números de contato da sua redação, oficina, administração e escritório de publicidade, informações sobre a sua representação em São Paulo, sobre os valores de assinaturas e edições para diferentes regiões (incluindo exterior do país) e sobre o atendimento aos leitores. Além disso, encontram-se também números e informações de emergência e serviços básicos, exames de motoristas, farmácias de plantão e as chegadas e partidas de aviões, navios, barcas e trens no Rio de Janeiro. Pelo seu caráter panorâmico, escolheu-se essa coluna como um título do referido capítulo, que busca apresentar e caracterizar o que era o *Correio da Manhã* (RJ) e seu funcionamento entre 1947 e 1948, com um acúmulo que se considera útil para os capítulos posteriores desta dissertação. De maneira simbólica para essa explanação, escolheu-se a última edição formalmente analisada neste trabalho: a de número 16917, de 14 de Maio de 1948 — dia no qual se comemora a fundação do Estado de Israel —, como objeto de análise para a construção deste capítulo. Cf. INFORMAÇÕES úteis. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 07. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

³⁸ A epígrafe refere-se a um trecho de uma carta enviada por Herbert Moses, à época presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), endereçada a Hamílcar Bevilácqua, à época diretor da Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil, em ocasião de uma reunião para tratar da importação do papel de imprensa para o Brasil, em 1948, tema que abre o presente capítulo. Cf. IMPORTAÇÃO do papel de imprensa. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

³⁹ Cf. HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

⁴⁰ Em 1945, a demanda crescente por papel de imprensa, especialmente para fins militares, já dava sinais de uma crise internacional. Cf. PROBLEMAS do papel de imprensa. *Correio da Manhã*, Ed. 15432, p. 04, Coluna Economia & Finanças. Rio de Janeiro - RJ, 23 Fev. 1945.

⁴¹ Até o fim do ano de 1949, ao que foi possível fazer uma análise mais detalhada das fontes, observa-se a incidência de notícias que explicitam a permanência de uma crise na imprensa em decorrência da carência de papel para impressão, ainda que haja aumento na produção desta matéria prima. Cf. O CONSUMO de papel de imprensa. *Correio da Manhã*, Ed. 17333, p. 04, Coluna Tópicos & Notícias. Rio de Janeiro - RJ, 17 Set. 1949.

matas, a “insuficiência dos meios de transporte, da mão de obra e dos preços de revenda”, além da crise na conversão monetária ocasionada pela guerra — o que reduziu as importações em geral — e, por fim, uma reconfiguração de parte das fábricas de papel de imprensa, que passaram a produzir “papeis mais lucrativos”⁴².

O Brasil não esteve isolado desses prejuízos e, em meio a essa crise, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), comprometida em representar os interesses econômicos da “grande imprensa”⁴³, dedicava-se a promover reuniões com autoridades políticas e econômicas do país na tentativa de apelar por uma resolução, como a proposta de isenção ou redução fiscal às importações do papel de imprensa⁴⁴. Algumas dessas reuniões ocasionaram em notas públicas assinadas pelo presidente da ABI, Herbert Moses⁴⁵, nas quais o argumento central gira em torno da importância “do papel de imprensa para a vida cultural do país”⁴⁶, destacando a elevada “função social” do meio jornalístico e da sua “cooperação com os poderes públicos”⁴⁷.

Para além de um recurso meramente retórico, a argumentação de Moses contribui para iluminar a centralidade da imprensa enquanto instituição estratégica no interior da sociedade civil, especialmente para as elites que a controlam e a mobilizam como aparelho privado de hegemonia⁴⁸. Nessa perspectiva, os jornais não operam apenas como veículos de informação,

⁴² PENÚRIA mundial de papel de imprensa. *Correio da Manhã*, Ed. 16367, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 13 Mar. 1948.

⁴³ A conceituação de “grande imprensa” aqui utilizada deriva de uma noção especificada por Tânia Regina de Luca, definida como “o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro.”. A mesma autora inclui o *Correio da Manhã* (RJ) como um dos jornais que integra a grande imprensa oposicionista do Brasil na primeira metade do século XX. Cf. DE LUCA, Tania Regina. *A Grande Imprensa na primeira metade do século XX*. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

⁴⁴ A exemplo disso, entre novembro de 1947 e maio de 1948, o *Correio da Manhã* noticiou a realização de reuniões e envio de ofícios entre a ABI, o Ministério da Fazenda, as Comissões de Finanças da Câmara e do Senado e a Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil. Cf. PARA que a imprensa continue a realizar seu programa. *Correio da Manhã*, Ed. 16262, p. 03. Rio de Janeiro - RJ, 07 Nov. 1947.; IMPORTAÇÃO do papel de imprensa. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

⁴⁵ Herbert Moses foi um advogado e jornalista brasileiro que teve importante participação na fundação de periódicos fluminenses, como os jornais *A Noite* (1911) e *O Globo* (1925). Em 1931, foi eleito para ocupar a presidência da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), cargo que ocupou de maneira ininterrupta por 33 anos, sendo sucessivamente reeleito. Durante o governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), recorte que atravessa a presente pesquisa, Moses obteve crédito para construir uma sede para a ABI, um amplo espaço que continha estrutura para promoção de eventos culturais. Cf. CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. MOSES, Herbert. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moses-herbert>. Acesso em: 11 maio 2025.

⁴⁶ Trecho mencionado na epígrafe do capítulo, Cf. IMPORTAÇÃO do papel de imprensa. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

⁴⁷ Argumento presente em notícia do dia 07 de Novembro de 1947, Cf. PARA que a imprensa continue a realizar seu programa. *Correio da Manhã*, Ed. 16262, p. 03. Rio de Janeiro - RJ, 07 Nov. 1947.

⁴⁸ O conceito de aparelho privado de hegemonia, formulado a partir das reflexões de Antonio Gramsci nos Cadernos do Cárcere, refere-se ao conjunto de instituições, organizações e práticas situadas na esfera da

mas como instâncias privilegiadas de produção de consenso, direção intelectual e organização de visões de mundo, atuando na naturalização de determinados projetos políticos e sociais.

Para os grupos dominantes, tais aparelhos desempenham papel decisivo na reprodução das relações sociais e das formas de dominação, na medida em que intervêm diretamente na formação das subjetividades, na definição do que é legítimo, desejável ou possível no espaço público. Assim, a imprensa integra um conjunto mais amplo de instituições – jurídicas, educacionais, religiosas, culturais e informacionais – que, embora formalmente situadas fora do aparato estatal, articulam-se a ele na sustentação da hegemonia política e ideológica⁴⁹, compondo aquilo que Gramsci concebe como as “trincheiras” da sociedade civil, onde se trava cotidianamente a disputa pela direção moral e intelectual da sociedade.

Inclusive, a forma como o *Correio da Manhã* (RJ) continuamente repercute a crise do papel ao longo da década de 1940 reflete, neste sentido, uma necessidade metalinguística e ideológica do periódico em justificar sua própria relevância para a amplitude do público leitor — e não só para os parlamentares e bancários cuja ABI priorizava o diálogo e direcionava as

sociedade civil que atuam na produção, difusão e naturalização de concepções de mundo, valores, normas e projetos políticos, contribuindo para a construção e manutenção da hegemonia de um grupo ou classe dirigente. Diferentemente do Estado em seu sentido restrito – entendido como aparato jurídico-político e coercitivo –, os aparelhos privados de hegemonia operam predominantemente por meio do consenso, da persuasão e da direção intelectual e moral, ainda que articulados, em última instância, à estrutura de poder estatal. Trata-se, portanto, de instâncias “privadas” não no sentido de neutralidade ou isolamento da política, mas justamente por não integrarem formalmente o aparato estatal, atuando, contudo, de maneira decisiva na organização da vida social, na formação das subjetividades e na legitimação de determinadas ordens sociais. Nesse sentido, a imprensa, os partidos, a Igreja, as escolas, os clubes, as fundações, as associações culturais e os meios de comunicação de massa constituem espaços privilegiados de exercício da hegemonia, pois são responsáveis por transformar interesses particulares em interesses universais, apresentando projetos históricos específicos como se fossem expressão do “bem comum”. Assim, ao pensar o jornal como aparelho privado de hegemonia, reconhece-se seu papel ativo na disputa simbólica, na construção de consensos e na organização do imaginário social, afastando qualquer leitura que o compreenda como simples espelho da realidade ou instância neutra de informação. Ao contrário, ele se apresenta como agente produtor de sentido, organizador de visões de mundo e mediador central entre projetos políticos e a sociedade, operando naquilo que Gramsci denomina de “trincheiras e fortificações” da sociedade civil. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 5: *O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.; GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.; ORTIZ, Renato. Notas sobre Gramsci e as Ciências Sociais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, n 62, pp. 95-103, Out. 2006.

⁴⁹ O conceito de ideologia que utilizamos neste trabalho deriva da acepção cunhada pelo filósofo italiano Antônio Gramsci (1978), entendendo a ideologia burguesa — o conjunto de ideias e valores dominantes que atuam sobre a sociedade capitalista e que são ativamente veiculadas através do periódico analisado — enquanto uma ideologia historicamente orgânica. Isto é, uma ideologia que é historicamente necessária à manutenção da estrutura de dominação de classes, atuando como um elemento cognitivo, uma concepção de mundo inerente à vida social capitalista, capaz de “organizar” as massas, formar o terreno sobre o qual os sujeitos se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Neste sentido, concordamos com a interpretação de Renato Ortiz (2006), quando este conclui que “não há sociedade sem ideologia [...] pois é por meio dela que os homens tomam consciência de si mesmos, dos outros, e atuam no mundo. [...] Nesse sentido, ideologia é poder, ou seja, capacidade que lhe permite atuar e modificar o mundo.” (p. 99). Cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 5: *O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.; GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.; ORTIZ, Renato. Notas sobre Gramsci e as Ciências Sociais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, n 62, pp. 95-103, Out. 2006.

notas. Neste sentido, uma das estratégias empreendidas pelo CM⁵⁰ foi apresentar os prejuízos sociais que se acumulavam em nações cujos efeitos da carestia de papel não foram contornados, como a Argentina, então governada por Juan Domingo Perón (1946 - 1952)⁵¹.

O país platino, prejudicado pelo encarecimento das importações, optou por praticar uma espécie de racionamento do papel de imprensa no país. Entretanto, essa situação motivou diversas denúncias, a exemplo de um editorial publicado pelo jornal estadunidense *The New York Times* que mencionava uma suposta interferência política na distribuição de papel com o objetivo a prejudicar deliberadamente os periódicos que criticavam o então mandatário, em favorecimento daqueles jornais que garantiam o apoio ideológico ao governante⁵².

Além disso, repercute-se no *Correio da Manhã* (RJ) o pior cenário para um jornal nesse contexto de dificuldades financeiras, o estrangulamento econômico devido à falta de seu insumo mais básico⁵³. Dessa maneira, as nuances do caso argentino revelam-se enquanto um anúncio exemplar daquilo que o Brasil poderia perder e, portanto, deveria preservar na sociedade de ideais liberais: a liberdade, a autonomia e a pluralidade da comunicação pública através da imprensa.

Mas, afinal, qual seria a “elevada função” (para usar a expressão de Herbert Moses) da imprensa na sociedade brasileira? Tal pergunta guarda uma complexidade que só poderia ser respondida mediante uma extensa investigação historiográfica. Para José D’Assunção Barros, autor que atualiza e condensa esse debate⁵⁴ em seu livro “O jornal como fonte Histórica”,

A função declarada de um jornal, evidentemente, é apresentar seus leitores cenários da realidade — da realidade que aconteceu, que está acontecendo, ou que talvez possa acontecer. [...] Portanto, o que aconteceu na História, e o que está acontecendo na História, atravessa o jornal nas suas diversas

⁵⁰ Para evitar repetições, buscamos adotar a abreviação “CM” para nos referirmos ao *Correio da Manhã* (RJ), de maneira semelhante ao que faz a historiadora Ana Paula Goulart Ribeiro (2000) em sua tese. Cf: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, 2000.

⁵¹ Para um aprofundamento na História da Argentina e no governo de Juan Domingo Perón, recomendamos a leitura de “História social da Argentina contemporânea”, escrita por Torcuato Di Tella (2017). Cf: DI TELLA, Torcuato. *História social da Argentina contemporânea*. Brasília: FUNAG, 2017.

⁵² CRITICADA a atitude de Perón em relação à imprensa. *Correio da Manhã*, Ed. 17044, p. 03. Rio de Janeiro - RJ, 09 Out. 1948.

⁵³ FECHADOS três jornais argentinos. *Correio da Manhã*, Ed. 17421, p. 01, Capa. Rio de Janeiro - RJ, 31 Dez. 1949.

⁵⁴ É importante salientar que as proposições de Barros (2023) amparam-se, além de suas próprias pesquisas, em uma gama de pesquisas anteriores que pavimentaram um sólido caminho para as pesquisas acerca da relação entre História e Imprensa no Brasil, dentre as quais cabe destacar clássicos como Nelson Werneck Sodré (1999), Maria Helena Capelato (1988), e as historiadoras Ana Luíza Martins e Tânia Regina de Luca (2008). Cf: BARROS, José D’Assunção. *O Jornal como Fonte Histórica*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

matérias, pois os textos jornalísticos produzem incessantemente representações da realidade histórica.⁵⁵

Mais do que uma resposta definitiva, tal compreensão abre margem e atiza a curiosidade sobre as contingências que atravessam os múltiplos “cenários de realidade” histórica que um jornal pode produzir⁵⁶. E, motivados por essa curiosidade, propomos neste capítulo a pavimentação do caminho rumo a uma investigação mais profunda nos capítulos seguintes — que, com sorte, podem vir a elucidar sobre alguns poucos fragmentos acerca da imprensa brasileira no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial.

Ademais, o nosso objetivo neste capítulo é também promover um exercício de localização histórica do jornal *Correio da Manhã* (RJ) entre os anos de 1947 e 1948. Não se trata apenas de uma simples contextualização, mas de uma análise que, a partir da materialidade da fonte, consiga introduzir o leitor aos elementos que estruturam a forma de narrar deste periódico, além de identificar e discutir alguns aspectos considerados centrais acerca da construção narrativa promovida nas páginas do *CM*. Por esta razão, este capítulo recebe o título de “Informações úteis”, em referência a uma coluna homônima do *Correio da Manhã* (RJ) na qual veiculavam-se várias informações sobre o jornal e sobre alguns serviços públicos da cidade do Rio de Janeiro.

Uma particularidade acerca dessa coluna informacional é o noticiamento das *chegadas e partidas* de diversos meios de transporte coletivos na capital federal, como trens, barcas, navios e balsas (o que também revela uma das facetas da utilidade pública do jornal naquela época). Essa característica inspirou o subtítulo “chegadas e partidas”, de modo que este capítulo funciona metaforicamente enquanto um dos “pontos de chegada” da pesquisa, na medida em que é fruto de um extenso contato com a fonte, mas também é um “ponto de partida” para o leitor, que desconhece o que é o *Correio da Manhã* (RJ) e a sua complexidade.

Sobre esse último ponto, a trajetória metodológica que orienta o exercício de localização histórica aqui proposto tem como ponto de *partida*, de maneira central, embora não exclusiva, o escrutínio de uma única edição do *Correio da Manhã* (RJ), a de número 16917, de 14 de maio de 1948 — data escolhida por representar simbolicamente a fundação do Estado de Israel, marcando o início formal da Guerra Árabe-Israelense naquele mesmo

⁵⁵ Cf. BARROS, José D’Assunção. *O Jornal como Fonte Histórica*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023. p. 13-14.

⁵⁶ Não se trata aqui de propor que os jornais mentem ou deliberadamente manipulam as informações veiculadas. O que José D’Assunção Barros (2023) reforça em seu argumento é que esse tipo de fonte é construída a partir de um caráter realista, isto é, de compromisso com a representação de algum horizonte da realidade. Todavia, é crucial para a análise histórica a noção de que o conteúdo veiculado no jornal é carregado por pontos de vista e interesses políticos, não havendo imparcialidade. Cf. BARROS, José D’Assunção. *O Jornal como Fonte Histórica*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

ano. Trata-se, ademais, da última edição analisada nesta dissertação e, portanto, de nossa linha de *chegada*. A reflexão minuciosa acerca desse exemplar busca dar conta dos objetivos acima propostos e, para tanto, divide-se em duas seções: a primeira, na qual se procura compreender o perfil do público leitor do *Correio da Manhã* (RJ) por meio da análise da publicidade presente na edição; e a segunda, que contextualiza o noticiário internacional veiculado no jornal, sua editoração e conteúdo, tangenciando levemente a temática do conflito palestino.

Por fim, é evidente que, para alcançar o efeito de uma generalização que sirva de base à compreensão das análises posteriores dessa dissertação, outras edições do jornal foram mencionadas e acionadas quando necessário ao longo do texto, de forma a respaldar as afirmações propostas acerca da lógica interna do *Correio da Manhã* (RJ) no período estudado. No mais, é preciso informar que a fonte escolhida como foco de análise trata-se de uma edição regular (não-dominical) e, portanto, segue uma estruturação que se repete em 5/6 do material analisado. O 1/6 restante representa as edições dominicais, que seguem uma diagramação diferente por acompanharem um segundo caderno de notícias, o que triplicava ou quadruplicava o número de páginas veiculadas neste dia⁵⁷.

2.1. QUAL É O VALOR DE UMA EDIÇÃO?

Além de um meio de comunicação de massas, o jornal também é uma mercadoria. Para José D’Assunção Barros, o funcionamento dos jornais no mundo capitalista comporta uma experiência singular, em razão de, por um lado, interagir com “um mercado mais amplo através dos anunciantes que lhes asseguram parte do seu sustento” e, por outro,

os próprios periódicos produzidos também costumam ser constituídos como objetivos deste mercado. São vendidos a determinado preço; geram propagandas de si mesmos — além de encaminharem, nas suas páginas de classificados, a propaganda dos produtos dos seus anunciantes⁵⁸.

A maneira como essa dualidade mercadológica se processa em um determinado periódico pode jogar luz, dentre outros aspectos, sobre o caminho que ele percorre dentro de uma sociedade. Que públicos deseja e pode alcançar? Quais afiliações políticas o atravessam? Que empresas se interessam em alcançar o grupo de leitores que está na outra ponta? Mediante essas questões, o trajeto aqui escolhido para tentar respondê-las é uma reflexão que se inicia no ato da compra de um jornal.

⁵⁷ As diferenças entre as edições de domingo e as semanais não foram foco de aprofundamento neste capítulo, no entanto, as explicações necessárias aparecem no corpo do texto conforme a análise das fontes demandou tais informações.

⁵⁸ Cf. BARROS, José D’Assunção. *O Jornal como Fonte Histórica*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023. p. 73.

Assim, em maio de 1948, quem desejasse adquirir as edições do *Correio da Manhã* (RJ) teria, ao menos, duas opções: realizar a assinatura do periódico ou comprar um número avulso. Quanto à primeira opção, ela custava cem cruzeiros (Cr\$ 100)⁵⁹ se fosse uma assinatura anual e sessenta cruzeiros (Cr\$ 60) se fosse uma assinatura semestral dentro do território brasileiro. Todavia, caso um residente no “exterior” desejasse realizar a assinatura, os valores se alteravam para trezentos cruzeiros anuais (Cr\$ 300,00) ou cento e oitenta cruzeiros semestrais (Cr\$ 180,00).

A respeito deste último ponto, é difícil presumir qual a área de abrangência do “exterior” no qual a assinatura era válida, pois as informações contidas nas edições não especificam isso, restando apenas a possibilidade de supor que abrangia, ao menos, algumas localidades nas quais o *Correio da Manhã* (RJ) já possuía contato com agências de notícias, como a Europa e os Estados Unidos.

A outra opção, a de adquirir um número avulso, poderia realizar-se de duas maneiras: comprando em uma banca de jornais ou em contato com a representação do *Correio da Manhã* (RJ), no caso de adquirir uma edição anterior à do dia (incluindo de anos passados). Esse último serviço (indisponível para o exterior) realizava-se com um valor diferenciado, custando oitenta centavos de cruzeiros por edição (Cr\$ 0,80), em relação ao valor de cinquenta centavos de cruzeiro (Cr\$ 0,50) cobrados usualmente nas bancas de jornal⁶⁰.

Apesar de parecer uma informação simples, José D’Assunção Barros pontua que refletir sobre o preço de uma edição nos possibilita ter uma noção do público pretendido pelo periódico. Seguindo por essa interpretação, e comparando com uma edição do mesmo dia do *Jornal do Brasil* (RJ)⁶¹ — um dos principais concorrentes do *Correio da Manhã* (RJ) — pode-se observar que os valores de edições avulsas semanais são os mesmos (Cr\$ 0,50), mas os valores das assinaturas em solo brasileiro são diferentes, com preços mais elevados no *Jornal do Brasil* (RJ). Tanto sua assinatura anual quanto a semestral possuem um valor de dez cruzeiros (Cr\$ 10,00) a mais que as assinaturas do *Correio*, e não há informação explícita acerca da possibilidade de assinaturas no exterior.

⁵⁹ Todos os valores apresentados aqui foram simbolicamente retirados da seção “informações úteis” da edição mencionada na introdução como a central para este capítulo, a de número 16917, de 14 de Maio de 1948. Em edições anteriores do mesmo ano, os valores podem ser diferentes. Cf. INFORMAÇÕES úteis. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 07. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

⁶⁰ Importante ressaltar que o valor da edição avulsa é um número que aparece nas folhas do *Correio da Manhã* (RJ), não sendo possível precisar se esse valor era efetivado nas bancas ou pelos jornaleiros ambulantes, tendo em vista que tais profissionais poderiam adicionar uma margem de lucro ao produto.

⁶¹ VENDA avulsa. *Jornal do Brasil*, Ed. 111, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

Os valores iguais para as edições diárias confirmam que os periódicos, ambos da Grande Imprensa⁶², objetivavam alcançar um público mais amplo dentre a classe trabalhadora dos centros urbanos⁶³ e concorriam entre si. O preço de venda unitária pode ser considerado barato se levarmos em conta que, segundo o Decreto-Lei nº 5.670 de 15 de julho de 1943, o salário mínimo para trabalhadores formais⁶⁴ no Distrito Federal era de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e, portanto, uma edição avulsa custava aproximadamente 0,1% desta remuneração. Entretanto, o valor das assinaturas nacionais, na sua integralidade, já não mostra ser uma realidade tão acessível aos trabalhadores⁶⁵, na medida em que representa em torno de um sexto (1/6) a um terço (1/3) do salário mínimo — isto é, aproximadamente 16% a 33% da renda mensal de um trabalhador formal — o que indica que a compra dos jornais pelas classes mais baixas atravessa a dimensão da escolha diária, competindo com outras mercadorias de necessidade básica.

Tal análise é reforçada quando se tem em conta que, no período analisado, o Brasil atravessava um processo de aumento no custo de vida em razão do momento econômico desfavorável do pós-guerra, marcado pelas restrições às importações, pela escassez internacional de dólares, pela interrupção das compras estratégicas ligadas ao esforço dos aliados na Segunda Guerra Mundial e por problemas nas taxas cambiais do cruzeiro⁶⁶.

Inclusive, a decisão cotidiana de comprar ou não uma determinada edição de um jornal materializava-se também no próprio ato de folhear o periódico nas bancas de jornais. Nessas situações, o cliente poderia manusear e ler brevemente as manchetes localizadas na

⁶² Ressalta-se que o conceito de “Grande Imprensa” utilizado aqui deriva das análises de Tânia Regina de Luca (2008), como explicado na nota de rodapé nº 43.

⁶³ A classe trabalhadora dos centros urbanos, em meados da década de 1940, era composta majoritariamente por grupos de migrantes advindos das zonas rurais brasileiras em busca de melhores condições de vida. Cabe destacar que a maior parte da população do país ainda residia no campo até a década de 1970, todavia, a análise de Negro e Silva (2003) aponta a crescente importância do operariado migrante enquanto força de trabalho que mobilizou o esforço de industrialização empreendido durante os governos de Getúlio Vargas (1930-1945), e que também reconfigurou o movimento operário brasileiro entre 1945 e 1964, outrora marcado pela influência do operariado imigrante europeu, especialmente nas décadas finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Cf: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores Sindicatos e Política (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁶⁴ A analogia busca fornecer algum tipo de baliza para compreender o público que os jornais atingiam, mas vale ressaltar que o mercado informal também empregava muitas pessoas, com remunerações que poderiam ser abaixo do salário mínimo tabelado. Além disso, a abrangência do Decreto-Lei nº 5.670 de 15 de julho de 1943 era válida apenas para trabalhadores urbanos, não havendo normas regulatórias sobre os salários de trabalhadores rurais, e estabelecia valores diferentes para o salário em cada estado da federação.

⁶⁵ É evidente que várias estratégias também poderiam ser empregadas por trabalhadores para ter acesso a todas as edições, como o compartilhamento de uma assinatura entre um grupo de pessoas (familiares, amigos, colegas de trabalho), socializando o seu custo e a sua leitura. Todavia, uma articulação desse tipo não invalida o argumento de que a modalidade de assinatura não era pensada para o trabalhador mais humilde, e sim para membros das classes média ou alta.

⁶⁶ Cf: ABREU, Marcelo de Paiva. O processo econômico. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Olhando para dentro (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. v. 4, p. 179-227.

capa e no verso, sem o compromisso da compra, motivo o qual essas páginas que se mostram estratégicas para a utilização de textos com tamanhos grandes, frases chamativas ou uso de imagens, como “uma espécie de sumário, cardápio ou vitrine” da edição⁶⁷.

Com vistas a esses argumentos, entendemos que o público assinante e que, portanto, não passa pela experiência de escolher ou não comprar uma edição diária, dispõe de um padrão de consumo um tanto superior ao trabalhador com carteira assinada. Além disso, especialmente o público que realizava as assinaturas enquanto residia no exterior — no caso do *Correio da Manhã* (RJ) — deveria possuir um padrão de vida maior ainda, em razão dos valores das mesmas. O fato desse jornal publicamente indicar que trabalha com o serviço de assinaturas ao exterior também funciona enquanto um demarcador de público, mostrando o interesse da diretoria de imprensa em atender a consumidores de diferentes classes sociais.

Um outro fator definidor do público, para Barros⁶⁸ são os anúncios presentes ao longo de uma edição do jornal, tendo em vista que os patrocinadores buscam veículos de comunicação que conseguem, ou prometem conseguir, conectá-las a seus públicos, impactando positivamente no aumento das vendas. Diante dessa percepção, o que poderia parecer, a princípio, um conjunto ilógico de publicidades, ganha um significado diferente para o historiador, possibilitando uma delineação do perfil em comum dos consumidores desejados por um determinado grupo editorial e seus financiadores.

Para a historiadora Anna Figueiredo⁶⁹, a riqueza das fontes publicitárias também deriva do fato destas comportarem “imagens, valores, ideias, representações, sonhos e anseios, configurando-se como objeto privilegiado para o estudo do imaginário”, e ainda acrescenta que esse tipo de fonte é pensada para lidar com um mercado estratificado, partindo da premissa de que é impossível atingir o público em sua totalidade e, portanto, direciona-se “particularmente aos segmentos do público que interessa sensibilizar”. Em uma análise

⁶⁷ Sobre as informações acerca da editoração do jornal, conferir: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, 2000, p. 244. De maneira a exemplificar, as “vitrines” do *Correio da Manhã* (RJ) eram a seção de assuntos internacionais, localizada na capa, e a seção de assuntos nacionais (mais notadamente assuntos ligados ao exercício dos três poderes constitucionais), localizada no verso da edição. Ambas essas seções frequentemente acompanham fotografias e títulos chamativos, recursos importantes para convencer um leitor de rua a se tornar um comprador.

⁶⁸ Cf. BARROS, José D’Assunção. *O Jornal como Fonte Histórica*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

⁶⁹ A pesquisa de Anna Figueiredo (1998) trata de um recorte posterior à presente dissertação, cujo objeto de estudo — a publicidade nos periódicos — localiza-se entre as décadas de 1950 e 1960. Contudo, o que observou-se empiricamente na análise do *Correio da Manhã* (RJ) entre 1947 e 1948 foi que algumas conclusões dessa autora também são válidas para a realidade carioca do fim dos anos 1940. Em razão disso, nesta seção que também analisa anúncios e publicidades, as contribuições da autora fizeram-se muito necessárias e foram acionadas para o enriquecimento da pesquisa. Cf. FIGUEIREDO, Anna Cristina C. M. “*Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*”: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1998.

histórica das décadas de 1950 e 1960, a historiadora afirma que a atividade publicitária no Brasil, desde o seu início, direcionou-se especificamente “para as camadas médias urbanas”⁷⁰.

No caso da edição analisada do *Correio da Manhã* (RJ), ainda que os anunciantes e seus produtos sejam diversos, eles apontam para uma direção bastante semelhante às análises de Figueiredo, possibilitando concluir que o público preferencial — ou ao menos, um público que certamente era alcançado — pertencia às classes média e alta da sociedade fluminense⁷¹. Essa percepção empírica baseia-se principalmente no tipo de produto ou serviço anunciado e nos valores que estes possuíam, quando essa informação encontra-se disponível.

Todavia, como a autora também salienta,

É preciso deixar claro que alguns segmentos mais bem remunerados do proletariado não estavam excluídos do público-alvo dos anúncios (Wells, 1977) e que muitos elementos presentes no imaginário das camadas médias, reafirmados pela publicidade e pelos meios de comunicação em geral, foram de algum modo igualmente compartilhados por outros estratos da sociedade, uma vez que estes também recebiam as informações e imagens divulgadas pelo rádio, cinema, por revistas, jornais [...] ⁷².

De modo a exemplificar a conclusão acima mencionada a partir dos anúncios publicitários do *Correio da Manhã* (RJ), alguns recortes foram selecionados para análise mais detalhada, respeitando e classificando os tipos de anunciantes possíveis no periódico em três grupos⁷³: os profissionais liberais, como profissionais de saúde ou professores, que vendem seus próprios serviços; os classificados, que localizam-se em uma região delimitada do jornal e dividem-se em subseções como “apartamentos, casas e cômodos”, “instrumentos de música”, “diversos”, etc.; e os burgueses, que publicam um conjunto de produtos e serviços das suas empresas, ou informam alguma necessidade de contratação de funcionários. Os anúncios, de qualquer tipo, geralmente não aparecem acompanhados de seus respectivos preços, havendo apenas, em geral, um número ou um endereço de contato, porém, ainda assim, ocasionalmente é possível encontrar alguns anúncios com valores incluídos, o que nos proporciona uma compreensão um pouco mais profunda acerca dos custos de mercado.

⁷⁰ Ibid, p. 19.

⁷¹ Entende-se que a expressão “sociedade fluminense” aqui empregada tem um sentido limitante, na medida em que a pretensa circulação do *Correio da Manhã* (RJ) seria nacional. Entretanto, optou-se por ela por compreender que o alcance dos anúncios é bem mais localizado do que o alcance das notícias, em razão de que a maioria dos anunciantes presentes localizavam-se na cidade do Rio de Janeiro ou em São Paulo.

⁷² FIGUEIREDO, Anna Cristina C. M. “*Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*”: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 20.

⁷³ Os obituários, isto é, informes que relatam o falecimento de algum membro da sociedade, também eram pagos por indivíduos privados (as famílias dos falecidos), mas como não possuem a finalidade mercadológica de vender algo, não foram incluídos nesta listagem.

Os anúncios de profissionais liberais presentes na edição analisada, de 14 de maio de 1948, em sua maioria são de médicos particulares das mais variadas especialidades, entre generalistas, ginecologistas, cirurgiões, obstetras, urologistas, otorrinolaringologistas, gastrologistas, radiologistas e psiquiatras. Eles concentram-se na segunda e oitava página⁷⁴, e possuem uma redação simples, com o nome do médico, acompanhado de algum indicativo da sua área de atuação, sem sinalização dos custos de consultas ou exames (conferir figura 1). A partir deles, podemos refletir que, em uma sociedade desigual como a brasileira, o círculo de sujeitos com acesso a um tratamento privado de saúde era certamente bem reduzido e elitizado, em razão de o sistema público de saúde ser extremamente desorganizado e voltado em tese para os trabalhadores formais — à época, sob responsabilidade do Ministério da Previdência e Assistência Social. Ademais, o número de especialidades disponíveis também demonstra a existência de consumidores que poderiam pagar por um serviço médico direcionado e de maior valor agregado.

Figura 1 — Anúncio médico, 1948



Fonte: DR. Antônio Leão Veloso. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

Por sua vez, os anúncios classificados podem ser encontrados na oitava e nona página, e possuem uma subseção específica para cada um dos tipos de produtos ou serviços disponíveis⁷⁵. A maioria destes anúncios trata-se de imóveis, como casas, apartamentos, prédios e terrenos, nas mais variadas localizações da cidade do Rio de Janeiro e também em algumas cidades próximas, como Petrópolis, Teresópolis e Niterói, sendo mais comum que

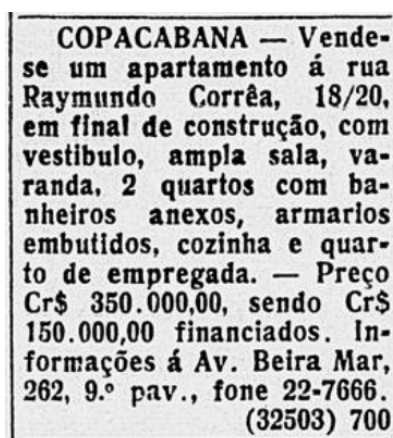
⁷⁴ As localizações de algumas seções variam de acordo com a edição, devido ao próprio número de páginas por edição, que também não é fixo. As paginações mencionadas ao longo do texto dizem respeito apenas à edição analisada.

⁷⁵ São muitas as possibilidades de subseções nos classificados, e estas variam de acordo com a edição. Na edição em análise, são dezessete subseções, a listar: Anúncios; Apartamentos, casas e cômodos; Instrumentos de música; Diversos; Professores; Médicos e Sanatórios; Empregos diversos; Criados; Móveis novos e usados; Máquinas diversas; Achados e perdidos; Modas e Bordados; Colégios; Automóveis de ocasião; Vendas diversas; Hipotecas; e Compra e Venda de prédios e terrenos.

esse tipo de reclame venha acompanhado de uma descrição do imóvel e um preço sugerido pelo vendedor, ainda que não seja uma regra (conferir figura 2).

Essas sugestões de valores, quando aparecem, destacam ainda mais o perfil de comprador que busca-se alcançar anunciando no *CM*, pois chegam à marca dos trezentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 350.000,00), o que era uma quantia bastante elevada, mesmo com a existência da possibilidade de financiamento bancário de uma parte desse valor. Chama a atenção a variedade de imóveis de luxo à venda, e também o grande número de propriedades localizadas em bairros nobres da capital federal, como Copacabana, Ipanema, Botafogo, Laranjeiras e Tijuca, o que também reforça a sinalização de que o público leitor do jornal era aquele com poder aquisitivo para comprar e vender esse tipo de bens, fomentando um mercado imobiliário.

Figura 2 — Anúncio de imóvel, 1948



Fonte: COPACABANA — Vende-se um apartamento à rua Raymundo Corrêa. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 09. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

Quanto aos anúncios feitos pelos burgueses, eles atravessam da capa ao verso da edição, em diferentes tamanhos, ofertando bens automobilísticos (como pneus, óleo de motor, peças mecânicas), itens de vestuário, medicamentos, utensílios, mobiliário, entre outros. Dando seguimento à linha de análise já percorrida, dois anúncios chamam a atenção em meio aos outros: um da companhia aérea francesa *Air France* (figura 3) e um de tapetes persas importados (figura 4). Ambos se destacam por possuírem a característica de conectar, em nível simbólico e material, o consumidor brasileiro a outros continentes, o que carrega um forte significado de distinção social no Brasil dos anos 1940. O ato aparentemente simples de *importar* um determinado produto é suficiente para gerar um valor agregado ao mesmo,

tornando-se objeto de desejo em uma realidade na qual entendia-se que tudo aquilo que vinha de fora, especialmente dos países industrializados, necessariamente era valioso no Brasil⁷⁶.

Ana Figueiredo trata esse aspecto em termos de uma “idolatria pelo estrangeiro”, signo de um Brasil que deseja exaltar sua industrialização ao mesmo tempo em que se conecta intimamente à lógica do capitalismo internacional. Para autora, essa idolatria guarda relações íntimas com a noção de progresso e modernidade⁷⁷ liberais, sem deixar de acionar raízes coloniais quanto ao hábito de consumir produtos importados, devido à forte influência de valores e padrões europeus e norte-americanos na cultura brasileira⁷⁸. Especificamente, o anúncio da *Air France* aciona um conjunto simbólico ligado à modernidade, tanto por tratar-se de uma exaltação ao avião enquanto meio de transporte tecnológico, “rápido e seguro” na travessia do Atlântico, quanto por representar a possibilidade e o desejo de estabelecer uma ligação privada de um sujeito ou burguês brasileiro com a Europa.

Figura 3 — Anúncio da *Air France*, 1948

⁷⁶ Esclarecemos que, obviamente, os custos materiais envolvidos no transporte de um produto importado também representam parte importante no seu valor final. Todavia, não se trata de desprezar tais custos, e sim de pontuarmos acerca da valoração simbólica e cultural que também existia em torno de uma mercadoria importada.

⁷⁷ A noção de progresso enquanto símbolo da modernidade liberal já é um tema bastante explorado na historiografia, cabendo esclarecer que a noção de modernidade aqui utilizada deriva de Marshall Berman (1986), que a resume como uma “experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida”, nas palavras do autor: “[...] O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas [...]; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, [...] acelera o próprio ritmo de vida [...]; descomunal explosão demográfica [...]; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos [...]; movimentos sociais de massa e de nações [...]; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão. No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se “modernização”. Cf. BERMAN, Marshall. *Introdução: Modernidade — Ontem, Hoje e Amanhã*. In: BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1986. pp. 15-36.

⁷⁸ FIGUEIREDO, Anna Cristina C. M. “*Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*”: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 49.

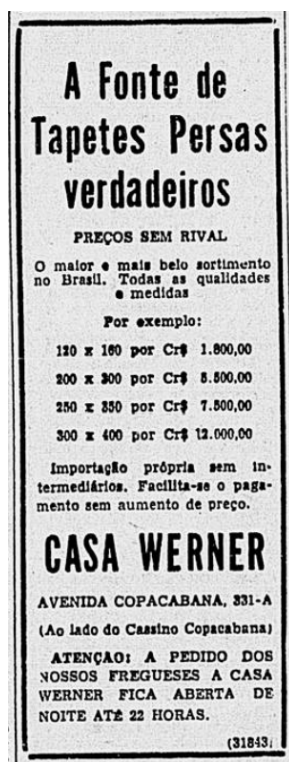


Fonte: EXPORTE e importe suas encomendas via Air France. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 11. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

O outro anúncio que se destaca nesta edição é o de um conjunto de tapetes persas vendidos por uma empresa carioca, a Casa Werner (figura 4). Diferentemente da peça publicitária da *Air France*, esses produtos importados chamam a atenção por conterem informações mais detalhadas sobre os seus preços, que variam de acordo com o tamanho do tapete, variando entre mil e oitocentos (Cr\$ 1.800,00) a doze mil (Cr\$ 12.000,00) cruzeiros — inclusive, segundo a estratégia de persuasão da Casa Werner, esses seriam “preços sem rival”, ou seja, supostamente baratos em relação ao mercado de bens de luxo.

Diante dessas informações, o que tanto a propaganda da companhia francesa, quanto a da Casa Werner terminam por revelar é um vislumbre da concentração de renda na sociedade brasileira do pós-Segunda Guerra Mundial, na qual um pequeno grupo tinha acesso a uma diversidade de mercadorias e serviços para ostentação, ao passo que a maioria da população sobrevivia com rendas ínfimas. O *Correio da Manhã* (RJ), enquanto um veículo da Grande Imprensa, tentava abarcar esses diferentes estratos enquanto público-alvo, como pode-se inferir a partir do contraste entre o preço barato de uma edição (Cr\$ 0,50), que facilitava a circulação entre a classe trabalhadora, e os valores dos produtos anunciados nela, acessíveis apenas para os sujeitos mais abastados.

Figura 4 — Anúncio de tapetes persas, 1948



Fonte: A FONTE de tapetes persas verdadeiros. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 11. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

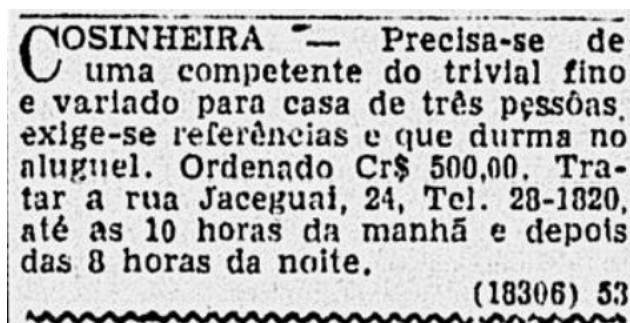
Para dar mais contornos dessa multiplicidade de públicos, e voltando o olhar para as classes médias e baixas da sociedade, selecionamos dois anúncios de empregos que apresentam informações relevantes para entender as possibilidades de renda dessas populações. O primeiro encontra-se na subseção de “Criados”⁷⁹, nos classificados da edição em análise, de 14 de maio de 1948, e refere-se à contratação de uma cozinheira (figura 5), com salário de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00), isto é, acima do salário mínimo de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00), como mencionado anteriormente.

Essa vaga de emprego evidencia que, apesar do tabelamento de salários pela legislação vigente, era possível para um trabalhador ganhar acima desse valor, mesmo em uma profissão fora do circuito industrial e ligada ao trabalho doméstico e feminino. Entretanto, cabe ressaltar, isso não quer dizer que o valor pago pela vaga seja suficiente para garantir uma subsistência de qualidade, pois a edição analisada carece de informações que permitam um maior número de detalhes sobre o custo de vida (valores de alimentação, aluguel, meios de

⁷⁹ A subseção “criados” encontra-se separada dos demais anúncios de emprego em razão de uma tradição colonial de deslegitimação do trabalho doméstico e feminino, para um maior aprofundamento acerca da questão do trabalho doméstico no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX, conferir: SOUZA, Flávia Fernandes. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*. 2017. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2017.

transporte, variedade de salários, etc.) da maioria da população, e buscar tais informações na historiografia, em nossa visão, fugiria do escopo desta dissertação.

Figura 5 — Anúncio em busca de cozinheira, 1948



Fonte: COSINHEIRA. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 08, classificados. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

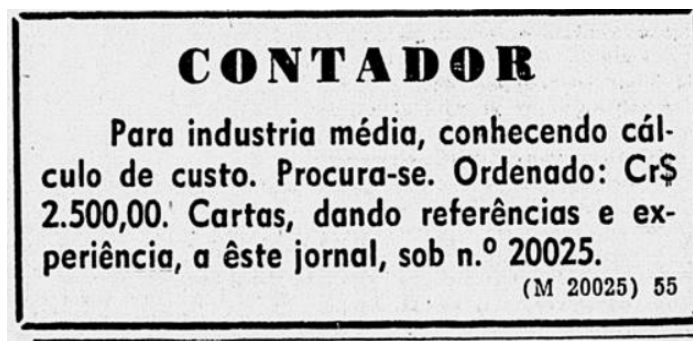
O segundo anúncio de emprego selecionado é de uma vaga para contador de uma indústria de médio porte (figura 6), presente na edição de número 16.919, que circulou em 16 de maio de 1948, um domingo. Aqui, deve-se explicar que a edição dominical do *Correio da Manhã* (RJ), além de possuir dois cadernos, pode ter um número de páginas que corresponde ao triplo de uma edição regular⁸⁰, e inclui uma seção de classificados bem mais extensa, o que possibilita uma incidência de anúncios de empregos como o acima apresentado, que incluem o valor do ordenado proposto pelo contratante.

No anúncio, exige-se o conhecimento acerca dos cálculos de custo, além de cartas dando referências e comprovando a experiência do candidato à vaga, que deveriam ser apresentadas na sede do *Correio da Manhã* (RJ). Contudo, apesar de parecer uma exigência simples, o ofício de contador demandava um tipo de especialização intelectual⁸¹ valorizada pelo mercado capitalista, o que torna a sua remuneração bastante superior à de uma cozinheira, como podemos observar abaixo:

Figura 6 — Anúncio em busca de contador, 1948

⁸⁰ Para valores de referência, uma edição regular tem no mínimo doze e, no máximo, dezoito páginas, mas a maioria não ultrapassa a marca das dezesseis páginas no recorte analisado. Quanto às edições dominicais, sua variação vai de trinta e duas a quarenta e quatro páginas mas, em média, a maioria tem em torno de trinta e seis páginas.

⁸¹ A vaga analisada não exige a comprovação de algum curso profissionalizante que garantisse a expertise do profissional contratado, porém é importante sinalizar que tais cursos já existiam na região sudeste ao menos desde o início do século XX, como discutem os autores Ivam Peleias, João Segreti, Glauco da Silva e Amanda Chirotto (2007) em artigo publicado na revista *Contabilidade e Finanças*, da Universidade de São Paulo (USP). CF: PELEIAS, Ivam R.; SEGRETI, João B.; SILVA, Glauco P. da; CHIROTTO, Amanda R. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo, USP, Edição 30 anos de doutorado, pp. 19-32, Jun. 2007.



Fonte: CONTADOR. *Correio da Manhã*, Ed. 16919, p. 14, classificados. Rio de Janeiro - RJ, 16 Mai. 1948.

O salário de dois mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 2500,00), oito vezes maior que um salário mínimo da época, pode revelar que um contador poderia ser considerado um indivíduo de classe média na sociedade carioca. Em comparação com os valores de produtos voltados às elites, já mencionados nesta seção, o seu ordenado ainda é modesto. Todavia, os dois anúncios de emprego aqui apresentados indicam que sujeitos pertencentes a esses estratos não só compravam e liam o *Correio da Manhã* (RJ), como também buscavam oportunidades de trabalho ofertadas lá. Desta forma, o periódico não só exercia sua função de veicular notícias cotidianas, mas também possuía um papel econômico relevante, seja como uma plataforma de compra e venda de produtos e serviços, ou conectando patrões e empregados através das vagas de emprego anunciadas.

Pode-se concluir, portanto, que no recorte analisado, o ato de comprar uma única edição tinha uma importância que extrapola o simples desejo de informar-se sobre o Brasil e o mundo — sem que seja preciso negar que esse desejo está presente e mobiliza a compra do jornal, mas reconhecendo que havia uma dimensão de inserção do sujeito economicamente ativo (empregador ou empregado) em uma rede de trocas que poderia ampliar as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho e, por conta disso, bastante valiosa.

Diante do exposto até aqui, depreende-se que o *Correio da Manhã* (RJ) possuía diversos públicos leitores, tanto pelo valor acessível de suas edições, quanto pelo que podemos interpretar através de seus múltiplos anúncios, alcançando mesmo públicos de alto valor aquisitivo da sociedade brasileira da época. Essa incipiente avaliação é reforçada pelas análises de Ana Paula Goulart Ribeiro, que discute a busca por esse perfil mais elitista de leitores no *CM* enquanto uma particularidade manifestada somente após 1929, quando Paulo

Bittencourt⁸² assumiu a presidência e direção do jornal, aliando sua perspectiva à do redator-chefe Pedro da Costa Rego⁸³, que já ocupava o cargo desde 1923⁸⁴.

Para a autora, a colaboração entre os dois sujeitos fortaleceu o caráter liberal e polemista do jornal que, nas primeiras décadas de funcionamento (1901 a 1929), pretendia ser um periódico consumido majoritariamente por “representantes da pequena burguesia urbana, escalões médios da administração, militares, comerciantes, professores e donos de pequenas empresas”⁸⁵. Nelson Werneck Sodré e Ribeiro constataam que a modificação empreendida pela nova gestão do *CM* inaugurou uma segunda fase na história do jornal, representando o auge da sua existência comercial⁸⁶.

Essa fase durou até 1963, ano do falecimento de Paulo Bittencourt, e nela se inclui o recorte analisado na presente pesquisa. Dentre as suas principais características, além da intensificação liberal, cabe citar o aumento vertiginoso das publicidades presentes no jornal, que alcançaram patamares inéditos para a imprensa brasileira desde o início da década de

⁸² Paulo Bittencourt era filho de Edmundo Bittencourt, fundador do *Correio da Manhã* (RJ). Era bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e assumiu a propriedade e a direção do *Correio da Manhã* (RJ) em 1929, aos 36 anos, sendo importante para a modernização do jornal e expansão do público leitor. Na direção do *CM*, manteve e intensificou a linha política liberal e polemista do periódico, aproximando-se do governo Vargas após 1930, mas afastando-se ideologicamente do mesmo nos anos 1940, quando o periódico passou a fazer campanha para partidos políticos como a União Democrática Nacional (UDN) após 1945. Faleceu em 1963 de problemas cardíacos. Cf: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã – compromisso com a verdade*. Caderno de Comunicação: Série Memória. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2001.; MORREU Paulo Bittencourt. *Correio da Manhã*, Ed. 21574, p. 01, Capa. Rio de Janeiro - RJ, 03 Ago. 1963.

⁸³ Pedro da Costa Rego foi um jornalista e político alagoano que morou no Rio de Janeiro e foi colaborador de jornais cariocas como a *Gazeta de Notícias*, o *Correio da Manhã* e *O Século*. Sua relação com o *Correio da Manhã* (RJ) foi iniciada em 1907, aos 18 anos, após ter concluído os estudos na capital federal. Dedicou-se ao trabalho jornalístico, teve uma participação importante como correspondente do *CM* nas reuniões de paz da Primeira Guerra Mundial, em 1919, e alcançou o posto de redator-chefe em 1923, que ocupou de maneira intermitente entre as décadas de 1920 e 1950, tendo uma relação de trabalho profícua com os proprietários Edmundo (até 1929) e Paulo Bittencourt. Na vida política, elegeu-se deputado federal pelo Partido Democrático por dois mandatos, de 1915 a 1918 e de 1921 a 1923. Foi governador de Alagoas entre 1924 e 1928, e eleito senador em duas ocasiões, em 1929, tendo seu mandato interrompido pelo golpe de 1930, e em 1935, novamente, com o mandato interrompido pelo golpe de 1937. Faleceu em 1954, ainda no cargo de redator-chefe do *Correio da Manhã* (RJ). Cf: CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. REGO, Pedro da Costa. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rego-pedro-da-costa>. Acesso em: 27 maio 2025.; O FALECIMENTO de Costa Rego. *Correio da Manhã*, Ed. 18797, p. 1, Capa. Rio de Janeiro - RJ, 06 Jul. 1954.

⁸⁴ Cf: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, 2000.

⁸⁵ Ibid. p. 68.

⁸⁶ Cf: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, 2000.; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

1950⁸⁷. Em 1959⁸⁸, o *Correio da Manhã* (RJ) publicou um relatório financeiro no qual é possível observarmos a centralidade dos anunciantes para a manutenção do periódico, como apresenta Ana Paula Goulart Ribeiro:

[...] o jornal faturou, em 1958, 7,4 milhões em assinatura e 24,8 milhões em venda avulsa. Só na compra de papel, a sua despesa foi 53,7 milhões. A receita proveniente das assinaturas e vendas avulsas foi inferior ao custo do papel, dando na relação uma diferença negativa de 21,4 milhões. Isso sem contar as despesas comerciais (51,1 milhões), com oficinas (45,3 milhões), com a redação (41,6 milhões) e com a administração (33,5 milhões). Entretanto, graças à publicidade, que lhe rendeu 236 milhões de cruzeiros, a empresa pôde apresentar um lucro de 16 milhões⁸⁹.

O aumento da relevância publicitária não era uma exclusividade do *CM*, mas reflexo de uma dinâmica internacional que passou a afetar o jornalismo brasileiro a partir do final dos anos 1940, com a implementação de técnicas da imprensa norte-americana, especialmente no Rio de Janeiro. Essa metodologia buscava se afastar do chamado modelo francês, seguido pela grande maioria dos periódicos brasileiros e que privilegiava uma escrita mais próxima da literatura, com gêneros textuais “mais livres e opinativos, como a crônica, o artigo polêmico e o de fundo”⁹⁰.

O modelo estadunidense, por sua vez, privilegia a impessoalidade, na tentativa de transmitir as informações de maneira lida como “objetiva”, “imparcial” e, portanto, verídica. A proposta era que o jornal passasse a “refletir a realidade”, da qual os acontecimentos “emergiam naturalmente” em formato de notícia, cabendo ao jornalista os trabalhos de

⁸⁷ Cf. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, 2000.

⁸⁸ O relatório fazia parte de uma prestação de contas pública do jornal com sua diretoria e acionistas. Cf. CORREIO da manhã S/A. *Correio da Manhã*, Ed. 20270, p. 34, Relatório da Diretoria. Rio de Janeiro - RJ, 26 Abr. 1959.

⁸⁹ Entendemos que as informações aqui apresentadas tratam de uma década posterior ao recorte analisado, todavia, a menção ao relatório, tal como ao texto de Ana Ribeiro, possuem, nesta seção, apenas uma função referencial, de compreensão das transformações midiáticas e empresariais que ocorriam na imprensa dos anos 1940 à 1950. Entendemos, a partir da análise das fontes de 1947 e 1948, que tais transformações já estavam em curso ao final da década de 1940, contudo, a carência de um relatório rico em detalhes, como o de 1959, nos impossibilita uma análise mais detalhada e profunda acerca deste processo. Devido ao caráter excepcional desse tipo de relatório, sendo publicizado para todos os leitores do periódico, além de incluir os valores de assinaturas e publicidades, achamos por bem inseri-lo para que o leitor deste trabalho tenha noção da potência das transformações aqui discutidas, ainda que elas não sejam perfeitamente aplicadas para um recorte dez anos anterior, sendo, entretanto, úteis de alguma forma. Cf. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, 2000.

⁹⁰ Cf. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa nos anos de 1950. *Estudos Históricos*, n. 31, 2003, p. 148.

checagem, apuração e narração da forma mais direta, sem utilização de metáforas e com redução nos adjetivos que tornavam a informação “subjética”⁹¹.

Nas edições de 1947 a 1948 é possível observar que o *Correio da Manhã* (RJ) — que sempre tivera uma forte influência do modelo francês — passava por essa transição e trazia em sua capa majoritariamente notícias que seguiam o modelo norte-americano, em geral com fragmentos reproduzidos de periódicos estrangeiros. O único espaço que funciona como um “editorial” e, portanto, carrega análises e opiniões da direção do periódico na capa é a coluna superior direita⁹², um padrão que se manteve em todas as edições analisadas. Em páginas seguintes, principalmente nos cadernos veiculados nas edições dominicais, é possível observar a manutenção do caráter literário, carregado de artigos de opinião e crítica política assinados individualmente pelos jornalistas do *CM*⁹³.

A transição de modelo mencionada e a manutenção do formato norte-americano nas capas também revela que houve uma boa adesão do público durante o recorte analisado. Segundo dados do Serviço de Controle de Venda Avulsa de Jornais⁹⁴, ligado ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), em 1951 o *Correio da Manhã* (RJ) vendeu em média 140 edições diárias por banca de jornais na capital federal⁹⁵, o que o colocou em alguns meses desse ano dentre os três jornais mais comprados no Rio de Janeiro.

⁹¹ Cf. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa nos anos de 1950. *Estudos Históricos*, n. 31, 2003, p. 149.

⁹² A título de exemplo, a coluna de opinião da edição de 16917 chama-se “Insulto”, e trata de uma polêmica em torno de opiniões favoráveis ao marechal Philippe Pétain em solo brasileiro. O autor da coluna posiciona-se de maneira a considerar um insulto qualquer simpatia para com o marechal que, à época, encontrava-se em prisão perpétua por ter colaborado com o regime nazista durante o governo de Vichy (1940-1944), o qual ele presidiu. Cf. INSULTO. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

⁹³ De maneira mais ou menos contemporânea, alguns dos nomes de maior destaque a assinar colunas, textos de opinião e notícias no *Correio da Manhã* (RJ) foram Costa Rego, Carlos Lacerda, Luiz Alberto Bahia, Antônio Callado, Otto Maria Carpeaux, Graciliano Ramos, Álvaro Lins, Franklin de Oliveira, Marcio Moreira Alves, Hermano Alves, Janio de Freitas, José Lino Grünewald, Newton Rodrigues, Carlos Drummond de Andrade, Moniz Viana, Paschoal Carlos Magno, Van Jafa, José Condé, Brito Broca, Octavio de Faria, Jaime Maurício, Eurico Nogueira França e Jorge Leão Teixeira. Cf. PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã – compromisso com a verdade*. Caderno de Comunicação: Série Memória. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2001.

⁹⁴ Iniciado em 1951, o Serviço de Controle de Venda Avulsa de Jornais tinha o objetivo de produzir estatísticas acerca da venda dos principais jornais que circulavam nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A partir de 1969 o serviço foi ampliado e passou a incluir outras capitais de estados brasileiros, como todas as das regiões nordeste e sudeste, além de outras cidades demográfica e economicamente relevantes, como os municípios do ABC paulista, Santarém-PA e Campina Grande-PB, por exemplo. No total, 39 localidades (entre municípios e regiões) foram contempladas pelo serviço, que funcionou até 1983, quando foi substituído por outros serviços de análise estatística, a citar, os Relatórios Trimestrais de Pesquisas de Jornal (a partir de 1983), os Relatórios Mensais de Jornais (a partir de 1989, concomitante aos relatórios trimestrais) e os Relatórios Semestrais de Revistas (também a partir de 1983). Cf. ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. *IBOPE: Inventário*. 2007. Campinas, SP: Arquivo Edgard Leuenroth, IFCH, Unicamp, 2007, pp. 106-125. Disponível em: <<https://ael.ifch.unicamp.br/node/385>>. Acesso em: 22 Mai. 2025.

⁹⁵ ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. *IBOPE: Serviço de Controle de Venda Avulsa de Jornais*. 1951. Notação: JR 002. Campinas, SP: Arquivo Edgard Leuenroth, IFCH, Unicamp, 1951. Disponível em: <<https://ael.ifch.unicamp.br/node/385>>. Acesso em: 22 Mai. 2025.

Na Zona Sul carioca, especificamente, o *CM* mostrou-se imbatível em todos os meses de amostragem, tendo sido o periódico mais consumido nos bairros nobres da cidade⁹⁶, o que também corrobora com a análise de público leitor aqui desenvolvida.

Acreditamos, por fim, que o conjunto das informações aqui discutidas servem de base para compreendermos a estruturação das narrativas e representações presentes no conteúdo do jornal, tendo em vista que o trabalho editorial não se encontra desconectado da realidade mercadológica em que o periódico está inserido. De maneira pormenorizada, analisamos na seção seguinte a editoração e o conteúdo veiculados no noticiário internacional do *CM*, fonte central da presente pesquisa.

2.2. QUAL É O LUGAR DAS NOTÍCIAS INTERNACIONAIS?

Quando publicou a primeira edição do *Correio da Manhã* (RJ), em 15 de junho de 1901, o diretor e proprietário Edmundo Bittencourt⁹⁷ permitiu a alocação do noticiário internacional na capa do novo periódico, mas em espaço diminuto. À época, a seção era nomeada como “Telegrammas”⁹⁸, em referência à maneira como os correspondentes jornalísticos no exterior enviavam suas notícias, e neste exemplar trazia pequenos informes políticos de outras capitais americanas (Santiago, Buenos Aires e Washington) e do continente europeu (Roma, Paris, Berlim, Bruxelas, Madrid, Londres e Luxemburgo), de forma a ocupar pouco mais do que uma coluna.

Bittencourt possuía convicções liberais e já tinha participado da redação de jornais assim inclinados como *A Reforma* (RS) e *A Imprensa* (RJ) e, assim, suas preocupações, na virada do século XIX para o século XX, giravam em torno da corrupta relação entre a presidência da república — então governada por Campos Sales (1898-1902) — e uma parcela

⁹⁶ A Zona Sul carioca é a região da cidade que, ao menos desde o início do século XXI, compreende mais alto preço do metro quadrado do solo da cidade, sendo comumente representada enquanto “local belo, de alto status, de cosmopolitismo, de elegância, de lançamento de modas e modernidades, de maior liberação de costumes” (CARDOSO, 2011, p. 38), nessa região encontram-se bairros como Copacabana, Ipanema, Leblon, Laranjeiras e Botafogo. Cf. CARDOSO, Elizabeth Dezouart. A invenção da Zona Sul: Origens e difusão do topônimo Zona Sul na geografia carioca. *GEOgraphia*, v. 11, n. 22, p. 37-58, 8 fev. 2011.

⁹⁷ Edmundo Bittencourt foi um jornalista e advogado riograndense que se formou no Rio de Janeiro (atual UFRJ) e foi colaborador de jornais liberais como *A Reforma* (RS) e *A Imprensa* (RJ), até fundar seu periódico, o *Correio da Manhã* (RJ), em 1901, aos 35 anos. Estabeleceu as bases do jornal enquanto opositorista, polemista e crítico aos desmandos da primeira república, ocupando a sua direção até 1928, quando passou para o seu filho, Paulo Bittencourt. Ao longo da sua trajetória, Edmundo cativou aliados de grande projeção na política e no meio jornalístico como Rui Barbosa, Manuel Vitorino Pereira e Pedro Leão Veloso, mas também acumulou desafetos como Pinheiro Machado, Hermes da Fonseca, Campos Salles e Epitácio Pessoa. Por diversas vezes, Edmundo Bittencourt chegou a ser preso por opiniões políticas veiculadas em seu periódico durante a República Velha. Cf. EDMUNDO Bittencourt. *Correio da Manhã*, Ed. 15019, p. 01, Capa. Rio de Janeiro - RJ, 17 Out. 1943.; PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã – compromisso com a verdade*. Caderno de Comunicação: Série Memória. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2001.

⁹⁸ TELEGRAMMAS. *Correio da Manhã*, Ed. 01, p. 01, Capa. Rio de Janeiro - RJ, 15 Jun. 1901.

considerável dos periódicos, que aceitavam o recebimento de uma subvenção para que não fossem veiculadas críticas ao presidente⁹⁹. Para o fundador, era urgente que o debate público pudesse ocorrer de maneira “apartidária”, permitindo-se a crítica do sistema político e do então mandatário, como podemos observar no editorial de lançamento do *CM*:

Poucas palavras e muita sinceridade, porque desta coluna estamos escrevendo para o povo. O *Correio da Manhã* não tem nem terá jamais ligação alguma com partidos políticos. (...) jornal que propõe, e quer deveras defender a causa do povo, do comércio e da lavoura, entre nós, não pode ser um jornal neutro. Há de, forçosamente, ser um jornal de opinião, e, neste sentido, uma folha política. (...) Mas desta política, desapaixonada e nobre, só uma imprensa francamente independente pode se ocupar. (...) O povo está cansado, o povo sente que lhe ocultam a verdade, e que transformam até seus clamores em uma antífona sacrílega de aplausos. O povo quer a verdade, ele compreende que só ela salva e redime, embora às vezes fira. E hoje, mágoa é dizê-lo, todo o programa de um jornal, sincero e independente, pelo qual o povo anela, se pode resumir nestas palavras: dizer a verdade. É para dizê-la que aqui estamos.¹⁰⁰

O estabelecimento do *Correio* enquanto um “jornal de opinião” foi uma característica que o atravessou até a sua extinção, em 1974, fosse de maneira mais escancarada ou mais sutil, a depender da liberdade de imprensa que houvesse no período, devendo-se levar em conta que o *CM* não teve sua circulação interrompida ao longo das sete décadas de funcionamento, mesmo durante momentos ditatoriais¹⁰¹. Esse perfil, apesar de desagradar a parcela da elite governista nas primeiras décadas do século XX, era bem recebido pelo público e contava com o apoio de setores da burguesia industrial, principais anunciantes desde a primeira edição — que, aliás, teve metade das suas páginas preenchidas por patrocinadores e demais anunciantes¹⁰².

⁹⁹ Sobre a fundação e os primeiros anos do *Correio da Manhã* (RJ), as informações presentes nessa dissertação derivam tanto de fontes jornalísticas já mencionadas, como a primeira edição e o obituário de Edmundo Bittencourt, mas também das pesquisas de Ribeiro (2000), Areas (2013) e Silva (2015), além da publicação feita pela coletânea *Cadernos de Comunicação da Prefeitura do Rio de Janeiro* (2001). Cf. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, 2000.; PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã – compromisso com a verdade*. Caderno de Comunicação: Série Memória. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2001.; AREAS, Daiana Maciel. *O governo JK nas páginas do Correio da Manhã (1956-1961)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo-RJ, 2013.; SILVA, Renato Pereira da. *Imprensa e política: o governo Goulart nas páginas do Correio da Manhã (1961-1964)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2015.

¹⁰⁰ CORREIO da Manhã. *Correio da Manhã*, Ed. 01, p. 01, Editorial, Capa. Rio de Janeiro - RJ, 15 Jun. 1901.

¹⁰¹ PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã – compromisso com a verdade*. Caderno de Comunicação: Série Memória. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2001.

¹⁰² Cf. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa nos anos de 1950*. *Estudos Históricos*, n. 31, 2003. p. 149.

Devido ao contexto da primeira república, a proposta de oposição às oligarquias governistas certamente impactou as escolhas editoriais do que era considerado mais relevante de ser publicado, com prioridade para o debate político brasileiro, em detrimento da coluna de “Telegrammas”. Esta, em semanas seguintes, foi passada ao segundo plano, com publicação na terceira página, de forma a evitar uma competição por espaço com as notícias nacionais¹⁰³. Seu tamanho foi expandido progressivamente com o passar dos meses mas, ainda assim, os “Telegrammas” permaneceram longe das capas por 13 anos, entre o fim de julho de 1901 e o mesmo período de 1914, quando iniciou-se o conflito que hoje chamamos de Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

O embate, inicialmente apenas europeu¹⁰⁴, trouxe o noticiário internacional novamente para o primeiro plano¹⁰⁵, e passou a estampar cotidianamente as capas do *Correio da Manhã* (RJ). Desde então, no período em que pudemos conferir, entre 1914 e 1949, o noticiário internacional permaneceu em destaque na “vitrine”, ocupando as capas do *CM* com pequenas variações de formato até alcançar um modelo que mescla elementos dos tipos de jornalismo francês e estadunidense¹⁰⁶, na transição para a década de 1950.

Ao analisarmos de maneira ilustrativa a capa da edição número 16917, de 14 de maio de 1948, encontramos quinze notícias, e podemos classificá-las em três grupos: (I) as notícias longas, cujo texto supera quatro parágrafos, e nota-se a utilização de técnicas jornalísticas recentes, como a “pirâmide invertida” e o *lead*; (II) As pílulas, textos de tamanho igual ou inferior a quatro parágrafos, transmitindo a informação de maneira breve, mas pouco aprofundada; e, por fim (III) a coluna editorial, que mistura narração e análise, seguindo um modelo de artigo de opinião, com a utilização de técnicas do jornalismo francês, como o “nariz de cera”. A capa em questão possui nove notícias longas, cinco pílulas e uma coluna editorial, sem assinatura.

¹⁰³ A modificação ocorreu na edição de número 40 de 1901, publicada em 24 de Julho. Cf: TELEGRAMMAS. *Correio da Manhã*, Ed. 40, p. 03. Rio de Janeiro - RJ, 27 Jul. 1901.

¹⁰⁴ A partir da edição publicada em 28 de julho de 1914, o *Correio da Manhã* repercutiu os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial enquanto exclusivamente europeus, inclusive utilizando um demarcador antes das notícias de guerra, intitulado “o momento europeu”. Essa nomenclatura muda para “notícias da guerra” na edição de 17 de Maio de 1916, quando algumas notícias já trazem correspondências de países neutros, incluindo os Estados Unidos, que só veio a entrar no conflito no ano seguinte. Cf: A GUERRA austro-sérvia. *Correio da Manhã*, Ed. 5633, p. 01, Capa. Rio de Janeiro - RJ, 28 de Jul. 1914; QUASI uma batalha naval. *Correio da Manhã*, Ed. 6292, p. 01, Capa. Rio de Janeiro - RJ, 17 de Mai. 1916.

¹⁰⁵ O retorno do noticiário internacional às capas do *Correio da Manhã* de maneira contínua ocorre na edição de número 5633, publicada em 28 de Julho de 1914. Cf: A GUERRA austro-sérvia. *Correio da Manhã*, Ed. 5633, p. 01, Capa. Rio de Janeiro - RJ, 28 de Jul. 1914.

¹⁰⁶ As características desses tipos de jornalismo já foram explicadas ao fim da seção anterior deste capítulo. De maneira resumida, Ribeiro (2003) apresenta o modelo francês como mais literário, priorizando textos de opinião e polêmica, ao passo que o modelo estadunidense busca se firmar enquanto “imparcial”, optando por uma escrita com poucas adjetivações e, portanto, mais objetiva. Cf: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa nos anos de 1950. Estudos Históricos*, n. 31, 2003.

A historiadora Ana Paula Goulart Ribeiro descreve as técnicas acima mencionadas da seguinte maneira:

O *lead* era a abertura do texto, o primeiro parágrafo, que devia resumir o relato do fato principal, respondendo a seis perguntas básicas: quem?, fez o quê?, quando?, onde?, como? e por quê? Símbolo máximo do jornalismo moderno, o *lead* veio substituir o "nariz de cera", texto introdutório longo e rebuscado, normalmente opinativo, que antecedia a narrativa dos acontecimentos e que visava a ambientar o leitor. A antiga técnica geralmente usava uma linguagem prolixa e pouco objetiva, narrando os acontecimentos a partir de uma ordem mais ou menos cronológica. Narração, comentário e análise se confundiam¹⁰⁷.

Esse grupo de notícias é organizado espacialmente como um quadro, na tentativa de fisgar o leitor acidental e convocá-lo ao consumo do periódico, e segue uma ordem de importância que leva em conta o movimento que faz o olho ocidental ao analisar algo, do canto superior esquerdo ao canto inferior direito, como descrito por Ostrower:

Ao olharmos um quadro, não entramos nele pelo centro, apesar de nossa posição ser frontal e paralela ao plano pictórico. Também não o percebemos em desdobramentos simétricos para os dois lados. [...] nossa tendência sempre é seguir no sentido do relógio, começar no alto do canto esquerdo e, em movimentos sinuosos, encaminhar-nos ao canto inferior direito¹⁰⁸.

É curioso pensar que, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) a capa do *Correio da Manhã* (RJ) não tenha voltado a estampar notícias nacionais, ainda mais quando levamos em conta a ocorrência de acontecimentos de grande impacto para a política brasileira, como a ascensão do chamado movimento tenentista nos anos 1920 e a sua culminância na Coluna Prestes (1925-1927)¹⁰⁹, ambos apoiados pela direção do *CM*. Nesse contexto, o que teria motivado a manutenção do noticiário internacional na vitrine do periódico ao longo de mais de três décadas?

¹⁰⁷ Cf. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa nos anos de 1950. *Estudos Históricos*, n. 31, 2003. p. 149.

¹⁰⁸ Cf. OSTROWER, Fayga. *Universos da Arte*. Rio de Janeiro-RJ: Editora Campus, 2000. p. 51.

¹⁰⁹ Tenentismo é o nome pelo qual ficou conhecido um movimento político-militar encabeçado por oficiais de baixa patente a partir da década de 1920. Entre os seus principais postulados, o movimento opunha-se à corrupção e ao domínio da política institucional pelas oligarquias latifundiárias, além de criticarem a estrutura arcaica das forças armadas, que privilegiavam oficiais de alta patente. Um dos momentos de maior intensidade do movimento tenentista na década de 1920 foi a chamada Coluna Prestes, uma contínua insurreição armada que teve como objetivo inicial a propagação do ideário político tenentista, de forma a incentivar a eclosão de outros movimentos revolucionários capazes de deteriorar o regime oligárquico. Para maior aprofundamento, conferir: LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Acreditamos que essa escolha editorial teve muitos motivos, sendo possível relacioná-la inicialmente com a internacionalização da segunda revolução industrial e a aceleração dos processos econômicos e políticos mundiais, que constituíram “uma rede cada vez maior de fluxos e intercâmbios que ligam todas as partes da economia mundial ao sistema global”¹¹⁰. Essa maior integração entre continentes desde a virada do século XIX para o século XX teve como uma de suas consequências a sensação de que os acontecimentos ocorridos no centro do capitalismo internacional — isto é, o Atlântico Norte — produziram impactos mundiais¹¹¹, especialmente em países economicamente dependentes.

As guerras mundiais e a crise econômica de 1929, que estamparam manchetes cotidianas e desgastaram as economias dos Estados latino-americanos¹¹², por exemplo, passaram a ser entendidos enquanto acontecimentos de primeira importância, sem qualquer paralelo de semelhante impacto na segunda metade do século anterior. Além disso, cabe lembrar que o público alcançado pelo *Correio da Manhã* (RJ) — como explicitamos na seção anterior — pertencia à classe burguesa, ligada ao comércio exterior e sob forte influência de padrões culturais europeus e norte-americanos, o que mobilizava ainda mais o interesse dessa classe pelos acontecimentos internacionais.

Entendemos que esse tipo de noticiário, fruto da internacionalização do capitalismo editorial, acaba por formar “comunidades imaginadas”, conceito proposto por Benedict Anderson para designar grupos que compartilham um mesmo conjunto de referências culturais em uma determinada sociedade, responsável por construir nessa sociedade um senso

¹¹⁰ Cf. HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 92.

¹¹¹ Essa argumentação também pode ser relacionada ao processo de modernização descrito por Berman (1986), como explicitado na nota de rodapé número 78. Cf. BERMAN, Marshall. Introdução: Modernidade — Ontem, Hoje e Amanhã. In: BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1986. pp. 15-36.

¹¹² Para uma análise econômica sobre o processo de desgaste e reconstrução da economia brasileira após tais acontecimentos, recomendamos a leitura de Maria da Conceição Tavares (2011). Cf. TAVARES, Maria da Conceição. O Processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina: o caso do Brasil. In: CORRÊA, Vanessa Petrelli; SIMIONI, Mônica (Orgs.). *Desenvolvimento e igualdade: Maria da Conceição Tavares*. Rio de Janeiro-RJ: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2011. pp. 47-150.

de pertencimento — nos casos analisados por Anderson¹¹³, referente ao pertencimento nacional.

À luz desse conceito, acreditamos que o noticiário internacional veiculado no Brasil tem a função de criar, para o público leitor, uma sensação de integração aos acontecimentos do mundo (majoritariamente o mundo ocidental), capaz de situar os brasileiros enquanto parte de uma “comunidade internacional” — noção em voga pela própria criação de organismos multilaterais dos quais o Brasil é partícipe desde 1920, como a Liga ou Sociedade das Nações (SDN)¹¹⁴ (1919-1926) e, a partir da década de 1940 até a atualidade, a Organização das Nações Unidas (ONU).

Além disso, compreendemos o consumo em torno desse noticiário enquanto um fator auxiliar na constituição de uma ideia de nação brasileira e do senso de brasilidade a partir da observação e do contato com o comportamento político de outras sociedades, que também fazem parte dessa comunidade internacional, formando uma relação de alteridade e diferença simbólicas, intermediada pela imprensa. Em suma, passamos a nos entender melhor como brasileiros à medida em que entendemos melhor quem são os estadunidenses, os soviéticos, os árabes ou os judeus, mediante a representação ideológica das suas características e a identificação das semelhanças e diferenças que temos em relação a esses povos.

A especificidade desse processo de contato com o mundo exterior, mediado pelas grandes empresas do capitalismo editorial, não se passa sem a presença da ideologia burguesa

¹¹³ Convém esclarecer que Benedict Anderson (2008) elabora o conceito de “comunidades imaginadas” a partir da análise de processos de formação dos Estados-nação, especialmente no contexto do século XIX (caso americano) e das lutas anticoloniais do século XX na Ásia e na África. Todavia, parte-se aqui do entendimento de que o Estado-nação, enquanto construção simbólica e cultural, não se esgota no momento de sua fundação, mas se encontra em permanente processo de reconstrução e ressignificação, à medida que novas gerações reinterpretam emblemas, narrativas e pertencimentos nacionais. Nesse sentido, o uso do conceito de Anderson não se limita ao seu recorte empírico original, mas é mobilizado de forma ampliada, para pensar também os mecanismos cotidianos de produção de pertencimento e de integração simbólica no interior de sociedades já nacionalmente constituídas. Assim, entende-se que o noticiário internacional, ao inserir o público leitor em uma gramática de referências globais, contribui para a construção de uma percepção de pertencimento a uma “comunidade internacional” e, simultaneamente, para a redefinição do lugar do Brasil nesse mundo em constante internacionalização. Trata-se, portanto, de um uso do conceito que não pretende reproduzir o objeto empírico de Anderson, mas explorar a potência explicativa de sua formulação para compreender processos contemporâneos de mediação simbólica e produção de pertencimentos, especificamente com relação à imprensa internacional. Cf: ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2008.

¹¹⁴ A Liga ou Sociedade das Nações (SDN) foi um organismo internacional criado após a vitória da Tríplice Entente na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) com o objetivo de fortalecer a diplomacia entre as nações e buscar por soluções pacíficas para os desentendimentos entre as mesmas, evitando assim novos conflitos militares. O Brasil, como membro do grupo vitorioso, participou da conferência de paz em 1919 e se tornou um membro fundador da SDN, integrando o seu Conselho Executivo enquanto membro temporário até 1926. Neste ano, o Brasil não teve o seu pleito atendido para uma vaga de membro permanente, renunciou à sua vaga no Conselho e se retirou da SDN alegando a ocorrência de reuniões secretas entre os membros europeus da organização para conduzi-la sem interferências da América Latina. Cf: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília-DF: Editora UnB, 2012.

nacional e internacional, isto é, a classe detentora dos aparelhos privados de hegemonia. No caso do *Correio da Manhã* (RJ), a análise que fizemos acerca dos ideais veiculados no periódico ao fim da década de 1940 reforça as percepções frutos das pesquisas de outros autores, como Ana Paula Goulart Ribeiro, Daiana Maciel Areas e Renato Pereira da Silva, sendo consensual que se entenda a localização política do periódico dentro do espectro liberal da época, com características anti-comunistas, anti-getulistas, cristãs e nacionalistas¹¹⁵. Veiculando tal ideologia, o *CM* aproximou-se do partido político que correspondia a essa perspectiva de realidade, isto é, a União Democrática Nacional (UDN)¹¹⁶, chegando a apoiar abertamente as candidaturas desse partido¹¹⁷ entre 1945 e 1964.

Um exemplo de como essa ideologia atravessa o noticiário internacional pode ser analisado na manchete “Nenhum temor quanto ao Oriente Médio: árabes e judeus não se influenciam pelo comunismo” (figura 07), publicada na edição de 14 de maio de 1948. A notícia, reproduzida a partir da sucursal de Washington D. C. da agência *France-Presse* (FP), comenta um relatório publicado pela Agência de Assuntos Estrangeiros do Congresso estadunidense sobre a influência soviética no Oriente Médio, destacando especificamente a região da Palestina. Segundo esse relatório, o maior “perigo” na região seria a proximidade territorial do Oriente Médio com relação à União Soviética, o que possibilitaria uma infiltração de espionagem ou um ataque direto a partir de suas fronteiras, pois esta encontraria-se limitada quanto à sua influência ideológica na região. Na narrativa publicada, a propaganda comunista é apresentada como supostamente incapaz de obter um “grande sucesso nessa região do mundo”, diante de um terreno infértil provocado pelo “fervor” das

¹¹⁵ Cf: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, 2000.; AREAS, Daiana Maciel. *O governo JK nas páginas do Correio da Manhã (1956-1961)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo-RJ, 2013.; SILVA, Renato Pereira da. *Imprensa e política: o governo Goulart nas páginas do Correio da Manhã (1961-1964)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2015.

¹¹⁶ A União Democrática Nacional (UDN) foi um dos principais partidos políticos da Terceira República brasileira, mantendo-se com a segunda maior bancada parlamentar até 1962, quando foi ultrapassado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Rogério Schmitt aponta como o partido mais ideologicamente à direita no espectro político da Terceira República, com posicionamentos anti-sistema e posteriormente apoiando o fim do regime democrático com a tomada do poder pelos militares em 1964. Cf: SCHMITT, Rogério Augusto. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 2001.

¹¹⁷ Apesar de declarar-se enquanto apartidário na época de sua fundação, entre 1945 e 1964 o *Correio da Manhã* (RJ) manifestou apoio às candidaturas liberais, ligadas à União Democrática Nacional, como as do brigadeiro Eduardo Gomes para a presidência da república em 1945, e também a de membros do seu corpo editorial, como Carlos Lacerda, um dos colunistas de maior destaque no periódico, que pleiteou e foi eleito para a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro em 1947. Cf: AREAS, Daiana Maciel. *O governo JK nas páginas do Correio da Manhã (1956-1961)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo-RJ, 2013.; DA TRIBUNA da imprensa à tribuna na Câmara. *Correio da Manhã*, Ed. 16001, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 01 de Jan. 1947.

“convicções religiosas” dos árabes e pelo “movimento essencialmente nacionalista” dos judeus¹¹⁸.

Figura 7 — Manchete sobre Oriente Médio e comunismo, 1948



Fonte: NENHUM temor quanto ao Oriente Médio. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

Analisando em detalhes, essa fonte pode revelar a preocupação da diretoria do *Correio da Manhã* (RJ) em reproduzir o discurso anticomunista vigente no Brasil¹¹⁹ e nos pólos do capitalismo internacional¹²⁰, o que está evidenciado na noção de que, caso houvesse uma influência maior do comunismo no Oriente Médio, deveria haver também um temor internacional em torno do conflito palestino, de forma que a lógica estabelecida pelo informe busca transmitir uma suposta sensação de tranquilidade para a classe burguesa. Nesse sentido, a narrativa do informe gira em torno de pontuar duas posições principais que argumentam a suposta resistência da região à influência soviética, sendo elas a religiosidade árabe e o nacionalismo judaico, também chamado de sionismo¹²¹.

¹¹⁸ Cf. NENHUM temor quanto ao Oriente Médio. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948

¹¹⁹ Apesar de não constituir propriamente uma “onda” anticomunista na análise de Rodrigo Patto Sá Motta (2002), o autor reconhece que os primeiros anos após o fim do Estado Novo (1937-1945) assistiram a uma intensificação desse movimento, cujo principal acontecimento girou em torno da campanha para pôr na ilegalidade o Partido Comunista Brasileiro (PCB), tema o qual falaremos um pouco mais ainda neste capítulo. Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo-SP: Editora Perspectiva, 2002.

¹²⁰ Nos anos que se sucederam ao fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a vitória da União Soviética contra os alemães repercutiu de maneira intensa motivando movimentos comunistas em diversas regiões do mundo, o que intensificou o temor anticomunista internacionalmente. O caso mais exemplar dessa tensão nos anos finais da década de 1940 foi o da Revolução Chinesa (1945-1949), na qual os comunistas foram vitoriosos após cinco anos de guerra civil entre o *Kuomintang* nacionalista de Chiang Kai-shek e o Partido Comunista Chinês de Mão Zedong. Cf. POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo-SP: Editora Unesp, 2003.

¹²¹ O sionismo é um movimento político e nacionalista que surgiu no final do século XIX, com o objetivo central de estabelecer um Estado judeu soberano na Palestina, então sob domínio otomano. Inspirado por ideais nacionalistas europeus e motivado pela crescente perseguição e discriminação contra comunidades judaicas na Europa Oriental e Central, o movimento foi formalmente estruturado por Theodor Herzl, que defendeu a necessidade de um lar nacional como solução para a “questão judaica”. Ao longo do tempo, o sionismo assumiu diferentes correntes, que variavam entre perspectivas mais políticas e outras de cunho cultural ou religioso, mas manteve como núcleo a reivindicação de um território próprio para o povo judeu. Cf. SALEM, Helena. *O que é questão Palestina*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

A visão anticomunista veiculada pela notícia aproxima-se do que Rodrigo Patto Sá Motta identifica como as matrizes do anticomunismo no Brasil, mais notadamente as suas versões nacionalista e religiosa. Segundo a análise do autor de “Em guarda contra o perigo vermelho”, o sentimento nacional, representado no informe pelo movimento sionista, é visto como uma barreira ao comunismo em razão de funcionar como elemento promotor de uma “unidade superior a qualquer conflito social”, uma visão importada dos modelos conservadores do século XIX. Neste sentido, mesmo a existência de grupos sionistas marxistas, como o *Hashomer Hatzair*, mencionado no texto da *France-Presse*, são apresentados como imunes às ideias stalinistas e, portanto, não agiriam sob o comando de uma “entidade estrangeira”¹²².

O sentimento religioso islâmico é representado como o outro entrave para a inserção comunista na região, pois os árabes-palestinos seriam dotados de um “fervor” capaz de “refratar” a influência soviética. O raciocínio empregado aqui pode ser visto em paralelo com a visão anticomunista cristã, na qual o comunismo é repudiado em razão do seu caráter ateu, questionador dos “fundamentos básicos das instituições religiosas”, de forma que seria incompatível com uma interpretação religiosa do mundo, qualquer que seja¹²³.

Além da ideologia comunista, inerente às posições políticas do *Correio da Manhã* (RJ), a fonte também pode revelar a reprodução de orientalismo nas páginas do jornal, a partir por exemplo da referência aos palestinos unicamente enquanto “mulçumanos fervorosos”, uma representação que remete às invasões europeias na região durante o século XIX, como discute Edward Said em *Orientalismo*¹²⁴. Essa visão reforça um paradigma criado pela Grã-Bretanha na década de 1920, no início de seu mandato na região, na qual há uma exclusão proposital da perpeção de que a luta árabe-palestina era também parte de um movimento nacionalista, inclusive capaz de ultrapassar as fronteiras do islã¹²⁵.

Outros estereótipos detalhados por esse Edward Said também aparecem no corpo do texto, como a descrição generalizante do povo árabe e a pobreza de suas nações, que mesmo diante das “condições econômicas e sociais que muito deixam a desejar”, permanecem praticamente imunes ao comunismo¹²⁶. Do outro lado, os judeus são representados na notícia sob uma clivagem que rompe com orientalismo anti-semita, e são apresentados através de

¹²² Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo-SP: Editora Perspectiva, 2002. p. 29-32.

¹²³ Ibid. p. 20.

¹²⁴ Cf. SAID, Edward W. *ca, o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2007.

¹²⁵ Cf. FILIU, Jean-Pierre. *Uma História Secular do Oriente Médio: do ano 395 aos nossos dias*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

¹²⁶ Cf. SAID, Edward W. *Orientalismo, o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2007.

seus diversos espectros políticos sionistas, o que de certa forma demonstra uma legitimação da reivindicação por um lar nacional judaico.

Cabe discutir que a análise de um grande quantitativo de notícias nos revelou que tais representações — aqui expostas isoladamente, a partir de um único fragmento — não constituem uma exceção no noticiário internacional do *Correio da Manhã* (RJ), mas fazem parte de uma prática corrente dentro da sua serialidade e periodicidade, ou seja, são continuamente repetidas ao longo de semanas, meses e anos. O historiador José d' Assunção Barros ressalta que este aspecto contínuo das temáticas nos periódicos não pode ser desprezado enquanto instrumento de análise ao historiador, pois

Mesmo que o objetivo seja analisar aquele dia específico, [...] não podemos extraí-lo, sem perda de sentido, do posicionamento do mesmo periódico com relação aos demais acontecimentos correlatos [...]. Ao fazer isto, podemos reinserir a notícia em um contexto maior, que a justifica e lhe completa o sentido de alguma maneira, o que permite inclusive compreender a notícia isolada publicada na edição de um jornal datado como uma continuidade, um acontecimento surpreendente ou uma reviravolta¹²⁷.

Às suas palavras, acrescentamos que, para o público leitor, o exercício da repetição constante e, no caso do noticiário internacional, a dificuldade de checagem dos informes operam como mecanismos centrais de produção e sedimentação de representações coletivas acerca dos acontecimentos veiculados. Tais representações, na acepção proposta por Roger Chartier¹²⁸, não são simples reflexos da realidade, mas construções socialmente situadas, produzidas no interior de práticas culturais específicas e atravessadas por relações de poder, interesses e disputas de sentido. Desse modo, o noticiário não apenas informa, mas organiza o mundo social simbolicamente, oferecendo esquemas de leitura, hierarquizações e categorias de percepção que orientam a compreensão dos leitores sobre o que ocorre fora de suas fronteiras nacionais.

Nessa perspectiva, o trabalho cotidiano da imprensa pode ser compreendido à luz da noção de operação midiográfica, conforme formulada por Sônia Maria de Meneses Silva¹²⁹, isto é, como um conjunto de práticas de seleção, enquadramento, edição e circulação de narrativas que conferem inteligibilidade aos acontecimentos e os transformam em objetos de consumo simbólico. A operação midiográfica não atua de forma arbitrária, mas em diálogo

¹²⁷ Cf. BARROS, José D' Assunção. *O Jornal como Fonte Histórica*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023. p. 142.

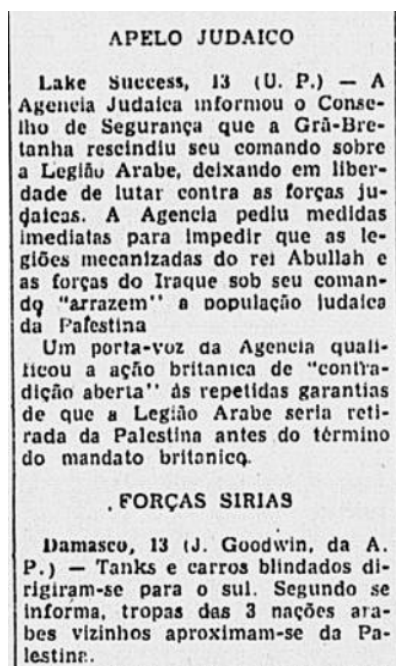
¹²⁸ Cf. CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a História entre as incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

¹²⁹ Cf. SILVA, Sônia Maria de Meneses. *A operação midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação*. 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2011.

com repertórios culturais preexistentes, expectativas sociais e limites de aceitabilidade pública, reinterpretando continuamente o presente à luz de matrizes já consolidadas. Assim, ao reiterar certos enquadramentos e silenciar outros, o jornal contribui para a estabilização de determinadas representações coletivas sobre povos, conflitos e atores internacionais, participando ativamente da disputa pela definição legítima do sentido dos acontecimentos no espaço público.

A fabricação dessas representações, no caso do noticiário internacional veiculado no *Correio da Manhã* (RJ), não ocorre apenas quando há uma reprodução integral das notícias publicadas no exterior, mas também quando o jornal atua no sentido de reorganizar a narrativa destas para alinhar aos seus princípios Ideológicos e garantir uma coerência para o público leitor brasileiro. Isso é observável de maneira mais evidente nas maiores manchetes, notadamente aquelas que ocupam locais de destaque na parte superior da capa do periódico, por serem editadas, em sua maioria, através da junção de vários pequenos fragmentos jornalísticos advindos de agências de notícia estrangeiras, em um exercício de justaposição e reconstrução narrativa, que pode ser ilustrado no trecho da manchete intitulada “Rendição de Jaffa aos Judeus” (figura 08), também publicada na edição de 14 de maio de 1948.

Figura 8 — Fragmento de notícia com múltiplas fontes, 1948



Fonte: RENDIÇÃO de Jaffa aos judeus. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

A notícia conecta dezessete informes originados em cinco localizações diferentes, Tel Aviv, Cairo, Damasco, Lake Success¹³⁰ e Londres, advindas de quatro agências estrangeiras, *France-Presse*, *United Press* (UP), *Associated Press* (AP) e *Reuters* (R.), para construir uma manchete de três colunas verticais, ocupando em torno de um terço da capa naquela edição. Por trazer em seu cerne a reprodução de um texto confeccionado por aparelhos ideológicos da mídia ocidental, o formato desse tipo de informe é intrinsecamente ligado aos ideais liberais e ao modelo de jornalismo estadunidense, com uma linguagem mais objetiva, factual e pretensamente verídica.

O que se percebe nesse exercício de investigação é que não só a notícia reproduzida possui uma carga ideológica, mas também o próprio processo de reprodução informacional não ocorria de maneira irrefletida por parte do periódico analisado, na medida em que é possível notar um verdadeiro trabalho de confecção narrativa orientado para atender aos interesses políticos da burguesia detentora do *CM*.

Acerca desses interesses, é importante situar que a fração da burguesia urbano-industrial responsável por gerenciar e financiar a circulação do *Correio da Manhã* (RJ) no período que vai de 1945 a 1964, ainda que fosse uma classe expropriadora do ponto de vista das relações de produção, não exercia, do ponto de vista do controle do Estado, a dominação política da sociedade. Aqui, lançamos mão da diferenciação gramsciana (2015) entre os conceitos de classe dominante e classe dirigente, na qual o filósofo italiano estabelece que

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente”. [...] Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo. [...] torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao

¹³⁰ Entre 1946 e 1951, a vila de Lake Success, localizada próxima à cidade de Nova York, serviu como sede temporária da Organização das Nações Unidas (ONU), enquanto era construída a sede oficial na ilha de Manhattan. É comum, nas notícias analisadas, a menção à “Lake Success”, especialmente ao tratar de pronunciamentos ou bastidores da política internacional. Cf: SEDE da ONU. *Correio da Manhã*, Ed. 15785, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 19 Abr. 1946.

poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz [...] ¹³¹.

Assim, na década de 1940, ao aproximar seus interesses ideológicos da União Democrática Nacional (UDN), o *CM* demarca um lugar de disputa e oposição com relação, principalmente, ao Partido Social Democrático (PSD) — partido formado a partir das suas íntimas relações com a máquina administrativa do Estado Novo e que beneficiou-se das alianças estabelecidas com as elites agrárias regionais para manter-se no controle do Estado ¹³². No cenário eleitoral brasileiro, essa competição travada entre diferentes setores da elite ¹³³, cada um em torno de um partido, pode ser lida como uma manifestação do que Antonio Gramsci conceitua como “guerra de posições”, isto é, uma situação na qual cada uma das frações da elite buscava agir no sentido da “tomada gradual e contínua (ou processual) de lugares na sociedade política” a fim de alcançar a direção política-moral de toda a sociedade — a hegemonia ¹³⁴.

O que pretendemos afirmar, a partir dessa demarcação, é que além da sua função como aparelho privado de hegemonia, como explicado anteriormente, o *Correio* também é um instrumento político utilizado na guerra de posições entre as elites brasileiras após a queda do Estado Novo. Dessa forma, podemos interpretar que o papel desempenhado pelo jornal é o de um intelectual orgânico ligado a uma fração não-dominante da elite brasileira. Na interpretação que João Paulo Charrone ¹³⁵ faz do conceito gramsciano, um intelectual orgânico é um agente fruto de um estrato social emergente cuja função é conferir a essa classe uma certa autoconsciência uniforme nos âmbitos cultural, político e econômico”, e para isso atua como um persuasor permanente, construindo vínculos entre um conjunto de ideais e os grupos subalternos, sendo peça indispensável na conquista da hegemonia e da direção político-moral dentro de uma sociedade ¹³⁶.

Entendemos que não há qualquer contradição em conceber o jornal, simultaneamente, como aparelho privado de hegemonia e como intelectual orgânico coletivo, uma vez que, em Gramsci, ambas as categorias se inscrevem no interior de uma mesma teoria da hegemonia. O

¹³¹ Cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 5: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. § 24, p. 56-57.

¹³² Cf. SCHMITT, Rogério Augusto. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 2001.

¹³³ A noção de uma disputa entre setores da própria elite já estava presente no Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels, quando estes afirmam a existência de cisões no interior dessa classe, as quais devem ser aproveitadas pelo proletariado para alcançar a revolução. Cf. MARX, Karl. FRIEDRICH, Engels. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

¹³⁴ Cf. CHARRONE, João Paulo. *Construindo a hegemonia na alta idade média: Gregório Magno e as monarquias no Ocidente*. 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2017. p. 5-12.

¹³⁵ Ibid. p. 128-129.

¹³⁶ Ibid. p. 128-129.

conceito de aparelho privado de hegemonia permite compreender o periódico enquanto uma instituição da sociedade civil que atua na produção, difusão e naturalização de concepções de mundo, organizando consensos e orientando práticas sociais em favor de determinados projetos de classe. Já a noção de intelectual orgânico, aqui estendida ao plano coletivo, possibilita interpretar o jornal não apenas como veículo, mas como sujeito ativo na elaboração e sistematização de ideologias, exercendo função dirigente na construção de visões de mundo e na organização política dos grupos sociais aos quais se vincula. Nesse sentido, o periódico pode ser simultaneamente compreendido como espaço institucional de produção de hegemonia e como agente intelectual que formula, articula e difunde projetos políticos, atuando tanto na consolidação da ordem social quanto na disputa interna entre frações da classe dominante pela direção do Estado e da sociedade.

É importante situar, contudo, que tal disputa em torno do direcionamento do Estado não ocorre em episódios muito espetaculares no contexto analisado. Geralmente ela pode ser observada de maneira implícita, especialmente devido aos posicionamentos oposicionistas do *Correio da Manhã* (RJ) com relação às ações do governo Dutra, ou de maneira mais exposta em períodos eleitorais, por exemplo. Todavia, alguns informes publicados no *CM* chamam a atenção por deixar explícita a relação entre o conteúdo veiculado no noticiário internacional e seus possíveis efeitos na política externa brasileira, como na notícia intitulada “A imprensa e o Itamaraty”, publicada na edição que circulou em 31 de Dezembro de 1948.

A notícia repercute o conteúdo de uma carta enviada pelo chanceler Raul Fernandes¹³⁷ à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em resposta a um telegrama de felicitações pelo seu segundo ano à frente do Itamaraty. Na carta, o ministro agradeceu ao presidente da ABI, Herbert Moses, as “palavras muito lisonjeiras” acerca da sua atuação na Assembleia da ONU, declarou que “os homens de Estado” encontram nos jornais “as normas orientadoras da sua ação”, e prometeu que, no ano vindouro, continuaria “a receber e a acatar a voz da imprensa” na sua condução da política externa brasileira¹³⁸.

A disponibilização desse conteúdo pela ABI, tal como a sua publicação pelo *Correio da Manhã* (RJ) não são ações neutras, e visam evidenciar a relação próxima entre o corpo diplomático brasileiro e as ideias veiculadas na imprensa. De certa forma, isso coloca em perspectiva que o noticiário internacional dos anos finais da década de 1940 dirigia-se de maneira mais intensa a um público especializado de servidores públicos, os quais

¹³⁷ Chanceler brasileiro durante o governo do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), conferir nota de rodapé nº 16.

¹³⁸ Cf. A IMPRENSA e o Itamaraty. *Correio da Manhã*, Ed. 17113, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 31 Dez. 1948.

potencialmente “acatavam opiniões” e “orientavam sua ação” a partir do conteúdo que consumiam nos periódicos brasileiros. Relacionando esse comportamento à explicação sobre o jornal enquanto um intelectual orgânico, o *Correio* poderia ser considerado bem sucedido em seus objetivos ideológicos conforme a expansão em sua capacidade de influenciar progressivamente as opiniões e ações dos diplomatas brasileiros.

Em alguns casos, a relação entre imprensa e corpo diplomático alcançava níveis mais íntimos ainda, como no caso de alguns funcionários do Itamaraty ou de outras embaixadas no Brasil que atuavam enquanto colunistas e/ou correspondentes internacionais em jornais de grande circulação. O exercício desse ofício não constituía, à época, um caminho heterodoxo para os funcionários públicos, bacharéis em direito ou pessoas que pretendiam se lançar na vida política, sendo muito comum que membros da elite intelectual fundassem periódicos ou atuassem como jornalistas e colunistas, inclusive, devido a ausência de cursos superiores na área jornalismo até 1947¹³⁹.

Entretanto, apesar de ser uma prática comum, é importante balizar que essa elite letrada era minoritária nas redações, como ressalta a historiadora Ana Paula Ribeiro (2000) ao afirmar que a “grande maioria” dos profissionais que trabalhava “era mal preparada, não tendo sequer concluído o ensino médio”, muitos dominavam “as técnicas de apuração e investigação”, mas não sabiam redigir, tendo identificado, ao longo de sua pesquisa, várias “reclamações a respeito do baixo nível intelectual dos repórteres” na década de 1950¹⁴⁰.

Essa afirmação nos dá uma perspectiva mais acurada da singularidade existente na relação entre o *Correio da Manhã* (RJ) e o diplomata português Júlio Dantas que, em 1949, anunciou a sua aposentadoria da vida pública em missão especial ao Brasil¹⁴¹, na função de embaixador extraordinário plenipotenciário, que já havia ocupado outras vezes¹⁴². O embaixador foi colunista e correspondente do *CM* desde 1917¹⁴³, tendo divulgado também o

¹³⁹ Getúlio Vargas criou legalmente o curso de jornalismo no Brasil através do Decreto nº 5.480, de 13 de maio de 1943, todavia o primeiro curso a conseguir efetivar-se foi o da fundação Cásper Líbero, somente em 1947, após um novo decreto, o de número 22.245 de 06 de dezembro de 1946, dessa vez do presidente Eurico Dutra, que regulamentou as condições de funcionamento desses cursos. A popularização da profissionalização da categoria só encontraria seu auge a partir dos anos 1960, como discute Ana Paula Goulart Ribeiro (2000) em sua tese. Cf: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, 2000.

¹⁴⁰ Cf: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, 2000. p. 35.

¹⁴¹ Cf: ENTREGOU credenciais o embaixador Júlio Dantas. *Correio da Manhã*, Ed. 17203, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 20 Abr. 1949.

¹⁴² Quando é anunciada a vinda de Júlio Dantas ao Brasil, o *CM* menciona que esse cargo já havia sido ocupado ao menos outras duas vezes pelo diplomata. Cf: EMBAIXADA extraordinária de Júlio Dantas. *Correio da Manhã*, Ed. 17191, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 05 Abr. 1949.

¹⁴³ Até onde foi possível identificar, a primeira participação de Júlio Dantas como colunista no *Correio da Manhã* (RJ) foi em 1917, discutindo temas relativos à literatura lusófona na edição de número 06577, publicada

seu trabalho como literato através do jornal, de forma que o seu processo de despedida foi amplamente noticiado: o *Correio* publicou, ao menos, um conjunto de oito notícias entre 20 de abril e 07 de maio de 1949, exaltando a sua trajetória intelectual e política.

Em uma dessas notícias, intitulada “As despedidas de Júlio Dantas”, publicada na edição do dia 06 de maio de 1949, o jornal relata a passagem final do embaixador à sua redação, dias após o anúncio da aposentadoria. Abaixo, podemos ler um fragmento:

[...] Ontem, no entanto, Júlio Dantas nem nos veio ver como embaixador extraordinário e nem se dirigiu a nós protocolarmente. Falou-nos com as simples palavras de uma conversação afetuosa. É que ele estava em sua casa, aqui no *Correio da Manhã*, estava no jornal que durante muitos anos divulgou entre os brasileiros e portugueses aqui residentes as ideias do autor de Frei Antonio das Chagas, as ideias de Júlio Dantas, vazadas num inconfundível português de homem erudito e de bom-gosto a um tempo só.¹⁴⁴

Para construir uma retórica de reforço à intimidade entre Júlio Dantas e o periódico, a notícia representa um cenário no qual ocorre a ausência de protocolos, a conversação afetuosa e a sensação de pertencimento, argumentos que corroboram com a percepção de que havia de fato a possibilidade de estender a capilaridade ideológica do jornal mesmo entre membros do alto escalão da política externa de um país aliado. Em um processo contínuo e duradouro de construção de hegemonia — tendo em vista as mais de três décadas de colaboração entre o diplomata e o *Correio da Manhã* (RJ) — essa relação aproximava a fração da burguesia urbano-industrial, detentora do aparelho ideológico, dos círculos de poder na esfera das relações internacionais brasileiras.

Entretanto, não buscamos aqui retratar de maneira simplista o processo de ampliação da influência política-moral e da guerra de posições entre os setores da elite brasileira, mas sim tratar com a devida complexidade teórica a análise do periódico, especificamente com relação à sua seção de noticiário internacional enquanto um vetor político tanto no sentido da hegemonia, como também voltado à manutenção e reprodução das relações de produção no sistema capitalista, conforme as percepções de Gramsci¹⁴⁵ já desenvolvidas anteriormente.

É nesse sentido que ressaltamos a importância das relações que unem a elite brasileira enquanto classe expropriadora, mesmo em constante disputa interna. Para tal, recorreremos à

em 26 de Fevereiro. Cf: DANTAS, Júlio. Espírito gentil. *Correio da Manhã*, Ed. 06577, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 26 Fev. 1917.

¹⁴⁴ Cf: AS DESPEDIDAS de Júlio Dantas. *Correio da Manhã*, Ed. 17217, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 06 Mai. 1949.

¹⁴⁵ Cf: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 5: *O Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.; GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

análise de Karl Marx, em sua obra “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, quadro o autor retrata uma elite francesa da segunda metade do século XIX que, apesar de imersa em disputas, especialmente entre os setores da burguesia industrial e da aristocracia rural, entra em coalizão para barrar o crescimento eleitoral do proletariado, que enxergavam como uma ameaça a ambas¹⁴⁶. Entendemos que esse comportamento de solidariedade entre as classes possuidoras perpassa toda sociedade capitalista, inclusive a brasileira, havendo momentos nos quais ocorre a união das elites contra um inimigo em comum, sejam os comunistas ou mesmo setores da burguesia reformistas, como os trabalhistas.

A título de exemplo, podemos mencionar o caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que havia passado mais de uma década na ilegalidade, desde 1934, e retornou à disputa eleitoral após a queda do regime liderado por Getúlio Vargas, em 1945, período em que passou a se organizar para disputar as eleições de 1946. Após a realização destas, mediante um expressivo resultado eleitoral dos comunistas, os setores da elite brasileira arregimentados sob os mais distintos partidos — notadamente a UDN e o PSD — e com apoio da grande imprensa¹⁴⁷, se uniram em uma campanha de perseguição ao Partido Comunista perante a Justiça Eleitoral e o congresso nacional, sob alegações de que o partido era internacionalista e anti-democrático em suas propostas políticas¹⁴⁸.

Por fim, podemos sintetizar a discussão feita até aqui com a caracterização dos jornais enquanto fontes que permitem análises plurais da realidade brasileira, sem que haja uma contradição teórica no entrecruzamento dos conceitos ou chaves de análise escolhidos. Particularmente, nesta pesquisa, optamos por uma análise plural da fonte, entendendo-a simultaneamente através da perspectiva gramsciana de ideologia e hegemonia, reconhecendo a importância das análises de representações, tal como mencionando a sua contribuição para a construção de comunidades imaginadas.

Entendemos que, através do recorte dessa fonte em torno de um determinado fenômeno comunicacional, conseguimos observar de maneira privilegiada todos esses conceitos no movimento de sua própria lógica histórica. Nesse sentido, cabe justificar que a escola pelo estudo das representações em torno da Questão Palestina entre 1947 e 1948, tema a ser desenvolvido nos capítulos subsequentes, também não é neutra, pois sua relevância

¹⁴⁶ Cf. MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

¹⁴⁷ O *Correio da Manhã* (RJ), inclusive, foi um dos veículos de imprensa que continuamente fomentou a campanha pela ilegalidade do PCB em 1947, o que estava alinhado ao ideário liberal, cristão e anti-comunista veiculado pelo jornal. A título de exemplo, conferir a notícia do dia 08 de Maio de 1947, que repercute o cancelamento do registro eleitoral do PCB: CANCELADO o registro do Partido Comunista. *Correio da Manhã*, Ed. 16105, p. 12. Rio de Janeiro - RJ, 08 Mai. 1947.

¹⁴⁸ Cf. PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

consiste em termos quantitativos, do ponto de vista das fontes, como explicado na introdução desta dissertação, mas também em termos qualitativos, em razão deste conflito escapar à suposta binaridade ideológica da Guerra Fria (1945-1991), e possui uma complexidade própria, com repercussões até os dias atuais. Além disso, do ponto de vista da história das relações internacionais brasileiras, também houve uma tentativa mais ampla de projeção brasileira com uma política externa mediadora perante esse conflito na Organização das Nações Unidas, na qual a imprensa — incluindo-se aí a atuação do *Correio da Manhã* (RJ), de ampla circulação entre as classes dominantes da sociedade — pretendeu exercer alguma influência sobre as posições dos diplomatas brasileiros, como veremos adiante.

Esperamos, com este capítulo, que o leitor esteja munido das *informações úteis* para a compreensão mais ampla de nossa pesquisa, desde o seu sentido mais micro, ao analisar os aspectos materiais da produção, financiamento e circulação do *CM*, mas também em seu sentido macro, buscando situá-lo em meio à realidade política brasileira dos anos finais da década de 1940. Tais análises e discussões aqui realizadas servem de subsídios aos capítulos seguintes e poderão ser retomadas quanto necessário em outras explicações.

3 UM “FOSSO INTRANSPONÍVEL ENTRE ÁRABES E JUDEUS”¹⁴⁹

*A Grã-Bretanha decidiu entregar a questão da Palestina às Nações Unidas, dando, assim, aos Estados Unidos e à União Soviética, ao lado da maioria das nações do mundo, oportunidade de expressar-se sobre a sua solução*¹⁵⁰.

Em 14 de fevereiro de 1947, acreditando ter esgotado todas as possibilidades de diálogo interno, Ernest Bevin, então secretário de Estado do Reino Unido para os Assuntos Externos, optou por entregar a responsabilidade sobre a resolução da “questão da Palestina” à Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁵¹. O anúncio, que foi noticiado no *Correio da Manhã* (RJ) somente no dia seguinte, não surpreendeu o mundo: após desgastar-se politicamente nas tentativas de conciliação entre representantes árabes e judeus, Bevin já havia mencionado, em janeiro, que entregaria a pauta ao debate internacional¹⁵².

A mediação do recém-fundado organismo internacional arrastou-se ao longo de 1947, após o anúncio de Bevin, pois a ONU somente marcou a Assembleia Geral Extraordinária, na qual seria debatida a situação da Palestina, para o mês de maio, três meses após o anúncio britânico. Então, a partir dessa assembleia, criou-se o Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP)¹⁵³, uma comissão específica para a investigação das condições

¹⁴⁹ O título faz referência a uma manchete veiculada na capa da edição de número 16110, veiculada em 14 de maio de 1947, retratando o acirramento das discussões políticas em torno de grupos árabes e judeus em torno da independência da Palestina. Escolhemos essa manchete para o título devido ao simbolismo que ela carrega, ao colocar a ideia de um “fosso intransponível”, que acreditamos ser bastante representativa de como a situação na Palestina se deteriorou após décadas sob o domínio do mandato britânico, incapaz de mediar os nacionalismos em disputa. Ao longo deste capítulo, através do noticiário internacional do *Correio da Manhã* (RJ), buscamos refletir sobre a internacionalização dessa questão, isto é, como ela passou a ser uma pauta da diplomacia internacional a partir de fevereiro de 1947, e como a Organização das Nações Unidas (ONU) foi palco de enfrentamento entre os diferentes projetos de nação em curso, sob os auspícios da nascente Guerra Fria. Além disso, analisamos também a política externa brasileira no tocante a esse conflito, com enfoque nas representações produzidas pelo CM e nas análises de conjuntura veiculadas, sem deixar de refletir sobre a intencionalidade política que a imprensa busca exercer sobre o Estado. Entendemos e buscamos problematizar neste capítulo que a noção de um “fosso intransponível” entre árabes e judeus, mais do que uma realidade concreta, era também a construção de uma memória: a formatação de um presente-passado no qual a possibilidade de conciliação não fazia parte do horizonte de expectativa — na contramão dos esforços das Nações Unidas e da diplomacia internacional. Cf. FÓSSO intransponível entre árabes e judeus. *Correio da Manhã*, Ed. 16110, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1947.

¹⁵⁰ A epígrafe refere-se a um trecho da notícia publicada em 15 de fevereiro de 1947, que comenta o pronunciamento britânico sobre a entrega da “questão Palestina” para a discussão e resolução diplomática na ONU. Cf. ENTREGUE à O.N.U. a questão da Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16039, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 15 Fev. 1947.

¹⁵¹ Cf. ENTREGUE à O.N.U. a questão da Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16039, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 15 Fev. 1947.

¹⁵² Cf. DIVISÃO da Palestina ou entrega da questão às Nações Unidas. *Correio da Manhã*, Ed. 16025, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 30 Jan. 1947.

¹⁵³ UNSCOP é a sigla em inglês para *United Nations Special Committee on Palestine*, que foi traduzido pelo *Correio da Manhã* (RJ) como “Comitê de Inquérito da O.N.U. para a Palestina”, mantendo a utilização da sigla em algumas notícias. Cf. NEM estado judaico, nem árabe. *Correio da Manhã*, Ed. 16147, p. 01, capa. Rio de

locais acerca da possibilidade de partilha do território, dando início à uma tentativa multilateral de mediação do conflito.

Somente seis meses depois, em novembro de 1947, as investigações conduzidas pela UNSCOP, e apreciadas em outros comitês, abriram caminho para a aprovação da resolução 181, pautada na Assembleia Geral da ONU, a ser realizada naquele mês. Assim, tal resolução determinava a partição nacional do território entre árabes e judeus, com status internacional para a cidade de Jerusalém, e foi aprovada com 33 votos a favor, dentre as 57 nações partícipes, contra 13 votos contrários, 10 abstenções e uma ausência¹⁵⁴.

Entretanto, é importante ressaltar que, durante o trâmite dessa proposta de intervenção, entre fevereiro (data do anúncio de Bevin) e novembro (data da aprovação da resolução 181) de 1947, o território da Palestina ainda permaneceu sob o domínio do mandato britânico na região, estabelecido ainda na década de 1920¹⁵⁵. Todavia, o que os parlamentares ingleses não imaginaram é que a situação política da potência na região ficaria tão deteriorada que anunciariam a sua retirada de maneira unilateral em setembro daquele ano, isto é, antes da resolução multilateral, e a data marcada como definitiva para o fim do mandato foi 14 de Maio de 1948, independente de qual fosse o resultado decidido na Assembleia Geral da ONU¹⁵⁶.

A situação em nada lembrava o otimismo que marcou o fim da Segunda Guerra Mundial, dois anos antes — com o Império Britânico sendo incluído enquanto um parceiro igual nas “conferências dos três grandes”¹⁵⁷, e representando, à época da criação da ONU a entidade política mais populosa até então, ocupando uma extensão territorial que cobria quase um quarto do globo¹⁵⁸. Inclusive, o ano de 1947 mostraria-se particularmente difícil para o império “onde o sol nunca se põe”, não apenas em razão do fracasso diplomático no Oriente

Janeiro - RJ, 26 Jun. 1947; ENCERRA-SE a Assembleia Geral Extraordinária. *Correio da Manhã*, Ed. 16112, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 16 Mai. 1947

¹⁵⁴ SALEM, Helena. *O que é questão Palestina*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹⁵⁵ O Mandato Britânico da Palestina foi um regime administrativo estabelecido pela Liga das Nações que foi exercido pelo Reino Unido entre 1920 e 1948, após a derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial. Seu objetivo formal era preparar a região para a independência, mas, na prática, envolveu a implementação da Declaração Balfour (1917), que apoiava o estabelecimento de um “lar nacional” para o povo judeu na Palestina, ao mesmo tempo em que deveria garantir os direitos civis e religiosos da população árabe local, gerando instabilidade na região. Cf. LOUIS, Wm. Roger. *Ends of British Imperialism*. New York: I.B.Tauris & Co Ltd, 2006.

¹⁵⁶ ROGAN, Eugene. *Os árabes, uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

¹⁵⁷ As conferências dos Três Grandes — Teerã (1943), Ialta (1945) e Potsdam (1945) — foram encontros decisivos entre os líderes aliados durante a Segunda Guerra Mundial: Franklin D. Roosevelt (EUA), Winston Churchill (Reino Unido) e Josef Stalin (URSS). Essas conferências marcaram o início da Guerra Fria, evidenciando as divergências ideológicas e políticas entre as potências vencedoras. Cf. HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

¹⁵⁸ LOUIS, Wm. Roger. *Ends of British Imperialism*. New York: I.B.Tauris & Co Ltd, 2006.

Médio, mas também devido à perda de sua colônia mais lucrativa, o Raj Britânico¹⁵⁹, no mês de agosto daquele ano, após a culminância de um longo movimento pela independência da região¹⁶⁰.

Essa sequência, historicamente desastrosa para a Grã-Bretanha, era um sinal dos novos tempos: aquela que já havia sido a maior potência capitalista, em inquestionável crescimento econômico e político desde a Revolução Industrial¹⁶¹, já não tinha mais a mesma importância na nova ordem que tomava lugar após a queda do III Reich na Europa. Outras duas potências — Estados Unidos e União Soviética — foram capazes de colher lucros políticos e militares mais importantes após a Segunda Guerra Mundial, minimizando seus desgastes, e tomaram o lugar dos britânicos no ordenamento internacional, iniciando a chamada Guerra Fria (1945-1991)¹⁶².

A Guerra Fria (1945-1991) — que Eric Hobsbawm descreve enquanto um período marcado, sobretudo, pela tensão de uma guerra nuclear entre as superpotências dos blocos capitalista e comunista — foi um momento em que Estados Unidos e União Soviética compartilharam “um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência”¹⁶³, no qual a intervenção direta na zona hegemônica do outro não ocorria, havendo apenas a possibilidade de disputa por apoio e influência nos novos Estados pós-coloniais, onde a orientação política não estava clara. Além disso, o autor destaca que, ainda que essa tensão não evoluísse para um conflito direto, em razão do medo da destruição mútua inevitável, um dos custos desse embate político foi o fato de que “gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares

¹⁵⁹ O Raj Britânico, formalmente estabelecido após a dissolução da Companhia das Índias Orientais em 1858, constituiu a maior e mais lucrativa colônia do Império Britânico, abrangendo toda a região do subcontinente indiano até 1947. Sob administração direta da Coroa, o território tornou-se um centro estratégico e econômico, abastecendo a metrópole com matérias-primas, mão de obra e produtos agrícolas, enquanto servia como mercado consumidor para os manufaturados britânicos. Essa dominação implicou profundas transformações sociais, econômicas e políticas, consolidando uma hierarquia racial e institucional que beneficiava os interesses coloniais em detrimento da população local. Segundo Metcalf e Metcalf (2006), o Raj Britânico exemplifica tanto a eficiência quanto a exploração típica do colonialismo europeu, sendo decisivo para a projeção global da Grã-Bretanha no século XIX e início do XX. Para uma discussão mais aprofundada, conferir: METCALF, Barbada D.; METCALF, Thomas R.; *A Concise History of Modern India*. Nova York-US: Cambridge University Press, 2006.

¹⁶⁰ A independência da Índia foi proclamada em 15 de agosto de 1947, após décadas de mobilização política, resistência civil e movimentos de desobediência liderados pelo Congresso Nacional Indiano e por figuras como Mahatma Gandhi. O fim do domínio britânico resultou na criação de dois Estados soberanos: a Índia, de maioria hindu, e o Paquistão, de maioria muçulmana, marcando o encerramento do Raj Britânico e desencadeando intensos deslocamentos populacionais e conflitos comunitários, cf: METCALF, Barbada D.; METCALF, Thomas R.; *A Concise History of Modern India*. Nova York-US: Cambridge University Press, 2006.

¹⁶¹ HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

¹⁶² HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

¹⁶³ HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 224.

globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade”¹⁶⁴.

Uma das marcas mais expressivas desse período foi a intensificação do debate internacional, fenômeno que, embora enraizado nos rearranjos geopolíticos do pós-Segunda Guerra Mundial, encontrou na ONU um espaço institucionalizado e permanente de articulação. Se, ao fim do conflito mundial, os Estados buscavam novos mecanismos para prevenir guerras de larga escala, o ambiente bipolar forjou na Organização das Nações Unidas não apenas um palco de disputas ideológicas entre os blocos liderados por Estados Unidos e União Soviética, mas também um fórum em que países recém-independentes ou periféricos passaram a reivindicar voz ativa. A ONU, portanto, tornou-se uma arena onde os contornos do novo equilíbrio global se desenhavam, traduzindo em embates diplomáticos aquilo que, em outros contextos, assumia formas militares, econômicas ou simbólicas¹⁶⁵.

A partir da plataforma de discussão proporcionada pela ONU, acreditava-se que questões de complexa resolução, como a problemática da Palestina, teriam o espaço adequado e plural para que encontrassem o seu desfecho pacífico. É nesse contexto que, enfraquecida, a Grã-Bretanha passou a reconhecer a sua limitação para encontrar, sozinha, o caminho da conciliação entre os compromissos de validação nacional firmados simultaneamente com árabes e judeus nas primeiras décadas do século XX¹⁶⁶, e optou por “mundializar” essa questão, “dando, assim, aos Estados Unidos e à União Soviética, ao lado da maioria das nações do mundo, oportunidade de expressar-se sobre a sua solução”¹⁶⁷.

O Brasil, em razão de sua contribuição ao lado das potências vitoriosas na Segunda Guerra Mundial, garantiu um assento nas conversações de paz deste conflito, colhendo ganhos materiais e, sobretudo, diplomáticos, e consolidou-se como a nação politicamente mais influente da América do Sul. Disposto a utilizar esse novo respaldo para afirmar sua competência na mediação dos conflitos da Guerra Fria¹⁶⁸, o país, sob a liderança de Raul Fernandes — ministro das Relações Exteriores no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946–1951) — e contando com figuras proeminentes como Oswaldo Aranha, passou a projetar-se no cenário internacional, inclusive diante da Questão Palestina. Com forte apoio

¹⁶⁴ Ibid.

¹⁶⁵ SARAIVA, José Flávio Sombra. A agonia europeia e a gestação da nova ordem internacional. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *História das Relações Internacionais contemporâneas*. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

¹⁶⁶ Este tópico está explicado posteriormente neste capítulo, mas de maneira resumida.

¹⁶⁷ ENTREGUE à O.N.U. a questão da Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16039, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 15 Fev. 1947.

¹⁶⁸ DORATTIOTO, Francisco Fernando Monteoliva; VIDIGAL, Carlos Eduardo. *História das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo-SP: Editora Saraiva, 2014.

da imprensa, o Itamaraty defendia a solução de dois Estados¹⁶⁹, e buscava se posicionar como um ator relevante nas relações internacionais mediadas pela ONU, reforçando seu alinhamento ao bloco capitalista¹⁷⁰.

Compreender a possibilidade que se abriu na política brasileira diante da emergência da ONU, tal como a sua importância na segunda metade da década de 1940, é fundamental para que se entenda a intensidade das pautas internacionais em nossa sociedade, algo que fez da questão Palestina um debate público, indo dos gabinetes do Itamaraty às manchetes de jornais. A grande imprensa brasileira, sendo ligada às elites, passou a se apropriar das discussões internacionais e opinar sobre elas, produzindo representações da política internacional com um olhar particularizado. O *Correio da Manhã* (RJ), em específico, enquanto periódico que se enquadra na chamada “grande imprensa” que dominou a nova república, possuía interesse na circulação dessas representações, especialmente devido ao seu público alvo de alto poder de consumo, como os membros da intelectualidade urbana brasileira.

Uma manifestação importante do interesse do jornal nessas pautas pode ser observada no envio de um dos seus principais colunistas, o jornalista e político Carlos Lacerda¹⁷¹, para viagens internacionais com o objetivo de cobrir determinados temas. Especialmente, no recorte analisado, de fevereiro de 1947 a maio de 1948¹⁷², Carlos Lacerda foi enviado duas

¹⁶⁹ Cf: A FEDERALIZAÇÃO da Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16115, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 20 Mai. 1947.

¹⁷⁰ Durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946–1951), a política externa brasileira alinhou-se de forma explícita aos interesses dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, consolidando a aproximação com o bloco capitalista e fortalecendo vínculos econômicos, políticos e militares com Washington. Essa opção estratégica refletiu tanto a preocupação com a contenção do comunismo na região quanto a busca por benefícios econômicos e diplomáticos, mas implicou limitações à autonomia da atuação brasileira em fóruns internacionais e contribuiu para a marginalização de perspectivas mais independentes dentro da diplomacia nacional. Tal alinhamento tem sido criticado por autores como Doratioto e Vidigal (2014), que destacam o caráter subordinado e pragmático da política externa brasileira nesse período, cf: DORATTIOTO, Francisco Fernando Monteoliva; VIDIGAL, Carlos Eduardo. *História das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo-SP: Editora Saraiva, 2014.

¹⁷¹ Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914–1977) foi um influente jornalista e político brasileiro, destacado por sua atuação na oposição ao governo de Getúlio Vargas e por seu papel na política nacional durante a primeira metade do século XX. Iniciou sua carreira jornalística em 1929 e, em 1949, fundou o jornal *Tribuna da Imprensa*, que se tornou um importante veículo de crítica ao governo Vargas. Eleito deputado federal em 1954 e governador da Guanabara entre 1960 e 1965, Lacerda foi uma figura central na política brasileira da época. Sua trajetória política foi marcada por seu alinhamento com a União Democrática Nacional (UDN) e por seu papel ativo na oposição ao regime militar instaurado em 1964. Carlos Lacerda também teve uma atuação significativa no cenário internacional, destacando-se por sua postura anticomunista e por seu apoio às políticas dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Cf: CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. LACERDA, Carlos Frederico Werneck. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-frederico-verneck-de-lacerda>. Acesso em: 01 agosto 2025.

¹⁷² Carlos Lacerda foi colunista do *Correio da Manhã* (RJ) até 01 de maio de 1949, quando foi demitido por criticar um empresário e amigo pessoal do proprietário do periódico, Paulo Bittencourt. Cf: NA TRIBUNA da imprensa. *Correio da Manhã*, Ed. 17213, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 01 Mai. 1949.

vezes ao exterior, ambas no ano de 1948: uma para cobrir as eleições presidenciais estadunidenses, e outra para comentar a situação política no Oriente Médio. A respeito desse segundo trabalho como correspondente internacional, ocorrido entre janeiro e março de 1948 — isto é, antes do fim do mandato britânico na Palestina — a sua ocorrência é um demonstrativo da importância que o jornal deu, à época, às tensões crescentes na região, e buscou uma forma de alcançar uma compreensão maior da situação política para informar seus leitores.

Em um contexto no qual as relações entre o Brasil e a comunidade internacional ganharam projeção midiática, as narrativas e análises estabelecidas pelos noticiários sobre a questão palestina adquiriram contornos próprios, que podem revelar tanto sobre o conflito palestino, quanto sobre a sociedade brasileira. Mas de que forma essa processualidade histórica e midiática se opera? Quais foram as representações estabelecidas pelo *Correio da Manhã* (RJ) sobre os povos árabes, judeus e sua disputa na região? Como a potência mandatária é enquadrada no discurso jornalístico? Quais eventos emergem como fenômenos midiáticos durante a intensificação do conflito na Palestina?

Na tentativa de responder a essas perguntas norteadoras, o presente capítulo toma como ponto de partida o anúncio feito por Ernest Bevin, que marcou a entrega da questão nacional da Palestina para a resolução através dos organismos das Nações Unidas, em 14 de fevereiro de 1947, e estendemos nossa análise até o fim deste ano, quando a ONU aprova definitivamente a partição da região, e Grã-Bretanha decide a data da sua retirada definitiva, contexto que, rapidamente, abre espaço para o conflito direto entre árabes e judeus. Nosso objetivo, ao fazer isso, é discutir a versão publicada no noticiário internacional do *Correio da Manhã* (RJ) acerca do período que antecede a primeira Guerra Árabe-Israelense (1948-1949), problematizando suas narrativas e representações sobre essa processualidade no periódico analisado.

3.1. “INTENSA AGITAÇÃO NA PALESTINA”¹⁷³

Ao anunciar, em 1947, a entrega da questão palestina à Organização das Nações Unidas, o chanceler britânico Ernest Bevin não apenas transferia a responsabilidade sobre um impasse diplomático, como também sinalizava o esgotamento da política imperial britânica na região do Oriente Médio¹⁷⁴. Parte desse processo de extenuação deveu-se, precisamente, à

¹⁷³ Título retirado de uma das várias notícias que ganham espaço no *Correio da Manhã* (RJ) a partir do aprofundamento de tensões na Palestina em 1947. Cf. INTENSA agitação na Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16288, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 07 Dez. 1947.

¹⁷⁴ LOUIS, Wm. Roger. *Ends of British Imperialism*. New York: I.B.Tauris & Co Ltd, 2006.

própria característica fundante do conflito entre judeus e árabes na Palestina, cujo cerne habita em décadas de promessas contraditórias feitas pelo Reino Unido desde a Primeira Guerra Mundial (1914–1918), quando buscou atrair o apoio de ambos os grupos para enfraquecer o domínio otomano — aliado da Alemanha no século XX, e ocupante da região desde o século XVI¹⁷⁵.

A reivindicação por um lar nacional tanto por parte das populações judaicas, majoritariamente oriundas da Europa, quanto pelas comunidades árabes nativas, tornou-se um dilema de difícil conciliação, agravado pela crescente presença sionista na região e pelas ambiguidades do mandato britânico. De um lado, o movimento sionista se amparava na justificativa Declaração Balfour (1917), segundo a qual a Inglaterra se comprometeu em apoiar a existência de um estado independente para essa população em terras palestinas; do outro, o nacionalismo árabe justificava-se tanto pela ocupação territorial, quanto pela correspondência Huceine-McMahon (1915-1916), na qual lideranças britânicas prometiam ao xerife de Meca o reconhecimento da independência dos povos árabes, mediante a cooperação contra a presença otomana¹⁷⁶.

Ao longo das décadas de 1920 e 1930, movimentos independentistas exerceram forte pressão interna nos territórios do Oriente Médio sob domínio francês e britânico, mas foram sistematicamente suprimidos pela lógica imperialista que ainda predominava na região. No caso específico da Palestina, a situação tornou-se gradativamente insustentável para a diplomacia britânica, que se via no centro de uma disputa cada vez mais complexa, enfrentando as sucessivas ondas migratórias de judeus oriundos da Europa, intensificadas após a Primeira Guerra Mundial¹⁷⁷.

Além disso, lidava com a resistência crescente das populações árabes locais, que reagiam à expansão do projeto sionista por meio de revoltas, greves gerais e campanhas de desobediência civil¹⁷⁸. Em resposta, o governo britânico publicou dois Livros Brancos¹⁷⁹ (em 1922 e 1939), com o pretenso objetivo de restringir a imigração judaica e regulamentar a

¹⁷⁵ FILIU, Jean-Pierre. *Uma História Secular do Oriente Médio: do ano 395 aos nossos dias*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

¹⁷⁶ BIGER, Gideon. *The Boundaries of Modern Palestine, 1840–1947*. Nova York-US: RoutledgeCurzon, 2004.

¹⁷⁷ SALEM, Helena. *O que é questão Palestina*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹⁷⁸ FILIU, Jean-Pierre. *Uma História Secular do Oriente Médio: do ano 395 aos nossos dias*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

¹⁷⁹ O conceito de “Livro Branco” refere-se a documentos oficiais emitidos por governos para expor políticas, orientar decisões e justificar ações em matérias de interesse nacional ou internacional, possuindo caráter técnico e persuasivo, frequentemente com repercussão diplomática. No contexto da Palestina sob mandato britânico, dois Livros Brancos, publicados em 1930 e 1939, utilizaram esse instrumento para estabelecer restrições à imigração judaica e ao acesso à terra, buscando equilibrar as pressões entre árabes e judeus na região, cf: ROGAN, Eugene. *Os árabes, uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

aquisição de terras, embora tais medidas tivessem pouco efeito prático diante da conjuntura de avanço do nazismo e intensificação da perseguição aos judeus no continente europeu. Paralelamente, o movimento sionista, organizado e cada vez mais articulado internacionalmente, pressionava a administração britânica por maiores garantias legais para a consolidação de um lar nacional judaico na Terra Santa, mobilizando apoio financeiro, político e diplomático junto a setores influentes da diáspora¹⁸⁰.

Essa política colonial foi acumulando contradições, evidenciadas de maneira mais vocal a partir de 1936, com o estopim da Grande Revolta Árabe (1936-1939) — uma insurreição de larga escala conduzida por lideranças nacionalistas palestinas contra a ocupação imperialista e o aumento da presença de imigrantes judeus. Iniciada com uma greve geral de seis meses, a revolta logo assumiu caráter armado e se estendeu até 1939, revelando o esgotamento da capacidade britânica de conciliar interesses díspares.

Nesse cenário, a repressão imposta por Londres foi severa, com milhares de palestinos mortos, presos ou exilados, e boa parte da estrutura política árabe local totalmente desmantelada. Ao mesmo tempo, o conflito acelerou o debate internacional sobre o futuro da Palestina, pois tornava-se evidente que a permanência britânica na região já não sustentava o fino equilíbrio entre as promessas feitas aos diferentes grupos étnicos¹⁸¹.

Tal revolta árabe, por sua vez, teve efeitos significativos sobre as comunidades judaicas na Palestina, chamadas de *Yishuv*, incentivando a criação e fortalecimento de grupos paramilitares sionistas, como o *Irgun Tzvai Leumi*¹⁸² — constituído em 1937 como dissidência da *Haganá*, a força de defesa oficial da Agência Judaica¹⁸³. Em um primeiro momento, voltado à proteção de assentamentos, o *Irgun* passou progressivamente a adotar ações ofensivas, como atentados a mercados árabes, comboios britânicos e postos policiais, cujo objetivo era forçar a retirada britânica e viabilizar a formação de um Estado judeu¹⁸⁴.

Além do *Irgun*, também foi criado um grupo chamado *Lehi*¹⁸⁵, em 1940, também conhecido como Grupo *Stern*, cuja atuação foi marcada, desde o início, pelo uso explícito de

¹⁸⁰ SALEM, Helena. *O que é questão Palestina*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹⁸¹ HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

¹⁸² Organização Militar Nacional, em tradução livre.

¹⁸³ A Agência Judaica, criada em 1929 e reconhecida oficialmente pelo Mandato Britânico em 1934, funcionava como o principal órgão representativo da comunidade judaica na Palestina, atuando na mediação entre os interesses sionistas e a administração britânica. Sua atuação incluía a organização de imigração, o planejamento econômico e social, a coordenação de assentamentos e a representação política junto a autoridades coloniais e internacionais. No contexto da ocupação britânica, a Agência Judaica tornou-se um instrumento central para a implementação das metas do movimento sionista, articulando políticas de colonização e desenvolvimento enquanto buscava consolidar a presença judaica no território, frequentemente em tensão com as demandas da população árabe local, cf: ROGAN, Eugene. *Os árabes, uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

¹⁸⁴ ROGAN, Eugene. *Os árabes, uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

¹⁸⁵ Lehi é a sigla para “Lohamei Herut Israel”, ou Combatentes pela Liberdade de Israel, em tradução livre.

táticas terroristas. Diferente do *Irgun*, que ainda buscava algum grau de coordenação com a liderança sionista tradicional, o *Lehi* operava de forma clandestina e radicalizada, defendendo alianças táticas com qualquer potência contrária ao domínio britânico, inclusive com a Alemanha nazista, nos primeiros anos da guerra¹⁸⁶.

A intensificação da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) impactou profundamente o Oriente Médio nesse contexto, alterando temporariamente os rumos do conflito entre judeus, árabes e britânicos. A região, estratégica para o esforço de guerra dos Aliados — devido ao abastecimento de petróleo e à localização privilegiada no mediterrâneo oriental — assistiu a episódios que puseram em xeque a estabilidade dos mandatos imperiais: em 1941, um golpe de orientação pró-nazista no Iraque mobilizou tropas britânicas; enquanto isso, a Síria, sob controle do regime francês de Vichy, colaborava com o Eixo até a libertação da França pelas forças aliadas, entre 1942 e 1944¹⁸⁷.

Diante dessa conjuntura militar e da necessidade de estabilidade regional, o *Irgun* assinou uma trégua temporária com o Império Britânico em 1942, suspendendo suas ações armadas contra o Reino Unido. No entanto, esse armistício tornou-se insustentável quando, em 1944, os horrores do Holocausto (*Shoah*) vieram a público de forma mais ampla, evidenciando o genocídio de seis milhões de judeus, de forma a reconfigurar dramaticamente o debate internacional sobre o futuro da Palestina e a intensificar, no seio do movimento sionista, a convicção de que a sobrevivência judaica dependia da fundação de um Estado próprio e independente¹⁸⁸.

Com esse objetivo em comum, e apesar da separação organizativa, *Irgun* e *Lehi* colaboraram no planejamento de ações violentas de grande repercussão na década de 1940, como a explosão do Hotel *King David* (1946)¹⁸⁹, atribuída ao *Irgun*, e o assassinato do enviado da ONU, o conde Folke Bernadotte, em 1948, cometido por membros do *Lehi*¹⁹⁰. A

¹⁸⁶ ROGAN, Eugene. *Os árabes, uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

¹⁸⁷ FILIU, Jean-Pierre. *Uma História Secular do Oriente Médio: do ano 395 aos nossos dias*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

¹⁸⁸ LOUIS, Wm. Roger. *Ends of British Imperialism*. New York: I.B.Tauris & Co Ltd, 2006.

¹⁸⁹ O atentado ao Hotel King David, ocorrido em 22 de julho de 1946 em Jerusalém, foi um ataque perpetrado pelo grupo sionista radical Lehi contra a sede administrativa do Mandato Britânico na Palestina. A explosão matou 91 pessoas, incluindo civis e funcionários britânicos, e feriu mais de 40, sendo um dos episódios mais violentos da campanha contra a presença colonial britânica. O ataque tinha como objetivo desestabilizar a administração britânica e pressionar pela retirada do território, refletindo a radicalização de setores do movimento sionista diante das restrições à imigração judaica e da crescente tensão política na região Cf. ROGAN, Eugene. *Os árabes, uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

¹⁹⁰ Esse acontecimento não será discutido nesta dissertação, devido à sua localização temporal que extrapola a alçada dessa dissertação, todavia, cabe mencionar que foi um ocorrido de grande repercussão no *Correio da Manhã* (RJ). Em resumo, o conde Bernadotte era um diplomata sueco que foi nomeado mediador da ONU para a Palestina em maio de 1948, com a missão de negociar um cessar-fogo entre árabes e judeus durante a Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948-1949), todavia, em 17 de setembro de 1948, foi assassinado em Jerusalém por membros do grupo sionista extremista *Lehi*, em represália às suas propostas de mediação, consideradas

consolidação dessas milícias sionistas, em reação à Grande Revolta Árabe (1936-1939), marcou a militarização crescente do conflito e revelou que o impasse na Palestina caminhava para um desfecho violento e internacionalizado¹⁹¹.

Simultaneamente, o fim da guerra acelerou a crise do imperialismo europeu no Oriente Médio, em razão do enfraquecimento econômico e político das potências ocupantes, que já não conseguiam conter o avanço dos movimentos nacionalistas árabes, a exemplo das vitórias expressivas nas independências do Líbano e da Síria, e o reconhecimento internacional do Reino da Jordânia, sob o domínio hachemita. Esses eventos, ocorridos em 1946, insuflaram o sentimento pan-árabe, especialmente entre os palestinos, cujo movimento nacional ganhava novo fôlego sob a liderança de Hajj Amin al-Husseini¹⁹², o Mufti de Jerusalém¹⁹³.

Entre 1945 e 1947, o governo britânico ainda tentou sustentar uma política de conciliação na Palestina, mesmo diante da escalada da violência e do desgaste crescente de sua legitimidade na região. O então ministro das Relações Exteriores, Ernest Bevin, buscou negociar uma fórmula intermediária entre as reivindicações sionistas e a oposição árabe, propondo, em diferentes momentos, soluções federativas e projetos de coadministração, porém, sem sucesso, tendo em vista que os judeus as viam como um obstáculo à independência, enquanto os árabes as denunciavam enquanto formas de manutenção do domínio britânico e de legitimação da colonização anglo-judaica¹⁹⁴.

Ao mesmo tempo, a Grã-Bretanha enfrentou uma crescente pressão internacional, sobretudo dos Estados Unidos, que passavam a apoiar abertamente o sionismo, sob a liderança de Henry Truman¹⁹⁵. Dessa forma, incapaz de manter o controle sobre a situação e

desfavoráveis ao projeto sionista. O atentado provocou ampla condenação internacional e reforçou as tensões em torno da legitimidade e dos métodos empregados por setores do movimento sionista no processo de consolidação do Estado de Israel. Cf: ASSASSINADO em Jerusalém o Conde Bernadotte. *Correio da Manhã*, Ed. 17026, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 18 Set. 1948.; ROGAN, Eugene. *Os árabes, uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

¹⁹¹ ROGAN, Eugene. *Os árabes, uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

¹⁹² Quando do início do mandato britânico, em 1922, a população palestina boicotava as instituições administrativas britânicas enquanto forma de resistência anticolonial. Para contornar essa situação, a Grã-Bretanha buscou associar a gestão política da região com a religião islâmica, com a criação do cargo de Grão-Mufti de Jerusalém e nomeando Hajj Amin al-Husseini para assumi-lo. Al-Husseini progressivamente se projetou enquanto uma liderança política internacional, ao passo que a sua imagem foi utilizada pela Grã-Bretanha para reduzir a carga ideológica nacionalista da luta árabe e direcioná-la junto a uma islamização da pauta. Por consequência, tal contexto intensificou disputas entre Xiitas e Sunitas, desmobilizando a pauta nacionalista que unia ambas as vertentes dos islã contra as autoridades britânicas. Posteriormente, nos anos 1940, o Mufti de Jerusalém tornou-se uma das principais lideranças palestinas pela independência da região. Cf: FILIU, Jean-Pierre. *Uma História Secular do Oriente Médio: do ano 395 aos nossos dias*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

¹⁹³ HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

¹⁹⁴ LOUIS, Wm. Roger. *Ends of British Imperialism*. New York: I.B.Tauris & Co Ltd, 2006.

¹⁹⁵ Durante o período de 1947-1948, o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, enfrentou intensa pressão de líderes e organizações judaicas, tanto nos Estados Unidos quanto internacionalmente, para reconhecer o recém-criado Estado de Israel. Esses grupos mobilizaram campanhas políticas e midiáticas, destacando a

sem apoio doméstico para sustentar sua presença na região, Londres anunciou oficialmente, em fevereiro de 1947, que entregaria a questão palestina à Organização das Nações Unidas. Ao transferir a questão à ONU, a Grã-Bretanha tentava encerrar um ciclo, mas inaugurou um novo capítulo da disputa, agora em um ambiente multilateral que refletia as tensões do pós-guerra e da ordem internacional nascente.

Tais acontecimentos, ocorridos entre as ilhas britânicas e a Terra Santa, eram diariamente registrados, selecionados e editados por profissionais experientes da comunicação, compondo o que Sônia Maria de Meneses Silva define em sua tese como operação midiográfica¹⁹⁶. Tal conceito busca dar conta do movimento, feito pela imprensa, no qual ocorre a “primeira escrita” de um acontecimento na cena pública, hierarquizando-o em relação a outros já estabelecidos, conferindo-lhe um selo de veracidade e preparando-o para sua incorporação no campo da história. Como explica a autora:

A operação midiográfica, portanto, deve ser entendida como um modo de escrever história que se manifesta na fronteira dos dois campos, realizando uma ação difusa que, embora seja ordenada em determinadas rotinas de trabalho e enquadramento disciplinar, constrói conteúdos polissêmicos. Falo de uma escrita específica. Processo que atua desde a formulação do evento na cena pública até seus retornos como artefato memorável e histórico. O resultado disso é um produto simbólico, no caso a notícia/informação/conhecimento, formulado em percursos variados; às vezes, de forma caótica, dispersa ou disciplinada, que produz um saber marcado pela urgência das ocorrências cotidianas que, embora pareça estar submetido à efemeridade temporal, articula relações com o tempo que transpõem a evanescência do presente e se situa num movimento de distensão entre passado e futuro (Silva, 2011, p. 50).

Em outras palavras, à luz desse conceito, a mediação da imprensa constitui um elemento indispensável na elaboração narrativa de qualquer acontecimento histórico de grande escala — sobretudo no caso dos assuntos internacionais ou do jornalismo de guerra, em que a verificação independente, por parte do leitor comum, torna-se significativamente mais difícil. Neste sentido, à luz das contribuições de Silva, entendemos que, ao tomar a imprensa como objeto e fonte, é necessário reconhecer que os jornais não apenas registram acontecimentos, mas os recortam, hierarquizam e narram segundo lógicas próprias, inscritas

urgência moral decorrente da *shoah* e a necessidade de garantir um lar seguro para o povo judeu. A pressão contribuiu para acelerar a decisão de Truman de reconhecer Israel em maio de 1948, apesar de resistências internas no governo e preocupações estratégicas relativas ao equilíbrio no Oriente Médio. Cf: LAQUEUR, Walter. *A History of Zionism*. Nova York-US: Schocken Books, 2003.

¹⁹⁶ SILVA, Sônia Maria de Meneses. *A operação midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação*. 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2011.

em contextos políticos, econômicos e culturais específicos¹⁹⁷. Esse entendimento converge com a formulação de Robert Darnton¹⁹⁸, para quem a imprensa é também construtora do acontecimento, atuando ativamente na produção de sentidos e na conformação da percepção pública.

No caso do *Correio da Manhã* (RJ), a cobertura da Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948-1949) não se limitou a relatar os fatos provenientes do Oriente Médio, mas mobilizou enquadramentos interpretativos que dialogavam com o cenário político brasileiro do pós-guerra, reproduzindo disputas ideológicas da Guerra Fria e visões específicas sobre o papel da ONU e do Brasil na arena internacional. Assim, a análise do noticiário internacional do periódico, inspirada nos aportes de Silva, De Luca e Darnton, permite compreender como o jornal não apenas informava sobre o conflito, mas também contribuía para moldar a sua significação junto ao público leitor, atribuindo-lhe sentidos que iam além da simples mediação factual.

No ano antecedente ao conflito, no período pré-guerra, entre fevereiro e dezembro de 1947, observa-se, nas páginas do *Correio da Manhã* (RJ), um movimento contínuo de referência e construção narrativa dos principais agentes envolvidos: a Grã-Bretanha, frequentemente noticiada, tanto através das lideranças governistas, como Ernest Bevin e Clement Attlee, quanto por menções às discussões parlamentares na Câmara dos Comuns e ao ex-primeiro ministro Winston Churchill; os grupos genericamente designados como “árabes”, pontualmente associados ao Mufti de Jerusalém, à Liga Árabe, ou às nações árabes independente; e o *Yishuv*, tratados como “judeus”, com especificações para a Agência Judaica, seu braço armado (*Haganá*), e as organizações paramilitares *Irgun* e *Lehi* (*Stern*).

De modo geral, esses três polos — a potência mandatária, a população árabe e o *Yishuv* — constituem o eixo central a partir do qual o *Correio da Manhã* (RJ) organiza sua narrativa sobre o conflito. No entanto, a materialidade das notícias mostra que o jornal não os apresenta como blocos rígidos, separadamente, de forma que eles surgem continuamente imbricados em relações, sejam de confronto militar, negociação diplomática, protesto público ou pressão internacional, e que moldam a inteligibilidade do período.

Assim, as matérias analisadas não oferecem uma descrição individualizada e analítica de cada agente, mas produzem uma cartografia dinâmica das interações entre eles, enfatizando como decisões britânicas repercutem sobre líderes árabes, como ações destes

¹⁹⁷ DE LUCA, Tania Regina de. A Grande Imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luíza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

¹⁹⁸ DARNTON, Robert. ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

tensionam a situação do *Yishuv*, e como respostas judaicas reconfiguram a posição do Mandato. Mais do que caracterizar cada grupo em si, o jornal constrói um relato no qual o que ganha centralidade são os fluxos, choques e convergências que os conectam, e é essa rede de relações que se apresenta como chave interpretativa para compreender o período pré-guerra.

Entretanto, é importante observar que, apesar dessa constatação relacional, a maior parte dos informes do período inicial toma como ponto de vista privilegiado a referência britânica, em uma escolha que sugere compreender o Reino Unido como o polo a partir do qual poder e relevância irradiam para a Palestina. Como argumenta Pinar Bilgin¹⁹⁹ em “*Whose Middle East?*”, a própria categoria “Oriente Médio” foi historicamente construída no século XX para atender às necessidades estratégicas e imperiais do Ocidente, em especial da geopolítica britânica.

Na visão da autora, o ato de converter a região em objeto de intervenção militar, vigilância diplomática e administração colonial, a potência europeia a reinscreve simbolicamente como uma extensão de si própria, podendo projetar seus valores e sentidos próprios. Nesse sentido, a presença de uma perspectiva centrada na Grã-Bretanha nas páginas do *Correio da Manhã* (RJ) reflete não apenas a configuração geopolítica do pós-guerra, mas também uma gramática imperial que estrutura a inteligibilidade dos acontecimentos e hierarquiza os agentes em cena, partindo do referencial europeu e ocidental.

Nesse sentido, a partir de fevereiro de 1947, marco inicial deste capítulo, torna-se possível mapear uma multiplicidade de versões sobre o papel da potência mandatária, variando entre críticas, justificativas e leituras intermediárias. Contudo, a complexidade dessa peça central nas representações vai sendo gradualmente reduzida entre julho e setembro, quando os informes sobre a relação direta entre Grã-Bretanha e Palestina deslocam o foco para as discussões sobre a retirada britânica. Esse movimento editorial não apenas acompanha as decisões diplomáticas do período, mas também evidencia como o jornal reorganiza suas narrativas à medida que o Mandato perde capacidade de ação e legitimidade, reconfigurando a maneira como os demais agentes passam a ser apresentados, com maior detalhamento, nas semanas que antecedem a primeira guerra árabe-israelense.

Dando início à análise do periódico, muitas notícias retratam, desde janeiro de 1947, a pressão sofrida pela Inglaterra em torno da resolução das questões nacionais na Palestina. Dentre estas, destaca-se uma coluna editorial publicada em 16 de fevereiro, dois dias após o pronunciamento de Ernest Bevin, na edição dominical do *Correio da Manhã* (RJ), sendo o

¹⁹⁹ BILGIN, Pinar. Whose ‘Middle East’? Geopolitical Inventions and Practices of Security. In: *International Relations*, SAGE Publications, Londres: Vol. 18, nº 1, 2004, p.17-33.

primeiro comentário do jornal sobre a decisão britânica de mediação na ONU. A referida coluna, intitulada “Carnaval”²⁰⁰, apresentava uma visão resumida de vários acontecimentos internacionais e nacionais, divididos em nove pequenos parágrafos.

No quinto destes, a temática abordada é a internacionalização do problema na Palestina, identificando o primeiro-ministro britânico, Clement Attlee, do partido trabalhista, enquanto um sujeito pressionado pelos interesses das superpotências — Estados Unidos e União Soviética. O texto, de tom opinioso, faz uma breve explanação sobre a postura de alinhamento entre o governo americano e as pautas “israelitas”, ao passo que aponta também a aproximação, tal como o interesse econômico, entre o governo soviético e as nações árabes. O que chama atenção, entretanto, é a escolha narrativa do editorial em retratar Attlee, apresentando a entrega da situação à ONU como uma “desistência” inglesa, utilizando uma metáfora bíblica para ilustrar: “Assim, a Palestina subirá ao Calvário da O.N.U. E o bom Attlee, fantasiado de Pilatos, está lavando suas mãos, à luz de uma vela”²⁰¹.

A comparação cristã desse processo político representa, simultaneamente, dois pontos importantes para a compreensão de como o *Correio da Manhã* (RJ) passou a retratar a Grã-Bretanha — especialmente, a condução trabalhista deste país. De um lado, a presença da noção do “abandono político” que, como veremos adiante, passou a ser parcialmente associada ora aos judeus, ora aos árabes, formando um binômio abandono/favorecimento com os grupos em conflito. Do outro, a crítica ao governo trabalhista inglês, lado a lado com elogios ao ex-primeiro-ministro conservador, Winston Churchill, que esteve à frente do país durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e era um símbolo do ideário anticomunista e liberal e propagado pelo periódico brasileiro.

A respeito deste último ponto, que direciona as análises presentes no *CM* sobre o período que Clement Attlee ocupou a chefia do governo britânico (1945-1951), é notável a presença de um noticiário que busca evidenciar as opiniões dos opositoristas conservadores acerca da política externa inglesa. A exemplo disso, a capa da edição de 20 de fevereiro traz uma grande notícia, intitulada “Bevin explica a posição inglesa em relação à Palestina”²⁰², cujo conteúdo busca retratar a comunicação proferida na Câmara dos Comuns pelo secretário de Assuntos Externos, Ernest Bevin, e dá foco ao seguinte comentário proferido pelo ex-premier, Churchill, logo em seus primeiros parágrafos:

²⁰⁰ CARNAVAL. *Correio da Manhã*, Ed. 16040, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 16 Fev. 1947.

²⁰¹ Ibid.

²⁰² BEVIN explica a posição inglesa em relação à Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16041, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 20 Fev. 1947.

“Devemos interpretar tais palavras como que teremos de continuar carregando esse fardo, sem solução que oferecer, sem iniciativas que apresentar, não somente até setembro, mas também até que as Nações Unidas tenham resolvido um problema que o secretário para o Exterior, depois de dezoito meses de prolongada espera, se declarou incapaz de solucionar? Como justifica v. exa. a manutenção de 100.000 soldados britânicos na Palestina, tão necessitados aqui, e os gastos de 30 ou 40 milhões de libras de nossos escassos recursos, neste longo processo de adiamentos e demoras?”²⁰³

Nesta construção jornalística, a potência das críticas proferidas pelo líder da oposição não encontra paralelo nas respostas do secretário trabalhista, que teria retrucado, acusando o ex-premier de ser injusto em suas palavras. Em seguida, os trechos selecionados das falas de Bevin não favorecem a sua imagem como um secretário eficiente — o que, de certa forma, acaba reforçando as opiniões emitidas por Churchill — ao mencionar a atuação de improviso para conter a situação na Terra Santa, e minimizar a problemática enfrentada, afirmando não crer que “a questão da Palestina signifique, em nenhum sentido, uma ameaça para a paz mundial”²⁰⁴, sem justificar a manutenção do efetivo militar britânico na região.

Esse contraste de posições, montando um jogo de luz e sombra com trabalhistas e conservadores, repete-se frequentemente, ao menos nas representações sobre política externa britânica, podendo-se observar em outras notícias o mesmo movimento na cobertura feita pelo *Correio da Manhã* (RJ). É ilustrativa a capa da edição de 13 de março de 1947, com a manchete intitulada “Voto de censura ao governo”²⁰⁵, que apresenta a votação de uma moção de desconfiança econômica promovida pelos conservadores contra o governo de Attlee, com a grande maioria do seu conteúdo destinado a cobrir a campanha e os pronunciamentos de Winston Churchill contra os trabalhistas.

Criticando a administração do Império ultramarino, o líder da oposição menciona os “tumultos por toda a parte”, destacando Índia e Birmânia, colônias em processo de independência, além de ironizar a postura do governo em “manter a todo custo” o “direito de sermos escarnecidos e odiados pelo mundo por causa da Palestina, que nos custa oitenta e dois milhões de esterlinos”²⁰⁶. A esses comentários, o político conservador acrescenta ainda um tom anticomunista, mencionando que os trabalhistas, “com slogans de inveja, ódio e malícia, propagaram a guerra de classes por todo o país, e por todas as camadas da sociedade, e dividiram a nação em sua hora de grave necessidade”²⁰⁷.

²⁰³ Ibid.

²⁰⁴ Ibid.

²⁰⁵ VOTO de censura ao governo. *Correio da Manhã*, Ed. 16059, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 13 Mar. 1947.

²⁰⁶ Ibid.

²⁰⁷ Ibid.

Apesar da relevância dada pelo jornal aos comentários de Churchill, a moção de desconfiança econômica foi derrotada com 374 votos contra 198, marcando uma vitória expressiva do governo na Câmara dos Comuns, o que possibilita levantar questionamentos sobre o real alcance do projeto conservador na política britânica, no contexto analisado. Os trabalhistas, duramente criticados, mantiveram sua vitória nesta moção e também aprovaram outra, de apoio às medidas empreendidas por Attlee e seus secretários — o que é apresentado somente nos dois últimos parágrafos da notícia, de maneira minoritária.

Ainda nessa sequência comparativa, uma outra notícia reforça o argumento de que houve uma escolha editorial no *Correio da Manhã* (RJ) capaz de favorecer, em suas representações narrativas, os posicionamentos conservadores, devido à afinidade ideológica com este partido. Trata-se de uma pequena notícia publicada na capa da edição de 24 de abril de 1947, intitulada “Na Palestina as coisas vão maravilhosamente”²⁰⁸, cujo conteúdo é integralmente um discurso proferido por Churchill, sem qualquer menção a um contraponto de posições trabalhistas, como ocorreu nas notícias anteriormente analisadas.

Nessa notícia, retrata-se que o ex-premier fez comparações entre as distintas conduções políticas dos processos nacionalistas na Palestina e na Índia britânica, afirmando que, na primeira, os combates contra o terrorismo judaico seguem, qualquer que seja o custo para a potência mandatária, criticando a presença de “quatro vezes mais soldados”²⁰⁹ na região do que na Índia — colônia que seria “vinte vezes mais importante” para os britânicos, em razão de sua produção econômica. O político conservador segue, afirmando que “um tal estado de coisas só se explica pela estupidez e incompetência de um governo trabalhista”²¹⁰, denunciando a degradação da imagem internacional da Inglaterra diante da não resolução da questão Palestina.

É curioso observar, neste enquadramento editorial, que o espaço de argumentação política dado, no *Correio*, às representações dos conservadores sobre a Palestina é bastante grande, denotando uma crítica robusta aos trabalhistas. Todavia, o incômodo vocalizado por Churchill nessa questão, como destacado nas notícias de fevereiro, março e abril acima mencionadas, gira em torno, principalmente, do custo econômico e político da manutenção administrativa e militar britânica na região, até que ocorresse uma solução mediada pela Organização das Nações Unidas.

²⁰⁸ NA PALESTINA as coisas vão maravilhosamente. *Correio da Manhã*, Ed. 16094, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 24 Abr. 1947.

²⁰⁹ Ibid.

²¹⁰ Ibid.

Neste sentido, retomando a metáfora de Pôncio Pilatos lavando as mãos, presente na notícia de 14 de fevereiro, é possível problematizar que o partido que verdadeiramente desejava “lavar as mãos”, isto é, abandonar politicamente essa questão, era o partido conservador, que considera o custo para a manutenção do mandato na região desproporcional à sua relevância. A interpretação, em uma coluna editorial do *CM*, de que Clement Attlee estaria abandonando a questão, ainda que possa ser válida sob a luz de outras interpretações historiográficas que pensem a longa duração²¹¹, mostra-se frágil perante os próprios argumentos dos conservadores veiculados, que apontam a posição adotada pelos trabalhistas, ao menos entre os meses fevereiro e setembro de 1947, pela permanência burocrática até a eventual resolução do conflito pelos organismos internacionais.

Em caso de um acordo pacífico, como desejavam os trabalhistas, qual deveria ser a posição adotada pela Grã-Bretanha e pelas Nações Unidas? Afirmado defrontar-se com essa questão, o secretário Ernest Bevin elencou, em discurso proferido na Câmara dos Comuns no dia 25 de fevereiro, três reflexões incontornáveis para a mediação diplomática, de forma a evitar uma guerra, sendo estas:

“1) Deve ser aceita a reivindicação dos judeus para a Palestina ser um estado Judeu? 2) Deve ser admitida a reclamação árabe de que a Palestina seja um Estado Árabe? 3) Deve a Palestina ser um Estado no qual os interesses de ambas as comunidades sejam igualmente protegidos?”²¹²

Tais tópicos, na visão de Bevin, devem conduzir qualquer tipo de negociação antes que sejam tomadas decisões que venham a complexificar ainda mais o emaranhado de “promessas contraditórias” feitas pela Grã-Bretanha desde a Primeira Guerra Mundial. A interferência de potências estrangeiras, como os Estados Unidos, que haviam se pronunciado dias antes em favor da imigração de 100 mil judeus para a Palestina, na visão do político

²¹¹ A interpretação da retirada britânica da Palestina como um abandono do problema encontra respaldo em parte significativa da historiografia. Wm. Roger Louis (2006) compreende o fim do Mandato como expressão do esgotamento imperial britânico no pós-Segunda Guerra Mundial, marcado pela incapacidade política, militar e financeira de administrar o conflito, optando-se pela transferência da questão à ONU sem uma solução construída. Edward Said (2011), por sua vez, enfatiza o caráter político e moral desse abandono, ao argumentar que a retirada britânica desresponsabilizou a potência mandatária diante dos efeitos coloniais produzidos, especialmente sobre a população árabe palestina. Rashid Khalidi (2020) também interpreta o encerramento do Mandato como um gesto que deixou a Palestina sem mecanismos efetivos de autodeterminação, expondo os limites da mediação internacional e aprofundando o conflito local. Cf: LOUIS, Wm. Roger. *Ends of British Imperialism*. New York: I.B.Tauris & Co Ltd, 2006; SAID, Edward W. *A Questão da Palestina*. São Paulo-SP: Editora da Unesp, 2011; KHALIDI, Rashid. *The Iron Cage: The Story of the Palestinian Struggle for Statehood*. Londres-UK: Oneworld, 2023.

²¹² O PROBLEMA da Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16046, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 26 Fev. 1947.

trabalhista, prejudicava um longo trabalho diplomático com os representantes árabes no caminho de um acordo²¹³.

Sem conciliação palpável, o que se observa nas notícias que cobrem a relação entre a potência mandatária e os grupos nacionalistas em conflito é, como mencionado anteriormente, a ocorrência de críticas de ambos os lados, denunciando situações de abandono ou favorecimento, ora com judeus, ora com árabes. Entre 25 e 27 de fevereiro, uma sequência de notícias ilustra a velocidade desse movimento narrativo nas páginas do *Correio da Manhã* (RJ), iniciando a análise a partir da manchete “A Inglaterra acusada de favorecer os judeus”²¹⁴, publicada no dia 25 do referido mês.

De maneira breve, o informe repercute um trecho de um artigo feito pelo “Dr. Karil Budeiri” — político árabe-palestino descrito como “de pronunciadas tendências esquerdistas” — que circulou simultaneamente em vários jornais árabes, no qual afirma-se que “a Inglaterra age como se estivesse neutra no conflito [...]. Mas isso só na aparência, porque na realidade está do lado do sionismo”²¹⁵. Após isso, a notícia é complementada por um comunicado oficial das autoridades militares britânicas, desmentindo um boato acerca do suposto conhecimento britânico sobre a aproximação de um navio com refugiados judeus clandestinos para a Palestina²¹⁶. A associação entre as duas informações, o artigo de Budeiri e o comunicado militar, leva à interpretação de que um dos indícios levantados pelos árabes para embasar a relação entre Inglaterra e sionismo seria a conivência das forças armadas com a aproximação de navios de refugiados não autorizados, o que foi oficialmente desmentido pela potência mandatária.

Nos dois dias que se seguiram, 26 e 27 de fevereiro, é possível acompanhar, através do *Correio da Manhã* (RJ), o já citado discurso de Bevin no parlamento (26), seguido da sua repercussão no âmbito internacional estadunidense e judaico (27). Nesta segunda manchete, intitulada “Violenta reação ao discurso de Bevin”²¹⁷, a construção narrativa inicia-se com as críticas proferidas à Inglaterra por um dos fundadores da Agência Judaica, Nahum Goldmann, que acusa Bevin de “ter procurado sistematicamente uma solução em que os judeus ficassem como minoria na Palestina”²¹⁸, perpetuando a maioria árabe nativa da região.

²¹³ Ibid.

²¹⁴ A INGLATERRA acusada de favorecer os judeus. *Correio da Manhã*, Ed. 16045, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 25 Fev. 1947.

²¹⁵ Ibid.

²¹⁶ Ibid.

²¹⁷ VIOLENTA reação ao discurso de Bevin. *Correio da Manhã*, Ed. 16047, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 27 Fev. 1947.

²¹⁸ Ibid.

Em seguida, um dos argumentos apresentados para sustentar tal tese é a imposição, por parte da potência mandatária, de dificuldades à admissão de novos contingentes de judeus desalojados na Palestina, mesmo sob a pressão diplomática norte-americana, que desejava retirá-los da sua zona de ocupação alemã. Observa-se, portanto, a inversão da narrativa utilizada pelos árabes: enquanto, no informe do dia 25, o político palestino acusava a Inglaterra de ser partidária do sionismo, no informe do dia 27, o representante judaico a acusa de privilegiar a maioria árabe, e ambos os informes recorrem a situações em torno da condição dos imigrantes e refugiados judeus como ponto de sustentação factual para sua análise.

A notícia que comenta a reação ao discurso de Ernest Bevin (27) traz também outro recurso de representação importante no jornalismo: a fotografia. Historicamente, o fotojornalismo tem sido utilizado como um recurso-testemunho, pretendendo-se “fiel” ao acontecimento narrado, como um registro supostamente imparcial e capaz de trazer vivacidade às palavras impressas. No século XX, essa prática expandiu-se e popularizou-se cada vez mais, devido ao potencial de denúncia que as imagens traziam em si, quando utilizadas de maneira crítica — mas também sendo apropriada pela propaganda governamental, notadamente após a segunda guerra mundial²¹⁹.

Figura 9 — Soldados ingleses fazendo uso de “casco-tê” (1), 1947



Fonte: VIOLENTA reação ao discurso de Bevin. *Correio da Manhã*, Ed. 16047, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 27 Fev. 1947.

O primeiro ponto de observação desse recurso fotográfico diz respeito ao seu posicionamento privilegiado na página, logo abaixo de um título grande, na parte superior da

²¹⁹ MACIEL, Marcello Silva; BONI, Paulo César. O vale da sombra da vida: reflexões sobre a fotografia de guerra e suas repercussões. *Discursos fotográficos*, Londrina, v.2, n.2, p. 93-110, 2006.

capa da edição, também beneficiando-se por ser a única representação imagética presente. Nessas condições, a fotografia associa-se imagetivamente ao título, sugerindo a existência de uma relação entre a “violência” retratada visual e textualmente. Inclusive, como é possível notar nos detalhes da imagem (Figura 10), o enquadramento — desvinculado da leitura da notícia — indica a possibilidade de enfrentamento policial relacionado à “violenta reação” mencionada no título.

Todavia, ao pousar o olhar mais demoradamente sobre a composição da notícia, para além da manchete, percebe-se que não existe tal relação direta entre imagem e texto. Trata-se na realidade, de um registro do controle britânico sobre a imigração ilegal no litoral da Palestina, em Haifa, retratando a recondução de judeus amotinados ao Chipre, com uso de força policial, dando destaque aos “casse-têtes”. O corpo do texto, fora a legenda da imagem, entretanto, em nada menciona tal acontecimento, dedicando-se a repercutir as posições e pronunciamentos norte-americanos e judaicos acerca das afirmações feitas por Bevin, como já mencionado anteriormente.

O sentido que essa imagem possui conecta-se de maneira mais profunda a um outro formato de representação da Grã-Bretanha que circulou no *Correio da Manhã* (RJ): a face repressiva da potência colonial, seja contra os imigrantes, como na fotografia analisada, ou contra os grupos terroristas judaicos que desejavam a independência da região. Dessa maneira, o gesto do soldado britânico brandindo o cassete contra imigrantes ilegais não apenas documenta um episódio específico, mas condensa um repertório visual no qual o Império é figurado como agente de contenção violenta e de controle social.

Essa mesma produção de sentidos aparece em outras matérias do jornal, como mostraremos adiante, especificamente nas notícias que abordam o enfrentamento britânico aos grupos terroristas judaicos que reivindicavam a independência da Palestina em 1947. Desse modo, a fotografia não se limita a ilustrar um conflito pontual, mas opera como síntese de uma posição editorial que associa a administração britânica, sob o partido trabalhista, a práticas de vigilância, reforçando a percepção de que a autoridade imperial se sustentava por meio da coerção direta nos territórios sob sua influência.

Figura 10 — Soldados ingleses fazendo uso de “casse-têtes” (2), 1947



Fonte: VIOLENTA reação ao discurso de Bevin. *Correio da Manhã*, Ed. 16047, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 27 Fev. 1947.

Além disso, é importante que se discuta o peso de imagens de violência contra judeus no período pós-Segunda Guerra Mundial, na medida em que se tornara incontestável a barbárie a que essa população fora submetida durante o regime nazista. Assim, uma cena de violência física e policial convoca um repertório emocional e político extremamente sensível no pós-Segunda Guerra Mundial, potencializado quando se trata de sujeitos imigrantes vindos da Europa e, portanto, possivelmente refugiados do Holocausto (*Shoah*).

A fotografia opera, portanto, num duplo registro: de um lado, denuncia a incapacidade britânica de gerir de modo eficaz e pacífico o fluxo migratório judaico; de outro, evidencia a tensão entre a memória recente do genocídio e as práticas imperiais de contenção, revelando a contradição entre o discurso internacional de reparação moral e a realidade colonial de repressão. Nesse sentido, ao circular no *Correio da Manhã* (RJ), a imagem também tensiona a percepção dos leitores do jornal sobre a legitimidade da autoridade britânica na Palestina, reforçando a ideia de que a manutenção do domínio já não era compatível com a conjuntura pós-guerra, marcada tanto pela condenação universal dos crimes nazistas quanto pela crescente pressão pela criação de um lar nacional judaico²²⁰.

²²⁰ Para um maior aprofundamento das questões relativas à pressão internacional exercida sobre a Palestina no pós-Segunda Guerra Mundial, bem como do impacto global do trauma dos horrores nazistas na percepção internacional acerca da população judia, e o consequente reforço à legitimidade política da demanda por um lar nacional, conferir: CESARANI, David. *The Holocaust: A New History*. Londres: Penguin, 2017; e BLACK, Ian.

Nos meses de março a julho de 1947, outras notícias corroboram as representações midiáticas que associam a administração britânica às práticas de controle social, como as reportagens sobre a imposição da lei marcial na Palestina, veiculadas em 4 e 27 de março, e sobre a aplicação de penas de morte a terroristas judeus, noticiadas em 18 de abril e 29 de julho. Tais matérias adicionam camadas de complexidade à violência representada textualmente, na medida em que lidam diretamente com ações oficiais que, ao menos em sua justificativa, visavam exclusivamente indivíduos ou grupos classificados como “terroristas”.

Ao enquadrar essas medidas repressivas sob a lógica da manutenção da ordem e do enfrentamento do radicalismo político, o jornal põe para a reflexão do público uma narrativa que, simultaneamente, distingue os alvos da violência estatal e abre margem de uma justificativa pretensamente “válida” para o uso da força pelo poder imperial. Dessa forma, esses relatos operam como extensões discursivas da própria imagem analisada, reiterando a percepção de que a presença britânica no Mandato estava marcada por uma estrutura de vigilância, punição e intervenção direta sobre corpos considerados ameaças à estabilidade colonial.

Na notícia de 4 de março, intitulada “Lei marcial na Palestina”²²¹, o *Correio* constrói uma narrativa que resulta da combinação de informes provenientes de diferentes agências internacionais, como as norte-americanas *United Press* e *Associated Press*, e a britânica *Reuters* de forma a construir uma cobertura ampla desse acontecimento. Inicialmente, o texto fruto dessa “bricolagem” apresenta a imposição de lei marcial em “Tel-Aviv e outras quatro comunidades hebréias, o que constitui uma declaração de guerra às organizações clandestinas de judeus, principalmente a *Irgun Zvai Leumi* e *Stern*”²²² (grifo nosso), destacando os números de vítimas fatais (21) e feridos (50) em uma operação de sabotagem realizada por tais grupos no dia anterior.

Ao adotar essa formulação inicial, a notícia reforça uma perspectiva que associa a resposta britânica a uma medida inevitável diante da escalada de violência, sublinhando o quantitativo de vítimas locais. Assim, o texto articula um enquadramento no qual a repressão aparece como reação defensiva e proporcional, projetando sobre o leitor a imagem de uma administração imperial sitiada, obrigada a recorrer a instrumentos excepcionais para manter a ordem em meio a um cenário descrito como insurrecional.

Enemies and Neighbors: Arabs and Jews in Palestine and Israel, 1917–2017. Londres: Penguin, 2017. Ambas as obras oferecem interpretações abrangentes sobre como a memória imediata da *Shoah* e a condição dos refugiados influenciaram a conjuntura diplomática que cercou o Mandato Britânico e, posteriormente, a disputa pela criação do Estado de Israel.

²²¹ LEI marcial na Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16051, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 04 Mar. 1947.

²²² Ibid.

Em seguida, o informe desloca o foco da ação repressiva para os efeitos imediatos da lei marcial sobre a população judaica residente na Palestina, de modo que a notícia mobiliza números provenientes de duas fontes distintas para quantificar o alcance da medida e reforçar sua gravidade: entre 238 e 350 mil civis estariam, segundo o texto, “isolados do mundo exterior”²²³, impedidos de circular além da área demarcada pelos britânicos e privados de serviços básicos, como correspondência postal, telégrafo e telefone. Esse isolamento não é apresentado como um efeito colateral da operação, mas como parte de um dispositivo de caráter emergencial que visaria facilitar a identificação dos responsáveis pelos atentados.

Além disso, o contingente de 9 mil soldados britânicos teria sido destacado para o patrulhamento, o que reforça a escala militar da ação, evocando uma atmosfera de cerco e excepcionalidade. Analisadas no conjunto, essas informações dimensionam a crise, projetando a imagem de uma administração imperial pressionada e obrigada a intervir com firmeza, porém, também diluem os custos humanitários da lei marcial ao enquadrá-los como “necessários” em face da ameaça clandestina, reforçando o argumento de que a restrição massiva de direitos civis era proporcional ao cenário de insegurança.

Tal medida, na justificativa construída pela própria notícia, ampara-se na alegação de que chegara ao conhecimento das autoridades britânicas a existência de um armistício informal entre *Stern/Lehi*, *Irgun* e *Haganah* — este último descrito como o maior exército clandestino da região, vinculado à Agência Judaica. A notícia ainda sugere que esse acordo teria emergido do fracasso das negociações envolvendo novas concessões migratórias, produzindo a impressão de que a confluência estratégica desses grupos elevava significativamente o risco de ação concertada contra o Mandato.

Ao destacar que tais organizações dispunham de um “vasto depósito de material bélico”²²⁴, parte do qual teria sido apreendida pelos britânicos após a entrada em vigor da lei, o texto reforça a narrativa de uma ameaça latente, difusa e altamente organizada. Esse conjunto de elementos compõe um quadro no qual a repressão é apresentada como necessária à ordem e, assim, opera uma equivalência entre vigilância e perigo, produzindo uma narrativa de legitimação da militarização britânica sobre o pequeno território palestino.

Um fator que pode colaborar para essa escolha editorial, marcada pela ausência de um questionamento direto, no corpo da notícia, sobre a lei marcial britânica, é o fato de que o texto inclui, em seu trecho final, um parágrafo mencionando a declaração de apoio

²²³ Ibid.

²²⁴ Ibid.

incondicional feita pelo visconde de Cranborne, líder do Partido Conservador na Câmara dos Lords, à medida excepcional adotada pelo governo trabalhista.

Como discutido anteriormente, a linha editorial conduzida por Pedro da Costa Rego no *Correio da Manhã* (RJ) demonstrava simpatia pelas posições conservadoras britânicas, em razão da afinidade com a ideologia liberal que orientava o periódico. Nesse sentido, o endosso explícito dos conservadores ao endurecimento repressivo contribui para atenuar a postura do jornal diante da política conduzida por Clement Attlee, trabalhista, sem problematizar a suspensão de garantias civis, ou repetir argumentos críticos sobre os custos da permanência mandatária.

Todavia, o fato de o jornal constituir-se como um conjunto polifônico de textos, e de que seu aspecto visual desempenha papel decisivo na interpretação das matérias, como salienta José D’Assunção Barros²²⁵ (2023), nos permite observar que, incrustada na notícia principal, encontra-se uma pequena “pílula” informativa, intitulada “Responsável pela morte de 1 milhão de judeus” (figura 11). A leitura atenta do conjunto revela que, embora essa nota trate do julgamento de uma autoridade alemã diretamente envolvida na perseguição aos judeus na Polônia durante a Segunda Guerra Mundial, sua inserção imediata no mesmo espaço da notícia sobre a lei marcial introduz um contraste significativo e, minimamente, intrigante.

No microquadro, isto é, no nível da análise interna da pequena nota, o conteúdo diz respeito a um processo judicial tardio, voltado à responsabilização de uma das principais lideranças do genocídio. No entanto, sua proximidade editorial com o informe sobre a repressão britânica atua visual e textualmente como um lembrete indireto de que, apesar das ações violentas de grupos clandestinos judaicos, aquela população carregava, no pós-guerra, a marca recente de uma tragédia humanitária sem precedentes, que chocou toda a comunidade internacional. Assim, a justaposição dos informes contribui para reinscrever, no horizonte de leitura do público, a memória do Holocausto (*Shoah*), tensionando a percepção sobre a legitimidade, a proporcionalidade e o sentido moral das ações britânicas diante dos judeus na Palestina naquele momento.

Figura 11 — Posicionamento de notícias: lei marcial e holocausto, 1947.

²²⁵ BARROS, José D’Assunção. *O Jornal como Fonte Histórica*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

LEI MARCIAL NA PALESTINA

OS BRITÂNICOS DÃO CAÇA AOS TERRORISTAS

Jerusalem, 3 (U. P.) — As autoridades militares britânicas implantaram a lei marcial para a cidade judia de Tel-Aviv e outras quatro comunidades hebraicas, o que constitui uma declaração de guerra indireta às organizações clandestinas de judeus, principalmente a Irgun Zvai Leumi e Stern. Essas organizações são acusadas dos atos de sabotagem ontem praticados naquelas cidades, os quais custaram a vida de 21 pessoas, sendo que outras 50 sofreram ferimentos.

238.210 JUDEUS ISOLADOS

Jerusalem, 3 (A. P.) — Estimativas oficiais indicam que 238.210 judeus residentes nas áreas palestinas sob a lei marcial estão proibidos de deixarem aquelas áreas e de usarem os serviços postais, telefônicos e telefônicos.

6.000 BRITÂNICOS NA BUSCA

Jerusalem, 3 (Eliav Simón da U. P.) — Mais de seis mil soldados britânicos, por ordem secreta, revistaram a área de Tel-Aviv, na costa meridional da Palestina, hoje, para descobrir elementos do movimento extremista, enquanto três mil outros iniciaram buscas na zona de Ma Shearim — bairro ortodoxo israelita de Jerusalem onde vigora a lei marcial — na esperança também de encontrar os membros do "Irgun Zvai Leumi" e "Stern" que lançaram os ataques do último fim de semana, durante os quais morreram dezenove pessoas.

As autoridades manifestaram confiança em que capturarão os extremistas nas duas áreas sob a lei marcial, onde pelo menos 350 mil judeus foram isolados do mundo exterior.

O major general R. M. Gale, comandante da primeira divisão britânica, declarou em entrevista à imprensa, a noite passada, que "se tudo correr bem" os extremistas culpados serão capturados em Tel-Aviv dentro de vinte e quatro horas. As suas tropas entraram na cidade sob virtuais condições de guerra, colocando sacos de areia e peças de artilharia em pontos estratégicos.

As autoridades militares não divulgaram o seu plano de operação, quer em Tel-Aviv ou em Jerusalem, mas acredita-se que estão pondo em prática o programa traçado pelo marechal de campo Lord Montgomery, há alguns meses. As autoridades salientaram que não levarão a efeito varejamentos em residências, pois isto não deu resultado depois do bombardeio do Hotel Rei David, em julho passado.

Fontes britânicas declararam que o "Haganah" — o maior exército clandestino israelita — estabeleceu um armistício com as organizações "Stern" e "Irgun".

Acrescentaram essas fontes

que os três grupos concordaram em por fim à luta entre si, depois que a Agência Judaica e o Haganah reconheceram o fracasso dos seus esforços por obter concessões de imigração.

Funcionários do governo disseram que as manifestações de pesar da Agência Judaica ante o número de vítimas causadas sábado e a condenação dos bombardeios são apenas "lagrimas de crocodilo". Acreditam esses funcionários que a Agência se opôs aos bombardeios extremistas principalmente porque essas atividades de terror punham em perigo a liderança da Agência sobre a coletividade israelita.

DEPOSITO DE MATERIAL BÉLICO

Jerusalem, 3 (R.) — As tropas britânicas, prosseguindo em suas operações contra os elementos terroristas na Palestina, acabam de descobrir vasto depósito de material bélico clandestino na cidade de Tel-Aviv no qual foram apreendidas grandes quantidades de detonadores elétricos, granadas de mão, armas, munição e uniformes.

DESAFIO AO BLOQUEIO BRITÂNICO

Pittsburgh, 3 (R.) — Uma resolução hipotecando o "máximo apoio de todos os recursos da comunidade judaica norte-americana no sentido de ser incrementada a imigração israelita para a Palestina em desafio ao bloqueio britânico" foi aprovada hoje no sentido especial do Conselho Administrativo da Organização Sionista da América.

"Não nos intimidaremos pela atitude hostil dos oficiais britânicos qualificando as tentativas dos judeus deslocados para estabelecerem a Palestina de 'ile-

RESPONSÁVEL PELA MORTE DE 1 MILHÃO DE JUDEUS

Varsóvia, 3 (A.F.P.) — Acaba de ser condenado a morte pelo Tribunal Popular Polonês, Ludwig Fischer, antigo Governador militar de Varsóvia, responsável pela morte de um milhão de judeus e pela destruição do Ghetto.

O chefe da Gestapo, Joseph Meisinger, assim como o diretor da Polícia, Max Dauns, foram igualmente condenados a morte. Não foi ainda fixada a data da execução.

Fonte: Lei marcial na Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16051, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 04 Mar. 1947.

Na notícia de 27 de março de 1947, intitulada “Ineficaz a Lei Marcial na Palestina”²²⁶, nota-se um tom substancialmente distinto daquele adotado no informe de 4 de março, com enfoque narrativo deslocado para a exposição das fraturas internas entre as principais lideranças do Mandato. De um lado, aparecem as autoridades militares na Palestina, os tenentes-gerais Sir Allan Cunningham e G.H.A. MacMillan que, ao comparecerem à Câmara dos Comuns para prestar esclarecimentos sobre a situação na região, destacaram abertamente a ineficácia da política de endurecimento como meio de conter as atividades terroristas. Ambos recomendaram, em contraposição à linha repressiva, a concessão de um aumento da cota mensal de imigração de 1.500 para 2.500 judeus, medida que, segundo sua avaliação, poderia contribuir para estabilizar o quadro político.

Do outro lado, entretanto, surge o governo trabalhista, descrito pela notícia como pouco disposto a aceitar a proposta, sobretudo devido ao contexto diplomático recente: a conferência com lideranças árabes realizada em Londres, e encerrada semanas antes com o compromisso em não aumentar as referidas cotas de imigração, na tentativa de apaziguar a população nativa da região. A narrativa, ao realçar esse contraste, sublinha a ausência de uma

²²⁶ INEFICAZ a lei marcial na Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16071, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 27 Mar. 1947.

direção coerente no seio do poder britânico, sugerindo que a política do Mandato encontrava-se tensionada entre imperativos estratégicos contraditórios.

Os motivos da ineficácia da lei marcial, segundo a matéria, residem essencialmente no fato de que, apesar da prisão de quase uma centena de indivíduos vinculados às organizações clandestinas, os atentados não cessaram durante o mês de vigência da medida. A persistência dos ataques, voltados à população civil e às instalações britânicas, é apresentada como evidência empírica da incapacidade de restaurar a ordem, argumento que enfraquece a narrativa de necessidade e proporcionalidade sustentada no informe anterior.

Além disso, as autoridades militares citadas fazem uma avaliação positiva das “populações judaicas mais moderadas”²²⁷, destacando sua “boa vontade em cooperar” nas negociações de um eventual armistício. Ao representar isso, o jornal introduz uma distinção entre judeus moderados e extremistas, reforçando uma leitura que desloca parcialmente a culpabilização coletiva construída nas semanas anteriores e, simultaneamente, sugere que existiam, no interior da comunidade judaica, interlocutores legítimos para uma solução política. No conjunto, a notícia de 27 de março não apenas revisa a percepção do leitor sobre a eficácia da lei marcial, mas também tensiona o discurso anterior de justificativa da militarização, evidenciando contradições estruturais na condução do Mandato.

Como recurso adicional à narrativa jornalística, a manchete apresenta dois informes breves na parte final de seu texto: um mencionando a ocorrência atentados com explosivos na cidade de Tel Aviv, o que reforça a percepção de fracasso da lei marcial e da incapacidade britânica de conter a escalada de violência; e outro sobre a condenação, em última instância, de Dov Gruner, um militante do *Irgun* sentenciado à morte por sua participação no ataque à delegacia de Ramat Gan. Sobre esse segundo ponto, a narrativa enfatiza que Gruner havia servido vitoriosamente no exército britânico durante a Segunda Guerra Mundial, sendo, portanto, um veterano do conflito.

Tal detalhe introduz uma camada adicional de complexidade ao quadro interpretativo, pois sugere, implicitamente, que o Reino Unido, ao executar um veterano que lutou sob sua bandeira contra o nazismo, encontrava-se em contradição moral e política. Assim, a presença desse dado biográfico convida o leitor a ponderar sobre o modo como o Império retribuía a lealdade de seus antigos combatentes, introduzindo a sensação de que a política punitiva britânica se voltava até contra aqueles que haviam contribuído para sua vitória recente. Desta maneira, o texto opera não apenas no registro da ruptura das fidelidades coloniais, mas também no da exposição do desconforto ético que cerca a condenação máxima de um

²²⁷ Ibid.

ex-militar que, embora agora militante do *Irgun*, carregava o capital simbólico de “herói de guerra”.

Ademais, a confirmação de sua execução é apontada como um fator potencial de intensificação da resposta violenta por parte das organizações clandestinas judaicas, o que reforça a narrativa de que a política punitiva britânica, em vez de produzir dissuasão, operava como catalisadora de radicalização. Ao antecipar uma espiral de retaliações, a notícia contribui para sedimentar a percepção de que a lei marcial e, por extensão, o aparato repressivo do Mandato, encontrava-se aprisionado em um ciclo autoperpetuado de violência, incapaz de restaurar a ordem e, simultaneamente, responsável por alimentar as condições de seu próprio fracasso.

Esse cenário aprofunda-se na notícia de 18 de abril, intitulada “Haverá novas execuções”²²⁸, quando o *Correio da Manhã* (RJ) retoma a temática das penas capitais impostas pelo Mandato britânico, inserindo-as em uma escalada de tensões cada vez mais difícil de controlar. A matéria, baseada em informes da *United Press*, anuncia a condenação à morte de dois militantes judeus e a comutação da pena de um terceiro, dando continuidade ao ciclo inaugurado com o caso de Dov Gruner. Nesse movimento, a execução deixa de ser apresentada como um ato isolado e passa a figurar como instrumento recorrente da autoridade imperial, sugerindo uma política de repressão que se aprofunda à medida que fracassa em produzir efeitos concretos de estabilização.

Na matéria, há a referência a uma suposta lista de dez autoridades britânicas marcadas para sequestro e assassinato, elaborada por grupos clandestinos judaicos, uma informação que dramatiza a sensação de colapso da ordem, convidando o leitor a perceber que a resposta militante se intensifica e radicaliza a cada nova aplicação da pena capital. A notícia amplia esse quadro ao inserir dois episódios que extrapolam o território palestino e demonstram como os efeitos da política britânica repercutem globalmente: a morte de três refugiados judeus em uma operação naval contra uma embarcação que levava mais de 2.600 imigrantes ilegais, e os protestos de centenas de deslocados judeus em Munique, que se manifestam diante do consulado britânico, jurando vingança pela morte de Gruner. Esses dois elementos conectam o Mandato à diáspora judaica pós-*shoah*, indicando que a crise palestina não pode ser compreendida apenas como um conflito local, mas como parte de uma constelação mais ampla formada pelo trauma recente da guerra, pela busca desesperada por refúgio e pelos impasses da política imperial.

²²⁸ HAVERÁ novas execuções. *Correio da Manhã*, Ed. 16089, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 18 Abr. 1947.

Ao acoplar esses episódios à narrativa das novas execuções, a notícia constrói a percepção de que a política britânica alcança, simultaneamente, um ponto de exaustão e de isolamento. A repressão, já ineficaz dentro da Palestina, como enfatizado na matéria de 27 de março, passa agora a gerar repercussões negativas também no exterior, alimentando protestos, solidariedades transnacionais e novos gestos de resistência. Nesse sentido, a própria menção à violência contra refugiados em trânsito, sujeitos que encarnavam de forma mais visível a memória imediata da perseguição nazista, funciona como um vetor simbólico que fragiliza ainda mais a legitimidade do Império aos olhos do público internacional.

Em 29 de julho de 1947, o jornal veicula a comoção popular em torno do anúncio de que outros três militantes do Irgun haviam sido sentenciados à pena de morte²²⁹, acusados de participação no ataque à instalação prisional de Acre. A matéria registra que, em represália, o *Irgun* realizou atentados com granadas contra dois caminhões britânicos, ameaçou executar dois sargentos capturados e prometeu desencadear um “banho de sangue”²³⁰ na região, formulações que reforçam a representação de uma espiral crescente de violência e retaliação.

Em seguida, a mesma notícia, intitulada “Serão executados hoje três judeus terroristas”²³¹, desloca o foco para o drama migratório, relatando a apreensão de duas embarcações clandestinas pela marinha britânica: uma menor, com cerca de 400 passageiros vindos do norte da África, e outra maior, vinda de um campo de refugiados na França, trazendo aproximadamente 4.500 imigrantes. Apesar de ambas terem se rendido à abordagem, o texto enfatiza a brutalidade empregada pelas autoridades britânicas, sugerida sobretudo pela chegada do navio menor ao porto de Haifa com vários feridos. O noticiário, assim, insinua o descompasso entre o estado de vulnerabilidade dos refugiados, cuja condição pós-guerra já mobilizava sensibilidades internacionais, e a rigidez das ações mandatárias, construindo uma narrativa na qual repressão, resistência e sofrimento civil aparecem imbricados de forma indissociável.

Ademais, repercute-se que as autoridades britânicas informam estarem prontas para “designar as zonas de Haifa, Jerusalém, Tel Aviv e toda a região costeira ‘sob controle’ similar ao estado de guerra, logo que surgir o primeiro indício de revolta irgunista”²³². A ameaça explícita de instaurar um regime quase militarizado em áreas densamente povoadas

²²⁹ SERÃO executados hoje três judeus terroristas. *Correio da Manhã*, Ed. 16175, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 29 Jul. 1947.

²³⁰ Ibid.

²³¹ Ibid.

²³² Ibid.

evidencia o grau de desgaste do Mandato e a percepção britânica de que perdera, ao mesmo tempo, capacidade de contenção e legitimidade política.

Na narrativa visual do *Correio da Manhã* (RJ), esse quadro de iminente colapso colonial aparece ladeado por outra notícia, intitulada “Ameaça de crise política na Inglaterra”²³³, que discute a situação frágil do governo trabalhista de Clement Attlee, com a perda de apoio das trade unions, descontentamento da maioria parlamentar e os efeitos persistentes da crise econômica do pós-guerra, incluindo retrocessos nos direitos de trabalhadores de setores estratégicos, como os mineiros de carvão das recém-nacionalizadas minas britânicas.

A justaposição dessas duas notícias não opera como simples coincidência gráfica, mas como um comentário implícito do *Correio da Manhã* (RJ) sobre a interdependência entre crise externa e crise interna. A instabilidade na Palestina é apresentada como um sintoma e, simultaneamente, como um agravante da vulnerabilidade política do governo Attlee, enquanto a erosão do consenso doméstico britânico enfraquece sua capacidade de administrar o Mandato e responder às pressões internacionais. Assim, o periódico constrói uma narrativa em que o esgotamento imperial e o desgaste do trabalhismo aparecem imbricados, reforçando a imagem de um império sobrecarregado, fragmentado e incapaz de sustentar a ordem colonial no Oriente Médio.

A análise dessa sequência de notícias revela que a atenção dispensada aos grupos árabes palestinos permanece bastante marginal no *Correio da Manhã* durante a maior parte de 1947. Eles só passam a ocupar posição de maior destaque à medida que se intensificam os confrontos diretos com os grupos judaicos, como exemplifica a pílula publicada em 15 de agosto, intitulada “Combate entre judeus e árabes”²³⁴, informe que descreve-se a “gravíssima desordem” provocada pelo choque entre nacionalistas árabes e organizações judaicas na região localizada entre as cidades de Tel Aviv e Jerusalém. Os árabes, aqui, são apresentados como os agressores iniciais e responsabilizados pela construção de barricadas que impediam a passagem dos “israelitas”, havendo registro de mortos e feridos de ambos os lados.

O elemento mais significativo, porém, encontra-se na análise complementar fornecida pela *France-Presse*, agência responsável pela nota, que interpreta o episódio como “o primeiro passo de uma ação organizada de violência, de caráter amplo”²³⁵, em uma

²³³ AMEAÇA de crise política na Inglaterra. *Correio da Manhã*, Ed. 16175, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 29 Jul. 1947.

²³⁴ AMEAÇA de crise política na Inglaterra. *Correio da Manhã*, Ed. 16175, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 29 Jul. 1947.

²³⁵ Ibid.

interpretação que recupera a memória da revolta árabe de 1936-1939 e destaca a vulnerabilidade das rotas que conectam Jerusalém a Tel Aviv, indicando que os árabes buscariam impedir “definitivamente” o trânsito judaico entre as cidades. Assim, mesmo em um texto extremamente breve, os palestinos são retratados como agentes coordenados, predispostos à violência, e detentores de uma territorialidade estratégica que ameaça diretamente a segurança judaica.

A construção narrativa resultante é particularmente reveladora: os judeus surgem sobretudo como vítimas, ressaltando um padrão já observado nas reportagens sobre imigrantes clandestinos e sobre a repressão às embarcações interceptadas pela marinha britânica, cada vez mais recorrentes no periódico. Essa mudança é significativa porque desloca gradualmente o foco anteriormente centrado nas “organizações terroristas” para uma representação mais ampla e simpática das comunidades judaicas, apresentadas como ameaçadas, vulneráveis ou injustamente tratadas.

Em contrapartida, os árabes, embora majoritários na Palestina, são reduzidos a presenças episódicas, surgindo quase sempre associados a episódios de violência repentina ou a referências históricas que sublinham sua disposição ao conflito. O resultado é um apagamento progressivo da população árabe local dentro da narrativa geral sobre a Palestina, ao mesmo tempo em que o *Yishuv* vai sendo revestido de maior legitimidade territorial e moral no horizonte editorial do jornal.

Ao refletirmos sobre esse caráter à luz de *Orientalismo*, obra de Edward Said²³⁶ (2007), o apagamento progressivo dos árabes nas narrativas do *Correio* em 1947 torna-se ainda mais inteligível. A imprensa ocidental — na qual a grande mídia brasileira se insere como subsidiária, devido à sua relação com as agências internacionais de notícias, por exemplo — participa historicamente de uma construção discursiva de poder que constrói o Oriente como espaço de desordem, irracionalidade e violência, ao mesmo tempo em que atribui legitimidade, racionalidade e agência política aos sujeitos alinhados ao Ocidente.

Esse mecanismo aparece com nitidez na cobertura sobre a Palestina, na medida em que os árabes palestinos são citados apenas quando irrompem em violência, geralmente como agressores, e raramente como sujeitos históricos dotados de projeto político ou como habitantes majoritários da região. Em contraste a isso, os judeus retratados no periódico, na maior parte vindos da Europa, como o próprio Dov Gruner, ex-combatente do exército britânico, carregam um capital simbólico ocidentalizado, associado tanto à memória da *Shoah*

²³⁶ SAID, Edward W. *Orientalismo, o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2007.

quanto ao vínculo direto com instituições europeias, elementos que reforçam sua imagem como vítimas legítimas ou atores políticos modernos.

A assimetria entre essas representações ecoa exatamente o que Said (2007) descreve como sendo a produção de um olhar que naturaliza a centralidade europeia, atribui maior valor à experiência histórica dos sujeitos percebidos como ocidentais, e converte os árabes em pano de fundo indistinto, cuja presença é lembrada apenas quando funcional à narrativa da crise colonial britânica ou à violência no Mandato Palestino. Desse modo, o periódico não apenas reporta eventos, mas também assimila e reproduz os sentidos orientalistas que organizam quem merece ser visto, ouvido e historicizado, e quem permanece subalternizado no discurso.

Novamente sob o estigma da violência, a notícia intitulada “Agrava-se a situação na Palestina”²³⁷, publicada em 16 de agosto, descreve o clima de tensão entre as cidades de Jaffa e Tel Aviv como desdobramento direto do confronto noticiado no dia anterior (15): “Ninguém mais pode ir de uma cidade a outra”, afirma o correspondente da *France-Presse*, Lucien Franc, ao relatar a intensificação do controle britânico e a escalada dos confrontos. A matéria informa ainda que a *Haganá*, por meio de sua rádio clandestina, denominada “Voz de Israel”, responsabilizou os “líderes árabes”, por ameaçar uma nova onda de agitações, atribuídas a “bandos bem armados” incumbidos de preparar um “terrorismo árabe de grande envergadura”, o que motivou represálias por parte do *Yishuv*.

O vocabulário mobilizado pela notícia é revelador, pois enquanto a violência judaica aparece enquadrada como represália ou resposta defensiva, a violência árabe é descrita como planejada, organizada e terrorista, reforçando uma hierarquização moral das ações e naturalizando a associação entre os árabes e a ameaça permanente à ordem. Assim, o periódico contribui para consolidar uma leitura assimétrica do conflito, em que a violência árabe é sempre antecipadamente suspeita, ao passo que a violência judaica é legitimada como inevitável reação ao caos local.

Lentamente, nas poucas notícias em que a população árabe é representada, no recorte de fevereiro a setembro de 1947, observa-se a conformação de um quadro discursivo que tende a naturalizar as posições judaicas, antes associadas ao terrorismo, e a reinscrevê-las como expressão de uma luta legítima, sobretudo à luz da memória da *Shoah*, cuja evocação torna-se cada vez mais frequente. Em contrapartida, os árabes passam a figurar majoritariamente sob o signo da ameaça, da desordem e da violência, não emergindo como

²³⁷ AGRAVA-SE a situação na Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16191, p. 10. Rio de Janeiro - RJ, 15 Ago. 1947.

sujeitos autônomos da narrativa jornalística, mas quase sempre mediados pelo olhar da potência mandatária britânica ou pelas organizações judaicas.

Ainda na notícia de 16 de agosto, o comunicado da *Haganá* encerra-se com a afirmação de que “conhecemos os responsáveis [pelas ações terroristas] e os puniremos”²³⁸, produzindo uma inversão semântica significativa, na medida em que a representação em torno da organização clandestina passa a reproduzir um discurso na qual a mesma coloca-se enquanto símbolo de justiça e contenção. Diante do chamado “inimigo árabe”, o jornal legitima, ainda que de forma indireta, uma retórica que autoriza esses grupos a se apresentarem como defensores da ordem, normalizando sua violência como resposta necessária.

Evidentemente, a *Haganá* mobiliza um discurso estrategicamente construído para sustentar sua pretensão de fundar uma nação judaica no Oriente Médio, criando inimigos externos — a ocupação britânica e as populações árabes vizinhas — como gestos de autoafirmação política. Contudo, a decisão de veicular esse discurso em uma agência internacional e, posteriormente, reproduzi-lo em um jornal brasileiro, passa pelo crivo de sujeitos e instituições que escolhem, conscientemente ou não, reforçar determinadas narrativas em detrimento de outras.

Vejamos em síntese algumas das representações analisadas até aqui: não é ao acaso que, ao criticar as posições de Attlee e, por extensão, a ideologia trabalhista, o periódico opte por promover uma imagem da Grã-Bretanha sob o signo da ineficiência e da incompetência, associando o fracasso na gestão colonial ao colapso de sua política interna. Do mesmo modo, ao humanizar os judeus, especialmente por meio das notícias sobre imigrantes clandestinos e da evocação da *Shoah*, o jornal responde aos imperativos simbólicos do meio cultural ocidental em que está inserido, marcado por uma ampla solidariedade às populações judaicas europeias.

Dessa forma, quando opta por silenciar, desumanizar ou reduzir os árabes à condição de ameaça, mesmo que reproduzindo discursos de organizações terroristas judaicas, essa escolha deve ser compreendida como parte de uma engrenagem discursiva mais ampla, na qual o jornal não atua como mero transmissor dos fatos, mas como produtor ativo de sentidos, organizando hierarquias de legitimidade, estabelecendo fronteiras morais e reforçando uma gramática colonial que converte a violência contra essas populações em algo inteligível, normalizado e, em última instância, aceitável dentro do horizonte civilizacional ocidental.

²³⁸ Ibid.

3.2. “HITLER NOS TRATOU MELHOR”²³⁹

Acreditamos que um acontecimento específico foi responsável por impactar de maneira decisiva algumas das transformações narrativas aqui mencionadas, não tanto por sua magnitude política imediata, mas, sobretudo, pela potência midiática que adquiriu em escala internacional: o caso do navio *Exodus 1947*. Esse caso refere-se a uma embarcação que transportava mais de 4.500 judeus sobreviventes da *Shoah*, em sua maioria vindos da Europa Oriental, e que tentou romper o bloqueio britânico para desembarcar clandestinamente na Palestina, em julho de 1947²⁴⁰.

Interceptado pela marinha britânica em águas internacionais, o navio foi violentamente abordado, resultando em mortos e feridos, e seus passageiros acabaram enviados de volta à Europa, em uma decisão que provocou ampla comoção e indignação pública. Conforme analisa Eugene Rogan (2021)²⁴¹ o episódio transformou-se em um poderoso símbolo da crise do mandato britânico e da incapacidade moral e política da Grã-Bretanha em gerir a questão palestina, contribuindo para deslocar a opinião pública internacional em direção à causa sionista e reforçar a narrativa humanitária em torno da necessidade de criação de um Estado judeu. Nesse sentido, o caso *Exodus* não apenas evidenciou o esgotamento do projeto colonial britânico, mas também operou como catalisador discursivo que reconfigurou as formas de representação dos judeus e dos árabes no imaginário midiático ocidental, acentuando ainda mais o desequilíbrio simbólico já presente nas narrativas jornalísticas do período.

Entre julho e outubro de 1947, período em que se intensificam as representações dos árabes associadas à violência, o *Correio da Manhã* (RJ) publicou um conjunto de, ao menos, treze notícias diretamente vinculadas ao caso Exodus, acompanhando o agravamento da crise migratória judaica. Tal cobertura não pode ser compreendida como um fenômeno isolado, mas como a culminância de um processo já em curso nos meses anteriores, no qual se observa uma progressiva sensibilização da narrativa sobre os judeus a partir do sofrimento dos refugiados e da memória da *Shoah*. Dessa forma, o episódio do *Exodus* opera como um ponto de inflexão midiático que consolida esse deslocamento discursivo, reforçando a construção dos judeus como sujeitos de compaixão e legitimidade.

²³⁹ Frase retirada da notícia “Jatos d’água e casse-têtes”, publicada em 10 de setembro de 1947, relatando uma grave crise envolvendo os imigrantes judeus para a Palestina, como discutiremos nessa seção. Cf: JATOS d’água e casse-têtes. *Correio da Manhã*, Ed. 16212, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 10 Set. 1947.

²⁴⁰ Cf: ROGAN, Eugene. *Os árabes, uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

²⁴¹ Ibid.

Observando as notícias, em 19 de julho de 1947 é publicado o primeiro informe²⁴² acerca do navio *Exodus*, no qual este é descrito como um ex-cargueiro norte-americano utilizado durante a invasão da Normandia, agora convertido em embarcação destinada ao transporte clandestino de, aproximadamente, 4.500 judeus para a Palestina. Segundo a agência *Associated Press*, o navio teria sido interceptado no Mar Mediterrâneo por um conjunto de cinco *destroyers* da marinha britânica, ainda em águas internacionais, fato que teria desencadeado um confronto direto entre a tripulação e as autoridades locais.

De acordo com uma comunicação via rádio emitida pelo comandante do *Exodus*, houve um morto e 25 feridos entre os ocupantes da embarcação, enquanto, do lado britânico, foram oficialmente confirmados apenas três marinheiros feridos. A matéria destaca ainda a tentativa de mediação da *Haganá* junto às autoridades mandatárias, tendo enviado um apelo formal solicitando autorização para que os imigrantes judaicos pudessem aportar e residir na Palestina. Por fim, o texto também denuncia que a abordagem britânica teria ocorrido fora da jurisdição territorial, caracterizando-se, portanto, como prática de pirataria e uso ilegítimo da força por parte da potência mandatária.

Do ponto de vista analítico, essa cobertura inaugura uma mudança sensível no enquadramento narrativo do periódico, ao deslocar progressivamente a figura do judeu do lugar de “terrorista”, frequente em notícias anteriores sobre o *Irgun* e outras organizações armadas, para a condição de vítima humanitária, perseguida por uma potência colonial em declínio. A história do *Exodus* é mobilizada não apenas como episódio político, mas como drama moral, em que o navio passa a operar como símbolo do sofrimento europeu pós-*Shoah* e da suposta inevitabilidade da migração judaica para a Palestina.

A denúncia de “pirataria” atribuída à marinha britânica reforça essa inversão simbólica, reposicionando o Reino Unido como agente opressor e os judeus como sujeitos de direito violado, de forma que, nesse enquadramento, o sofrimento palestino árabe permanece silenciado, enquanto os imigrantes europeus são inscritos numa narrativa de heroísmo e sacrifício que lhes confere capital moral e político. Assim, o caso do *Exodus* opera como um importante dispositivo discursivo para a legitimação simbólica da presença judaica no território, contribuindo para reforçar, no imaginário jornalístico, a Palestina como destino histórico “natural” dos sobreviventes do genocídio, eclipsando as relações coloniais, a presença dos árabes locais e os conflitos estruturais que sustentavam essa migração forçada.

²⁴² NO DRAMA da Palestina: resistiram inutilmente à abordagem dos navios britânicos. *Correio da Manhã*, Ed. 16167, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 19 Jul. 1947.

Em outra notícia, de 22 de julho de 1947, intitulada “Serão devolvidos à Europa”²⁴³, o *Correio da Manhã* (RJ) articula informes provenientes de três importantes agências internacionais, *France-Presse*, *Reuters* e *United Press*, para compor uma narrativa que enfatiza o caráter inédito da decisão britânica de deportar os imigrantes do *Exodus* não para o Chipre, destino habitual de fluxos migratórios considerados ilegais, mas inicialmente para a Alemanha e, posteriormente, para a Colômbia, local onde grande parte dos ocupantes possuía visto válido, o qual fora utilizado como meio legal para a travessia até o ponto de embarque do navio.

A matéria destaca que tal medida provocou forte reação por parte das representações oficiais da Agência Judaica, tanto em seus departamentos europeus quanto palestinos, que classificaram a ação como desumana, arbitrária e politicamente motivada, denunciando que o governo britânico estaria fugindo de seu compromisso firmado com o povo judeu na Declaração Balfour. A deportação excepcional à Europa e, ainda, a possibilidade de ida à América do Sul é apresentada, portanto, como gesto de endurecimento por parte da Grã-Bretanha, tensionando ainda mais o já fragilizado regime colonial na Palestina.

A mesma notícia associa esse episódio à intensificação das ações armadas da *Haganá*, que teria realizado atentados contra uma estação de rádio, um caminhão militar britânico e três oleodutos, caracterizados pelo jornal como represálias diretas à política de deportação implementada. Nota-se, entretanto, que tais ações são enquadradas de forma ambígua, pois embora reconhecidas como sabotagens, são narrativamente justificadas pela situação dos refugiados, operando dentro de uma lógica de causalidade moral que transforma a violência judaica em resposta compreensível, ainda que condenável, à brutalidade britânica. Essa estrutura narrativa reforça a produção de uma hierarquização da violência, em que determinadas formas de agressão são inscritas como reação legítima, enquanto outras são caracterizadas como inerentemente bárbaras.

A dinâmica da violência entre a Grã-Bretanha, os migrantes judeus e os grupos paramilitares atuantes na Palestina — marcada por perseguições, deportações, represálias e execuções — até então vinha sendo representada nas páginas do periódico quase exclusivamente a partir do espaço do Oriente Médio. Entretanto, nas edições de 03²⁴⁴ e 05²⁴⁵ de agosto de 1947, o *Correio da Manhã* (RJ) rompe parcialmente com essa territorialização

²⁴³ SERÃO devolvidos à Europa. *Correio da Manhã*, Ed. 16169, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 22 Jul. 1947.

²⁴⁴ MANIFESTAÇÕES anti-semitas na Grã-Bretanha. *Correio da Manhã*, Ed. 16180, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 03 Ago. 1947.

²⁴⁵ MANIFESTAÇÕES anti-judaicas na Inglaterra. *Correio da Manhã*, Ed. 16181, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 05 Ago. 1947.

do conflito e desloca o foco de sua narrativa para o próprio território britânico, ao noticiar a eclosão de manifestações antissemitas em diferentes cidades da Inglaterra.

Esse deslocamento espacial é significativo, pois evidencia que as tensões oriundas da experiência colonial não permanecem circunscritas à Palestina, mas reverberam diretamente no centro do império, atingindo suas metrópoles e sua população civil. As notícias apresentam episódios de depredação de propriedades, intimidação de comerciantes judeus e ataques a sinagogas, articulando esses eventos à comoção causada pela execução de militantes do *Irgun* na Palestina e pelas ações retaliatórias contra soldados britânicos²⁴⁶. Desse modo, estabelece-se uma narrativa de contaminação da violência, na qual o conflito colonial, antes representado como distante e localizado em uma geografia “outra”, passa a ser percebido como um problema interno da própria sociedade britânica, revelando as fissuras morais e políticas do império no pós-guerra.

No plano discursivo, esse movimento também complexifica a figura do judeu na narrativa jornalística. Se, nas notícias sobre a Palestina, os judeus aparecem, alternativamente, como vítimas (refugiados, sobreviventes, deslocados) ou como terroristas (*Irgun*, *Lehi/Stern*), nas manifestações ocorridas em solo inglês eles são inscritos quase exclusivamente como alvo de um ódio irracional e coletivo, recuperando imaginários de perseguição que evocam, mesmo que implicitamente, a recente memória do antissemitismo europeu e da *Shoah*. Com isso, constrói-se um contraste simbólico, ao passo que na Palestina a violência judaica pode ser enquadrada como resposta política, na Inglaterra o judeu é novamente reduzido à condição de minoria vulnerável, reafirmando seu lugar histórico de vítima.

Esse enquadramento contribui para reforçar, ainda que indiretamente, a legitimidade moral do projeto sionista, uma vez que reafirma a impossibilidade de segurança plena do povo judeu mesmo em território europeu, fortalecendo a ideia de que a Palestina surge como último espaço possível de refúgio e autodeterminação. Ao mesmo tempo, o apagamento dos árabes palestinos se mantém, já que eles não aparecem como vítimas da transferência dessa população, tampouco como sujeitos diretamente impactados por esse rearranjo geopolítico, permanecendo ausentes da cena, mesmo quando a violência é representada em chave global.

Assim, ao deslocar temporariamente o palco do conflito para a Inglaterra, o *Correio da Manhã* (RJ) rompe apenas em aparência com a sua lógica narrativa central, na medida em que reafirma pontos já frequentes da sua interpretação editorial dos acontecimentos, como a noção de crise do império britânico, a percepção dos judeus europeus como passíveis de

²⁴⁶ Ibid.

comoção internacional e, por omissão, a subalternização do árabe enquanto corpo político sem visibilidade.

Sem desconsiderar a especificidade do conflito na Palestina sob mandato britânico, é possível interpretar o reverberação da violência do espaço colonial para a metrópole inglesa, noticiado nas edições de 03 e 05 de agosto de 1947, à luz da crítica anticolonial formulada por Aimé Césaire (2020). Em *Discurso sobre o colonialismo*²⁴⁷, o autor argumenta que a violência empregada nas colônias não é um desvio, mas um elemento constitutivo do próprio projeto civilizatório europeu. Segundo Césaire (2020), o colonialismo, ao naturalizar a barbárie fora da Europa, acaba por corroer os próprios fundamentos morais da civilização ocidental, fazendo com que a brutalidade que se exerce sobre os povos colonizados retorne, inevitavelmente, ao interior das sociedades metropolitanas²⁴⁸.

Nesse sentido, as manifestações antissemitas em solo inglês, tal como registradas pelo *Correio da Manhã* (RJ), podem ser lidas como um sintoma desse retorno da violência colonial ao seu ponto de origem. O império, ao produzir e gerenciar sistematicamente a morte, a perseguição e a desumanização na Palestina, inaugura um circuito no qual a barbárie deixa de ser um fenômeno distante e passa a habitar o cotidiano da própria população britânica. A metrópole, que por décadas construiu uma autoimagem de racionalidade, progresso e ordem, vê emergir em suas ruas as mesmas práticas de intolerância e ódio que sustentaram sua dominação ultramarina.

Embora direcionada, nesse caso, contra a população judaica na Inglaterra, essa violência confirma o diagnóstico de Césaire (2020) de que o colonialismo não desumaniza apenas o colonizado, mas brutaliza, de forma irreversível, o próprio colonizador, na medida em que o império paga, em seu território, o preço ético e político de suas práticas coloniais²⁴⁹. Assim, as notícias sobre os ataques antissemitas funcionam, na narrativa do periódico, como expressão concreta da falência moral do projeto imperial britânico no pós-guerra, ainda que o jornal não o reconheça explicitamente nesses termos. Essa leitura permite compreender que a crise da Palestina não se limitava a uma disputa territorial ultramarina, mas revelava um processo mais profundo de decomposição do mundo colonial europeu, cujos efeitos atingem tanto os corpos colonizados quanto as sociedades que os subjugaram.

Essa mesma brutalidade se repete e se confirma no desembarque dos repatriados do *Exodus*, divididos em três navios, em solo europeu, como demonstrado nas notícias

²⁴⁷ CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Florianópolis-SC: Letras Contemporâneas, 2020.

²⁴⁸ Ibid.

²⁴⁹ Ibid.

veiculadas entre 09 e 10 de setembro no *Correio da Manhã* (RJ). Ao narrar o tratamento destinado aos judeus observa-se as práticas de constrangimento, vigilância armada e negação de qualquer autodeterminação, reproduzindo, sob outras coordenadas geográficas, a mesma racionalidade de controle e punição aplicada no território colonial.

No dia 09, a notícia intitulada “Desembarcados à força os judeus do Exodus”²⁵⁰, relata a chegada da primeira leva de passageiros do navio clandestino, os quais, “gemendo, chorando e esperneando, foram arrastados do transporte britânico ‘Ocean Vigour’ ao mesmo tempo em que gritavam ‘Belsen’, ‘Auschwitz’ e ‘Maldeneck’, nomes esses de antigos campos de concentração e extermínio nazistas”²⁵¹. Em outro trecho, a notícia informa o protesto dessa população através de uma greve de fome, com a recusa a receber os alimentos oferecidos pelas autoridades britânicas, “e, em alguns casos, [estes] foram lançados aos rostos dos que os ofereciam”²⁵².

Essa descrição dramática mobiliza a memória do trauma da *shoah*, extremamente recente ao leitor do pós-guerra, aproximando, por meio da linguagem, a truculência sofrida mediante o regime nazista, com esta sob a autoridade britânica. Ao repercutir os nomes dos campos de concentração ecoados no momento do desembarque forçado, o texto jornalístico produz um efeito de continuidade simbólica entre o horror de outrora e a ação presente, mesmo que não o declare de maneira explícita. A força dessa passagem reside menos na comparação direta e mais no choque produzido pela voz dos próprios migrantes, que inscrevem sua experiência de deportação no vocabulário do genocídio.

Do ponto de vista das representações midiáticas, esse trecho desloca momentaneamente a imagem dos judeus do lugar de “clandestinos” ou “imigrantes ilegais”, segundo a visão britânica, para a posição de vítimas históricas cuja dor se manifesta na memória da catástrofe europeia. Tal deslocamento suscita no leitor uma experiência de empatia, ao mesmo tempo em que constrange moralmente o aparato colonial, que passa a ser associado, ainda que indiretamente, a práticas de violência já amplamente condenadas no imaginário ocidental.

A greve de fome, por sua vez, pode ser interpretada não apenas como um ato de desespero, mas como um gesto político extremo diante da negação de qualquer autonomia ou liberdade. Ao recusar o alimento oferecido, e mesmo ao lançá-lo de volta contra as autoridades, os repatriados exercem a única forma possível de resistência em uma situação de

²⁵⁰ DESEMBARCADOS à força os judeus do Exodus. *Correio da Manhã*, Ed. 16211, p. 07. Rio de Janeiro - RJ, 09 Set. 1947.

²⁵¹ Ibid.

²⁵² Ibid.

dominação absoluta, transformando o próprio corpo em espaço de protesto. Assim, tais representações revelam que, mesmo subjugados militarmente, esses sujeitos não se encontram completamente passivos, pois sua ação, ainda que limitada, desafia simbolicamente a autoridade do império e denuncia o tratamento recebido.

No dia 10 de setembro, por sua vez, o informe intitulado “Jatos d’água e casse-têtes”²⁵³ apresenta novos detalhes sobre o embate ocorrido no último navio a chegar à Alemanha com os deportados judeus do *Exodus*, o “Runnymede Park”. O texto jornalístico destaca as formas de resistência empreendidas pelos deportados, que se recusaram a abandonar a embarcação, exceto por enfermos, idosos, algumas mulheres e crianças, e entoavam cânticos nacionalistas no interior do navio, o que motivou o uso da força por parte dos militares britânicos, lançando mão de cassetetes e de jatos de água pressurizados para obrigá-los a se retirarem, num confronto que teria durado uma hora e meia²⁵⁴. A matéria ainda se vale de um recurso visual para reforçar seu impacto narrativo, uma fotografia feita pela *Associated Press* e de reprodução exclusiva do *Correio da Manhã* (RJ), na qual é possível observar o navio sendo escoltado por um destróier britânico até o porto de Hamburgo, evidenciando o caráter militar e coercitivo da operação (figura 12).

Figura 12 — Navio britânico com judeus deportados, 1947.



O transporte britânico “Runnymede Park”, um dos três navios que conduziram ao porto de Hamburgo uns 4.400 imigrantes judeus interceptados quando tentavam chegar clandestinamente à Palestina, aparece na foto no momento que passava pelo Canal da Mancha, escoltado por um destróier, que é visto ao fundo. (Foto A.P. — Exclusivo para o “Correio da Manhã”)

²⁵³ JATOS d’água e casse-têtes. *Correio da Manhã*, Ed. 16212, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 10 Set. 1947.

²⁵⁴ Ibid.

Fonte: JATOS d'água e casse-têtes. *Correio da Manhã*, Ed. 16212, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 10 Set. 1947.

Todavia, o que mais chama atenção na manchete é a menção a um dos gritos proferidos por vários judeus, quando afirmavam que "Hitler nos tratou melhor"²⁵⁵, ao mesmo tempo em que realizavam a saudação nazista. O jornal ainda dá destaque a uma mulher judaica anônima que teria gritado: "Maltratai-nos, maltratai-nos. Matem-nos. Hitler fez o mesmo. Vocês são iguais"²⁵⁶. A utilização dessa retórica por parte dos judeus, tal como a sua representação no periódico, evidencia uma construção narrativa que busca equiparar as práticas do poder britânico às violências perpetradas pelo regime nazista.

Ao trazer para o centro do relato essa comparação extrema, a notícia insere a Grã-Bretanha em uma zona de ambiguidade moral, deslocando-a do lugar de potência civilizatória para o de agente de práticas que evocam terror, desumanização e repressão. Dessa forma, o texto não apenas informa o acontecimento, mas ativa, no imaginário do leitor, a memória recente da *Shoah*, conferindo à cena narrada um caráter ainda mais perturbador e politicamente carregado.

Ademais, a imagem que acompanha a matéria não apenas ilustra o acontecimento, mas atua como uma verdadeira “rima visual” da narrativa construída ao longo do texto, pois, ao enquadrar o Runnymede Park sob a escolta direta de um destróier britânico, a fotografia materializa graficamente a relação de desproporção de forças que atravessa toda a cobertura do episódio. A presença do aparato militar, que escolta e acompanha a embarcação repleta de refugiados, reintegra-os simbolicamente à condição de ameaça sob vigilância, e não de sujeitos em busca de abrigo, reforçando, assim, uma leitura securitária e disciplinar do deslocamento judeu, como um objeto a ser controlado, contido e, se necessário, violentamente neutralizado. Desse modo, a fotografia não apenas confirma o que o texto descreve, mas amplia o seu efeito, inscrevendo no campo do visível a lógica de dominação, tutela e exceção que sustenta toda a política britânica para a Palestina naquele momento.

À luz de Aimé Césaire²⁵⁷ (2020), os acontecimentos narrados nas edições de 09 e 10 de setembro acerca do desembarque forçado dos passageiros do *Exodus* reafirmam a dimensão estrutural da violência colonial. Para o autor, o colonialismo não se resume à exploração econômica ou à dominação territorial, mas se sustenta, sobretudo, na produção cotidiana da desumanização, expressa na naturalização da violência contra determinados corpos, considerados administráveis, deslocáveis e puníveis. Assim, quando o periódico

²⁵⁵ Ibid.

²⁵⁶ Ibid.

²⁵⁷ CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Florianópolis-SC: Letras Contemporâneas, 2020.

descreve sujeitos sendo arrancados do navio sob gritos, resistência física e humilhação pública, sob vigilância armada e coerção institucional, assiste-se não a um desvio de conduta das autoridades britânicas, mas à manifestação direta da própria lógica colonial em operação.

Neste sentido, a potência da frase "Hitler nos tratou melhor"²⁵⁸, assim como do apelo dramático contido em "maltratai-nos, maltratai-nos. Matem-nos. Hitler fez o mesmo. Vocês são iguais"²⁵⁹, encontra eco direto na tese central de Césaire²⁶⁰ de que o nazismo não foi uma anomalia isolada da história europeia, mas uma violência que já vinha sendo longamente exercida e normalizada nas colônias. Segundo o autor martinicano, o que chocou a Europa não foi a brutalidade em si, mas o fato de que ela, antes reservada aos “outros” coloniais, voltou-se contra o próprio continente, de forma que, ao serem submetidos à repressão britânica em solo europeu, os judeus do *Exodus* ocupavam, simbolicamente, esse lugar do colonizado, do corpo sobre o qual recai, sem escândalo institucional, a violência do império, expondo cruamente a engrenagem violenta que continua a operar sob a fachada da legalidade, da ordem e da soberania estatal.

Toda a cobertura da trajetória desse grupo de imigrantes judeus clandestinos, iniciada ainda em julho de 1947 e prolongada ao longo de sucessivas edições do *Correio da Manhã* (RJ), extrapola o campo da mera informação e adquire ressonância direta junto à comunidade judaica brasileira. Isso se torna evidente no chamamento publicado em 31 de agosto daquele ano²⁶¹, que convoca um dia de luto e jejum em solidariedade aos deportados do *Exodus*, a ser realizado em 1º de setembro, sob organização da Organização Sionista Unificada do Brasil em conjunto com o Rabinato do Rio de Janeiro. A notícia evidencia, assim, não apenas a circulação internacional do acontecimento, mas também a capacidade que a imprensa possui de articular afetos, mobilizações políticas e identidades coletivas em escala local, a partir de um drama situado em um cenário distante.

O informe também registra a realização de reuniões nas sinagogas, bem como o apelo para que comerciantes judeus fechassem seus estabelecimentos mais cedo, às 16 horas, a fim de participar do ato²⁶². Esses elementos revelam que os eventos na Palestina, mediados pela lente do jornal, não eram percebidos como acontecimentos alheios, mas sim como uma experiência partilhada, que interpelava diretamente a comunidade judaica no Brasil e, nesse sentido, o periódico pode ser interpretado enquanto um agente ativo na composição de uma

²⁵⁸ JATOS d'água e casse-têtes. *Correio da Manhã*, Ed. 16212, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 10 Set. 1947.

²⁵⁹ Ibid.

²⁶⁰ CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Florianópolis-SC: Letras Contemporâneas, 2020.

²⁶¹ AMANHÃ, dia de luto e protesto dos israelitas: pela repatriação dos passageiros do “Exodus-1947”. *Correio da Manhã*, Ed. 16204, p. 03. Rio de Janeiro - RJ, 31 Ago. 1947.

²⁶² Ibid.

rede de solidariedade e engajamento político, ligando a diáspora às disputas em curso no território palestino sob mandato britânico.

O que observamos, ao longo de toda essa sequência analítica, é que as representações sobre a situação política na Palestina passam por transformações significativas ao longo de 1947, oscilando de acordo com as mudanças na conjuntura internacional e culminando em um apoio progressivamente mais explícito ao povo judeu. Nesse processo, a mediação exacerbada do caso “*Exodus-1947*” pode ser compreendida como o ápice dessa reconfiguração narrativa.

Diferentemente dos atentados promovidos pelos grupos *Lehi* e *Stern*, frequentemente enquadrados pelo periódico como ações terroristas capazes de causar prejuízos materiais e administrativos ao funcionamento do Estado colonial britânico, a situação dos refugiados judeus mobiliza um outro tipo de impacto simbólico. Trata-se de um fenômeno que emerge na imprensa sob o signo da moralidade e do trauma humanitário recente, acionando diretamente a memória da *Shoah* e ecoando frases de forte carga emocional, como a afirmação de que “Hitler nos tratou melhor”²⁶³.

Essa crise, amplamente noticiada, não apenas desencadeou reações antissemitas e pró-judaicas em diferentes países, como também escancarou uma realidade que já se tornava evidente desde o início de 1947, quando a Grã-Bretanha transferiu a questão palestina à Organização das Nações Unidas: a potência mandatária já não dispunha de condições políticas, morais e estratégicas para sustentar sua dominação colonial na região. Tal diagnóstico encontra respaldo na historiografia, que aponta o pós-Segunda Guerra Mundial como um momento de esgotamento do imperialismo europeu no Oriente Médio, marcado pela intensificação das pressões internacionais, pelo fortalecimento dos nacionalismos locais e pela crise interna das metrópoles imperiais²⁶⁴. No caso britânico, essa fragilidade se expressava tanto na contestação à sua política na Palestina quanto na oposição crescente em seu próprio território, ao mesmo tempo em que o Império era desafiado em outras frentes, como no Raj Britânico, que caminhava para a independência naquele mesmo ano²⁶⁵.

Esse processo ganha contornos definitivos ao final de setembro, quando, em 26 de setembro de 1947, durante uma reunião do comitê especial da ONU encarregado de discutir a questão palestina, o então ministro das Colônias britânico, Arthur Creech-Jones, anunciou a

²⁶³ JATOS d’água e casse-têtes. *Correio da Manhã*, Ed. 16212, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 10 Set. 1947.

²⁶⁴ Cf. HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006; ROGAN, Eugene. *Os árabes, uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

²⁶⁵ Cf. METCALF, Barbada D.; METCALF, Thomas R. *A Concise History of Modern India*. Nova York-US: Cambridge University Press, 2006.

decisão de retirada da potência mandatária, ainda sem data definida. Em seu pronunciamento, afirmou que

a Grã-Bretanha apoia, sem reserva, o ponto de vista de que o mandato deve ser retirado. Era a intenção original da Liga das Nações que o regime de mandato na Palestina conduzisse à sua independência. Os acontecimentos desenrolados desde então indicam claramente a necessidade de que o mandato seja retirado. Aceitamos essa necessidade e estamos dispostos a nos desfazer das obrigações que nos foram impostas a fim de que a independência da Palestina possa se tornar uma realidade.²⁶⁶

A declaração, amplamente repercutida pela imprensa, mobiliza uma retórica supostamente legalista, marcada pelo reforço das decisões e pretensões dos organismos internacionais, e ancora-se na memória da Liga das Nações — instituição responsável pela criação do mandato — com o objetivo de apresentar a Grã-Bretanha como uma potência comprometida, desde o início, com a independência da região.

Ao afirmar que "os acontecimentos desenrolados desde então indicam claramente a necessidade de que o mandato seja retirado"²⁶⁷, Creech-Jones refere-se ao último quarto de século, período de vigência oficial do mandato britânico na Palestina, destacando a disposição e a aceitação do governo britânico em se desvencilhar dessa obrigação "imposta"²⁶⁸. Tal escolha vocabular opera uma inversão do sentido histórico da colonização, ao sugerir que a presença britânica na região teria sido fruto de um encargo externo, e não de um projeto deliberado de dominação concebido ainda durante a Primeira Guerra Mundial (1914–1918), como atesta o acordo de Sykes-Picot (1916)²⁶⁹, que previa a partilha do Império Otomano entre França e Grã-Bretanha.

Além disso, o discurso britânico sobre a retirada opera como uma estratégia de reconfiguração de responsabilidades políticas e morais, pois, ao apresentar o fim do mandato como consequência inevitável do "fracasso" da convivência local, a Grã-Bretanha desloca para árabes e judeus o ônus do conflito que ela própria ajudou a estruturar ao longo de décadas. Esse movimento discursivo produz um apagamento seletivo das práticas coloniais que fomentaram antagonismos, estimularam migrações em larga escala sem mediação efetiva e instituíram um regime de exceção permanente no território palestino. Assim, a potência mandatária se retira não apenas fisicamente, mas também simbolicamente, buscando

²⁶⁶ A INGLATERRA devolverá o mandato sobre a Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16227, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 27 Set. 1947.

²⁶⁷ Ibid.

²⁶⁸ Ibid.

²⁶⁹ Cf. HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006; ROGAN, Eugene. *Os árabes, uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

preservar sua imagem internacional ao se colocar como espectadora impotente de uma violência que, na realidade, foi em grande medida engendrada sob sua administração.

Nesse sentido, a retirada anunciada não representa uma ruptura com a lógica imperial, mas uma tentativa de encerrá-la de forma controlada, transferindo os efeitos mais explosivos do processo colonial para o período posterior à presença britânica. O mandato é abandonado no momento em que se torna politicamente oneroso, mas suas estruturas, jurídicas, demográficas e militares, permanecem como herança direta de um poder que se recusa a assumir plenamente suas responsabilidades históricas. Desse modo, o discurso da desobrigação não apenas mascara o legado colonial, como contribui para naturalizar a violência subsequente como resultado de “ódios ancestrais”, ocultando a centralidade da intervenção imperial na configuração do conflito.

Do ponto de vista historiográfico, a retirada britânica da Palestina anunciada em setembro de 1947 deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de esgotamento do imperialismo europeu no Oriente Médio no pós-Segunda Guerra Mundial. Albert Hourani²⁷⁰ destaca que, ao fim do conflito, a Grã-Bretanha já não dispunha dos recursos econômicos, militares e simbólicos necessários para sustentar sua posição hegemônica na região, sobretudo diante da intensificação das pressões internacionais e da reorganização do sistema mundial sob a liderança dos Estados Unidos e da União Soviética. Nesse contexto, a Palestina torna-se um dos casos mais evidentes da incapacidade britânica de administrar simultaneamente demandas contraditórias, árabes e judaicas, sem recorrer a níveis crescentes de coerção, que apenas aprofundaram a crise do mandato.

Eugene Rogan²⁷¹ reforça essa interpretação ao situar a questão palestina no interior da chamada “crise dos impérios” do século XX. Segundo o autor, o período imediatamente posterior à guerra é marcado pela emergência de expectativas nacionalistas reprimidas ao longo das décadas anteriores, tanto entre árabes quanto entre judeus, o que torna o modelo de mandato, concebido como transição tutelada à independência, progressivamente inviável. A insistência britânica em manter o controle da imigração judaica, ao mesmo tempo em que prometia salvaguardar os direitos da população árabe majoritária, produziu uma situação de impasse estrutural, desta forma, o caso do *Exodus*, na visão do autor, sendo amplamente explorado pela imprensa internacional, evidencia justamente o colapso dessa política de equilíbrio, ao expor a contradição entre a legalidade imperial e a legitimidade moral no pós-*shoah*.

²⁷⁰ HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

²⁷¹ ROGAN, Eugene. *Os árabes, uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Jean-Pierre Filiu²⁷², por sua vez, enfatiza que o ano de 1947 representa um ponto de inflexão decisivo na história contemporânea do Oriente Médio, na medida em que a Palestina se converte em um problema internacionalizado, deslocando-se definitivamente da esfera da administração colonial para o debate multilateral. Para o autor, a transferência da questão à ONU não significou apenas um gesto administrativo da Grã-Bretanha, mas o reconhecimento explícito de sua falência política enquanto potência mandatária. A partir desse momento, o conflito deixa de ser apresentado como uma dificuldade de governança local e passa a ser entendido como uma crise de alcance global, atravessada por memórias da guerra, disputas ideológicas da Guerra Fria e reconfigurações do direito internacional.

À luz desses aportes, a cobertura do *Correio da Manhã* (RJ) revela-se particularmente significativa, pois, ao acompanhar de maneira contínua episódios como os atentados, a repressão britânica, o drama dos refugiados e, por fim, a decisão oficial de retirada, o periódico não apenas informa seus leitores, mas participa da construção de uma narrativa que naturaliza o fim do mandato como consequência inevitável de uma crise insolúvel. Ainda que os árabes palestinos permaneçam amplamente marginalizados nessa representação, a imprensa brasileira capta com acuidade o momento em que o poder imperial se esgota, sendo substituído por um novo arranjo internacional, cujo desfecho violento já se anunciava como iminente. A partilha da Palestina na ONU, em novembro de 1947 e a guerra iniciada em maio de 1948, confirmam quaisquer expectativas negativas sobre o desenrolar da situação pós-retirada britânica.

Desse modo, o anúncio feito por Arthur Creech-Jones não deve ser interpretado como um gesto isolado de autodeterminação concedida, mas como a formalização tardia de um processo de desagregação colonial já em curso. Como apontam Hourani, Rogan e Filiu, a retirada britânica não encerra o conflito, mas inaugura uma nova fase, marcada pela intensificação da violência e pela consolidação de assimetrias que moldaram de forma duradoura a história política do Oriente Médio. A análise das notícias permite, portanto, observar esse momento de transição não apenas como um evento diplomático, mas como uma experiência vivida, narrada e disputada no interior da esfera pública internacional.

No plano discursivo, esse gesto representa o encerramento de uma sequência de representações que o *Correio da Manhã* (RJ) vinha acompanhando desde o início do ano, centradas sobretudo na relação entre potência colonizadora e povos colonizados. A partir desse momento, com a progressiva retirada de cena dos mandatários, as notícias sobre a

²⁷² FILIU, Jean-Pierre. *Uma História Secular do Oriente Médio: do ano 395 aos nossos dias*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

Palestina passam a enfatizar, de forma majoritária, os conflitos diretos entre árabes e judeus. Esses embates, por sua vez, intensificam-se rapidamente, assumindo contornos cada vez mais violentos diante da iminência de uma guerra civil pelo controle do território e pela definição de sua independência política.

Na própria notícia que aborda a declaração de retirada britânica, pequenas pílulas veiculadas pela *Associated Press* (AP), com origem no Cairo e em Jerusalém, já antecipam a modificação editorial do conflito, na medida em que apresentam o apelo por uma greve geral em todo o mundo árabe, por parte da comissão executiva árabe da Palestina, e também informam sobre um conjunto de cartas ameaçadoras que lideranças judaicas teriam recebido, performando antissemitismo e jurando assassinato, supostamente assinadas pelo "comandante em chefe da juventude árabe de combate para uma Palestina livre"²⁷³.

Aqui, após uma sequência de notícias que sistematicamente invisibilizava a presença árabe na região enquanto sujeito político coletivo, estes passam a ser apresentados quase exclusivamente sob a chave da ameaça difusa e da mobilização violenta, figurando ora como massa homogênea convocada à paralisação total, ora como autores anônimos de intimidações antissemitas. Essa forma de enquadramento não apenas reduz a complexidade das organizações políticas árabes palestinas, como também relaciona-se a uma narrativa orientalista que associa a ação árabe ao descontrole e à violência latente, naturalizando-a como traço constitutivo de um "Oriente" percebido como instável, irracional e permanentemente propenso ao conflito²⁷⁴.

Nesse registro, as práticas políticas árabes deixam de ser compreendidas como respostas situadas a um contexto colonial específico e passam a ser interpretadas como expressões quase automáticas de um temperamento coletivo violento, o que contribui para deslocar a responsabilidade histórica da potência mandatária e legitimar, ainda que de forma implícita, formas de repressão, vigilância e intervenção externa. Ao mesmo tempo, esse enquadramento reforça uma hierarquia simbólica entre os atores em disputa, na qual a violência árabe é apresentada como ameaça desordenada, enquanto a violência judaica tende a ser contextualizada por meio de justificativas estratégicas, políticas ou morais, aprofundando assimetrias narrativas já presentes ao longo da cobertura.

²⁷³ A INGLATERRA devolverá o mandato sobre a Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16227, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 27 Set. 1947.

²⁷⁴ SAID, Edward W. *Orientalismo, o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2007.

Nesta linha, ao tratar da violência judaica, na edição de 30 de setembro de 1947, o informe intitulado “Volta o terror”²⁷⁵ noticia a ocorrência de um atentado de autoria da *Irgun*, caracterizado como a maior explosão até então registrada na região, tendo como alvo um quartel-general da Grã-Bretanha, que resultou em 8 mortos, sendo 4 árabes, e em torno de 50 feridos. A matéria reproduz um comunicado da organização, no qual se afirma que “recomeçamos o nosso combate e somente o cessaremos quando os ingleses deixarem a Palestina e os navios de imigrantes israelitas possam atracar livremente nos portos palestinos”²⁷⁶. Ao incorporar essa declaração, o jornal confere centralidade à retórica justificatória do grupo paramilitar judaico, permitindo que a ação violenta seja narrada a partir de seus próprios termos políticos, ancorados na ideia de libertação nacional e no direito à imigração.

A argumentação ideológica mobilizada pelo grupo *Irgun* sustenta-se, ainda, na denúncia da suposta existência de um plano britânico para instituir um governo “anglo-árabe” na Palestina após o fim do mandato²⁷⁷, leitura apresentada como ameaça direta às aspirações sionistas. Contudo, essa denúncia, ao ser veiculada sem maior problematização, contribui para reforçar uma lógica binária que opõe judeus e árabes como polos irreconciliáveis, ao mesmo tempo em que desloca para o campo da conspiração a complexa transição política em curso. Assim, a violência praticada pelo grupo é enquadrada menos como um atentado terrorista com vítimas civis árabes e mais como um episódio inserido em uma narrativa de urgência histórica, o que evidencia, novamente, a assimetria no tratamento jornalístico conferido às diferentes formas de violência no contexto palestino.

Esse deslocamento discursivo não ocorre de forma isolada, mas insere-se em um momento de reconfiguração mais ampla da cobertura jornalística sobre a Palestina, marcado pelo progressivo afastamento da Grã-Bretanha do centro das representações e pela intensificação do antagonismo entre árabes e judeus como eixo principal de inteligibilidade do conflito. A partir de outubro de 1947, com o horizonte cada vez mais concreto do fim do mandato e das discussões internacionais sobre o futuro do território, o *Correio da Manhã* (RJ) passa a registrar de maneira recorrente episódios de confrontos armados, atentados, represálias e mobilizações populares, indicando um acirramento do conflito árabe-judaico que se tornará ainda mais visível ao longo dos meses de outubro a dezembro, quando a violência deixa de ser episódica para assumir contornos de conflito aberto e generalizado.

²⁷⁵ VOLTA o terror. *Correio da Manhã*, Ed. 16229, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 30 Set. 1947.

²⁷⁶ Ibid.

²⁷⁷ Ibid.

Com o anúncio da retirada britânica e a circulação das primeiras pílulas noticiosas que registram as reações das organizações árabes em defesa da independência, o *Correio da Manhã* (RJ) passa a conferir maior visibilidade a essas populações no trimestre final de 1947. Observa-se, a partir desse momento, uma ampliação significativa do espaço dedicado tanto aos países integrantes da Liga Árabe quanto às organizações palestinas de mobilização política e de luta, indicando uma inflexão no enquadramento editorial do conflito. Um aspecto particularmente relevante dessa cobertura é a presença de editoriais e colunas de opinião, como a Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda, que passam a discutir de forma mais direta a questão palestina, incorporando comentários sobre o ponto de vista árabe e acompanhando com maior atenção a tramitação dos debates em torno da partilha do território no âmbito da ONU.

Entre as edições de 10 e 18 de outubro, o periódico veiculou, ao menos, onze informes centrados na população árabe, o que evidencia não apenas um crescimento quantitativo da cobertura, mas também uma inflexão qualitativa no modo como esses sujeitos passam a ser inscritos no noticiário. Diferentemente do período anterior, marcado por uma presença residual ou episódica dos árabes palestinos, tais informes passam a abordar suas articulações políticas, suas estratégias de mobilização regional e suas reações diretas às discussões em curso sobre o futuro da Palestina.

Ainda que essa visibilidade não esteja isenta de enquadramentos problemáticos, observa-se um deslocamento narrativo no qual os árabes deixam de figurar exclusivamente como pano de fundo do conflito ou como ameaça difusa, passando a ocupar o centro de determinadas matérias enquanto atores coletivos dotados de agência política. Tal movimento sugere uma reconfiguração do olhar jornalístico do *Correio da Manhã* (RJ), diretamente relacionada ao avanço das negociações internacionais e ao iminente encerramento do mandato britânico, contexto no qual a disputa pelo território palestino se apresenta de forma cada vez mais explícita como um conflito entre projetos políticos concorrentes.

É à luz desse contexto que a notícia publicada em 10 de outubro de 1947, intitulada “Anel de aço em torno da Palestina”²⁷⁸, deve ser analisada, apresentando uma resolução do Conselho da Liga Árabe que propõe um cerco, prontidão militar e bloqueio territorial, mobilizando um vocabulário que enfatiza a ideia de contenção e confronto iminente. Ao destacar a solicitação de guarnecimento das fronteiras por Transjordânia, Síria, Líbano e Egito — bem como a convocação de países mais distantes, como Iêmen, Arábia Saudita e Iraque,

²⁷⁸ ANEL de aço em torno da Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16238, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 10 Out. 1947.

para o preparo de apoio militar — a representação construída sobre esse organismo internacional ampara-se na imagem de uma coalizão oriental ampla e articulada, projetando uma ameaça regional à consolidação de um Estado judeu na Palestina. Essa representação reforça a percepção de escalada do conflito e antecipa, no plano discursivo, a transformação da disputa palestina em uma guerra de dimensões interestatais.

Ao mesmo tempo, a ênfase na mobilização militar e no financiamento da “luta dos árabes da Palestina”²⁷⁹ tende a diluir as especificidades das organizações palestinas locais, subsumindo-as a uma lógica de ação conduzida pelos Estados árabes. Assim, ainda que a notícia marque uma ampliação da visibilidade árabe no periódico, esta ocorre, majoritariamente, por meio da lente da segurança, da preparação bélica e da ameaça geopolítica.

Este órgão, que emerge no léxico do *Correio da Manhã* (RJ) nesse momento, é uma das peças-chave no entendimento da resistência das populações locais diante do contexto de tensão colonial. Criada formalmente em 1945, a Liga Árabe surge como um organismo interestatal voltado à coordenação política, diplomática e, em menor medida, militar dos países árabes recém-independentes ou em processo de consolidação de sua soberania no pós-Segunda Guerra Mundial. Seu surgimento deve ser compreendido no contexto mais amplo do declínio dos impérios coloniais europeus no Oriente Médio e da tentativa de construção de uma arena regional capaz de articular interesses comuns frente às potências ocidentais.

Como observa Adeed Dawisha²⁸⁰, a Liga não nasce como um projeto homogêneo de unificação política, mas como um fórum de cooperação pragmática, marcado por tensões internas, rivalidades entre Estados e diferentes concepções de nacionalismo árabe, oscilando entre o pan-arabismo e os interesses estatais particulares. Ainda assim, a questão palestina rapidamente se impôs como um dos poucos temas capazes de produzir consensos mínimos entre seus membros, funcionando como elemento agregador simbólico e político.

Nesse sentido, a pauta da Palestina adquire, no interior da Liga Árabe, um estatuto que extrapola sua dimensão territorial imediata, sendo convertida em causa regional e em emblema das disputas contra a permanência da influência colonial europeia no Oriente Médio. Rashid Khalidi²⁸¹ argumenta que, já nos anos finais do mandato britânico, a questão palestina

²⁷⁹ Ibid.

²⁸⁰ DAWISHA, Adeed. *Arab nationalism in the twentieth century*. Princeton, New Jersey-US: Princeton University Press, 2018.

²⁸¹ KHALIDI, Rashid. *The Iron Cage: The Story of the Palestinian Struggle for Statehood*. Londres-UK: Oneworld, 2023.

passa a operar como um eixo central da política árabe internacional, ainda que os próprios palestinos frequentemente tenham sido colocados em posição subalterna nas decisões tomadas pelos Estados árabes. A Liga, portanto, atua simultaneamente como espaço de solidariedade declarada e como arena na qual se projetam interesses estratégicos distintos, o que ajuda a compreender tanto sua mobilização retórica em defesa da Palestina quanto às limitações práticas de sua ação coordenada.

A posição de relevância assumida pela Liga Árabe, tal como evidenciada no informe de 10 de outubro²⁸², parece ter produzido efeitos imediatos no campo da circulação de informações e rumores na Palestina. Segundo o *Correio da Manhã* (RJ), teria se disseminado, a partir das organizações judaicas, uma “inundação de boatos” dando conta de uma suposta invasão terrestre já em curso por parte dos países árabes fronteiriços. Esses rumores são desmentidos na edição do dia 11, embora a própria manchete — “Movimentos árabes nas fronteiras da Palestina: dez mil sírios e quinze mil libaneses atacariam se os judeus tentarem assumir o controle da Terra Santa”²⁸³ — reproduza e amplifique o clima de ameaça que afirma refutar. A formulação condicional do título, ao mesmo tempo que nega a ofensiva imediata, antecipa e naturaliza a violência árabe como possibilidade iminente, contribuindo para a manutenção do estado de alarme.

No corpo da notícia, entretanto, observa-se um movimento discursivo mais ambíguo, já que são citados pronunciamentos tanto de autoridades britânicas quanto de representantes árabes, afirmando que as tropas estariam apenas posicionadas nas fronteiras, sem intenção ofensiva imediata. Nesse sentido, o vocabulário empregado tensiona parcialmente a imagem de violência associada aos árabes, sobretudo quando o porta-voz do governo libanês declara que “as concentrações de tropas [...] não são motivadas por intenções agressivas”²⁸⁴ e que qualquer ação armada ocorreria apenas “se os judeus tentassem assumir o controle da Palestina”²⁸⁵. Ainda assim, a tentativa de conferir peso à ameaça árabe reaparece na enumeração quantitativa das forças sírias e libanesas, ao passo que, de maneira mínima, a notícia menciona a presença de cerca de 75 mil combatentes da *Haganá* guarnecendo os pontos de fronteira, número significativamente superior e que revela um desequilíbrio pouco problematizado entre os atores em questão.

²⁸² ANEL de aço em torno da Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16238, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 10 Out. 1947.

²⁸³ MOVIMENTOS árabes nas fronteiras da Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16239, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 11 Out. 1947.

²⁸⁴ Ibid.

²⁸⁵ Ibid.

Esse descompasso torna-se ainda mais evidente quando o jornal reproduz, sem mediação crítica, a narrativa construída pelas lideranças do *Yishuv*, especialmente pela Agência Judaica, ao afirmar que, ao aceitarem a liderança do ex-mufti de Jerusalém, Amin al-Husseini, descrito como “notório colaborador de Hitler”, os Estados árabes estariam “tentando emular”²⁸⁶ a tática nazista, de modo que o conflito reescreve-se em uma gramática moral herdada da Segunda Guerra Mundial.

A analogia com o nazismo opera como um potente recurso de deslegitimação política, ao mesmo tempo em que desloca a atenção das dinâmicas coloniais e territoriais concretas para uma chave civilizatória e moralizante. Ao acrescentar que, “ao contrário dos nazistas, [os árabes] não estão em situação de levar a efeito suas ameaças”²⁸⁷, o texto reduz essas movimentações a “manobra de propaganda”, reforçando a ideia de incapacidade árabe e, paradoxalmente, preservando o enquadramento da ameaça.

Desse modo, a notícia produz um efeito narrativo particularmente revelador, visto que ainda que os próprios dados apresentados desmintam a iminência de uma invasão árabe e indiquem uma capacidade militar judaica expressivamente superior, a manchete e o enquadramento geral contribuem para sustentar os boatos que alegadamente se pretendia dissipar. A violência árabe permanece como horizonte constante e antecipado, enquanto a militarização do *Yishuv* aparece como reação defensiva legítima. Trata-se, portanto, de um exemplo eloquente de como o noticiário, mesmo quando incorpora vozes dissonantes, organiza a inteligibilidade do conflito a partir de assimetrias discursivas profundas, nas quais o polo de ameaça é associado ao “oriental” e a “força” judaica é normalizada.

3.3. “QUEM NÃO QUER RECEBER JUDEUS, PRECISA DIZER PARA ONDE ELES DEVEM IR”²⁸⁸

Em contraste com a linha narrativa estabelecida ao longo das notícias analisadas, observa-se, neste trimestre final de 1947, a presença de colunas de opinião e editoriais que comentam a questão Palestina, além de notícias coletadas no Brasil pelo *Correio*, em contato com representantes da Liga Árabe no próprio país. A exemplo disso, a primeira publicação

²⁸⁶ Ibid.

²⁸⁷ Ibid.

²⁸⁸ Frase retirada da coluna “Tribuna da Imprensa”, de Carlos Lacerda, no *Correio da Manhã* (RJ), intitulada “Carta de um pai a um soldado inglês na Palestina”, publicada em 29 de agosto de 1947, analisada nesta seção em conjunto com outros textos opiniosos que circularam no periódico e que tematizaram a questão Palestina. Cf. LACERDA, Carlos. “Carta de um pai a um soldado inglês na Palestina” (o ponto de vista judeu por Arthur Koestler). *Correio da Manhã*, Ed. 16202, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 29 Ago. 1947.

neste sentido foi o editorial intitulado “Israel”²⁸⁹, publicado em 22 de outubro de 1947, na capa do *Correio da Manhã* (RJ), sem assinatura de jornalistas, e marcando uma inflexão significativa em relação à linha narrativa predominante nas notícias analisadas até então.

Diferentemente da cobertura informativa, que vinha mobilizando de forma recorrente o sofrimento judaico, a memória da *Shoah* e a violência britânica contra migrantes clandestinos, o texto opinativo adota um registro deliberadamente cético em relação à criação de um Estado judeu na Palestina. O fato de tratar-se de um editorial sem assinatura reforça seu peso político, permitindo inferir a anuência, senão a formulação direta, do redator-chefe, Pedro da Costa Rego, e sinaliza que essa posição não deve ser lida como isolada, mas como parte de uma reflexão institucional do periódico diante do impasse internacional que se desenhava.

Logo em seu parágrafo inicial, o editorial afirma que a pauta da criação de um Estado judaico na Palestina “perde terreno na consciência jurídica internacional”²⁹⁰, argumento que desloca o debate do campo humanitário para o da legalidade e da ordem internacional. Ao sustentar que a Organização das Nações Unidas não deveria assumir “tal empenho como causa própria”²⁹¹, a autoria sugere que o sofrimento judaico, embora reconhecido, não seria suficiente para fundamentar uma decisão de natureza territorial e soberana, de forma que a *Shoah* é, assim, invocada menos como base para a legitimação política de um novo Estado e mais como um trauma que exige prudência, contenção e respeito à autodeterminação dos povos já estabelecidos na região.

Nesse sentido, o editorial articula uma leitura restritiva do princípio da autodeterminação, ao afirmar que “é extremamente difícil, senão impossível, incluir nesse quadro a reivindicação total ou parcial da Palestina como Estado independente judaico”²⁹², uma formulação que revela uma hierarquização implícita entre sujeitos políticos legítimos, os habitantes locais, e os ilegítimos, aqueles que desejam migrar para tal localidade. Esse ponto parte do princípio que, sendo a autodeterminação defendida enquanto um valor universal, sua aplicação concreta deve, entretanto, ser limitada quando ameaça desestabilizar um território já ocupado, ainda que esse território esteja atravessado por promessas contraditórias feitas pelas potências europeias.

Diante disso, o argumento ganha contornos mais nítidos quando a autoria recorre ao exemplo brasileiro, defendendo que caberia ao Estado nacional apenas zelar pela igualdade de

²⁸⁹ ISRAEL. *Correio da Manhã*, Ed. 16248, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 22 Out. 1947.

²⁹⁰ Ibid.

²⁹¹ Ibid.

²⁹² Ibid.

direitos da população judaica residente ou cidadã do país, mas não intervir em favor da autodeterminação dessa população em outro território²⁹³. Essa posição reforça uma concepção estrita de soberania e não intervenção, ao mesmo tempo em que relativiza a responsabilidade internacional diante de uma crise humanitária de escala global.

Nesse registro, a Grã-Bretanha é parcialmente absolvida das críticas que vinha recebendo, sendo apresentada como uma potência que já não disporia dos meios para cumprir as promessas feitas em 1916, com a Declaração Balfour, podendo oferecer aos judeus territórios em África, mas não mais na Palestina, como se dispuseram a fazer, mas não obtiveram apoio dos grupos sionistas²⁹⁴. Tal argumento opera uma naturalização do colonialismo vigente no continente africano, visto como legítimo dentro da jurisdição inglesa, ao passo que a interferência na Palestina, sendo um regime de mandato que chegou ao fim, não era mais passível de interferências externas.

Por fim, o editorial mobiliza uma interpretação específica da questão racial europeia ao questionar se a criação de um Estado judeu fora da Alemanha não estaria facilitando “à Prússia a realização de um dos primeiros pontos de seu programa racista”²⁹⁵, que desejava “limpar” a Europa de sua população judaica. Ao levantar essa hipótese, o texto desloca a responsabilidade histórica pelo genocídio nazista, sugerindo que a solução territorial para os sobreviventes da *Shoah* poderia funcionar como uma validação tardia do projeto de expulsão racial europeu, de maneira que a criação de Israel aparece, assim, não como reparação histórica, mas como consequência indesejada de um racismo gestado na Europa e projetado para fora dela, transferindo para a Palestina o ônus político e territorial de um crime cometido no coração do Ocidente. Esse conjunto de argumentos evidencia a ambiguidade profunda e polifônica presente no *Correio da Manhã* (RJ) no trimestre final de 1947, pois enquanto suas páginas noticiosas construíram uma narrativa empática em relação ao sofrimento judaico, os novos editoriais resistem à tradução desse sofrimento em soberania política.

Dando continuidade a essa argumentação, o último editorial a tratar sobre a questão Palestina no ano de 1947 intitula-se “Jidah”²⁹⁶, e data de 03 de dezembro deste ano, referindo-se diretamente à votação ocorrida no dia 29 do mês anterior — na qual, por 33 votos a favor e 13 contrários, além de 10 abstenções, a partilha do território palestino em um Estado judaico e outro árabe foi aprovada, compondo o texto da resolução 181 das Nações Unidas. Neste editorial, o jornal afirma que ainda não houvera “tempo de secar a tinta sobre os

²⁹³ Ibid.

²⁹⁴ Ibid.

²⁹⁵ Ibid.

²⁹⁶ JIDAH. *Correio da Manhã*, Ed. 16284, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 03 Dez. 1947.

documentos [...] e já se hostilizam árabes e judeus no Egito, na Síria, no Líbano e na própria Terra Santa”²⁹⁷, enfatizando a rapidez com que a decisão internacional teria sido seguida por episódios de violência, e construindo uma leitura cética sobre a eficácia da partilha, ao sugerir que a resolução não apenas falhou em pacificar a região, como teria aprofundado antagonismos já latentes.

Ademais, o editorial lança mão de uma argumentação que se refere a ambos os povos semitas por meio de um vocabulário marcado por tonalidades orientalistas, ao caracterizá-los como “vigorosos”, “teimosos”, “tenazes” e “bravos”²⁹⁸, adjetivos que operam uma essencialização dos sujeitos históricos envolvidos, deslocando o conflito de suas determinações políticas, coloniais e diplomáticas para o campo de supostos traços culturais permanentes.

Como argumenta Edward Said em *Orientalismo*²⁹⁹, esse tipo de representação constitui um dos mecanismos centrais do discurso ocidental sobre o Oriente, ao fixar seus povos como passionais, impulsivos e inclinados à violência, em oposição implícita à racionalidade e ao autocontrole atribuídos ao Ocidente. A partir desse enquadramento, a escalada do conflito após a aprovação da partilha é apresentada também como resultado da natureza combativa atribuída a árabes e judeus, o que contribui para reduzir a responsabilidade das potências e organismos internacionais na produção desse cenário.

O texto prossegue comentando uma entrevista concedida ao *Correio da Manhã* (RJ) pelo jornalista judeu Daniel Frish, vice-presidente da organização sionista dos Estados Unidos, em visita ao Rio de Janeiro. Na referida entrevista, publicada na edição anterior do jornal, em 02 de dezembro de 1947³⁰⁰, Frish apresenta dois pontos que acredita serem centrais para concluir que não haverá uma guerra na Palestina, sendo, primeiramente, a desunião existente entre as lideranças árabes e, em segundo lugar, o atraso, em termos de tecnologia e táticas bélicas, que haveria nas tropas adversárias, e do qual não careceriam os grupos paramilitares judaicos.

Cabe pontuar que o jornalista judeu também lança mão de estereótipos orientalistas em sua argumentação, ao afirmar que já se foram os tempos em que “um cavaleiro com um turbante na cabeça significava um guerreiro valente”³⁰¹, e que “Ibn Saud, da Arábia Saudita,

²⁹⁷ Ibid.

²⁹⁸ Ibid.

²⁹⁹ SAID, Edward W. *Orientalismo, o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2007.

³⁰⁰ NÃO haverá guerra porque não existe união entre os árabes. *Correio da Manhã*, Ed. 16283, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 02 Dez. 1947.

³⁰¹ Ibid.

não tolera Abdullah, da Transjordânia... Assim são todos os chefes árabes, cada qual quer a sua conveniência”³⁰². Ao mobilizar essas imagens, Frish reduz a diversidade política árabe a um conjunto de rivalidades pessoais e traços culturais arcaicos, desqualificando-os enquanto atores modernos e racionais no tabuleiro internacional.

Nesse sentido, a entrevista mencionada reproduz um repertório discursivo típico do orientalismo, ao construir os árabes simultaneamente como anacrônicos, isto é, presos a símbolos do passado, como o “cavaleiro com turbante”³⁰³, e incapazes de ação política coordenada no presente. Este enquadramento naturaliza a fragmentação árabe e a transforma em um atributo cultural intrínseco, apagando os efeitos históricos do colonialismo, das fronteiras artificiais e das disputas geopolíticas recentes. Ao mesmo tempo, a superioridade bélica judaica é apresentada como resultado quase natural da modernidade e da racionalidade ocidental, reforçando uma hierarquia implícita entre sujeitos políticos “aptos” e “inaptos” à soberania.

Na visão da autoria do editorial³⁰⁴, entretanto, tal ponto de vista é descrito como frágil, ressaltando que, embora existam “rancores profundos” entre os “verdadeiros senhores feudais do deserto”, “sempre que alguma força os tem galvanizado e arregimentado, os árabes se tornam em verdadeira ‘nação’ poderosa, agressiva, móvel e inteligente”³⁰⁵ e, para sustentar esse argumento, o editorial recorre à memória histórica da Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto, destaca-se a contribuição decisiva dessas populações para a derrota do Império Otomano, relativizando a suposta incapacidade árabe de organização política e militar.

Além disso, o editorial desconstrói a ideia de inferioridade técnica ao afirmar que, quanto às “armas, compram-se”³⁰⁶, enfatizando a “estranha rapidez” com que os árabes teriam aprendido a manejar tecnologias militares modernas no conflito mundial citado. Essa contra-argumentação revela uma ambivalência discursiva, pois ao mesmo tempo em que reconhece a capacidade árabe de mobilização e aprendizado técnico, o texto continua a descrevê-los por meio de imagens coletivizantes e essencializadas, oscilando entre a admiração estratégica e a caracterização cultural genérica. Ainda assim, o reconhecimento dessa capacidade serve para reforçar a crítica à crença de que a partilha garantiria estabilidade ou segurança necessária aos judeus, como afirmada no trecho de conclusão:

³⁰² Ibid.

³⁰³ Ibid.

³⁰⁴ JIDAH. *Correio da Manhã*, Ed. 16284, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 03 Dez. 1947.

³⁰⁵ Ibid.

³⁰⁶ Ibid.

não vamos acabar com o nacionalismo árabe dando tanto a Palestina aos Judeus — vamos exacerbá-lo. Não vamos dar aos judeus o porto e salvamento de que tanto necessitam — vamos metê-los em em procelosa tempestade. As 33 nações que votaram a favor da partilha só resolveram um problema no papel. Perguntem-nos como poderiam resolvê-lo, e responderemos candidamente que, em relação unicamente à Palestina, não sabemos. Não acreditamos que seja solúvel o problema. A Palestina inteira deveria continuar sob mandato, ser governada por uma comissão das Nações Unidas porque, no momento, o problema não tem solução. Cérebros de escol se têm debruçado sobre ele, esbarrando sempre na intransigência político-religiosa dos de Meca e dos de Jerusalém. Um governo das Nações Unidas apoiado por tropas das Nações Unidas, poderia criar o *modus-vivendi* e ... esperar.³⁰⁷

Tal proposta, apresentada acima, evidencia não apenas o ceticismo do periódico quanto à viabilidade de uma solução soberana imediata, mas também uma desconfiança em relação à capacidade dos sujeitos políticos locais de autogovernarem-se imediatamente em um cenário pós-mandato. Assim, ao defender a permanência da Palestina sob tutela internacional, o *Correio da Manhã* (RJ) desloca o problema da autodeterminação para o campo da administração técnica, sugerindo que a convivência entre árabes e judeus não poderia ser construída por meio de arranjos políticos próprios, mas apenas mediada por uma autoridade externa “neutra”. Esse argumento, ao recusar a soberania como horizonte possível, reforça uma hierarquia implícita entre as potências internacionais, concebidas como racionais e pacificadoras, e as populações locais, representadas como prisioneiras de uma “intransigência político-religiosa”³⁰⁸ insolúvel.

Nesse sentido, a solução proposta reinscreve, sob a retórica da racionalidade e da cautela, a lógica clássica da administração colonial, segundo a qual o atraso político e a violência seriam características endógenas dos territórios colonizados, legitimando a intervenção prolongada de organismos internacionais ou potências externas. Dessa forma, ao apresentar a tutela das Nações Unidas como única alternativa viável, o editorial ignora que a própria experiência do mandato britânico esteve no cerne da intensificação dos conflitos ao longo de décadas, transformando o colonialismo não em causa, mas em possibilidade de remédio para a crise.

Além disso, a proposta de “esperar” sob um governo internacional revela-se como o reconhecimento implícito dos limites das soluções então disponíveis, pois ao sugerir a manutenção da Palestina sob administração da ONU, o editorial também expõe o esgotamento do mandato britânico e a incapacidade contextual dos organismos internacionais em produzir

³⁰⁷ Ibid.

³⁰⁸ Ibid.

uma saída consensual e imediata para o conflito. A suspensão da soberania, nesse sentido, aparece também como adiamento forçado diante de um impasse político reconhecido como insolúvel no curto prazo, configurando-se como uma expectativa frágil, marcada pela incerteza e pela ausência de alternativas consideradas viáveis. Ao afirmar que “não sabemos” como resolver o problema palestino, o *Correio da Manhã* (RJ) desloca o debate do campo das soluções para o do reconhecimento do fracasso diplomático.

Tendo em vista as posições expressas pelos editoriais do *Correio da Manhã* (RJ) anteriormente analisados, torna-se fundamental situar, também, as colunas de opinião como parte constitutiva do conjunto de textos que compõem o quadro analítico sobre a Palestina no periódico. Assim, no último trimestre de 1947, observa-se que diferentes colunistas dedicaram espaço recorrente à problemática da partilha da Terra Santa no âmbito da ONU, mobilizando argumentos e perspectivas divergentes, entre as quais podemos citar as intervenções de Carlos Lacerda, jornalista que mantinha coluna fixa no jornal, a *Tribuna da Imprensa*, e de Miguel Chaloub³⁰⁹, colunista eventual, cujas análises revelam posicionamentos distintos diante do impasse palestino. Especificamente, na *Tribuna da Imprensa*, de Lacerda, encontram-se três registros quase consecutivos sobre o tema, publicados nos dias 12, 15 e 16 de outubro, enquanto Chaloub expressa suas opiniões nas edições de 23 de outubro e 23 de novembro.

Desse modo, torna-se possível apreender a polifonia de vozes que atravessa o *Correio da Manhã* (RJ), articulando os posicionamentos veiculados nos editoriais, possivelmente mais alinhados à intervenção e à concordância do redator-chefe, Costa Rego, com aqueles expressos nas colunas assinadas, marcadas por maior autonomia intelectual, ainda que sem romper completamente com a orientação geral do jornal. Desta forma, para além da ideologia que estrutura o jogo de representações presente nas notícias ditas “informativas” — aquelas que ocupam as capas e a seção de noticiário internacional, editadas segundo a estratégia da

³⁰⁹ Miguel Chaloub é uma figura difícil de rastrear, historicamente. Nas páginas do *Correio da Manhã* (RJ), na década de 1940, a sua atuação como colunista inicia-se somente com os textos aqui analisados, em 1947, e seguem em 1948, tratando especificamente da questão libanesa no Oriente Médio, em quatro oportunidades. Ademais, seu nome, acompanhado da esposa, aparece nas colunas sociais pontualmente, ou em obituários associados a outros membros de sua família. Pesquisando de maneira mais ampla na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, seu nome é pouquíssimo citado em outros periódicos, também em colunas sociais, destacando-se, entre estas, duas notícias publicadas no periódico *O Jornal* (RJ), de Assis Chateaubriand, uma em 1940 e outra em 1942. Nessas duas notícias, é possível depreender que o colunista é de uma família de industriais cariocas, e sócio-proprietário das “Lojas Macahenses” — como apresentado na notícia de 1940, sobre a referida empresa — além de fazer parte da colônia libanesa do Rio de Janeiro e de Niterói — informação apresentada na notícia de 1942, sobre a doação de um avião de treinamento desta colônia ao Estado do Mato Grosso. Em ambas as notícias, cabe mencionar, há a menção de uma relação entre Miguel Chaloub e Assis Chateaubriand, sócio-proprietário dos “Diários Associados”, e magnata do ramo de comunicações no Brasil, havendo, inclusive, um registro fotográfico com ambos lado a lado, na notícia de 1942. Cf: AS LOJAS macahenses estão distribuindo as cédulas dos Sorteios Gratuitos Diários Associados. *O Jornal*, Ed. 6470, p. 11. Rio de Janeiro - RJ, 13 Jul. 1940.; A COLÔNIA libanesa do Rio e de Niterói oferecerá um avião de treinamento avançado à mocidade de Cuiabá. *O Jornal*, Ed. 7017, p. 05. Rio de Janeiro - RJ, 24 Abr. 1942.

“bricolagem” discutida no capítulo anterior — os espaços opiniosos configuram-se como fontes privilegiadas para compreender como intelectuais vinculados à imprensa refletiam sobre seu papel público e sobre a necessidade de intervir em debates internacionais, mesmo quando estes se referiam a temas geograficamente distantes do Brasil, mas politicamente relevantes no contexto em discussão.

Nesse sentido, a leitura das colunas opiniosas e dos editoriais do *Correio da Manhã* (RJ) pode ser aprofundada a partir da concepção de imprensa como espaço polifônico, na acepção formulada por José D’Assunção Barros³¹⁰. Para o autor, a produção jornalística não deve ser compreendida como expressão homogênea de uma vontade editorial única, mas como resultado de um processo coletivo, atravessado por diferentes instâncias decisórias, posições intelectuais e disputas internas. Assim, mesmo quando há uma orientação geral do periódico, definida por seus proprietários, redatores-chefes ou editores, os textos que compõem o jornal manifestam vozes múltiplas, nem sempre plenamente convergentes, que dialogam, tensionam-se ou mesmo entram em conflito.

Essa chave interpretativa permite compreender como, no caso analisado, editoriais cautelosos ou críticos à criação do Estado de Israel coexistem com colunas assinadas que mobilizam argumentos distintos, revelando um campo de debate interno que não se reduz a uma linha editorial monolítica, mas expressa uma pluralidade de leituras sobre a questão palestina no pós-guerra, ainda que dentro de um mesmo “guarda-chuva” político-ideológico, pré-estabelecido pela chefia do periódico. Ademais, Barros (2023)³¹¹ chama atenção para a existência de conflitos e entrechoques polifônicos no interior dos jornais, sobretudo na imprensa dos séculos XX e XXI, de alta intensidade polifônica, ressaltando que tais tensões constituem uma riqueza analítica para o historiador.

Um exemplo eloquente de choque polifônico manifesta-se no contraste entre a linha editorial predominante nas notícias ditas informativas sobre a Palestina — que, em geral, conferiam maior centralidade e visibilidade ao projeto judaico de independência, recorrendo com frequência a manchetes de apelo dramático, seja ao enfatizar episódios de violência atribuídos a migrantes judeus, seja ao destacar execuções promovidas pelas autoridades britânicas contra militantes judeus — e as posições assumidas por Carlos Lacerda, que se apresentam aos leitores do *Correio da Manhã* (RJ) por meio de sua primeira coluna dedicada

³¹⁰ BARROS, José D’Assunção. *O Jornal como Fonte Histórica*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

³¹¹ Ibid.

ao tema das populações árabes, intitulada “A revolta do mundo árabe”³¹², publicada na edição de 12 de outubro de 1947.

Esse primeiro movimento discursivo é revelador, pois localiza parte da pertinência da questão palestina para o Brasil em razão da amplitude das diásporas judaica e árabe no país, o que, no âmbito do jornal, dialoga diretamente com as notícias que mencionam as mobilizações de grupos judaicos no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que amplia o enquadramento ao reconhecer a presença árabe como igualmente significativa. Além disso, ao estruturar o texto por meio de perguntas diretas e ao enfatizar o risco de uma guerra de maiores proporções, Lacerda reconhece a dimensão humanitária do conflito, inscrevendo a Palestina como um problema de ordem estratégica internacional, no qual o Brasil surge como ator implicado³¹³.

Assim, o colunista constrói um enquadramento que legitima sua tomada de posição e prepara o terreno para uma leitura que privilegia os equilíbrios geopolíticos e as reações do “mundo árabe”, mais do que a narrativa empática do sofrimento judaico ou a chave interpretativa do conflito entre colonizadores e colonizados, predominante nas páginas informativas do periódico. Tal ponto de vista, que norteia a análise de Lacerda, é, em suas palavras, capaz de tratar a questão com “objetividade e sem paixão — senão a da verdade, que é sagrada”, revelando uma preocupação pedagógica em burlar a “propaganda apaixonada de um ou de outro lado”, e expor “os fatos que frequentemente, por desconhecidos ou desfigurados, se convertem em armas perigosas de incompreensão e desastre”³¹⁴.

Tomando para si o discurso da imparcialidade, observa-se que o autor questiona a forma como as informações vinham sendo veiculadas em torno da questão palestina, consideradas por ele insuficientes ou deturpadas, uma postura que sugere também um viés pedagógico, na medida em que Lacerda parece dirigir-se a um público leitor que extrapola o cidadão comum e pode incluir agentes políticos e diplomáticos, diretamente implicados nas deliberações da ONU. Ao reivindicar uma interpretação política calcada na objetividade, o colunista constrói sua intervenção como um exercício de esclarecimento racional, preocupado menos com a mobilização emocional e mais com a formulação de uma decisão considerada acertada do ponto de vista do interesse nacional brasileiro, isto é, uma decisão informada, estratégica e livre das pressões da “propaganda apaixonada”³¹⁵ de qualquer dos lados.

³¹² LACERDA, Carlos. A revolta no mundo árabe. *Correio da Manhã*, Ed. 16240, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 12 Out. 1947.

³¹³ Ibid.

³¹⁴ Ibid.

³¹⁵ Ibid.

Sua análise estrutura-se em um breve histórico da criação da Liga Árabe, pontuando seus objetivos e, logo em seguida, em um histórico mais alongado das tentativas de independência da Palestina, no qual destaca a atuação de diversas comissões diplomáticas britânicas que, desde 1918, teriam reconhecido favoravelmente a necessidade de o território constituir-se como uma nação árabe independente. Essa leitura se estenderia até meados da década de 1930, momento em que, segundo o colunista, a pressão crescente sofrida pelos judeus na Europa os empurrou à imigração em massa, deslocando a questão migratória para o centro do debate político, agora articulada às pressões sionistas pela partilha da região.

Nesse sentido, dentre os pontos mais curiosos de sua análise, destaca-se a perspectiva de que as lideranças árabes teriam sido coniventes com, ao menos, parte das ondas de imigração judaica até o fim da Segunda Guerra Mundial, reivindicando inicialmente apenas a limitação desses fluxos, estabelecida pelos “livros brancos” britânicos³¹⁶. Ainda segundo Lacerda, nos momentos de negociação com a Grã-Bretanha, tais lideranças mostraram-se dispostas a renegociar cotas migratórias e a respeitar os direitos de minoria da população judaica, desde que fosse reconhecida a independência árabe do território³¹⁷. O esgotamento desse formato de negociação, para o colunista, teria ocorrido precisamente em função da crescente interferência estadunidense, interpretada como de caráter eleitoreiro, na medida em que as promessas de Roosevelt e, posteriormente, de Truman, seriam menos expressão de um compromisso internacional consistente e mais uma estratégia de política interna, pouco atenta aos interesses dos habitantes locais da Palestina³¹⁸.

Essa leitura que Carlos Lacerda constrói acerca do papel dos Estados Unidos na questão palestina, é marcada por um ceticismo contundente, na medida em que, para o colunista, a atuação dos EUA não se orientaria prioritariamente por princípios humanitários ou por um compromisso genuíno com a autodeterminação dos povos, mas por cálculos de política interna, especialmente eleitorais. A defesa da causa sionista, nesse sentido, aparece vinculada à necessidade de angariar apoio de parcelas estratégicas do eleitorado doméstico, o que, na avaliação de Lacerda, produz uma intervenção irresponsável em um contexto internacional já profundamente instável.

Quanto à União Soviética, sua análise, embora menos detalhada, também se inscreve em um registro semelhante de desconfiança pois, suas palavras, a Rússia buscara “tirar do impasse palestino todas as vantagens diplomáticas, políticas e eventualmente militares

³¹⁶ Ibid.

³¹⁷ Ibid.

³¹⁸ Ibid.

possíveis”³¹⁹, mantendo-se estrategicamente neutra durante grande parte do processo, de modo a não se comprometer prematuramente. Essa neutralidade calculada permitiria à potência soviética avaliar os desdobramentos do conflito antes de assumir uma posição mais clara, o que ocorreu apenas recentemente, no momento em que optou por apoiar a solução judaica. Para o colunista, trata-se de uma escolha instável e oportunista, que não decorre de uma adesão consistente ao projeto de partilha, mas de uma leitura pragmática das oportunidades geopolíticas abertas pela retirada britânica e pelo enfraquecimento do controle europeu na região.

Em contraste com essa avaliação severa das superpotências emergentes, a visão de Lacerda sobre a Grã-Bretanha é sensivelmente mais indulgente, já que o colunista reconhece os limites e os equívocos da administração mandatária, mas enfatiza que, dentro de suas possibilidades, a Inglaterra teria buscado negociar, sobretudo com as lideranças árabes, ouvindo suas reivindicações e tentando construir soluções graduais para o impasse.³²⁰ Mais do que isso, Lacerda atribui um valor moral e político ao gesto britânico de reconhecer sua incapacidade de conduzir o processo até um desfecho satisfatório, afirmando que “redimiou-se assim, a Inglaterra, pela mão de seu governo trabalhista, de uma longa série de erros, ou coisas piores, em relação à Palestina”³²¹, evocando a noção de redenção, que transforma a retirada britânica em um ato de honestidade política e de responsabilidade internacional.

Esse enquadramento revela, portanto, uma distinção clara entre as potências analisadas, pois, enquanto Estados Unidos e União Soviética aparecem como atores oportunistas, dispostos a instrumentalizar a Palestina em função de interesses estratégicos mais amplos, a Grã-Bretanha é parcialmente absolvida por reconhecer a própria bancarrota política e administrativa. Assim, o ceticismo de Lacerda não se dirige indistintamente a todas as potências, mas organiza-se a partir de uma distinção entre aquelas que exploram o impasse e aquela que, ao reconhecer sua incapacidade, tenta encerrar sua intervenção de modo considerado legítimo e justo, concluindo ainda que “no fundo”, a potência mandatária “desejaria apoiar abertamente os árabes, se sua política exterior não estivesse agora tão vinculada à dos Estados Unidos”³²².

Ademais, um ponto muito interessante, que enriquece a percepção de Carlos Lacerda e o diferencia dos demais textos aqui analisados, é o espaço concedido aos argumentos dos representantes da Liga Árabe no Brasil, que se encontravam em missão diplomática na

³¹⁹ Ibid.

³²⁰ Ibid.

³²¹ Ibid.

³²² Ibid.

América do Sul e que, segundo o colunista, teriam lhe concedido uma entrevista — ainda que sem a identificação nominal de seus interlocutores. Dentre esses argumentos, posteriormente desenvolvidos em duas colunas subsequentes, intituladas “A razão dos árabes” (I³²³ e II³²⁴), destaca-se a formulação de uma distinção central entre “a questão judaica, que é mundial”, e a “questão palestina, que afeta apenas a Palestina”³²⁵, tomada como eixo interpretativo para questionar os fundamentos morais e políticos da partilha do território. Tal separação é sustentada pelo encadeamento retórico de questões, simbolizando o ponto de vista da Liga Árabe, reproduzido pelo autor:

Fomos nós que perseguimos os judeus? Não. Hitler morreu? Sim. Os judeus vivem hoje em todos os países com liberdade? Sim. Os judeus todos do mundo cabem na Palestina? Não. Por que deve um Estado árabe pagar toda a culpa da perseguição aos judeus, perdendo a sua autonomia, se não foram os árabes, e muito menos o Estado palestino, que perseguiram os judeus?³²⁶

A força desse argumento reside, em parte, na tentativa de diminuição do sofrimento judaico, associado exclusivamente à figura de Hitler, como se o antissemitismo não fosse parte de uma cultura racista e xenofóbica há séculos disseminada em solo europeu. Todavia, o ponto central dessa sequência questionadora gira em torno de uma tentativa de deslocar a inscrição política da questão judaica para a Europa, tentando romper com a naturalização do vínculo entre a tragédia da *Shoah* e a redefinição compulsória da soberania palestina, estruturando a argumentação de forma didática, e construindo um apelo racional dirigido ao leitor, convidando-o a reconhecer uma assimetria fundamental: a de que um povo local, majoritário no território, estaria sendo convocado a arcar com as consequências políticas de crimes que não cometeu.

Nesse sentido, ao afirmar que “os judeus todos do mundo”³²⁷ não caberiam na Palestina, o argumento retira o debate do plano exclusivamente moral e o recoloca no terreno concreto da viabilidade política e territorial. Assim, a partilha aparece como uma solução insuficiente e potencialmente explosiva, incapaz de resolver a chamada “questão judaica” em escala global e, ao mesmo tempo, profundamente desestabilizadora para a realidade palestina. Ao reproduzir esse ponto de vista, Lacerda incorpora à sua análise uma crítica que tensiona o

³²³ LACERDA, Carlos. As razões dos árabes (I). *Correio da Manhã*, Ed. 16242, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 15 Out. 1947.

³²⁴ LACERDA, Carlos. As razões dos árabes (II). *Correio da Manhã*, Ed. 16243, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 16 Out. 1947.

³²⁵ LACERDA, Carlos. A revolta no mundo árabe. *Correio da Manhã*, Ed. 16240, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 12 Out. 1947.

³²⁶ Ibid.

³²⁷ Ibid.

discurso humanitário dominante, evidenciando como a tradução do trauma europeu em soberania territorial no Oriente Médio implicaria a negação da autodeterminação árabe.

Por fim, a interrogação conclusiva, “por que deve um Estado árabe pagar toda a culpa da perseguição aos judeus?”³²⁸, sintetiza o núcleo político dessa posição e reinscreve a Palestina como sujeito legítimo da história, e não como espaço vazio destinado à compensação internacional. Ao dar visibilidade a esse argumento, o colunista rompe parcialmente com o enquadramento predominante nas páginas informativas do *Correio da Manhã* (RJ) e contribui para explicitar o conflito entre dois princípios concorrentes mobilizados no debate da partilha, sendo, de um lado, a reparação histórica e, de outro, o direito à soberania de uma população local que reivindica não ser responsabilizada por violências produzidas fora de seu espaço e de sua história.

A partir desse estabelecimento lógico inicial, as colunas subsequentes, publicadas nos dias 15 e 16 de outubro de 1947 e homonimamente intituladas “A razão dos árabes” (I³²⁹ e II³³⁰), procuram sistematizar as respostas árabes aos principais argumentos mobilizados pelo movimento sionista para justificar sua pretensão nacional sobre o território palestino. Entre esses argumentos, Lacerda destaca, de forma sintética, tanto aqueles de natureza cultural, como a ancestralidade judaica e a existência de um vínculo sagrado com a região, quanto os de ordem política, voltados à legitimação internacional do projeto sionista, a exemplo da Declaração Balfour, da alegada inexistência de uma nação palestina constituída e da ideia de que a presença judaica já estaria promovendo um dinamismo econômico incontestado no território³³¹.

Na perspectiva árabe, tal como ecoada por Lacerda, os argumentos classificados como culturais não se sustentariam diante da longa permanência árabe na Palestina, ocupada de forma contínua há mais de um milênio³³². O colunista reproduz, nesse ponto, um raciocínio comparativo que busca relativizar a ancestralidade como critério político legítimo, pois os árabes, embora tenham ocupado algumas regiões da Europa no passado, não reivindicam, por isso, a divisão da Península Ibérica ou a restituição de antigos domínios, de forma que o vínculo histórico-religioso, assim, é despojado de seu caráter excepcional e apresentado como

³²⁸ Ibid.

³²⁹ LACERDA, Carlos. As razões dos árabes (I). *Correio da Manhã*, Ed. 16242, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 15 Out. 1947.

³³⁰ LACERDA, Carlos. As razões dos árabes (II). *Correio da Manhã*, Ed. 16243, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 16 Out. 1947.

³³¹ LACERDA, Carlos. As razões dos árabes (I). *Correio da Manhã*, Ed. 16242, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 15 Out. 1947.

³³² Ibid.

um elemento insuficiente para fundamentar a fragmentação territorial de um espaço já habitado³³³.

Do mesmo modo, o argumento religioso encontra pouca ressonância na construção discursiva de Lacerda, na medida em que a Palestina é apresentada como um território de centralidade simbólica compartilhada entre múltiplas religiões³³⁴. Ao reconhecer a importância equivalente da região para judeus, cristãos e muçulmanos, o colonista dilui a exclusividade do apelo sagrado e reforça a ideia de que a sacralidade do espaço não poderia ser convertida, sem mediações, em soberania política exclusiva, em uma leitura que contribui para deslocar o debate do campo da fé para o da convivência inter-religiosa e da administração concreta de um território plural.

Já no plano político, as colunas também se dedicam a contestar a autoridade normativa da Declaração Balfour, apelando para a ausência de um especificador geográfico claro que tal posicionamento político britânico carregava³³⁵. Segundo essa leitura, o compromisso assumido pela Grã-Bretanha com a criação de um “lar nacional judaico” não implicaria, de maneira necessária ou automática, sua implantação no território palestino, havendo outras possibilidades territoriais à disposição. Essa distinção é central para o argumento árabe, pois permite relativizar a legitimidade jurídica e moral da partilha da Palestina como solução inevitável para a chamada questão judaica, revelando-a, antes, como uma interpretação política interessada de um documento ambíguo e historicamente situado.

Quanto ao argumento de que os judeus não possuíam uma nação, a interpretação apresentada sustenta precisamente o oposto, de que os judeus teriam, sim, nações: aquelas nas quais nasceram, viveram e das quais são cidadãos³³⁶. A partir desse raciocínio, desloca-se a responsabilidade pela acolhida, proteção e integração das populações judaicas perseguidas para os Estados europeus, diretamente envolvidos na Segunda Guerra Mundial, e que teriam falhado historicamente nesse dever. Nesse sentido, a crítica ganha contornos deliberadamente provocativos ao sugerir que uma eventual partição territorial deveria recair sobre países como a Polônia ou a Alemanha, onde o antissemitismo se manifestou de forma particularmente violenta, e não sobre a Palestina, território que, segundo esse ponto de vista, não poderia ser responsabilizado por perseguições que lhe eram externas.

Por fim, no que se refere ao argumento de que a presença judaica teria promovido significativos melhoramentos econômicos na Palestina, a crítica formulada questiona o caráter

³³³ Ibid.

³³⁴ Ibid.

³³⁵ Ibid.

³³⁶ Ibid.

estrutural e autossustentado desses avanços³³⁷. Conforme a leitura árabe reproduzida por Lacerda, tais melhoramentos seriam artificiais, sustentados majoritariamente por aportes externos, mais notadamente por doações oriundas de judeus norte-americanos, e não por uma dinâmica econômica orgânica, integrada às estruturas produtivas e sociais do Oriente Médio. Nessa perspectiva, o progresso material frequentemente mobilizado como prova da viabilidade do projeto judaico não seria suficiente para legitimar, por si só, a redefinição soberana do território palestino.

Além disso, a esse argumento soma-se uma crítica de natureza histórica e política, que aproxima a retórica do “investimento civilizador” de justificativas clássicas do colonialismo europeu do século XX. Segundo a comparação evocada nas colunas, Adolf Hitler, durante sua ocupação do território francês, tentou legitimar tal dominação utilizando a retórica de que a Alemanha estaria investindo maciçamente no território, assim como Benito Mussolini utilizou raciocínio semelhante ao reivindicar a ocupação da Etiópia³³⁸. Ao estabelecer esse paralelo, o ponto de vista árabe desqualifica o argumento econômico como fundamento legítimo de soberania, caracterizando-o como um expediente colonial que transforma aportes financeiros em instrumento de dominação política, e não em expressão de um direito nacional autêntico.

Concluindo o raciocínio desenvolvido por Carlos Lacerda na parte final de sua coluna de 16 de outubro de 1947³³⁹, observa-se que o jornalista passa a aderir, ainda que parcialmente, a alguns dos argumentos apresentados pelos representantes árabes. Dentre eles, destaca-se a distinção entre a “questão judaica” e a “questão palestina”³⁴⁰, eixo central de sua leitura crítica da partilha, além de uma de ser contrário a uma responsabilização exclusiva do povo árabe para a resolução de um problema que ele compreende como de ordem internacional, construído historicamente no contexto europeu³⁴¹. Nesse sentido, a imposição de custos territoriais e políticos à população palestina aparece como uma solução assimétrica, que desloca o ônus da crise para um ator que não teria sido seu principal causador.

A partir dessa distinção, o colunista defende, ainda que de forma implícita, a necessidade de uma gestão compartilhada da crise judaica, recusando soluções que convertam a Palestina num espaço exclusivo de reparação histórica³⁴². Diante disso, essa posição não implica, contudo, uma negação absoluta das demandas judaicas, mas sim a crítica a um

³³⁷ Ibid.

³³⁸ Ibid.

³³⁹ LACERDA, Carlos. As razões dos árabes (II). *Correio da Manhã*, Ed. 16243, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 16 Out. 1947

³⁴⁰ Ibid.

³⁴¹ Ibid.

³⁴² Ibid.

arranjo internacional que, ao resolver uma tragédia europeia, produz uma nova situação de injustiça no Oriente Médio, potencializando os riscos de uma guerra que não favoreceria nenhum dos lados. Desse modo, Lacerda se afasta tanto de uma leitura puramente empática do sofrimento judaico quanto de uma defesa irrestrita da soberania árabe, posicionando-se em um terreno intermediário, marcado por forte preocupação com os efeitos geopolíticos e diplomáticos das decisões em curso.

Esse argumento, entretanto, não surge de maneira isolada em sua produção jornalística, já que dialoga com uma linha de reflexão presente em uma coluna anterior, publicada em 29 de agosto de 1947³⁴³, quando Lacerda reproduz integralmente uma carta aberta de um jornalista judeu veiculada na imprensa britânica, no contexto da polêmica envolvendo o navio *Exodus*. Naquela ocasião, o colunista se mostrou sensível às reivindicações judaicas por refúgio e dignidade, publicizando alguns argumentos sionistas³⁴⁴, em voga no contexto jornalístico internacional, mas sua conclusão não se orientou no sentido de defender diretamente a criação de um Estado de Israel, e sim de criticar a política migratória brasileira, denunciando a recusa do governo em acolher de forma mais ampla os judeus deslocados pela guerra³⁴⁵.

Assim, tanto em agosto quanto em outubro de 1947 — ainda que partindo de enquadramentos distintos e, no segundo momento, mais próximo dos argumentos árabes — Lacerda mantém uma crítica consistente ao Itamaraty, sob a liderança de Raul Fernandes, já que, para o colunista, a postura brasileira revela uma contradição moral e política pois, esquivando-se da responsabilidade de receber migrantes judeus, o país participa de debates internacionais que definem o destino de um território alheio. Daí a contundência de sua afirmação de que o Brasil estaria “dividindo a casa alheia apenas por não querer permitir a entrada de judeus”³⁴⁶ em seu próprio território, pois, como sintetiza o autor, “quem não quer receber judeus, precisa dizer para onde eles devem ir”³⁴⁷. Essa formulação evidencia que, no cerne da análise de Lacerda, a questão palestina funciona também como um espelho incômodo das responsabilidades não assumidas pelas nações que participavam da ONU, incluindo o Brasil.

³⁴³ LACERDA, Carlos. “Carta de um pai a um soldado inglês na Palestina” (o ponto de vista judeu por Arthur Koestler). *Correio da Manhã*, Ed. 16202, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 29 Ago. 1947.

³⁴⁴ Ibid.

³⁴⁵ Ibid.

³⁴⁶ LACERDA, Carlos. As razões dos árabes (II). *Correio da Manhã*, Ed. 16243, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 16 Out. 1947

³⁴⁷ LACERDA, Carlos. “Carta de um pai a um soldado inglês na Palestina” (o ponto de vista judeu por Arthur Koestler). *Correio da Manhã*, Ed. 16202, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 29 Ago. 1947.

Cabe, entretanto, situar essa crítica de Carlos Lacerda ao Itamaraty dentro do campo político-ideológico mais amplo no qual o *Correio da Manhã* (RJ) e o próprio colunista estavam inseridos. Tanto o jornal quanto Lacerda mantinham, à época, uma filiação ideológica próxima à União Democrática Nacional (UDN), posicionando-se de forma sistematicamente crítica ao Partido Social Democrático (PSD), legenda governista associada à herança burocrática do Estado Novo getulista e ao controle das estruturas políticas, dentre elas o Ministério das Relações Exteriores. Assim, a censura dirigida à política externa brasileira também deve ser vista como parte de uma disputa interna pelo significado da ação internacional do Brasil no contexto do governo de Eurico Dutra.

Nessa chave, a acusação de que o Brasil estaria “dividindo a casa alheia” para se eximir da responsabilidade de receber refugiados judeus funciona igualmente como um ataque à diplomacia pessedista, percebida por Lacerda como moralmente evasiva, burocrática e politicamente acomodada. Destarte, ao denunciar a recusa brasileira em acolher migrantes, o colunista não apenas questiona a coerência ética da atuação nacional na ONU, mas também constrói uma crítica mais ampla ao Estado varguista e às suas continuidades, apontando para uma política externa que, em sua visão, buscava prestígio internacional sem assumir os custos concretos das decisões tomadas.

Dessa forma, a posição de Lacerda sobre a Palestina articula-se em dois níveis simultâneos: no plano internacional, como reflexão sobre os limites e contradições da partilha e da responsabilização exclusiva do mundo árabe; e, no plano doméstico, como instrumento de oposição política, mobilizado para expor o que ele interpreta como falência moral e estratégica da condução pessedista da diplomacia brasileira. Tal articulação reforça o caráter polifônico do *Correio da Manhã* (RJ), no qual a questão palestina opera não apenas como objeto de análise externa, mas também como terreno privilegiado para a crítica das disputas políticas internas do Brasil da década de 1940.

De maneira semelhante às considerações iniciais de Carlos Lacerda, Miguel Chaloub, colunista eventual do periódico analisado, também interpreta a situação política do chamado “Oriente Próximo” como um espaço potencial de deflagração de “a crise para a futura guerra”³⁴⁸. Todavia, o autor opera uma categorização distinta das problemáticas que circundam a costa leste do mar Mediterrâneo, ao sustentar que ali se articulam três questões centrais: “a) o problema libanês; b) o problema pan-árabe; c) o problema sionista”³⁴⁹, de

³⁴⁸ CHALOUB, Miguel. O Brasil, a ONU e o Oriente Próximo. *Correio da Manhã*, Ed. 16249, p. 04. Rio de Janeiro - RJ, 23 Out. 1947.

³⁴⁹ Ibid.

forma que, para Chaloub, em sua coluna intitulada “O Brasil, a ONU e o Oriente Próximo”³⁵⁰, publicada em 23 de outubro de 1947, a problemática de maior relevância seria precisamente a primeira.

Tal hierarquização decorre de uma leitura idealizada do Líbano, apresentado como a nação “mais culta e a mais civilizada”³⁵¹ da região, bem como a única na qual “os cristãos podem colaborar com seus vizinhos maometanos dentro da concepção verdadeiramente democrática”³⁵², sendo o país, assim, representado como uma exceção virtuosa no Oriente Próximo, e funcionando como uma espécie de enclave civilizacional, dotado de valores políticos e culturais supostamente compatíveis com o Ocidente. Tal idealização silencia tensões internas e apaga a complexidade do mosaico libanês, ao mesmo tempo em que constrói o país como um corpo estranho em relação ao seu entorno regional.

Em contraposição, os países árabes circundantes surgem no texto de Chaloub por meio de uma chave orientalista, sendo descritos como massas homogêneas, movidas por impulsos expansionistas e incapazes de coexistência política plural. Desta forma, a ameaça à soberania libanesa é atribuída a Estados árabes majoritariamente muçulmanos, como a Síria, que, segundo o autor, planejariam sua anexação e assimilação forçada, processo que apenas teria sido contido, historicamente, por intervenções externas, como a de Napoleão III em 1860³⁵³. Assim, a evocação da memória desse episódio não apenas legitima a intervenção estrangeira, como naturaliza a ideia de que a estabilidade regional dependeria, estruturalmente, da tutela internacional.

Nesse enquadramento, o problema pan-árabe e, por extensão, sua relação com a população judaica aparece através de uma clivagem valorativa entre aqueles que estariam mais próximos das concepções ocidentais de democracia, racionalidade política e convivência religiosa, como o caso do Líbano e, de forma implícita, do projeto judaico, e aqueles associados a uma alteridade política e cultural, representada por nações como Síria, Egito e Transjordânia, que contariam, supostamente, com o apoio da Inglaterra, numa tentativa imperialista de manter a manutenção dos seus interesses econômicos na região³⁵⁴.

Tal leitura, ao mesmo tempo crítica e ambígua em relação às potências europeias, combina desconfiança quanto ao imperialismo britânico com a reprodução de estereótipos orientalistas sobre os árabes, e é aprofundada na coluna seguinte de Chaloub, intitulada “A

³⁵⁰ Ibid.

³⁵¹ Ibid.

³⁵² Ibid.

³⁵³ Ibid.

³⁵⁴ Ibid.

influência inglesa no Oriente Próximo”³⁵⁵, publicada em 23 de novembro de 1947. Nesta segunda publicação, o autor apresenta de maneira clara sua concepção de que “o mais acertado seria resolver, junto com o caso sionista, o caso libanês, pois ambos sofrem do mesmo mal na agitada questão do pan-arabismo”³⁵⁶, revelando uma leitura que aproxima dois processos históricos distintos sob um mesmo enquadramento interpretativo.

Portanto, o colunista não apenas desloca o foco da partilha da Palestina para um problema regional mais amplo, como também redefine o pan-arabismo como uma força essencialmente desestabilizadora, responsável por ameaçar tanto a consolidação de um Estado judaico quanto a sobrevivência do Líbano enquanto nação independente. Trata-se, assim, de um movimento analítico que esvazia as reivindicações políticas árabes específicas e as subsume a uma lógica expansionista difusa, apresentada como um “mal” comum, cuja origem estaria menos na herança colonial europeia e mais em uma suposta vocação agressiva do mundo árabe.

Nesse sentido, ganha destaque a denúncia que Chaloub faz da Transjordânia, descrita como um verdadeiro fantoche da Grã-Bretanha no Oriente Próximo, ao questionar a legitimidade política e material desse Estado, caracterizando-o como um território artificial, composto majoritariamente por “beduínos nômades”, sem “nenhuma expressão política ou geográfica”³⁵⁷ e desprovido de recursos suficientes para manter-se autonomamente. Tal cenário contrastaria, na visão do autor, com a existência de um exército de cerca de vinte mil homens, “bem treinados”³⁵⁸, algo que seria explicável apenas pela tutela britânica de seus próprios interesses no Oriente próximo. Essa representação, por um lado, reforça uma visão orientalista que associa populações árabes ao nomadismo, à ausência de organização política e à incapacidade estatal e, por outro, sustenta a ideia de que a Grã-Bretanha manteria, deliberadamente, uma ameaça militar latente na região, operando indiretamente por meio de Estados satélites.

Partindo dessa crítica, Chaloub reserva sua empatia política a atores específicos, considerados mais próximos dos valores liberais e democráticos do Ocidente, fazendo um apelo explícito aos “povos liberais e democráticos das Américas”³⁵⁹ para que apoiem e preservem o Estado libanês, o que revela também uma tentativa de internacionalizar a causa

³⁵⁵ CHALOUB, Miguel. A influência inglesa no Oriente Próximo. *Correio da Manhã*, Ed. 16276 p. 04. Rio de Janeiro - RJ, 23 Nov. 1947.

³⁵⁶ Ibid.

³⁵⁷ Ibid.

³⁵⁸ Ibid.

³⁵⁹ Ibid.

libanesa, deslocando-a do campo regional para o âmbito moral e político do Ocidente atlântico.

Por fim, diante desse quadro de instabilidade estrutural, Chaloub apresenta uma solução que aposta na mediação multilateral, ao defender que a única saída viável para os impasses do Oriente Próximo seria confiar na atuação da Organização das Nações Unidas, como está ocorrendo no caso palestino³⁶⁰. A ONU aparece, em sua argumentação, como instância racional, técnica e legitimada internacionalmente, capaz de conter tanto os impulsos expansionistas atribuídos ao pan-arabismo quanto as manobras das potências imperiais, conservando o que o autor entende como civilização. Essa confiança no organismo internacional evidencia uma concepção de ordem internacional na qual a paz, em localidades politicamente instáveis, dependeria da intervenção reguladora de instituições globais.

Recapitulando de maneira panorâmica o que foi discutido nesta seção percebemos que, ao longo de 1947, a cobertura do *Correio da Manhã* (RJ) sobre a Palestina revela um movimento gradual de complexificação discursiva, marcado por deslocamentos de enfoque, tensões internas e disputas interpretativas que acompanham, em tempo quase real, o agravamento da crise no território sob mandato britânico. Desde as primeiras notícias de janeiro e fevereiro, centradas na tramitação da partilha no âmbito das Nações Unidas, até os editoriais e colunas de opinião do último trimestre, o jornal constrói um campo narrativo atravessado por ambiguidades, no qual convivem empatia humanitária, enquadramentos orientalistas, críticas ao imperialismo e ceticismo profundo quanto à viabilidade de soluções soberanas imediatas.

Nas páginas informativas, especialmente no noticiário internacional que ocupava as capas do periódico, observa-se uma tendência inicial a privilegiar a questão judaica, frequentemente associada ao trauma recente da *Shoah*, à condição dos refugiados e à urgência humanitária da imigração. Esse enquadramento, contudo, ao mesmo tempo em que produzia uma narrativa empática em relação ao sofrimento judaico, invisibilizou ou homogeneizou a presença árabe palestina, que surgia de maneira fragmentada, ora como massa mobilizada, ora como ameaça difusa, frequentemente associada à violência latente. Observou-se que o recurso reiterado a manchetes alarmistas, à ênfase em boatos e à desproporção na apresentação das capacidades militares contribuiu para reforçar uma leitura assimétrica do conflito, mesmo quando o próprio corpo das notícias desmentia tais alarmes.

A partir do anúncio da retirada britânica e do avanço das discussões sobre a partilha, no entanto, o jornal passa a conceder maior visibilidade às organizações árabes e à Liga

³⁶⁰ Ibid.

Árabe, introduzindo novos atores e discursos no noticiário. Ainda assim, essa ampliação não significou, necessariamente, uma superação dos enquadramentos orientalistas, na medida em que as reações árabes foram frequentemente lidas sob a chave do expansionismo, da irracionalidade ou da violência iminente, em contraste com a apresentação mais organizada e racionalizada das estruturas políticas e paramilitares judaicas. Ademais, a tematização do terrorismo, presente especialmente nos atentados atribuídos à Irgun, expôs uma contradição central, pois enquanto a violência judaica era contextualizada como reação política ou estratégia de pressão contra o mandato britânico, a violência árabe tendia a ser apresentada como uma hostilidade difusa e estrutural.

É precisamente nesse contexto que os espaços opiniosos do *Correio da Manhã* (RJ) assumem papel fundamental para a compreensão do periódico enquanto objeto histórico, tendo em vista que os editoriais não assinados e as colunas de Carlos Lacerda e Miguel Chaloub revelam uma polifonia intensa, nos termos propostos por José D'Assunção Barros³⁶¹, na qual diferentes vozes disputam o sentido do conflito palestino dentro de um mesmo jornal. Se os editoriais resistem a uma interpretação de que a causa sionista deve ser traduzida em soberania política e tendem a reconhecer implicitamente os árabes como herdeiros legítimos do processo de independência, as colunas aprofundam leituras geopolíticas distintas, ora céticas em relação às superpotências, ora marcadamente atravessadas por estereótipos orientalistas.

Carlos Lacerda, em particular, constrói uma análise que, embora critique o sionismo político e a partilha da Palestina, reconhece a legitimidade da questão judaica como problema mundial, ao mesmo tempo em que rejeita a responsabilização exclusiva do povo árabe por sua solução. Além disso, sua crítica ao Itamaraty, à política migratória brasileira e às grandes potências inscreve-se também no campo das disputas ideológicas internas do período, revelando como o debate sobre a Palestina funcionou como espaço privilegiado para a crítica à política externa herdeira da ditadura de Vargas e à atuação governista do PSD. Já Miguel Chaloub, ao idealizar o Líbano como enclave democrático e civilizado em meio ao mundo árabe, reforça leituras hierarquizantes do Oriente Próximo, nas quais a autodeterminação aparece condicionada à proximidade com valores ocidentais.

Dessa forma, o que se observa ao final de 1947 não é a consolidação de uma narrativa coesa sobre a Palestina, mas a exposição de um campo discursivo em disputa, no qual, às vésperas de uma guerra, convivem humanitarismo seletivo, orientalismo persistente, críticas ao colonialismo e confiança, muitas vezes resignada, na mediação internacional da ONU. O

³⁶¹ BARROS, José D'Assunção. *O Jornal como Fonte Histórica*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

Correio da Manhã (RJ), longe de oferecer uma leitura unívoca do processo que culminaria na criação do Estado de Israel, revela-se um espaço privilegiado para observar as tensões, os limites e as contradições da imprensa brasileira diante de um conflito que, embora geograficamente distante, era percebido como central para a ordem internacional do pós-guerra.

Assim, a análise do ano de 1947 permite compreender não apenas como a questão palestina foi narrada, mas também como a imprensa brasileira produziu sentidos sobre soberania, violência, refúgio e autodeterminação em um mundo marcado pela herança do colonialismo e pelos rearranjos geopolíticos do pós-Segunda Guerra Mundial. O capítulo, portanto, não encerra o debate, mas prepara o terreno para compreender os desdobramentos posteriores do conflito e a forma como esses continuariam a ser mediadas, disputadas e reinterpretadas no espaço público brasileiro.

4 “GUERREIAM FALANDO EM TRÉGUA”³⁶²

Em mensagem dirigida ao corpo diplomático acreditado junto ao Vaticano, o Papa Pio XII declarou que “agora, mais do que nunca, os homens livres e de visão clara em toda a parte estavam convencidos da indivisibilidade da paz” — anunciou o rádio do Vaticano. [...] “Com toda a energia de nossa fé, recusamo-nos a figurar entre aqueles que acreditam que este Novo Ano será incluído entre os mais calamitosos da História.”³⁶³

No último dia de 1947, o Papa Pio XII fez ouvir sua voz por meio da Rádio Vaticano, dirigindo-se ao corpo diplomático acreditado junto à Santa Sé, para dizer-lhe que “agora, mais do que nunca, os homens livres e de visão clara em toda a parte estavam convencidos da indivisibilidade da paz”, e expressou a expectativa de que o ano vindouro não seria “incluído entre os mais calamitosos da História”³⁶⁴. Tal pronunciamento foi publicado na edição de 1º de janeiro de 1948 do *Correio da Manhã* (RJ), apresentando-se como uma mensagem de esperança e conciliação diante de um cenário internacional ainda marcado pelas incertezas do pós-Segunda Guerra Mundial e da nova acomodação de poderes que surgia.

Entretanto, o tom otimista da bênção papal contrastava de maneira significativa com os acontecimentos que se desenrolavam simultaneamente na Palestina, como pode-se observar na edição do dia anterior, 31 de dezembro de 1947, na qual o mesmo periódico noticiava a retomada de ataques terroristas cada vez mais violentos na região, em uma matéria intitulada “Morticínio na Palestina”³⁶⁵. A notícia repercutiu ações e retaliações atribuídas tanto a judeus quanto a árabes, descrevendo uma sucessão de mortes, beirando uma centena de vítimas, que evidenciaram o agravamento do conflito no território ainda sob a vigência do Mandato britânico.

O episódio noticiado na véspera de ano novo não se configurava como um caso isolado, mas como um prenúncio do que se seguiria nas semanas subsequentes, de modo que Janeiro de 1948 inaugurava-se, assim, sob um clima de violência generalizada, marcado por atentados contra espaços públicos, elevado número de vítimas e pela consolidação de um

³⁶² O título faz referência a uma notícia publicada no *Correio da Manhã* em 04 de junho de 1948, que sintetiza uma parte da dinâmica observada na Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948-1949), de manutenção do conflito ao mesmo tempo em que se discutem os acordos de cessar-fogo. Cf. GUERREIAM falando em trégua. *Correio da Manhã*, Ed. 16935, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 04 Jun. 1948.

³⁶³ Epígrafe retirada da notícia “A paz mundial será conseguida”, que retrata a bênção concedida pelo Papa Pio XII aos diplomatas vinculados ao Vaticano. Cf. A PAZ mundial será conseguida. *Correio da Manhã*, Ed. 16308, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 01 Jan. 1948.

³⁶⁴ Ibid.

³⁶⁵ Cf. MORTICÍNIO na Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16307, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 31 Dez. 1947.

ambiente de guerra aberta antes mesmo da retirada formal da Grã-Bretanha. Nesse sentido, o mês que se iniciava após a otimista intervenção papal seria um dos mais violentos do período anterior à primeira guerra árabe-israelense (1948-1949), configurando um grau de tensão comparável apenas àquele observado após a saída definitiva dos britânicos, em maio do mesmo ano.

Ainda na edição de 1º de janeiro, uma notícia publicada no verso do *Correio da Manhã* (RJ) fez coro com o morticínio noticiado no dia anterior e acentuou o contraste com a mensagem de paz expressa por Pio XII na capa do jornal. A matéria detalha um atentado terrorista, realizado por meio de bombas de fabricação caseira, promovido pelo grupo *Irgun* contra uma refinaria de petróleo localizada em Haifa, e direcionado a uma fila de operários árabes — entre os quais sete morreram no local, enquanto outros ficaram gravemente feridos.

Segundo a narrativa do periódico, os sobreviventes, descritos como “enraivecidos”³⁶⁶, teriam jurado vingança e passado a perseguir o veículo utilizado pelos membros do *Irgun*, armados com “paus, canos, facas e pás”³⁶⁷, até localizarem seus refúgios em uma área próxima. O confronto que se seguiu é descrito como uma hora de pancadaria “apavorante”, interrompida apenas com a intervenção da 6ª Divisão de Paraquedistas ingleses, responsável por restaurar a ordem e “dominar a situação”³⁶⁸.

A escolha vocabular mobilizada pela reportagem não é por acaso, pois, ao destacar reiteradamente termos associados à fúria, à retaliação e à vingança, o *Correio da Manhã* (RJ) inaugura um léxico que se tornaria cada vez mais recorrente ao longo de 1948, contribuindo para a construção de uma narrativa na qual a violência passa a ser compreendida como um ciclo de represálias sucessivas, mais do que como resultado de disputas políticas e estruturais mais amplas.

Do mesmo modo, chama atenção a menção, ainda inédita nesse momento, à prática de uma violência mais ampla por parte de grupos árabes, já que, até então, tais grupos vinham sendo representados pelo periódico como organizados de maneira relativamente ordeira, frequentemente associados a ações defensivas, greves ou protestos. A partir desse episódio, contudo, passam a ser descritos como aderindo a formas de violência qualificadas pelo jornal como movimentos de barbárie, aproximando-os discursivamente das táticas até então atribuídas quase exclusivamente aos grupos judaicos armados.

³⁶⁶ ATENTADO de terroristas judeus contra uma refinaria. *Correio da Manhã*, Ed. 16308, p. 16, verso. Rio de Janeiro - RJ, 01 Jan. 1948.

³⁶⁷ Ibid.

³⁶⁸ Ibid.

Essa nova inserção discursiva não sugere apenas uma possível alteração no padrão da violência em curso, mas indica, sobretudo, uma redefinição das categorias interpretativas mobilizadas pela imprensa para apreender o conflito palestino naquele limiar de guerra aberta. Ao deslocar os árabes do lugar de atores predominantemente reativos para o de agentes ativos da violência, o *Correio da Manhã* (RJ) contribui para a construção de uma leitura ainda mais hierarquizada do conflito, sob o ponto de vista moral, na medida em que a violência judaica tende a não ser submetida a uma lente punitivista com a mesma intensidade que a violência árabe.

Observando-se a notícia do atentado de maneira mais detalhada, por exemplo, torna-se evidente a assimetria narrativa empregada pelo jornal que, ao longo de vários parágrafos, descreve-se de forma minuciosa e enfática a pancadaria promovida por árabes contra judeus, enquanto o atentado cometido pelo *Irgun*, ato inaugural da sequência de violência, é apresentado de maneira breve e quase lateral, concentrado nas primeiras linhas da matéria. Essa escolha de ênfase não pode ser vista como neutra e orienta a leitura do episódio, deslocando o foco do ato terrorista para a reação violenta que lhe sucede.

Dessa forma, ainda que tal construção possa, à primeira vista, sugerir uma narrativa de simetria de forças no conflito — no qual os árabes teriam uma real capacidade de enfrentamento diante da violência judaica, especialmente devido à sua vantagem numérica³⁶⁹ — o efeito produzido é o de uma intensificação da assimetria moral. Isso porque a violência judaica permanece, no enquadramento do periódico, amparada por uma justificativa histórica maior, isso é, a memória da *Shoah*, que funciona como elemento legitimador de seus ataques, ao passo que a violência árabe é narrada desprovida de atenuantes, sendo associada à fúria, à vingança e à barbárie.

Uma outra virada importante no jogo de representações ocorre alguns dias depois, em 4 de janeiro de 1948, quando é publicado o primeiro editorial do *Correio da Manhã* (RJ) sobre a questão palestina no novo ano. Intitulado “Judeus e árabes”³⁷⁰, o texto opinioso estabelece, logo em seu parágrafo inicial, uma chave interpretativa central para a leitura das representações do conflito a partir de janeiro, ao afirmar que o antagonismo na Palestina se estrutura na oposição entre o “espírito nacional do israelita” e o “espírito religioso do árabe”³⁷¹. Tal formulação recorre a um repertório claramente orientalista, hierarquizando os

³⁶⁹ Ibid.

³⁷⁰ JUDEUS e árabes. *Correio da Manhã*, Ed. 16310, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 01 Jan. 1948.

³⁷¹ Ibid.

sujeitos envolvidos ao sugerir que os árabes não seriam dotados de um verdadeiro sentimento nacional, pois neles “explode um bárbaro sentimento religioso que se nutre de sangue”³⁷².

Esse enquadramento pode ser lido como a marca de uma inflexão significativa em relação aos editoriais publicados no último trimestre de 1947, que vinham demonstrando maior disposição para compreender os argumentos e as demandas das populações árabes. No primeiro editorial de janeiro sobre o tema, observa-se uma mudança clara de tom, na qual os judeus passam a ser apresentados como portadores de sólidos e elevados laços de “solidariedade nacional”, enquanto os árabes são reduzidos a uma coletividade movida pela fúria religiosa e pelo fanatismo³⁷³.

Tal contraste é reforçado por meio de uma estratégia comparativa que exalta figuras consagradas de ascendência judaica, apresentadas como expressão máxima desse espírito nacional e civilizatório, enumerando nomes como “Einstein, Heine, Marx (até certo ponto), Disraeli, Lombroso, Spinoza” e “Freud”, que funcionam aqui enquanto evidência da contribuição judaica à ciência, à filosofia e à cultura ocidental. Em oposição, os árabes são retratados como sujeitos cuja fé se apoia na noção de “guerra santa” e no lema de “morte aos infiéis!”, orientados pela crença em um paraíso “material”, que “promete gozo a quem sucumbir” em batalha³⁷⁴.

O resultado é uma argumentação que simplifica e empobrece a complexidade histórica, social e política do mundo árabe, ao mesmo tempo em que constrói uma imagem idealizada e homogênea dos judeus. Tal operação discursiva reforça estereótipos e assimetrias, deslocando o debate da arena política e histórica para uma oposição moral e civilizacional, na qual os árabes aparecem desqualificados enquanto sujeitos legítimos de reivindicação nacional.

Em contrapartida à simplificação analítica presente no editorial acima, a cobertura informativa que atravessa o mês de janeiro empenha-se em ampliar a complexidade e a densidade descritiva dos sucessivos ataques que proliferaram-se na Palestina. Ao fazê-lo, o noticiário contribui para uma lenta, porém perceptível, complexificação da paisagem política da região, sobretudo por meio de menções mais detalhadas às pluralidades internas dos grupos genericamente enquadrados como “judeus” e “árabes” na maior parte das manchetes.

A título de exemplo, selecionamos as notícias publicadas nos dias 8, 10, 20 e 29 de janeiro, que permitem observar algumas transformações relevantes neste enquadramento,

³⁷² Ibid.

³⁷³ Ibid.

³⁷⁴ Ibid.

especialmente no modo como o periódico passa a diferenciar atores, estratégias e responsabilidades no interior de cada um desses grupos, tensionando leituras homogêneas do conflito, sem perder de vista algumas construções discursivas já pavimentadas no ano de 1947.

Dessa forma, em 8 de janeiro de 1948, o *Correio da Manhã* (RJ) repercute a manchete intitulada “Lançaram uma bomba sobre a multidão árabe”³⁷⁵, referente a um atentado ocorrido em um portão da cidade de Jaffa e atribuído ao grupo *Irgun*. O episódio guarda semelhanças com aquele noticiado na edição de 1º de janeiro³⁷⁶, tanto pelo caráter indiscriminado da violência, direcionada a um espaço público com grande concentração de civis árabes, quanto pela dinâmica posterior ao ataque, marcada pela perseguição popular aos responsáveis e pela atuação direta das forças britânicas, que, neste caso, executaram os terroristas antes mesmo de efetuar prisões.

Um primeiro aspecto relevante para a análise da notícia diz respeito à discussão em torno da autoria do ataque, cujas suspeitas rondavam em torno da Haganá, milícia ligada à Agência Judaica, órgão que estaria colaborando com as autoridades britânicas desde novembro de 1947, após a votação positiva pela partilha da Palestina. Entretanto, o grupo *Irgun* reivindicou integralmente a autoria do atentado, distanciando-se, em aparência, da Haganá, já que a mesma só estaria autorizada a agir em ações defensivas, como desejavam os setores judaicos mais moderados.

Embora tal distinção seja conhecida pela historiografia como, em grande medida, estratégica e meramente discursiva, uma vez que estudos como os de Rogan (2021)³⁷⁷ e Filiu (2023)³⁷⁸ demonstram a atuação coordenada entre Haganá, *Irgun* e Stern/Lehi no processo de consolidação do Estado de Israel, chama atenção a preocupação do periódico em tentar demarcar essas fronteiras, o que já havia ocorrido pontualmente em 1947, mas aqui retomado, sugerindo uma preocupação em complexificar o quadro analítico do conflito em gestação.

Situação semelhante de diferenciação pode ser observada na notícia do dia 29 de janeiro, intitulada “Tentaram sequestrar o chefe de polícia judeu de Tel Aviv”³⁷⁹, na qual o acontecimento central refere-se a uma operação conduzida pelo grupo Stern/Lehi contra

³⁷⁵ LANÇARAM uma bomba sobre a multidão árabe. *Correio da Manhã*, Ed. 16313, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 08 Jan. 1948.

³⁷⁶ ATENTADO de terroristas judeus contra uma refinaria. *Correio da Manhã*, Ed. 16308, p. 16, verso. Rio de Janeiro - RJ, 01 Jan. 1948.

³⁷⁷ ROGAN, Eugene. *Os árabes, uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

³⁷⁸ FILIU, Jean-Pierre. *Uma História Secular do Oriente Médio: do ano 395 aos nossos dias*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

³⁷⁹ TENTARAM sequestrar o chefe de polícia judeu de Tel Aviv. *Correio da Manhã*, Ed. 16331, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 29 Jan. 1948.

Shlomo Rozestein, então responsável pelo controle da segurança da zona litorânea de Tel Aviv. A matéria contextualiza que Rozestein assumira tal função após a retirada britânica do controle direto da cidade, que já contava, naquele momento, com um prefeito judeu³⁸⁰, indicando o avanço de estruturas administrativas próprias e a consolidação de formas de governança local no espaço urbano sob influência do *Yishuv*.

Segundo o informe, o grupo Stern/Lehi justificou a tentativa de sequestro pela suspeita de que Rozestein estaria colaborando com as autoridades britânicas remanescentes, leitura que revela a radicalização de determinados setores judaicos frente a qualquer mediação ou herança institucional do Mandato. A ação, contudo, foi frustrada pela intervenção direta de vizinhos do chefe de polícia³⁸¹, que se envolveram na situação e impediram a execução do plano, elemento que acrescenta complexidade à narrativa ao introduzir atores civis judaicos que não se alinham automaticamente às ações das organizações paramilitares.

A narrativa do episódio, guardando semelhanças com a do dia 08 de janeiro, contribui para deslocar a imagem homogênea frequentemente atribuída ao campo judaico, neste caso, isso ocorre mediante a evidência de um conflito intra-judaico envolvendo milícia, polícia e população civil, que expôs tensões políticas, divergências estratégicas e disputas em torno da colaboração, da segurança e da legitimidade do uso da violência. Dessa forma, o *Correio da Manhã* (RJ) inscreve uma leitura mais fragmentada do universo judaico, contrastando com o enquadramento mais generalizante que costuma empregar em relação às populações árabes no mesmo período.

Voltando à notícia do dia 8 de janeiro³⁸², podemos situar que esse esforço de diferenciação entre organizações judaicas dialoga com um segundo movimento de aprofundamento contextual perceptível na cobertura, ligado ao aspecto geográfico do conflito, isto é, a crescente precisão espacial empregada pelo jornal na descrição dos acontecimentos. Ao longo da mesma notícia, que inclui menções menores a ataques árabes em aldeias judaicas, multiplicam-se as referências a localidades específicas, que deixam de ser tratadas de modo genérico para ganhar nome e contorno próprios.

Assim, os episódios de violência são situados na “porta de Jaffa”, em “Nagheb”, no “bairro judeu, sitiado no interior da velha Jerusalém”, em “Ramat Gran, subúrbio de Tel Aviv”, “no bairro árabe Sheik el Jarrah”, “na estrada do hospital judeu Hadassah”, na

³⁸⁰ Ibid.

³⁸¹ Ibid.

³⁸² LANÇARAM uma bomba sobre a multidão árabe. *Correio da Manhã*, Ed. 16313, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 08 Jan. 1948.

“Universidade Hebraica”, ou ainda no “cemitério de Mammilla”³⁸³. Esse detalhamento geográfico contribui para construir uma cartografia do conflito, constituindo um repertório sobre a territorialidade noticiada para o leitor do periódico, e rompendo com interpretações na qual a violência aparece concentrada em poucos focos isolados, revelando sua disseminação em múltiplas localidades.

Ao mesmo tempo que essa nomeação minuciosa dos espaços confere maior densidade informativa ao noticiário, sugerindo um esforço de precisão e de acompanhamento mais atento da situação local, percebe-se também a construção imaginária de um território fragmentado e permanentemente tensionado, no qual bairros, estradas e cidades tornam-se cenários recorrentes de embates, cercos e atentados. Ainda que os ataques atribuídos a grupos árabes apareçam de forma minoritária nesta matéria, sua inserção nesse mosaico espacial contribui para a construção de uma ideia de conflito generalizado, no qual a violência deixa de ser episódica para assumir contornos quase cotidianos.

Por fim, um último aspecto que chama a atenção, e que volta a se repetir ao longo deste mês em outras notícias, é a contabilidade sistemática do número de vítimas, como observa-se na matéria analisa, quando o jornal informa que, “com a explosão de hoje e outros atos de violência, eleva-se a 618 o número de mortos desde que foi aprovada a partilha da Palestina pela ONU, a 29 de novembro”³⁸⁴. Esse tipo de enunciado opera como uma síntese estatística da escalada do conflito, funcionando não apenas como registro informativo, mas também como marcador temporal que fixa a resolução da ONU como ponto de inflexão a partir do qual a violência passa a ser narrada de forma cumulativa e progressiva.

A recorrência dessa contabilidade produz um efeito de normalização da morte, na medida em que os óbitos deixam de ser apresentados apenas como eventos singulares para integrar uma série contínua, constantemente atualizada. Ao veicular a reprodução do número total de vítimas, o *Correio da Manhã* (RJ) contribui para a construção de uma percepção de agravamento constante da situação, reforçando a ideia de que a Palestina se encontrava em um processo irreversível de deterioração e de disputa, no qual cada novo atentado ou confronto apenas incrementava um saldo já alarmante, encaminhando-se para uma guerra civil sem precedentes na região, mesmo antes de sua declaração formal.

Além disso, ao eleger a aprovação da partilha como marco inaugural dessa contabilidade, o periódico atribui à decisão internacional um peso causal indireto na intensificação da violência, como várias notícias anteriormente anunciavam que assim seria,

³⁸³ Ibid.

³⁸⁴ Ibid.

em razão da revolta da população árabe. Ainda que não formule uma crítica explícita à ONU ou à Grã-Bretanha, nesse momento, a escolha do recorte temporal sugere que a resolução de 29 de novembro teria desestabilizado de forma definitiva os frágeis equilíbrios existentes sob o Mandato britânico. Assim, a soma dos mortos funciona também como um índice do fracasso das soluções diplomáticas até então adotadas, tensionando o discurso internacionalista que sustentava a partilha como caminho para a paz.

Tendo isso em vista, a edição do *Correio da Manhã* (RJ) do dia 10 de janeiro apresenta a outra face do conflito, ao estampar em sua capa a grande manchete “Comandos árabes invadem a Palestina”³⁸⁵, um informe que dedica-se a repercutir os ataques iniciados a partir da Síria e do Líbano, dirigidos contra colônias judaicas situadas na fronteira norte do território palestino, deslocando momentaneamente o foco da violência urbana e dos atentados para ações de caráter transfronteiriço.

Na construção narrativa do acontecimento, observa-se uma preocupação em diferenciar os confrontos ocorridos ao longo das fronteiras síria e libanesa, tratando-os como frentes distintas de um mesmo movimento, com apoios estatais individuais que, embora apresentados separadamente, agiram de maneira coordenada, envolvendo cerca de duas mil tropas árabes voluntárias, em sua maioria de origem na diáspora palestina promovida pela Grã-Bretanha após a Grande Revolta Árabe de 1936-1939³⁸⁶. Tal ênfase não é trivial, pois o jornal faz questão de assinalar que não se tratava de uma ofensiva conduzida pelos exércitos regulares desses países, mas de uma mobilização paralela, composta por combatentes irregulares, com leniência territorial e/ou apoio logístico, apenas, de modo que não trata-se de uma invasão interestatal.

Esse ponto é particularmente relevante, uma vez que evidencia a fragilidade estrutural dessas primeiras incursões armadas árabes, com seu tom voluntarista e sua carência de armas, que não eram cedidas pelos países árabes vizinhos à Palestina, com receio de desfalcas seus exércitos oficiais. Como aponta Eugene Rogan (2021)³⁸⁷, de maneira crítica à essa posição, a ausência de envolvimento direto dos exércitos nacionais da Síria, da Transjordânia, do Egito e do Líbano foi um dos fatores centrais para o fracasso dessas operações iniciais, marcadas pela desorganização, pela precariedade logística e pela limitação de recursos militares. Ainda que o jornal não explicita essa avaliação crítica, a forma como apresenta os combatentes como voluntários já sugere uma assimetria em relação às forças judaicas mais bem estruturadas e

³⁸⁵ COMANDOS árabes invadem a Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16315, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 10 Jan. 1948.

³⁸⁶ Ibid.

³⁸⁷ ROGAN, Eugene. *Os árabes, uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

que, neste informe, contaram com apoio das tropas oficiais britânicas para a ação defensiva, “que lutaram ombro a ombro com forças da Haganá”³⁸⁸.

Os combatentes ex-exilados aparecem reunidos sob a liderança de “Fawzi Kaoukdji” (Fawzi al-Qawuqji), figura já conhecida da resistência árabe e um dos principais nomes associados à tentativa de revolução da década anterior, e que agora estava no comando do Exército Árabe de Libertação³⁸⁹. Ao recuperar essa trajetória, o jornal estabelece uma linha de continuidade entre as lutas anticoloniais do período do Mandato britânico e a nova fase de violência desencadeada após a aprovação da partilha, reforçando a percepção de que o conflito de 1948 não emerge de forma abrupta, mas como desdobramento de disputas mais antigas.

A construção desse clima de tensão cotidiana amplia-se com o informe repercutido no dia 20 de janeiro, intitulado “A batalha das armas: dois mercados negros na Palestina”³⁹⁰, que dá detalhes sobre uma rede de fornecimento bélico clandestino para os dois fronts de batalha, revelando um caráter que supera a problemática local e apresenta a dimensão regional e até internacional do conflito, ao expor agentes no Oriente Médio e potências interessadas que se encontram relacionadas direta ou indiretamente nessa rede de abastecimento, como se observa no trecho abaixo:

Árabes e judeus travam a ‘batalha das armas’. Chegam carregamentos por terra, mar e ar para as duas facções. Há dois ‘mercados negros’, um árabe e outro judeu. Os israelitas pagam mais, indo até 28 cents por bala de fuzil; os árabes só querem dispendir 7 cents pela mesma. A metralhadora portátil consegue só 38 libras no mercado árabe; os judeus chegam a pagar 180 libras. Mas observadores neutros opinam que os árabes estão em pé de igualdade com os judeus, podendo excedê-los em equipamento antes mesmo da retirada britânica. Corre que a Agência Judaica comprou recentemente 21 aparelhos do Exército britânico, com oferta muito superior à dos árabes. As armas dos judeus vêm, em parte, dos EE. UU., e as dos árabes de procedência principalmente britânica, germânica ou russa. As armas germânicas provêm do contrabando no Egito, onde há grandes depósitos dos Afrika Korps [...]. Os judeus fazem metralhadoras leves nas fábricas secretas da Haganá, onde a unidade sai a 40 libras; também fabricam morteiros de 2 e 3 polegadas, além de granadas de mão.³⁹¹

A primeira inflexão importante dessa notícia, como antecipado, reside na ampliação da escala interpretativa do conflito, que ocorre devido ao deslocamento do foco dos atentados

³⁸⁸ Ibid.

³⁸⁹ Ibid.

³⁹⁰ A BATALHA das armas: dois mercados negros na Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16323, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 20 Jan. 1948.

³⁹¹ Ibid.

pontuais para a chamada “batalha das armas”, de maneira que o *Correio da Manhã* (RJ) passa a enquadrar a violência não apenas como resultado de impulsos locais ou religiosos, mas como produto de redes estruturadas de abastecimento militar, atravessadas por interesses regionais e internacionais. O conflito palestino deixa, assim, de ser apresentado exclusivamente como um embate comunitário, étnico ou religioso para assumir contornos de uma guerra em formação, tecnicamente preparada e logisticamente sustentada.

Nesse sentido, a noção de “dois mercados negros”³⁹² é particularmente reveladora, pois, na medida em que a notícia reconhece explicitamente a existência de circuitos clandestinos paralelos, essa informação passa a funcionar, narrativamente, enquanto a construção simbólica de uma simetria operacional entre as partes, ainda que esta seja relativizada pelos próprios dados apresentados. Assim, a comparação sistemática de preços, armamentos e rotas de fornecimento sugere uma tentativa de objetivação econômica do conflito, como se a capacidade bélica pudesse ser mensurada quase contabilmente, deslocando o debate do campo moral para o campo técnico, com informações que dificilmente são precisas sobre as reais capacidades e valores dessas redes.

Entretanto, essa aparente neutralidade é tensionada pela ênfase reiterada na superioridade financeira e industrial judaica, presentes na informação de que “os israelitas pagam mais”, aliada à menção às fábricas secretas da Haganá e à compra direta de equipamentos do Exército britânico³⁹³, o que reforça a imagem de um preparo para a guerra moderno, organizado e tecnologicamente avançado. Em contraste, embora os árabes sejam descritos como potencialmente capazes de “exceder” os judeus em equipamento, sua dependência de armas provenientes de contrabando, sobretudo de estoques remanescentes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945)³⁹⁴, sugere um caráter mais improvisado e reativo de sua militarização.

Por fim, a origem internacional das armas introduz um elemento crucial para a compreensão do conflito neste momento liminar, pois, ao apontar que os judeus se abastecem, em parte, nos Estados Unidos, enquanto os árabes recorrem a fornecedores britânicos, germânicos e russos, o informe reinscreve a Palestina no tabuleiro geopolítico do pós-guerra, no qual antigas e novas potências disputam influência indireta. Assim, o jornal contribui para consolidar a leitura de que a guerra que se avizinha não seria apenas local, mas

³⁹² Ibid.

³⁹³ Ibid.

³⁹⁴ Ibid.

profundamente imbricada nas dinâmicas globais de seu contexto imediato, em latente reconfiguração internacional.

Ao longo do mês de janeiro, prossegue também o interesse do jornal em mobilizar suas colunas de opinião debatendo a questão Palestina, à medida que o conflito se aprofunda e ganha contornos cada vez mais violentos. Nesse contexto, destaca-se a atuação de Carlos Lacerda, que retoma e aprofunda reflexões já esboçadas no ano anterior, evidenciando uma leitura própria acerca do papel da diplomacia brasileira e de sua inserção na problemática da Terra Santa. Em especial, em sua coluna publicada no dia 16 de janeiro de 1948, intitulada “os bombeiros incendiários”³⁹⁵, o jornalista constrói uma narrativa de caráter pedagógico, por meio da qual busca disputar abertamente os posicionamentos políticos tanto do então chanceler Raul Fernandes quanto dos leitores da Tribuna da Imprensa, espaço que assinava no *Correio da Manhã* (RJ).

Lacerda inicia seu texto recuperando sua posição original segundo a qual “o Brasil deveria abster-se de participar das decisões sobre a partilha da Palestina”³⁹⁶, reconhecendo, contudo, que tal postura não foi adotada em novembro de 1947, quando Oswaldo Aranha votou favoravelmente à proposta na ONU. Diante do agravamento da situação no início de 1948, o colunista passa a defender uma estratégia de contenção de danos, argumentando que “ainda está em tempo de contribuir para que a partilha não se efetue, negando-se a colaborar nas medidas indispensáveis à sua consumação”³⁹⁷. Nesse sentido, afirma ainda que “a um homem perspicaz e lúcido como o Sr. Raul Fernandes, essa conduta se impõe pela própria análise dos fatos, desde que exista no país uma opinião pública informada e vigilante”³⁹⁸.

Tal formulação revela-se estratégica, na medida em que reconhece publicamente as qualidades intelectuais e políticas do chanceler brasileiro, ao mesmo tempo em que as subordina à existência prévia de uma opinião pública ativa, esclarecida e capaz de resistir à desinformação. Ao fazê-lo, Lacerda posiciona-se como um mediador privilegiado entre os fatos internacionais e o debate doméstico, apresentando-se como aquele que poderia fornecer ao público e, por extensão, ao próprio ministro os elementos necessários para uma análise correta e desapaixionada da conjuntura, possibilitando ao Brasil a consolidação de uma atuação que o jornalista considera justa e responsável no cenário internacional.

³⁹⁵ LACERDA, Carlos. Os bombeiros incendiários. *Correio da Manhã*, Ed. 16320, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 16 Jan. 1948.

³⁹⁶ Ibid.

³⁹⁷ Ibid.

³⁹⁸ Ibid.

Contudo, o colunista alerta para os obstáculos que se interpõem a esse ideal, sustentando que, no Brasil, a opinião pública sobre a Palestina “tem sido desviada, mais ou menos sistematicamente da realidade dos fatos”³⁹⁹ por um verdadeiro “colosso de propaganda”. Segundo Lacerda, esse aparato seria capaz de mobilizar

cinema, rádio, imprensa, etc., para constranger primeiro os judeus a silenciar sobre os seus verdadeiros interesses, em benefício da tese do sionismo político, e em seguida, aproveitando o próprio martírio dos judeus sob o nazismo, expor esse capital político-sentimental, em benefício da opressão sionista sobre os árabes da Palestina.⁴⁰⁰

Ao empregar esse argumento, Lacerda não apenas desloca o debate da esfera estritamente diplomática para o campo da disputa simbólica e informacional, como também opera uma deslegitimação explícita do sionismo enquanto movimento nacionalista, especialmente ao caracterizá-lo como um projeto sustentado por um “colosso de propaganda”, recusando-lhe o estatuto de causa política autêntica. Nesse enquadramento, o sionismo deixa de figurar como expressão legítima de autodeterminação nacional e passa a ser descrito como uma estratégia de poder que se vale de meios extra-políticos para impor seus objetivos.

Mais ainda, ao afirmar que essa engrenagem propagandística se apoia no “próprio martírio dos judeus sob o nazismo”⁴⁰¹, o jornalista denuncia aquilo que compreende como uma apropriação indevida da memória da *Shoah*, pois o sofrimento histórico dos judeus europeus, longe de ser reconhecido em sua singularidade trágica, seria, nessa leitura, convertido em capital político-sentimental, mobilizado para silenciar dissensos internos e legitimar a “opressão sionista sobre os árabes da Palestina”⁴⁰². Trata-se, portanto, de uma crítica que não nega o horror do genocídio, mas que questiona frontalmente sua instrumentalização como fundamento moral para a prática de uma nova forma de violência.

Dessa maneira, a coluna constrói uma denúncia moral intrigante, ao verbalizar que uma violência histórica extrema estaria sendo mobilizada retoricamente para justificar outra, agora dirigida contra os árabes palestinos, como observamos nas palavras de Lacerda: “no caso da Palestina, quem está perseguindo é o judeu. Ou melhor, em nome do judeu, são os senhores dos judeus”⁴⁰³. Ao sustentar uma posição tão particular, o colunista insere o debate brasileiro em uma chave interpretativa que recusa leituras redentoras do sionismo e antecipa o

³⁹⁹ Ibid.

⁴⁰⁰ Ibid.

⁴⁰¹ Ibid.

⁴⁰² Ibid.

⁴⁰³ Ibid.

conflito entre memória, legitimidade política e violência colonial, um dos eixos mais sensíveis da controvérsia internacional Palestina. Esse enquadramento não apenas tensiona a narrativa dominante à época, como também evidencia o papel central da imprensa como arena de disputa sobre os sentidos legítimos da história, da vítima e do agressor no conflito palestino-israelense.

Lacerda prossegue sua coluna com uma longa argumentação de base histórica destinada a fragilizar a reivindicação sionista de ancestralidade e de vínculo legítimo com a Terra Santa, de modo que, para o colunista, a relação dos judeus com a Palestina não poderia ser mobilizada como fundamento político contemporâneo, uma vez que se trataria de uma conexão histórica remota, descontínua e, sobretudo, incapaz de sustentar direitos territoriais no presente⁴⁰⁴. Ao recorrer a esse tipo de raciocínio, o jornalista adota uma concepção historicista que privilegia a permanência demográfica, a ocupação contínua e a vida social concreta como critérios de legitimidade política, o que o leva a rejeitar a ideia de que memórias bíblicas ou vínculos ancestrais pudessem se sobrepor à realidade histórica dos povos árabes que habitavam a região.

Essa posição permite a Lacerda reforçar sua crítica ao sionismo como um nacionalismo artificial, construído retrospectivamente a partir de uma leitura seletiva da história, que converteria tradição religiosa em argumento político, pois, ao dissociar ancestralidade de soberania, um dos pilares centrais do discurso sionista é tensionado, ao mesmo tempo em que sua interpretação apresenta-se ao leitor como a defesa de uma visão racional e secular do conflito, oposta ao que entende como mistificação histórica e emocional do debate internacional.

Ao retomar a opinião pública e o contexto brasileiros, sua crítica ganha contornos pedagógicos explícitos quando o colunista afirma que “vemos muita gente ‘torcer’ pelos judeus”⁴⁰⁵ não por análise informada da situação palestina, mas por desinformação ou por empatia decorrente do trauma recente da *Shoah*. Aqui, Lacerda sugere que a adesão emocional à causa sionista no Brasil não se ancora em uma compreensão efetiva do conflito, mas em um sentimento de solidariedade deslocado, que confundiria a justa condenação do genocídio nazista com o apoio automático a um projeto político específico, relacionando implicitamente que essa orientação da opinião pública influencie os posicionamentos de políticos e diplomatas.

⁴⁰⁴ Ibid.

⁴⁰⁵ Ibid.

Além disso, a crítica culmina em uma leitura abertamente geopolítica do conflito, quando Lacerda questiona “por que a Rússia e os Estados Unidos, que não se entendem em coisa alguma, haviam de se entender precisamente numa questão que arrisca atear fogo ao mundo?”⁴⁰⁶. A resposta oferecida pelo próprio colunista sintetiza sua interpretação geral, de “que as duas potências, por seus motivos particulares, procedem como bombeiros que ateassem fogo ao mundo, para terem ocasião de apagar o fogo — e ficar, de passagem, com os salvadores do incêndio.”⁴⁰⁷. Nessa metáfora, a Palestina surge não como fim em si mesma, mas como palco instrumental de disputas entre grandes potências, cujas ações não visariam à paz ou à justiça, mas à afirmação de poder e influência internacional.

Desse modo, a coluna de Lacerda articula diferentes níveis de crítica interdependentes, como a deslegitimação histórica do argumento ancestral sionista, a denúncia da adesão emocional e desinformada da opinião pública brasileira e a exposição do cinismo geopolítico das grandes potências. Em conjunto, esses elementos consolidam uma leitura profundamente cética do processo de partilha da Palestina, apresentado como resultado interesses estratégicos e instrumentalização do sofrimento histórico.

Tal coluna, a mais potente de Lacerda sobre o tema até então, prenuncia sua viagem ao Oriente Médio, motivada precisamente pelo aprofundamento das questões geopolíticas que atravessavam a região naquele momento, e pelo interesse da imprensa brasileira em cobrir o assunto. Assim, na primeira semana de fevereiro, o jornalista parte em deslocamento, percorrendo diversos países do Oriente Médio, com o objetivo declarado de observar *in loco* as dinâmicas políticas, sociais e diplomáticas relacionadas à questão palestina. Ao longo dessa viagem, Lacerda passa a debater as problemáticas regionais a partir da experiência direta, reportando regularmente suas percepções e análises nas páginas do *Correio da Manhã* (RJ).

Esses relatos se estendem até seu retorno ao Brasil, ocorrido na primeira semana de abril, e inauguram uma nova fase de sua cobertura sobre a Palestina, marcada por maior densidade interpretativa e pela reivindicação de autoridade discursiva ancorada na observação direta. A viagem, assim, não apenas dá continuidade às posições já esboçadas na coluna “os bombeiros incendiários”⁴⁰⁸, como também reforça a pretensão do jornalista de intervir de forma mais ativa no debate público brasileiro acerca do conflito, agora a partir de uma posição que combina comentário político, testemunho e análise geopolítica.

⁴⁰⁶ Ibid.

⁴⁰⁷ Ibid.

⁴⁰⁸ Ibid.

Ademais, no ínterim de seu distanciamento do Brasil, as hostilidades prosseguem e passam a assumir a forma de verdadeiras batalhas pelo controle de localidades estratégicas, como a região portuária de Haifa, até a ocorrência de uma trégua forçada entre árabes e judeus, também em abril, quase concomitantemente ao retorno de Lacerda às terras cariocas. Quanto mais se aproxima a data fixada pelos britânicos para o fim do Mandato, maior se torna o turbilhão que arrasta tanto os grupos nacionalistas em confronto quanto os olhares internacionais para a Palestina, até que a guerra se instala formalmente com a fundação do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948.

As esperanças do Papa por uma paz “indivisível”, se ainda subsistissem, dificilmente sobreviveriam até o fim daquele ano, após o mundo testemunhar o prelúdio de um conflito que não encontraria conciliação nem pelas vias militares, nem pelas vias diplomáticas. O que se desenha, a partir desse momento, é a processualidade histórica de uma catástrofe que, para as centenas de milhares de palestinos deslocados, receberia o nome de *Nakba*, a grande tragédia fundadora de sua experiência histórica contemporânea.

É com os olhos tragados por esse vórtice da Questão Palestina que o presente capítulo se propõe a analisar o desenvolvimento final da crise do mandato britânico na Palestina, que levaria à Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948–1949). Especialmente, estamos interessados em pensar tal processo de crise enquanto fenômeno jornalístico, observado sob a ótica do *Correio da Manhã* (RJ), veículo importante da grande imprensa, associado às classes urbanas e à burguesia brasileira. Desta forma, busca-se observar as transformações nas posições políticas do periódico, com destaque particular às colunas de Carlos Lacerda, diante dos caminhos e embates que conduziram à fundação do Estado de Israel, em maio de 1948, de maneira conjunta à retirada antecipada de tropas britânicas da região. Com este capítulo, conclui-se o percurso analítico proposto, integrando-o às etapas anteriores de modo a compor uma leitura histórica coerente com o objetivo geral da pesquisa.

4.1. “CARLOS LACERDA A CAMINHO DO CAIRO”⁴⁰⁹

Na madrugada de 30 de janeiro de 1948, o jornalista Carlos Lacerda, filiado à UDN e colunista do *Correio da Manhã* (RJ), embarcou em um avião da companhia aérea Panair do Brasil com destino ao Cairo, capital do Egito. A nota publicada pelo periódico informava que,

⁴⁰⁹ O título faz referência a uma notícia homônima publicada no *Correio da Manhã* (RJ) em 30 de janeiro de 1948, que será comentada e analisada nesta seção. Cf. CARLOS Lacerda a caminho do Cairo. *Correio da Manhã*, Ed. 16332, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 30 Jan. 1948.

“apesar de haver decolado [...] ao primeiro minuto da madrugada”⁴¹⁰, Lacerda não partiu sozinho, pois “foram muitos os amigos do ex-vereador”⁴¹¹ que se dispuseram a acompanhá-lo até o aeroporto para lhe oferecer “seus abraços de despedida”⁴¹². A menção ao gesto coletivo de despedida cumpre, já nesse primeiro momento, a função simbólica de apresentar o colunista como figura pública de relevo, cuja viagem não se reduz a uma iniciativa individual, mas adquire contornos de acontecimento político e intelectual digno de registro.

A permanência de Lacerda no Oriente Médio estender-se-ia por aproximadamente dois meses, período no qual enviaria colunas praticamente diárias por via telegráfica, aproximando Brasil e Ásia. A maior parte desses textos foi produzida a partir do Egito — país em que o jornalista permaneceu por mais tempo e onde teve a oportunidade de acompanhar uma cúpula da Liga Árabe, coletando entrevistas de importantes lideranças da região —, mas também a partir da Síria, da Palestina, do Líbano e da Turquia, antes de seu retorno ao Brasil.

Na mesma nota que anunciava a partida, o *Correio da Manhã* (RJ) sublinhou e explicou o significado da viagem, destacando que “em vários artigos, já tem ele debatido os múltiplos problemas do Oriente Médio e, muito principalmente, o problema do Oriente Médio: a Palestina, [...]. Agora, na própria Terra Santa, Carlos Lacerda poderá ver e sentir, para transmitir suas impressões aos leitores [...]”⁴¹³. A formulação escolhida pelo jornal, ao enfatizar que Lacerda já havia debatido extensamente os “múltiplos problemas do Oriente Médio” e, ainda assim, precisava “ver e sentir” a realidade da Palestina, complementa-se por uma sugestão narrativa de que o colunista teria alcançado, no plano teórico e informativo, um limite que apenas a experiência direta poderia ultrapassar.

A viagem aparece, assim, como um deslocamento do domínio da leitura, da análise documental e do debate à distância para o contato *in loco*, capaz de conferir densidade empírica, autoridade interpretativa e autenticidade às narrativas produzidas. Ao mesmo tempo, o jornal não esclarece se tal iniciativa partiu de uma demanda editorial explícita ou de um projeto pessoal do próprio Lacerda, ambiguidade que reforça sua posição singular dentro do *Correio da Manhã* (RJ), um colunista suficientemente autônomo para pautar seus próprios movimentos, mas também plenamente integrado às estratégias discursivas do periódico.

Semanas depois de sua chegada ao Oriente Médio, em 19 de fevereiro de 1948, já instalado no Egito, Carlos Lacerda dedica uma de suas colunas a responder às acusações que

⁴¹⁰ CARLOS Lacerda a caminho do Cairo. *Correio da Manhã*, Ed. 16332, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 30 Jan. 1948.

⁴¹¹ Ibid.

⁴¹² Ibid.

⁴¹³ Ibid.

vinha recebendo desde o ano anterior em razão de seus posicionamentos sobre a Questão Palestina. Ao fazê-lo, o jornalista explicita, de maneira pouco ambígua, que seus objetivos ultrapassavam o registro informativo e estavam diretamente relacionados à disputa pela orientação da opinião pública e, por extensão, da política externa brasileira. Trata-se de uma autodeclaração de intencionalidade política, na qual Lacerda reivindica para si o papel de agente ativo no debate público, capaz de intervir nos rumos das decisões estatais, como vemos nas palavras do próprio colunista:

Dizem-me daí até que se atribui a minha viagem a uma subvenção dos árabes para defendê-los contra os sionistas judeus. Seria demais para mim — e de menos para os árabes. Esta viagem obedece à necessidade de quem sente a urgência de uma decisão — e o dever de alertar a opinião pública e o governo de seu país para um novo vizinho da América do Sul: o mundo árabe.⁴¹⁴

Ao rebater as suspeitas de financiamento árabe, Lacerda não apenas defende sua autonomia intelectual, mas também redefine o sentido da viagem, pois ela não seria motivada por alinhamentos externos, e sim por um imperativo cívico de esclarecimento, como manda a ideologia liberal, da qual ele era partidário. Além disso, o “dever de alertar” atribuído a si mesmo confere à sua escrita um claro caráter pedagógico, no qual informar significa orientar, hierarquizar prioridades e antecipar riscos geopolíticos para o Brasil.

Ao qualificar o mundo árabe como um “novo vizinho da América do Sul”, o jornalista mobiliza uma linguagem de proximidade estratégica, deslocando a região do Oriente Médio do campo da alteridade distante para o horizonte concreto dos interesses nacionais brasileiros. Esse tom didático reaparece em diversas colunas subsequentes, especialmente quando Lacerda passa a criticar aquilo que identifica como um alinhamento automático e acrítico do governo Dutra à superpotência do capitalismo internacional, chegando a questionar, como veremos adiante, se o Brasil estaria realmente obtendo ganhos políticos reais com essa postura.

Em um desses momentos, o colunista adverte que “estamos a pique de ser odiados por ele [o mundo árabe] antes que nos tenham sequer conhecido — e nós a ele”⁴¹⁵, sugerindo que a política externa brasileira estaria se construindo sobre desconhecimento, desinformação e submissão estratégica. Tal argumento é reforçado a partir de entrevistas realizadas durante a viagem, como aquelas com figuras centrais da política egípcia, a exemplo do

⁴¹⁴ LACERDA, Carlos. A cidade dos mortos. *Correio da Manhã*, Ed. 16347, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 16 Fev. 1948.

⁴¹⁵ Ibid.

Primeiro-Ministro Nokrashí Pashá⁴¹⁶, nas quais se afirma que o Brasil começava a construir uma imagem negativa perante as novas nações orientais.

A partir desse diagnóstico, Lacerda defende que a preservação de canais diplomáticos e a abertura de mercados no mundo árabe, assim como a troca de experiências entre países que enfrentariam desafios históricos e estruturais semelhantes, seriam muito mais relevantes do que acompanhar os Estados Unidos “numa política sionista da qual eles serão os primeiros a recuar [...] deixando-nos expostos à irrisão, senão à queixa, de milhões de criaturas de cujos destinos estamos decidindo sem sequer saber o que são, o que pretendem e o que procuram”⁴¹⁷. A crítica aqui não se dirige apenas ao sionismo enquanto projeto político, mas à passividade brasileira diante de uma agenda externa que, segundo o colunista, não levaria em conta nem os interesses nacionais nem a complexidade humana e histórica das populações afetadas.

Ao final de sua estadia no Oriente Médio, essa postura propositiva se consolida em colunas nas quais Lacerda passa a sugerir explicitamente a formulação de uma política brasileira para a região, detalhando suas possíveis bases, princípios orientadores e objetivos estratégicos. Não se trata mais apenas de denunciar erros ou alertar para riscos, mas de apresentar caminhos alternativos, o que reforça seu papel como formulador de sentido e mediador entre o debate internacional e o campo político nacional.

É sobretudo a partir desse viés pedagógico e dessa disposição explícita para intervir nos centros de poder que Carlos Lacerda pode ser compreendido como um intelectual orgânico, na segunda acepção gramsciana, conforme a interpretação proposta por João Paulo Charrone (2017)⁴¹⁸ em sua tese. Trata-se de um agente oriundo de um estrato social emergente cuja função é conferir às elites urbanas e liberais brasileiras uma autoconsciência relativamente homogênea nos planos cultural, político e econômico e, para isso, atua como um persuasor permanente, construindo vínculos entre um conjunto específico de ideais e os

⁴¹⁶ A denominação “pashá” (pachá, ou paxá), denomina um título honorífico concedido a personalidades importantes ligadas ao Estado egípcio, como ministros, generais e outros militares, desde os tempos do domínio otomano na região. Portanto, algumas personalidades egípcias mencionadas por Lacerda são referenciadas com esse termo, aqui reproduzido de forma a respeitar a forma como está grafado nas fontes, e cabe-nos fazer o esclarecimento, que Lacerda não faz, ressaltando que não trata-se de um sobrenome, e sim de um título. Situação semelhante ocorre com a palavra “Hajj”, que aparece no nome de Hajj Amin Al-Husseini, e é uma demarcação religiosa para o cumprimento da obrigação islâmica de peregrinação à Meca, assim, quando alguém cumpre essa romaria, insere-se antes de seu nome o vocábulo “Hajj”.

⁴¹⁷ Ibid.

⁴¹⁸ CHARRONE, João Paulo. *Construindo a hegemonia na alta idade média: Gregório Magno e as monarquias no Ocidente*. 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2017.

grupos subalternos, desempenhando papel central na conquista da hegemonia e da direção político-moral no interior da sociedade⁴¹⁹.

Dessa forma, a ideologia liberal que orienta suas posições, somada à sua condição de comunicador de grande alcance e de político com experiência institucional, imbuem Lacerda da crença e da capacidade de influenciar o público leitor e, de maneira mais direta, os círculos da elite política e diplomática brasileira. Não por acaso, em muitas de suas colunas, o destinatário implícito de sua argumentação não é apenas o leitor comum, mas a própria cúpula do governo brasileiro, interpelado a rever suas escolhas à luz de uma leitura alternativa da conjuntura internacional.

Assim, após a nota informativa que anunciou a viagem de Carlos Lacerda, sua primeira coluna enquanto correspondente internacional, enviada do Cairo, foi publicada no Brasil em 14 de fevereiro de 1948, seguindo-se, de maneira ininterrupta, até 30 de março do mesmo ano, totalizando 39 publicações. Desse conjunto, 16 colunas tratam expressamente da Questão Palestina, reunindo entrevistas com figuras centrais da política regional, como Azzan Pashá, então presidente da Liga Árabe, Amin al-Husseini, o mufti de Jerusalém, e “Fauzi Kaugi” (Fawzi al-Qawuqji), líder do Exército Árabe de Libertação da Palestina, além de conterem opiniões, diagnósticos e proposições políticas formuladas pelo próprio Lacerda a respeito da atuação diplomática brasileira no Oriente Médio.

As primeiras colunas, entretanto, apresentam um tom distinto daquele que se tornaria predominante nas semanas seguintes, pois nelas, observa-se um registro marcado pelo estranhamento inicial entre a cultura brasileira e a cultura egípcia, assumindo um perfil mais próximo da crônica cotidiana do que da análise política propriamente dita. O colunista dedica-se a descrever o Egito ao leitor brasileiro a partir de referenciais já relativamente estabilizados no imaginário ocidental, como a centralidade da História Antiga, o papel contemporâneo do rio Nilo na organização da vida social e econômica e as práticas comerciais locais observadas no cotidiano urbano do Cairo.

A principal contribuição dessas colunas iniciais reside, contudo, no cumprimento explícito de uma proposta pedagógica enunciada pelo próprio Lacerda, de convidar seus leitores a “descobrir o mundo árabe, tão perto de nós e tão desconhecido”⁴²⁰. Esse convite não se limita a uma curiosidade cultural ou a um exercício descritivo, mas inscreve-se em uma concepção mais ampla de mundo forjada no contexto imediato do pós-Segunda Guerra

⁴¹⁹ Ibid. p. 128-129.

⁴²⁰ LACERDA, Carlos. Nossos vizinhos, o mundo. *Correio da Manhã*, Ed. 16343, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 14 Fev. 1948.

Mundial, no qual as distâncias simbólicas e geográficas passariam a ser reconfiguradas, aproximadas ou repetidas, por novos arranjos técnicos, políticos, ideológicos e institucionais.

Logo em sua coluna de 14 de fevereiro, Lacerda constrói essa ideia por meio de um elogio à retomada e à velocidade do transporte aéreo no pós-guerra, destacando a capacidade das companhias de aviação de encurtar fronteiras e aproximar regiões historicamente percebidas como distantes. Nesse sentido, afirma que “estamos à quinze horas do limite ocidental do mundo árabe. Estamos à trinta horas do Cairo. Mal saímos do calor do Rio e já nos envolve o frio dos céus de Alexandria. [...] Precisamos descobrir o mundo — porque ele é nosso vizinho.”⁴²¹.

A metáfora do “mundo como vizinho”⁴²², como descrita acima, revela-se particularmente significativa quando lida à luz da consolidação dos organismos multilaterais vinculados à recém-criada Organização das Nações Unidas. No novo arranjo internacional do pós-1945, conflitos regionais deixam de ser percebidos como problemas estritamente locais e passam a integrar uma gramática global de segurança coletiva, autodeterminação e responsabilidade internacional, assim, ao afirmar a vizinhança entre Brasil e Oriente Médio, Lacerda traduz, em linguagem acessível ao grande público, essa reconfiguração estrutural da política mundial, na qual decisões tomadas em fóruns internacionais produzem efeitos diretos sobre populações e Estados geograficamente afastados.

Nesse contexto, a imprensa internacional assume um papel central como mediadora desse novo conhecimento de mundo, funcionando como instância de tradução entre realidades distantes e públicos nacionais, e é precisamente nesse espaço que Lacerda se insere de maneira consciente e estratégica, ao deslocar-se fisicamente para o Oriente Médio e relatar suas experiências *in loco*, o colunista se coloca como intermediário autorizado entre a região e o leitor brasileiro. O convite para “descobrir o mundo árabe” é, assim, também um convite para confiar em sua mediação, reforçando sua posição como intérprete privilegiado da conjuntura internacional e como formador de uma opinião pública que, segundo ele próprio, deveria ser “informada e vigilante”.

Em uma de suas primeiras colunas dedicadas à observação do cotidiano local, publicada na edição de 18 de fevereiro de 1948 e intitulada “Nascimento da multidão”⁴²³, Carlos Lacerda promove um movimento discursivo que tensiona e, em certa medida, desconstrói noções orientalistas recorrentes na imprensa ocidental ao tratar do Egito e das

⁴²¹ Ibid.

⁴²² Ibid.

⁴²³ LACERDA, Carlos. Nascimento da multidão. *Correio da Manhã*, Ed. 16346, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 18 Fev. 1948.

sociedades árabes. Logo nas passagens iniciais do texto, o colunista combate estereótipos sedimentados que associam o país exclusivamente à sua antiguidade monumental, ao comentar que “de tanto ouvir falar em faraós e pirâmides, a gente esquece que o que menos existe no Egito é o homem do tempo antigo”⁴²⁴. Ao fazê-lo, Lacerda desloca o olhar do passado fossilizado para a experiência viva do presente, recusando a leitura do Egito como um espaço congelado na História.

Esse deslocamento se aprofunda quando o jornalista passa a descrever a composição humana das ruas do Cairo, apresentando a cidade como um espaço marcado por intensa pluralidade étnica, cultural e religiosa. Segundo ele, “meia hora” de observação cotidiana seria suficiente “para enlouquecer um racista”⁴²⁵, dada a diversidade visível de egípcios, turcos, sírios, europeus, núbios e sudaneses, circulando lado a lado, com diferentes vestimentas, idiomas e crenças. A imagem construída é a de uma população em permanente movimento, organizada em uma multidão “múltipla” e “incessante, como um rio de águas desencontradas”⁴²⁶, metáfora que reforça a ideia de fluidez e heterogeneidade social.

Ao final dessa construção imagética, Lacerda elogia o cosmopolitismo do Cairo, comparando-o a centros urbanos que ocupam lugar privilegiado no imaginário ocidental da modernidade, como Xangai e Londres. Tal equiparação não é por acaso, ao inserir a capital egípcia neste circuito simbólico de grandes metrópoles globais, o colunista não apenas desafia leituras orientalistas que associam o mundo árabe ao atraso ou à homogeneidade cultural, mas também reinscreve o Egito em uma geografia da modernidade compartilhada. Assim, mesmo em colunas de tom aparentemente descritivo e cotidiano, Lacerda já opera uma mediação política e cultural importante e ímpar, reposicionando o Oriente Médio como parte ativa do mundo contemporâneo e preparando o terreno para suas análises mais diretamente voltadas à Questão Palestina e às disputas geopolíticas da região.

Dessa forma, a temática da Palestina é introduzida apenas na edição de 17 de fevereiro, surgindo de maneira ainda pontual e entrecortada por colunas voltadas à apresentação da realidade local egípcia. O tema só ganha centralidade novamente a partir de 22 de fevereiro, quando Carlos Lacerda publica uma extensa entrevista concedida pelo presidente da Liga Árabe, Azzan Pashá, em um material fragmentado ao longo de cinco edições consecutivas, estendendo-se até o dia 27 de fevereiro, e acompanhado por breves intervenções do colunista, nas quais antecipa interpretações e indicações analíticas.

⁴²⁴ Ibid.

⁴²⁵ Ibid.

⁴²⁶ Ibid.

Os comentários analíticos de Lacerda, entretanto, são desenvolvidos de forma mais sistemática em colunas posteriores, publicadas nos dias 28 de fevereiro e 09 de março, nas quais o jornalista articula as declarações do líder árabe às suas próprias leituras geopolíticas e às preocupações com a política externa brasileira. Esse ciclo de análises é seguido pela publicação de outras interpretações sobre a conjuntura da Questão Palestina, a partir de 12 de março, cobrindo temáticas marginais⁴²⁷ que reforçam seus posicionamentos centrais, como a opinião dos cristãos da palestinos sobre a partilha⁴²⁸, os interesses de empresas petrolíferas na construção de oleodutos na região⁴²⁹, suas opiniões sobre as nações árabes

⁴²⁷ Classificamos como “marginais” as temáticas que Lacerda utiliza apenas como um suporte argumentativo para embasar seus pontos centrais na crítica às posições diplomáticas brasileiras e à decisão de partilha do território Palestino. Tais discussões, devido sua extensão, ao caráter repetitivo dos postulados, e ao fato de apenas tangenciarem as críticas centrais de Lacerda, não foram incluídas no corpo da discussão deste capítulo, todavia, o ponto central de cada uma delas está abaixo situado em notas de rodapé.

⁴²⁸ Acerca dos cristãos na Palestina, Lacerda discute em sua coluna publicada no dia 13 de março de 1948, e intitulada “Os cristãos e a Palestina”, que a União Cristã da Palestina apresentava uma declaração política favorável ao pleito árabe na região, recusando a ideia de uma partilha da Terra Santa, e denunciando o que consideravam ser um “ataque injusto” aos direitos e à pátria dos “irmãos mulçumanos”. Cf: LACERDA, Carlos. Os cristãos e a Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16367, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 13 Mar. 1948.

⁴²⁹ Em um longo e repetitivo raciocínio, Lacerda busca, através de suas colunas dos dias 14, 16, 17, 18 e 19, apresentar supostos interesses estatais e privados dos estadunidenses com o fornecimento de petróleo iraquiano através de oleodutos pelo mediterrâneo. Sua argumentação parte de um raciocínio causal simples, no qual os EUA, sendo, à época, o maior produtor e consumidor de petróleo, seria o maior interessado na criação de um estado judeu, devido ao fato de autoridades sírias e libanesas terem recusado-se a construir novos oleodutos e a ameaçado interromper a transmissão de petróleo naqueles já existentes. Entretanto, o que importa destacar, é que as ameaças por parte das nações árabes passaram a ocorrer somente após a escalada diplomática no sentido da partilha territorial da Palestina, constando na própria coluna de Lacerda que o governo libanês, por exemplo, havia assinado as documentações necessárias para a construção da infraestrutura petrolífera desejada. Entendemos que Lacerda deseja reforçar seus argumentos políticos e, para isso, utiliza-se de um repertório econômico especializado, no qual abarca uma pauta sensível, potencialmente conspiratória e polêmica mesmo para o Brasil: a da expansão da exploração petrolífera ao redor do mundo. Contudo, tal argumentação distancia-se por demais dos pontos centrais que analisam a Questão Palestina, sendo melhor enquadrada mais como uma crítica à superpotência capitalista. Cf: LACERDA, Carlos. O petróleo e a partilha. *Correio da Manhã*, Ed. 16368, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mar. 1948.; LACERDA, Carlos. Pede-se não fumar. *Correio da Manhã*, Ed. 16369, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 16 Mar. 1948.; LACERDA, Carlos. O Oriente Médio e a reconstrução. *Correio da Manhã*, Ed. 16370, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 17 Mar. 1948.; LACERDA, Carlos. Oleodutos, para quê vos quero?. *Correio da Manhã*, Ed. 16371, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 18 Mar. 1948.; LACERDA, Carlos. Laranjas contra gasolina. *Correio da Manhã*, Ed. 16872, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 19 Mar. 1948.

recém-independentes⁴³⁰, além as entrevistas com as lideranças Amin Al-Housseini⁴³¹ e Fawzi al-Qawuqji⁴³².

Todavia, ao fim da estadia de Lacerda na região, o colunista retomou as discussões acerca da relação entre a diplomacia brasileira, seus posicionamentos na ONU e sua postura diante das nações árabes, utilizando um tom mais direto e potencialmente mais agressivo, nas colunas dos dias 21 e 26 de março. Nestas, o jornalista expõe as conclusões finais de suas interações com autoridades árabes e diplomatas brasileiros na região, concluindo assim sua proposta “pedagógica” de elucidação da opinião pública.

Retomando a primeira sequência de análises do autor, portanto, temos a coluna publicada em 17 de fevereiro, intitulada “A Palestina e o Brasil”⁴³³, que inaugura de maneira mais sistemática a abordagem da Questão Palestina na correspondência de Carlos Lacerda. O tema é apresentado em chave panorâmica, afastando-se deliberadamente das imagens convencionais do conflito armado e recusando uma leitura imediata baseada na espetacularização da violência. Para o colunista, trata-se de uma guerra ainda em gestação, “mas uma guerra civil”, na qual seria “inútil procurar, nos traços do conflito, nos estilhaços de bomba, nas sortidas das esquinas, os traços espetaculares da guerra propriamente dita”⁴³⁴. Ao deslocar o foco da materialidade bélica para os bastidores políticos, Lacerda indica que o

⁴³⁰ Em duas oportunidades, nas colunas dos dias 28 e 30 de março, Lacerda desloca o eixo do debate sobre Palestina para refletir sobre as nações árabes recém-independentes do mandato francês sobre o Oriente Médio: o Líbano e a Síria. Nesse esforço, chega a entrevista o primeiro-ministro da Síria, na coluna publicada no dia 30, ressaltando os índices educacionais e de desenvolvimento do país, ao passo que, quando ao Líbano, o esforço gira em torno de ressaltar a tradição intelectual do país, com suas inúmeras bibliotecas e as relevantes universidades que lá existem. Cf. LACERDA, Carlos. O maior segredo do Líbano. *Correio da Manhã*, Ed. 16878, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 28 Mar. 1948.; LACERDA, Carlos. As chocadeiras. *Correio da Manhã*, Ed. 16879, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 30 Mar. 1948.

⁴³¹ Nas edições de 12 e 25 de março, Carlos Lacerda faz uma análise das representações que eram correntes sobre a figura de Amin Al-Husseini, o mufti de Jerusalém — liderança histórica pela independência da Palestina desde os anos 1920 — tais representações, para o autor, seria equivocadas e demonstraram um real desconhecimento dos brasileiros sobre essa personalidade, frequentemente associada ao seu colaboracionismo com os nazistas. Lacerda, portanto, faz uma contextualização desse alinhamento, que se complementa pela entrevista concedida no dia 25 de março, em um cenário de ampla perseguição da grã-bretanha contra o mufti, numa tentativa de, senão inocentá-lo, mas relativizar seus posicionamentos, colocando em perspectiva o seu interesse na independência da Palestina, tal como o papel desempenhado pelo mesmo na conjuntura dos anos 1940. Cf. LACERDA, Carlos. O verdadeiro Mufti de Jerusalém. *Correio da Manhã*, Ed. 16366, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 12 Mar. 1948.; LACERDA, Carlos. O depoimento do Mufti. *Correio da Manhã*, Ed. 16876, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 25 Mar. 1948.

⁴³² Por fim, em uma brevíssima entrevista, coletada em fevereiro mas publicada em 23 de março, com o general Fawzi al-Qawuqji, um dos líderes da Grande Revolta Árabe de 1936, o colunista resalta a frustração dos árabes com as lideranças internacionais, que permitiram o desmembramento da Palestina, e utiliza-se da fala do general para reiterar a separação entre anti-semitismo e antissionismo, com rejeição ao primeiro conceito e defesa do segundo, considerado colonialista. Cf. LACERDA, Carlos. General não quis falar. *Correio da Manhã*, Ed. 16874, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 23 Mar. 1948.

⁴³³ LACERDA, Carlos. A Palestina e o Brasil. *Correio da Manhã*, Ed. 16345, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 17 Fev. 1948.

⁴³⁴ Ibid.

verdadeiro sentido do conflito não se encontra nos enfrentamentos armados, mas nas instâncias decisórias que os antecedem e condicionam.

Nesse sentido, a “chave dos acontecimentos” é situada em dois polos geograficamente distantes, porém politicamente interligados, já que, de um lado, há Lake Success, em Nova York, local onde a Organização das Nações Unidas se vê confrontada com o dilema palestino; e, de outro, há o Cairo, descrito como o espaço no qual “estão reunidas as delegações dos países que compõem a Liga Árabe”⁴³⁵, que são diretamente afetadas por essa decisão. Ao articular essas duas localidades, Lacerda constrói uma leitura do conflito como resultado direto de decisões tomadas fora da Palestina, reforçando a ideia de que o destino do território é definido menos pelos seus habitantes do que por forças políticas internacionais.

É nessa contextualização que o colunista realiza um movimento significativo de tomada de posição, ao afirmar que a Liga Árabe teria poder para “dar a vitória à causa árabe — ou possivelmente uma nova guerra ao mundo”⁴³⁶, construindo um registro raro, por seu caráter explícito, e capaz de revelar não apenas uma avaliação estratégica, mas uma crença concreta na capacidade militar e política dos países árabes. Essa confiança dialoga com outras passagens de sua correspondência, nas quais Lacerda elogia a vitalidade, o dinamismo político e a crescente articulação internacional desses países, frequentemente apresentados como atores emergentes em um cenário global em reorganização no pós-Segunda Guerra Mundial.

Essa leitura positiva do mundo árabe permite problematizar os próprios motivos da presença de Lacerda no Cairo, e não em Lake Success, o que pode ter sido parte de uma decisão consciente em acompanhar o conflito a partir de um espaço que ele identifica como central e potencialmente vitorioso. Ao privilegiar o Cairo como base de observação, o colunista garante um singular acesso às fontes árabes, inédito na cobertura do *Correio da Manhã* (RJ) desde 1947, e também posiciona-se junto àqueles que considera peças-chave do tabuleiro internacional na nova metade do século que se inaugurava. Sua cobertura, assim, pode ser vista como guiada por um desejo de antecipação de uma possível reconfiguração das hierarquias globais e aposta na emergência política do mundo árabe como dado incontornável.

Além do Cairo, Lacerda amplia o mapa do conflito ao identificar Beirute e Damasco como outros “centros de atenção do problema palestino”, pois, segundo o autor, esses centros de poder teriam assumido e financiado uma postura ofensiva, “colocando os sionistas

⁴³⁵ Ibid.

⁴³⁶ Ibid.

na defensiva”⁴³⁷, o que reforça sua leitura de que a iniciativa política e militar estaria momentaneamente do lado árabe. Essa percepção contribui para consolidar, ao longo das colunas, a imagem de um bloco árabe coeso, ativo e estrategicamente organizado, contraposto a um sionismo que aparece mais reativo do que protagonista.

A partir desse cenário, o jornalista introduz o debate sobre a possibilidade de a ONU enviar uma força expedicionária de paz à Palestina, composta por contingentes militares de países considerados neutros, entre eles nações sul-americanas. A menção a essa hipótese funciona como gatilho para que Lacerda aprofunde a articulação entre a Questão Palestina e a política externa brasileira, deslocando o tema de um plano distante para uma problemática diretamente relacionada aos interesses nacionais do Brasil.

É nesse ponto que o colunista, identificado com a União Democrática Nacional, explicita uma crítica contundente às grandes potências, sobretudo aos Estados Unidos, ao afirmar que:

A simples ideia de que, em vez de mandar forças suas, os Estados Unidos, para evitarem que a Rússia exija o mesmo direito, resolvam promover a vinda de forças sul-americanas — e, neste caso, deve-se entender Brasil — causa horror e repulsa. Por que raios há de um soldado brasileiro, um só que seja, morrer para cumprir a promessa feita por Lord Balfour, em 1917, a Lord Rothschild? [...], que temos nós com esse ‘compromisso’ abusivo entre dois lordes, a nenhum dos quais pertencia a Palestina? Interessa muito às grandes potências descartarem-se da alhada em que se meteram empurrando nela as pequenas potências como o Brasil. Já conseguiram que cometêssemos o erro de votar a favor de seus desígnios [...]. Seria realmente monstruoso que, após essa decisão nefasta para os interesses do Brasil, ainda viêssemos arcar com qualquer outra espécie de responsabilidade na violência que se vai cometer na Palestina.⁴³⁸

Nessa passagem, Lacerda não apenas rejeita a possibilidade de envolvimento militar brasileiro, mas deslegitima o próprio fundamento histórico da partição ao esvaziar o valor político da Declaração Balfour, qualificada como um “compromisso abusivo entre dois lordes”. Dessa forma, o jornalista questiona a autoridade moral e jurídica desse posicionamento britânico, ressaltando o caráter arbitrário de uma promessa feita por representantes imperiais sobre um território que não lhes pertencia. Trata-se, portanto, de uma crítica direta ao legado colonial britânico e à lógica imperial que sustenta decisões tomadas à revelia dos povos diretamente envolvidos.

⁴³⁷ Ibid.

⁴³⁸ Ibid.

Além disso, o colunista constrói uma interpretação na qual a ONU aparece como espaço instrumentalizado pelas superpotências, e não como instância verdadeiramente multilateral, em uma leitura que entende Estados Unidos e União Soviética enquanto rivais que buscam evitar o desgaste direto de uma intervenção militar, transferindo os custos políticos e humanos do conflito para “potências menores”, como o Brasil. Nesse arranjo, o país latino surge não como ator soberano, mas como peça manipulável de uma engrenagem internacional assimétrica.

Ademais, ao afirmar que o Brasil já teria cometido o “erro” de votar favoravelmente à partição, Lacerda argumenta em torno de uma percepção de uma política externa submissa, incapaz de defender seus próprios interesses e arrastada para um conflito que não lhe diz respeito. A eventual participação militar brasileira, nesse sentido, representaria não apenas um equívoco diplomático, mas a culminação de uma sequência de decisões que expõem o país à violência de uma guerra produzida e conduzida por outros, de forma que tal argumentação torna a Questão Palestina, na escrita de Lacerda, enquanto um espelho crítico da posição brasileira no sistema internacional do pós-guerra.

Na leitura do jornalista, o exercício de sua função como correspondente no Oriente Médio é explicitamente pedagógico, na medida em que o colunista afirma buscar oferecer aos leitores brasileiros “os elementos indispensáveis” para a compreensão da verdadeira conjuntura de forças na Palestina, de modo que a “opinião brasileira” possa formar “o seu juízo acerca dos interesses do Brasil nessa questão”⁴³⁹. Esse esforço didático não se restringe a um esclarecimento abstrato do conflito, mas está diretamente vinculado a uma preocupação em “evitar que os brasileiros acabem morrendo nessa guerra... sem saber porque”⁴⁴⁰, de forma que, em seu raciocínio, somente uma difusão do conhecimento sobre tais questões poderia impedir o envolvimento irresponsável do país em um conflito alheio aos seus interesses nacionais.

Na esteira dessa argumentação, o que se observa é que Lacerda estabelece uma relação direta entre o “porquê” da morte dos palestinos e o eventual “porquê” da morte de brasileiros e, assim, para o autor da coluna, mais importante do que contabilizar quantos morrem na Palestina seria compreender as causas estruturais da violência, pois é nesse ponto que se decide a legitimidade — ou não — da participação brasileira. Para o udenista, ignorar essas causas significa aceitar passivamente uma lógica de guerra que pode, em um segundo momento, vitimar soldados brasileiros enviados a cumprir decisões tomadas por outros.

⁴³⁹ Ibid.

⁴⁴⁰ Ibid.

É a partir dessa chave interpretativa que Lacerda afirma que o Brasil seria, naquele momento, “o mais detestado da terra, entre as nações árabes”⁴⁴¹, mas ressaltando que tal hostilidade não derivaria de qualquer antagonismo histórico ou cultural, mas precisamente da ausência de um fundamento político legítimo para a posição brasileira. Segundo o autor, “um país como o Brasil [...] nenhum interesse poderia ter, como de fato não tem, em persistir numa atitude errada que facilita a iniquidade e conduz à guerra”⁴⁴², inclusive por não ser uma nação próxima geograficamente, ou com histórico de envolvimento nas questões da região, o que seria interpretado pelo “mundo árabe” como uma ofensa gratuita, motivando a sua hostilidade para conosco.

Para sustentar empiricamente essa leitura, Lacerda recorre ao relato de seu breve encontro com o primeiro-ministro egípcio, Nokrashi Pasha, na cúpula da Liga Árabe, quando este teria afirmado de maneira categórica e ríspida que “o seu país é um dos responsáveis pelo sangue que correr na Palestina”⁴⁴³. Sobre esta fala, ainda que o colunista faça questão de relativizar a autoridade política de Nokrashi — apontando que lhe faltaria “a sinceridade democrática” e a “habilidade” de Azzan Pasha, presidente da Liga Árabe —, ele reconhece que o dirigente egípcio lhe disse “uma verdade, que nós devíamos saber antes que ele a dissesse”⁴⁴⁴, por expressar uma realidade política supostamente incontestável, objetiva, mas a qual o Brasil estaria teimando em não enxergar.

A partir desse reconhecimento, Lacerda constrói uma das acusações mais duras de toda a coluna, ao afirmar que o Brasil estaria à beira de “ajudar um crime contra a independência de uma nação e contra a paz mundial”, assumindo a posição de cúmplice. A cumplicidade, aqui, não é entendida como resultado de uma ação direta, mas como consequência de decisões políticas tomadas no âmbito da ONU, sobretudo o voto favorável à partição, que teria legitimado a violência subsequente.

Essa leitura é agravada, ainda, pela percepção de que as grandes potências, especialmente os Estados Unidos, visto com desconfiança por utilizar-se dessa pauta eleitoralmente, não estariam efetivamente comprometidas em sustentar até o fim a política que defendem, pois Lacerda insiste que os EUA poderiam recuar “a qualquer momento”, reconsiderando sua posição, indisposto a arcar com os reais custos políticos e militares do conflito. Nesse cenário, o Brasil correria o risco de se tornar um cúmplice gratuito, envolvido

⁴⁴¹ Ibid.

⁴⁴² Ibid.

⁴⁴³ Ibid.

⁴⁴⁴ Ibid.

“num crime abortado”, abandonado pelos mesmos atores que o impulsionaram a tomar uma posição equivocada⁴⁴⁵.

O colunista amplia ainda mais o escopo de responsabilização ao atribuir, não somente ao Brasil, mas a todas as nações que compõem a ONU a responsabilidade direta pelas mortes na Palestina, uma vez que teriam entregue “vários pedaços daquele país aos sionistas”⁴⁴⁶, de modo que a violência, nessa perspectiva, não surge como um efeito colateral imprevisível, mas como consequência direta de uma decisão política internacional que desconsiderou a soberania e a autodeterminação da população árabe palestina.

Apesar do tom acusatório, Lacerda encerra a coluna reafirmando sua autopercepção como agente político comprometido com um cenário que evite o conflito, cujo desejo declarado é “contribuir para que a paz seja garantida”⁴⁴⁷ e, desta forma, atuando para provocar uma modificação na conduta brasileira na ONU, no tempo que lhe resta antes da efetividade da Partilha, que deveria ocorrer de forma concomitante à retirada britânica da região. Para isso, defende que o Brasil participe “ativamente de todas as medidas tendentes a corrigir o erro da assembleia e encontrar uma solução pacífica”⁴⁴⁸, reposicionando-se como mediador e não como parte do problema.

Por fim, o colunista sintetiza sua concepção da relação entre política e opinião pública ao afirmar que “uma opinião esclarecida, informada, é a primeira condição para isto [o reposicionamento do Brasil]”, enquanto “uma opinião pública aturdida, atordoada, é a primeira condição para o contrário disso”⁴⁴⁹, tais afirmações evidenciam que, para o autor, o esclarecimento é, assim, um pré-requisito para a manutenção da soberania política de uma nação. A coluna se encerra com um apelo de forte carga simbólica e retórica: “Não deixemos que se fale em soldados brasileiros para garantir aos sionistas o direito de tomar aos árabes uma terra que um lorde inglês prometeu a outro lorde, há 30 anos passados.”⁴⁵⁰, em uma frase que condensa sua crítica ao imperialismo, à partição da Palestina e à submissão brasileira a decisões tomadas fora de seu controle, reafirmando o papel do jornalista como mediador entre informação, política externa e opinião pública.

Após o estabelecimento inicial dessas ideias, que seriam retomadas e aprofundadas em colunas posteriores, Carlos Lacerda dedica cinco textos consecutivos à publicação de sua entrevista com Azzan Pasha, presidente da Liga Árabe, nos dias 22, 24, 25, 26 e 27 de

⁴⁴⁵ Ibid.

⁴⁴⁶ Ibid.

⁴⁴⁷ Ibid.

⁴⁴⁸ Ibid.

⁴⁴⁹ Ibid.

⁴⁵⁰ Ibid.

fevereiro de 1948. Tal entrevista apresenta o que se anuncia como a transcrição direta dessa interlocução, precedida pela afirmação de que o líder árabe se dispôs a responder todas as perguntas formuladas pelo jornalista, todavia, é necessário reconhecer que tal entrevista, ao ser publicada por Lacerda no *Correio da Manhã* (RJ), passa por um processo editorial inevitável de seleção, organização, redação e hierarquização dos conteúdos, no qual determinadas falas são valorizadas, outras omitidas, e todas são enquadradas segundo a lógica discursiva do colunista. Essa ressalva, contudo, não invalida a centralidade da entrevista no conjunto da cobertura, ao contrário, a quantidade de colunas atribuídas à conversa com Azzan Pasha, somada às colunas opiniosas que se seguem imediatamente, como a de 28 de fevereiro, sugere que os fragmentos escolhidos cumprem uma função importante na narrativa criada por Lacerda.

Nas colunas dos dias 22⁴⁵¹ e 24⁴⁵² de fevereiro, observa-se que a entrevista é mobilizada para discutir as bases históricas e políticas do problema palestino, com especial ênfase na tentativa de deslegitimação da presença judaica na região. Por exemplo, ao longo dos textos, Lacerda utiliza as falas de Azzan Pasha para questionar os dados apresentados pela Agência Judaica acerca da ocupação econômica das zonas rurais, retratando os judeus imigrantes como agentes de exploração tanto dos árabes (os felás) quanto dos próprios judeus pobres que já atuavam como camponeses. A entrevista, assim, funciona como um dispositivo de validação externa para argumentos que o colunista já vinha esboçando, reforçando sua crítica ao sionismo político e às narrativas econômicas que o sustentavam.

Esse processo não se limita à confirmação de ideias prévias, pois ao longo das publicações, é possível perceber que a interlocução com Azzan Pasha também provoca deslocamentos e aprofundamentos no pensamento de Lacerda, especialmente naquilo que diz respeito à leitura do conflito em chave internacional. A figura do presidente da Liga Árabe é frequentemente elogiada pelo jornalista, não apenas por sua clareza argumentativa, mas por sua capacidade de articular a Questão Palestina a um cenário geopolítico mais amplo, marcado pelas disputas entre as grandes potências do pós-guerra.

Um exemplo desse impacto pode ser observado na coluna de 25 de fevereiro de 1948, intitulada “Guerra prematura e guerra entre os outros”⁴⁵³, na qual Lacerda retoma uma inquietação recorrente e paradoxal em seus textos anteriores, até então sem uma resposta

⁴⁵¹ LACERDA, Carlos. Azzan Pasha tem algo a dar ao mundo. *Correio da Manhã*, Ed. 16350, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 22 Fev. 1948.

⁴⁵² LACERDA, Carlos. Da “experiência” à realidade. *Correio da Manhã*, Ed. 16351, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 24 Fev. 1948.

⁴⁵³ LACERDA, Carlos. Guerra prematura e guerra entre os outros. *Correio da Manhã*, Ed. 16352, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 25 Fev. 1948.

definitiva: “por que a Rússia votou com os Estados Unidos a partilha da Palestina?”. É na entrevista com Azzan Pasha que ele encontra uma interpretação capaz de organizar esse aparente contrassenso, a partir das opiniões, conceitos e análises apresentadas, as quais Lacerda relata tomar nota para utilizar em colunas futuras⁴⁵⁴.

Segundo o líder árabe, o voto soviético, que surpreendeu a comunidade internacional, estaria inicialmente relacionado à tentativa de “apaziguar a opinião pública americana” acerca da potência socialista, considerando o peso político da população judaica nas decisões de política externa dos Estados Unidos. Tal movimento teria como objetivo evitar uma “guerra prematura, para a qual ainda não esteja preparada, e na qual tenha de envolver diretamente as suas forças e o seu destino nacional”⁴⁵⁵, buscando ganhar tempo através de uma maior afinidade com as lideranças judaicas capitalistas.

Paralelamente, Azzan Pasha interpreta o voto russo como parte de uma estratégia deliberada de provocar uma “grave perturbação nesta parte do mundo”, inserida no que conceitua como uma “guerra entre outros”⁴⁵⁶. Trata-se da ideia de que as superpotências estimulariam conflitos regionais para manter terceiros atores, como potências médias e Estados emergentes, ocupados, enfraquecendo-se mutuamente, enquanto a União Soviética se fortaleceria em preparação para o confronto inevitável com os Estados Unidos, em uma formulação que dialoga diretamente com uma leitura embrionária da Guerra Fria (1945-1991), na qual o Oriente Médio surge como espaço de disputa indireta entre blocos rivais.

Além disso, há ainda uma terceira explicação apresentada por Azzan Pasha, que Lacerda reproduz sem maiores questionamentos críticos, relacionando a imigração judaica com o voto soviético, pois, segundo essa perspectiva, a URSS teria apoiado a partilha porque estaria, ela própria, selecionando os contingentes de judeus provenientes do centro e leste europeu que migrariam para a Palestina, enviando aqueles considerados úteis ao “bolchevismo”⁴⁵⁷. Nessa construção discursiva, mobiliza-se um repertório claramente anticomunista, no qual o judeu sobrevivente da *Shoah* é também representado como potencial militante revolucionário, capaz de atuar como vetor ideológico para a expansão do socialismo, o que encontra-se sintetizado na afirmação de que, “usando o judeu para penetrar a fundo no

⁴⁵⁴ Ibid.

⁴⁵⁵ Ibid.

⁴⁵⁶ Ibid.

⁴⁵⁷ Ibid.

mundo árabe, teríamos no Estado judeu criado pela ONU o primeiro Estado comunista do Oriente Médio”⁴⁵⁸.

Ao incorporar essa interpretação à sua coluna, Lacerda reforça uma visão conspiratória da política internacional, na qual a Questão Palestina aparece não apenas como um conflito nacional ou regional, mas como um tabuleiro estratégico da disputa global entre a expansão dos sistemas capitalista e comunista. A entrevista com Azzan Pasha, nesse sentido, tem o papel de informar o leitor, aferir autoridade aos argumentos expostos, além de estruturar o enquadramento geopolítico através do qual Lacerda passa a interpretar e a discutir politicamente o conflito, no seu intuito declarado de incluir sobre a opinião pública brasileira.

Em adendo a esse conjunto de reflexões, a coluna do dia 26 de fevereiro, intitulada “Jogando fora um amigo certo”⁴⁵⁹, dá prosseguimento à entrevista com Azzan Pashá, mas incorpora comentários mais diretos de Carlos Lacerda, nos quais sua posição política se torna ainda mais evidente. Logo no início do texto, o colunista faz questão de registrar que não tem como objetivo “enxaguar roupa lavada” durante sua viagem ao Oriente Médio, ressaltando que sua intenção é “contribuir para que a opinião pública e o próprio governo brasileiro sejam bem e abertamente informados sobre a realidade do mundo árabe e as perspectivas criadas pela decisão da ONU”⁴⁶⁰, formulando uma ressalva inicial que funciona como um recurso retórico de contenção, antecipando possíveis acusações de personalismo, de não ter uma postura nacionalista ou de estar proferindo ataques diretos às autoridades brasileiras.

Todavia, apesar dessa precaução discursiva, os comentários que se seguem assumem um tom claramente crítico em relação à condução da política externa brasileira, ainda que Lacerda não ataque nominalmente, em nenhum momento, nem Raul Fernandes, então chanceler, nem Eurico Gaspar Dutra, presidente da República, tampouco qualquer membro específico do corpo diplomático. Suas observações constroem uma crítica implícita e introdutória estrutural à forma como o Brasil estruturou sua política externa há décadas, e como isso teria influenciado o seu posicionamento diante da Questão Palestina. Trata-se, portanto, de uma crítica indireta, mas não menos contundente, que se dirige mais às engrenagens decisórias do Estado do que a indivíduos isolados.

Considerando o histórico político de Lacerda, marcado por um forte anti-getulismo, é possível supor que suas críticas atinjam, ainda que de maneira oblíqua, figuras associadas ao legado do Estado Novo e à política externa formulada naquele período e, nesse sentido,

⁴⁵⁸ Ibid.

⁴⁵⁹ LACERDA, Carlos. Jogando fora um amigo certo. *Correio da Manhã*, Ed. 16353, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 26 Fev. 1948.

⁴⁶⁰ Ibid.

Oswaldo Aranha, chanceler de Getúlio Vargas e protagonista do voto brasileiro favorável à partilha da Palestina, surge como um alvo potencial dessa insatisfação, assim como o próprio presidente Dutra, frequentemente retratado pelo *Correio da Manhã* (RJ) como um ex-aliado do regime varguista, filiado ao PSD. Ainda assim, como o próprio texto não oferece provas diretas dessa intencionalidade, tais associações permanecem no campo da possibilidade histórica, mais do que da afirmação documental.

Um dos núcleos centrais da crítica de Lacerda nessa coluna diz respeito ao que ele percebe como uma falha estrutural da política externa brasileira, derivada de uma excessiva “centralização que caracteriza a estrutura do Itamaraty, e que poderia servir quando o mundo era pequeno e cabia no gabinete do Barão”⁴⁶¹, fazendo referência ao modelo diplomático utilizado no Brasil durante o século XIX, personalista e concentrado, em contraposição a um mundo do pós-guerra que se tornara mais complexo, interdependente e veloz, exigindo, segundo ele, maior circulação de informações e maior autonomia das representações no exterior.

Essa crítica ganha concretude na menção nominal ao diplomata brasileiro então residente no Cairo, o Sr. Caio de Melo Franco, o qual Lacerda faz questão de elogiar, descrevendo-o como alguém cuja dedicação “merece louvor”, mas que não recebe o devido acompanhamento nem o suporte institucional que um representante do Brasil em terras estrangeiras deveria ter. Segundo o colunista, Melo Franco teria produzido relatórios consistentes a partir do “coração do Oriente Médio”, oferecendo subsídios valiosos para a compreensão da Questão Palestina, mas tais documentos teriam sido ignorados ou desconsiderados no processo decisório que culminou no voto brasileiro na Assembleia da ONU⁴⁶².

A partir dessa constatação, Lacerda lança uma pergunta carregada de ironia e crítica institucional, ao questionar se “os relatórios das representações brasileiras vão em geral para o arquivo antes de serem lidos?”⁴⁶³, em uma formulação que sugere não apenas negligência administrativa, mas também um distanciamento preocupante entre a realidade observada no terreno e as decisões tomadas nos centros de poder. Ao demonstrar conhecimento sobre a produção desses relatórios, o colunista se posiciona como alguém que circula entre os dois mundos, o da informação diplomática especializada e o da opinião pública, reforçando sua imagem de mediador qualificado.

⁴⁶¹ Ibid.

⁴⁶² Ibid.

⁴⁶³ Ibid.

Por fim, o título da coluna, “Jogando fora um amigo certo”, sintetiza uma das teses centrais defendidas por Lacerda ao longo de sua cobertura, que consiste na crença de que a política brasileira, ao apoiar a partilha da Palestina, estava produzindo um afastamento injustificado de um aliado potencialmente estratégico, o mundo árabe, descrito como “um amigo certo”, por compartilhar com o Brasil “muitos problemas semelhantes aos nossos, uma origem e, por assim dizer, um destino comum ao nosso”⁴⁶⁴. Tais posicionamentos, contrários à fundação do Estado de Israel, afirma o colunista, não tratam-se de arroubos de “anti-semitismo, e sim de anti-sionismo”, ou, em termos ainda mais diretos, de um desejo de que o Brasil não compre “a briga dos outros”⁴⁶⁵.

Com essa formulação, o jornalista encerra a coluna articulando identidade, interesse nacional e geopolítica, pois, ao aproximar narrativamente uma Brasil e mundo árabe por meio de experiências históricas e desafios compartilhados, Lacerda constrói uma representação de alternativa simbólica e estratégica ao alinhamento automático com as grandes potências do mundo bipolar, defendendo uma política externa que, em sua visão, deveria ser mais autônoma, pragmática e sensível às realidades do que hoje chamamos de Sul global.

Ao retomar a entrevista com Azzan Pasha na coluna do dia 27 de fevereiro de 1948, intitulada “Uma solução pacífica”⁴⁶⁶, Carlos Lacerda opera um deslocamento importante no enquadramento da Questão Palestina ao destacar, de forma central, a proposta apresentada pelo presidente da Liga Árabe como uma possibilidade pacífica de resolver o problema criado com a partilha aprovada no âmbito da ONU. Ao fazê-lo, o colunista não apenas informa seus leitores sobre um plano político específico, mas contribui ativamente para reconfigurar a imagem dos árabes no debate público brasileiro, apresentando-os como agentes racionais, moderados e abertos à negociação internacional, inclusive para alcançar uma solução supostamente razoável e pacífica.

A proposta de Azzan Pasha é estruturada em cinco pontos, apresentados como condições para que “o adiamento da questão” fosse aceitável, tendo em vista a possibilidade de que as nações-membros da ONU reconsiderassem sua posição aprovada⁴⁶⁷. Desta forma, o primeiro aspecto a ser ressaltado é que o plano se ancora, desde o início, na ideia de contenção da violência, ao defender obrigatoriamente que seja “estabelecido um compromisso de paz na Palestina”⁴⁶⁸ por todas as partes envolvidas. Ao colocar a paz como pré-condição, o

⁴⁶⁴ Ibid.

⁴⁶⁵ Ibid.

⁴⁶⁶ LACERDA, Carlos. Uma solução pacífica. *Correio da Manhã*, Ed. 16354, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 27 Fev. 1948.

⁴⁶⁷ Ibid.

⁴⁶⁸ Ibid.

líder árabe inverte a lógica predominante nos discursos orientalistas, responsáveis por retratar os árabes como intrinsecamente belicosos ou movidos por impulsos religiosos irracionais, deslocando o centro da discussão para a responsabilidade política e institucional dos organismos internacionais.

O segundo e o terceiro pontos, que incluem um pedido para cessar “a imigração de judeus para lá” e ser “concedida a liberdade de emigração aos judeus da Palestina”⁴⁶⁹, revelam uma tentativa de enquadrar a questão migratória em termos administrativos e humanitários, e não confessionais. Cabe notar que há uma ênfase na “liberdade para saírem de lá e irem para onde quisessem”, reforçando uma ideia de escolha individual, além do fato de que Azzan apresenta uma visão de que “muitos judeus querem sair, mas as organizações que os controlam não permite”⁴⁷⁰, de forma que, em seu raciocínio, há um deslocamento da responsabilidade do conflito para estruturas organizativas e políticas do sionismo, e não para os indivíduos judeus enquanto grupo étnico ou religioso, um ponto que dialoga diretamente com o esforço de Lacerda, recorrente em suas colunas, de separar judaísmo e sionismo político.

O quarto ponto de sua argumentação propõe que a ONU concedesse facilidades aos que quisessem sair da Palestina, o que amplia a lógica colocada no ponto anterior, atribuindo à própria organização internacional uma função ativa na gestão da crise, ao invés de tratá-la apenas como árbitra de uma partilha territorial. Ao repercutir esse trecho, Lacerda reforça sua crítica à ONU como agente que teria criado o conflito, mas que ainda poderia, em sua visão, corrigir o erro por meio de medidas administrativas e diplomáticas, evitando a consolidação da guerra.

O quinto ponto, por sua vez, é talvez o mais significativo do ponto de vista simbólico e político, propondo que “Houvesse uma decisão, afinal, em bases democráticas, por meio de consulta ao povo palestino, para a eleição de uma assembleia constituinte.”⁴⁷¹. Ao destacar esse aspecto, Lacerda oferece ao leitor brasileiro uma imagem dos árabes como defensores explícitos da democracia representativa, em oposição ao enquadramento corrente que os associava ao autoritarismo, ao fanatismo religioso ou à incapacidade de autogoverno, e assim, a defesa de uma assembleia constituinte insere o discurso árabe em um repertório político familiar ao público brasileiro do pós-Estado Novo, marcado por debates sobre constitucionalismo, soberania popular e legitimidade democrática.

⁴⁶⁹ Ibid.

⁴⁷⁰ Ibid.

⁴⁷¹ Ibid.

A escolha de Lacerda em dar centralidade a esse plano, selecionando, organizando e valorizando a proposta da Liga Árabe em sua coluna, funciona de forma a reposicionar estrategicamente os árabes no tabuleiro discursivo do conflito, apresentando-os como aqueles que “decidem pela paz” e que aceitam submeter o futuro da Palestina a “bases democráticas”, em oposição às representações orientalistas já estabelecidas. Essa operação discursiva dialoga diretamente com seu projeto político mais amplo, de influenciar a opinião pública brasileira e pressionar o governo a rever sua postura na ONU, afastando-se do apoio automático à partilha e, sobretudo, da possibilidade de envolvimento militar.

Desse modo, a coluna “Uma solução pacífica” apresenta um plano político concreto, formulado por uma liderança árabe reconhecida, que reivindica moderação, legalidade internacional e soberania popular, além de integrar-se à estratégia de Lacerda enquanto intelectual orgânico, que utiliza o espaço jornalístico para produzir sentido político, hierarquizar versões do conflito e disputar legitimidade moral. Ao dar voz a Azzan Pasha nesses termos, Lacerda, além de produzir uma cobertura informativa contra-hegemônica acerca desses sujeitos em conflito, os reposiciona como atores legítimos da paz e do discurso democrático, em contraste com a imagem belicista e desestabilizadora que vinha sendo reiterada em outros espaços da imprensa.

Com base no acúmulo de representações e propostas discutidas extensamente com o presidente da Liga Árabe, e cruzando essas informações com as propostas já elencadas pelo jornalista, a coluna de 28 de fevereiro, intitulada “Falta ao Brasil uma política”⁴⁷², sistematiza as reflexões acumuladas ao longo da estadia de Carlos Lacerda no Oriente Médio, até então. Dessa maneira, o texto funciona como uma espécie de balanço provisório de sua experiência na região e, ao mesmo tempo, como uma peça de intervenção direta no debate sobre a política externa brasileira, ressaltando-se que Lacerda não se limita a comentar a Questão Palestina, mas amplia essa lente para diagnosticar o que entende ser uma crise mais ampla de orientação estratégica do Brasil no cenário internacional.

Nesse texto, Lacerda introduz a discussão apontando a necessidade de construção de uma visão “moderna” sobre o Oriente Médio, que recuse tanto o exotismo quanto o paternalismo, ambos correntes na comunidade internacional da época, nas palavras do autor, é preciso olhar a região “sem recorrer ao museu mais ou menos literário de recordações legendárias e sem, por igual, cometer o erro de considerar já acabados, já perfeitos, os países

⁴⁷² LACERDA, Carlos. Falta ao Brasil uma política. *Correio da Manhã*, Ed. 16355, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 28 Fev. 1948.

que existem nessa parte do mundo”⁴⁷³. Essa formulação é particularmente significativa porque demarca uma crítica explícita ao orientalismo clássico e às leituras romantizadas, ao mesmo tempo em que rejeita a noção de que os países árabes seriam sociedades “atrasadas” e incapazes de transformação, advogando em favor de um Oriente enquanto processualidade ativa, modernização em curso, recusando a noção de estagnação histórica.

A partir daí, Lacerda constrói uma analogia estrutural entre os problemas enfrentados pelos países árabes e aqueles vividos pelo Brasil, no que, segundo ele, trata-se de realidades marcadas por desafios semelhantes, como “a racionalização da produção agrícola, a formação de uma base industrial, o levantamento do nível cultural do povo, a melhoria de seu padrão sanitário”⁴⁷⁴, promovendo uma representação que fixa o eixo da comparação no campo socioeconômico, buscando enumerar as vantagens de uma boa relação entre Brasil e o mundo árabe, de modo a legitimar a defesa de uma cooperação Sul-Sul e romper com a lógica tradicional de dependência exclusiva em relação às potências do Atlântico Norte.

Nesse sentido, o autor compara as obras de infraestrutura no rio Nilo e as possibilidades de desenvolvimento do rio São Francisco de forma a colocar lado a lado experiências egípcias e necessidades brasileiras, sugerindo que há um campo concreto de troca de saberes técnicos, de políticas públicas e de modelos de desenvolvimento⁴⁷⁵. O Oriente Médio, para Lacerda, não é observado apenas pela clivagem de suas problemáticas internacionais, mas também, e talvez principalmente, como também ocorre nas primeiras colunas de fevereiro, como um espaço de aprendizado e de parceria possível, o que reforça sua tese de que falta ao Brasil uma política consistente para a região.

Após estabelecer essa base comparativa, Lacerda passa a denunciar o que entende como uma transformação negativa na política externa brasileira, que teria ocorrido lentamente ao longo dos últimos anos. O colunista recorda que, historicamente, a diplomacia brasileira teria se estruturado sobre dois pilares, sendo 1) “a defesa dos fracos”, com a exigência de respeito à igualdade dos povos e à sua autodeterminação, e 2) a consciência de que o próprio Brasil é uma nação fraca, “do ponto de vista do poderio disponível, ainda relativamente inexpressivo”⁴⁷⁶ — o que exigiria habilidade dos “homens de Estado” para posicionar o país “do lado que acaba vencendo”, apresentando a combinação entre idealismo jurídico e realismo político como parte de uma tradição virtuosa da diplomacia brasileira.

⁴⁷³ Ibid.

⁴⁷⁴ Ibid.

⁴⁷⁵ Ibid.

⁴⁷⁶ Ibid.

Entretanto, segundo o colunista, essa tradição estaria deteriorando-se por uma postura diplomática de hesitação e desalinhamento, que colocaria o Brasil em “atitude de expectativa, ou de dúvida, ou mesmo de perplexidade diante dos acontecimentos”⁴⁷⁷ e, em casos mais graves, o país teria passado a tomar “o partido dos fortes contra a justiça”, referência clara e direta à partilha da Palestina. Entendemos que tal formulação é potente porque acusa as autoridades nacionais de trair simultaneamente seus princípios morais e seus interesses estratégicos, posicionando-se ao lado das grandes potências em detrimento dos povos considerados fracos, como os árabes palestinos.

Curiosamente, Lacerda evita personalizar essa crítica, e não ataca diretamente Raul Fernandes, Eurico Dutra ou outros membros do governo, preferindo responsabilizar “o envelhecimento da máquina do Itamaraty”⁴⁷⁸, enquanto um problema estrutural, como em colunas anteriores. Retoma, mais uma vez, a imagem da diplomacia brasileira como uma estrutura que teria servido ao Barão do Rio Branco, mas que estaria agora “obsoleta, emperrada”, reiterando suas críticas à centralização política ao afirmar que “não é possível continuar o Itamaraty a ter uma só cabeça entendendo de todos os problemas regionais do mundo”⁴⁷⁹. Com essas palavras, o que o jornalista termina por construir é uma crítica institucional, que desloca o problema do plano moral para o plano organizacional, o que lhe permite manter a aparência de respeito às autoridades, objetividade e imparcialidade, qualidades necessárias ao mediador intelectual que ele se propõe a ser.

Essa crítica se aprofunda quando ele acusa a representação diplomática brasileira de estar “desligada de um contato vivo com os problemas do país”⁴⁸⁰, transformando seus quadros em burocratas, “uns dedicados, mas atônitos, outros dançantes e recreativos”⁴⁸¹, mas todos “amarrados a uma centralização” que mistura “o Oriente Médio e o continente americano, a Inglaterra e a Argentina”⁴⁸², sem a devida atenção para lugar algum. A imagem construída por Lacerda é quase caricatural, mas politicamente eficaz, na medida em que ela representa a ideia de uma diplomacia despolitizada, tecnicista e incapaz de leitura estratégica, o que explicaria, na visão do colunista, os erros cometidos no caso palestino.

É nesse ponto que a coluna assume seu tom mais frontal, quando Lacerda lança a pergunta retórica que reforça sua visão de Itamaraty, deslegitimando a atuação recente desta instituição, e que seria exemplo da ausência de uma política estruturada e funcional:

⁴⁷⁷ Ibid.

⁴⁷⁸ Ibid.

⁴⁷⁹ Ibid.

⁴⁸⁰ Ibid.

⁴⁸¹ Ibid.

⁴⁸² Ibid.

A título de quê votamos pela divisão da Palestina? Para ser agradável aos judeus? Não, porque nem sequer os deixamos entrar no Brasil. Para obedecer aos norte-americanos? Não, porque neste caso a alegada pressão dos Estados Unidos não seria maior sobre nós do que sobre outros países do continente, que se abstiveram de votar a favor ou contra a divisão da Palestina.”⁴⁸³

O questionamento se radicaliza quando ele insiste no recurso retórico, em outro trecho da coluna: “Que resultados tivemos com esse voto? Pergunto: que resultado nos deu, a nós, Brasil, esse voto? [...] Insisto em perguntar: que vantagens para o Brasil trouxe o voto favorável à partilha da Palestina?”⁴⁸⁴. Em ambos os trechos, Lacerda põe em xeque algo que vai além da crítica ao voto brasileiro, apontando que o Brasil teria agido contra seus próprios interesses, e o teria feito sem ganhos políticos, econômicos ou diplomáticos, restando portanto apenas a interpretação de que a atuação brasileira teria sido, assim, um gesto de submissão inútil, que não rendeu dividendos e ainda produziu custos simbólicos e estratégicos.

A partir dessa constatação, Lacerda retoma a defesa da necessidade de se formular, com urgência, “uma política brasileira” para o Oriente Médio, como sugere o título de sua coluna, e lembra que, desde o século XIX, com a viagem de Pedro II à região, pouco se fez para aproximar Brasil e países árabes, mesmo com a existência formal de embaixadas, como no caso do Egito. Essa observação reforça a ideia de negligência histórica e de oportunidade perdida, ao mesmo tempo em que prepara o terreno para suas proposições futuras, que não são aqui desenvolvidas de maneira propositiva, mas que ganharam seu lugar em espaços posteriores.

No conjunto, essa coluna é fundamental porque articula três níveis de crítica, desde a suposta repulsa ao orientalismo e à ignorância sobre o mundo árabe, passando pela estrutura envelhecida e centralizada do Itamaraty e, por fim, contemplando a decisão específica do Brasil no caso da Palestina. Ao fazê-lo, Lacerda constrói uma narrativa em que o país aparece como desorientado, mal assessorado e politicamente manipulado, enquanto o mundo árabe surge como espaço de modernização, potencial parceria e injustiça histórica, advogando em torno de um redirecionamento político da estratégia brasileira para as relações internacionais, especificamente para com o Oriente Médio, apresentado como uma região de nações semelhantes.

O desenvolvimento de sua análise propositiva acerca de como deveria organizar-se essa política só aparece na coluna que Carlos Lacerda publica em 09 de março de 1948,

⁴⁸³ Ibid.

⁴⁸⁴ Ibid.

intitulada “Seis pontos para uma política do Brasil no Oriente Médio”⁴⁸⁵, na qual o autor retoma a temática palestina de maneira mais programática, deslocando o foco da denúncia para a formulação de diretrizes concretas. Nessa coluna, o texto é introduzido com a menção a correspondências ofensivas que o jornalista afirma estar recebendo de “judeus embriagados de sionismo”⁴⁸⁶, mas que, segundo ele, seriam “sequer comparáveis” às críticas que se fazem, no mundo árabe, à “delegação do Brasil” e, particularmente, ao seu “ilustre presidente, o embaixador Oswaldo Aranha”⁴⁸⁷. Desde o início, portanto, Lacerda constrói uma cena de hostilidade generalizada em relação ao Brasil, retomando referências já apresentadas em colunas anteriores, na qual o país aparece como alvo de desmoralização internacional em virtude de sua posição na votação da partilha da Palestina.

Nesse enquadramento, o colunista afirma que “o menos que se diz é que a delegação brasileira curvou-se servilmente ante uma imposição do Departamento de Estado”⁴⁸⁸, sugerindo submissão direta aos interesses norte-americanos, e além disso, ele menciona que circula, entre “numerosas nações”, a acusação de que o Brasil teria pressionado outros países latino-americanos a votarem favoravelmente à partilha, ainda que ele próprio declare não concordar com essa crítica específica.

É importante notar, contudo, que Lacerda não apresenta fontes, provas documentais ou referências concretas que sustentem a amplitude dessas acusações, o que nos obriga a problematizar a construção dessa narrativa de isolamento e vexame internacional. Embora existam indícios, em colunas anteriores, de interações ríspidas com autoridades árabes, como o episódio com o primeiro-ministro egípcio, permanece a possibilidade de que o jornalista esteja amplificando o grau de reprovação ao Brasil como estratégia retórica, visando reforçar sua própria centralidade como mediador e intérprete privilegiado da situação *in loco*.

Essa hipótese ganha força quando se considera que as posições de Lacerda no *Correio da Manhã* (RJ) não eram consensuais, na medida que elas divergiam, por exemplo, de colunistas eventuais, como Miguel Chaloub, além de contrastar com alguns editoriais do próprio jornal e com o enquadramento mais frequentemente positivo em relação aos judeus presente nas notícias sobre a região. Nesse sentido, é politicamente conveniente para Lacerda, enquanto voz dissonante, apresentar-se como o único capaz de captar a “verdadeira” dimensão do descontentamento árabe com o Brasil, em sua viagem ao Oriente Médio.

⁴⁸⁵ LACERDA, Carlos. Seis pontos para uma política do Brasil no Oriente Médio. *Correio da Manhã*, Ed. 16363, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 09 Mar. 1948.

⁴⁸⁶ Ibid.

⁴⁸⁷ Ibid.

⁴⁸⁸ Ibid.

Problematizar isso não significa negar a existência das críticas, mas reconhecer a possibilidade de uma ampliação calculada de sua gravidade, sobretudo em um contexto em que ele se coloca como observador privilegiado e principal intermediário entre o mundo árabe e a opinião pública brasileira.

É nesse cenário de suposta desmoralização internacional que Lacerda ativa, mais uma vez, seu papel pedagógico de intelectual orgânico e apresenta os “seis pontos para uma política do Brasil no Oriente Médio”, cujo título da coluna já exprime a formulação explícita e programática. Em primeiro lugar, propõe “aproximar-se das nações árabes, recuperar a sua confiança, ampliar o campo de conhecimento recíproco, de intercâmbio, troca de ideias, apoio mútuo”⁴⁸⁹, em um movimento no qual o colunista retoma a noção de negligência histórica e defende uma aproximação ativa com a região, baseada em cooperação e diálogo, rompendo com a indiferença diplomática que havia criticado anteriormente.

Em segundo lugar, Lacerda sugere “rever a decisão que, sobretudo por omissão, tenha conduzido ao voto favorável à partilha da Palestina”⁴⁹⁰, em uma construção vocabular que revela, através da escolha da expressão “por omissão”, uma tentativa de deslocar a responsabilidade do campo da decisão consciente para o da falta de posicionamento, reforçando sua crítica à ausência de uma política externa clara. Ao mesmo tempo, abre espaço para uma possível modificação sem exigir, formalmente, uma retratação pública imediata, e sem acusar diretamente a moralidade dos representantes brasileiros, o que demonstra cálculo político em sua argumentação.

O terceiro ponto aprofunda essa lógica ao defender que o Brasil deve “assumir, tanto quanto possível, o patrocínio das nações em luta por sua independência”⁴⁹¹, retomando, segundo ele, a tradição brasileira de defesa dos fracos e, ao mesmo tempo, antecipando-se às manobras das grandes potências, como “por exemplo, a Rússia”. Aqui, Lacerda articula idealismo e realismo, pois apresenta a defesa da autodeterminação como princípio moral, mas também como estratégia para evitar que o campo anticolonial seja monopolizado por atores como a União Soviética, o que revela sua leitura geopolítica e anticomunista da Guerra Fria em formação.

No quarto ponto, o colunista propõe “cooperar e, mesmo eventualmente, tomar a iniciativa em qualquer projeto capaz de conduzir a uma solução pacífica e satisfatória da questão Palestina para os árabes, assim como para os judeus ali já residentes”⁴⁹². Essa

⁴⁸⁹ Ibid.

⁴⁹⁰ Ibid.

⁴⁹¹ Ibid.

⁴⁹² Ibid.

formulação é significativa porque mantém uma retórica de equilíbrio, reconhecendo os direitos dos judeus já estabelecidos na região, mas sem legitimar o projeto sionista enquanto movimento nacionalista de colonização, assim, trata-se de uma posição que busca se apresentar como mediadora, ao mesmo tempo em que preserva sua crítica estrutural à partilha.

O quinto ponto reforça a crítica institucional já recorrente: “modernizar os serviços diplomáticos” e “estabelecer relações com os dois Estados indianos, a Índia e o Paquistão”⁴⁹³, em um curioso movimento de inclusão destas nações, o que amplia o horizonte da análise e pode indicar tanto que, para Lacerda, a noção de Oriente Médio estende-se até os países do subcontinente indiano, ou, ainda, que o problema não é apenas o Oriente Médio, mas a incapacidade do Brasil de se inserir de maneira estratégica no chamado Terceiro Mundo emergente. De qualquer forma, as duas interpretações não são mutuamente exclusivas, e mantêm-se a crítica ao atraso da política externa brasileira em relação às transformações do sistema internacional do pós-guerra.

Por fim, no sexto ponto, Lacerda defende “apoiar, na ONU, e demais organizações internacionais, a Síria e o Líbano, notadamente, assegurando por sua vez, por intermédio dessas duas nações, o apoio das nações da Liga Árabe ao bloco pan-americano, por intermédio e sob as vistas do Brasil”⁴⁹⁴. Aqui, o cálculo geopolítico se explicita na tentativa de utilizar a aproximação com o mundo árabe para fortalecer a posição do Brasil como liderança regional no bloco pan-americano, convertendo capital simbólico em influência diplomática, como já preconizava o jornalista nas colunas finais de fevereiro.

Após apresentar os seis pontos, Lacerda reconhece que suas propostas podem parecer ambiciosas e suscitar discordância entre diplomatas, mas afirma que “o tempo provará” que ele está certo, jogando a avaliação para os analistas do futuro. Em seguida, retoma o discurso de Oswaldo Aranha na ONU, observando que este teria sido “bastante vago” e que não expressaria uma posição rigidamente definida do Brasil, o que, na visão do udenista, abriria margem para uma reorientação diplomática. Para reforçar esse argumento, ele compara a postura brasileira à do representante da Guatemala, que fez “uma rígida defesa” da partilha e participou ativamente de sua formulação, sugerindo que o Brasil, ao contrário, ainda estaria em posição de manobra.

Nesse contexto, Lacerda introduz um novo tipo de crítica ao mencionar nominalmente o relatório do diplomata João Carlos Moniz, representante brasileiro na ONU, de quem teria partido a indicação para a possibilidade de um voto favorável à partilha da Palestina. Embora

⁴⁹³ Ibid.

⁴⁹⁴ Ibid.

não esclareça como teve acesso a esse documento, o colunista questiona frontalmente a posição de Moniz, acusando-o de não considerar outras soluções possíveis para o conflito, e afirma, ainda, saber que a delegação brasileira não possuía instruções taxativas sobre como deveria votar, o que reforça sua tese de improvisação e falta de diretriz.

A crítica se radicaliza quando ele classifica a diplomacia brasileira como “cega e surda”, por não enxergar alternativas a uma proposta que poderia levar a uma escalada militar, e por não ouvir as vozes dos representantes das nações árabes, que supostamente estariam tentando evitar uma guerra. Ademais, o autor estende sua reprovação aos partidos políticos brasileiros, afirmando que estes não possuem opinião formada sobre a questão palestina, o que revelaria uma “imaturidade” da classe política em matéria de política externa na nova democracia, de modo que Lacerda acaba por ampliar o escopo da acusação, apontando uma fragilidade estrutural do sistema político brasileiro diante dos temas internacionais.

Em síntese, essa coluna é central porque consolida a passagem de Lacerda do papel de observador crítico para o de formulador de política, pois, ao mesmo tempo em que denuncia a desmoralização do Brasil e a submissão aos Estados Unidos, ele se apresenta finalmente como portador de um projeto alternativo, que combina aproximação com o mundo árabe, defesa da autodeterminação, modernização diplomática e cálculo geopolítico. Nesse movimento, o jornalista reafirma sua função de intelectual engajado, que não apenas interpreta a realidade, mas pretende orientá-la, utilizando a Questão Palestina como eixo para uma crítica mais ampla à inserção internacional do Brasil no pós-guerra.

A temática da política externa brasileira e sua relação com a Questão Palestina ainda seria retomada por Carlos Lacerda nas colunas dos dias 21 e 26 de março, pouco antes de seu retorno oficial ao Rio de Janeiro, em 31 de março, quando passa a concentrar-se quase exclusivamente na política interna do governo brasileiro. Nessas colunas finais da viagem, observa-se a consolidação de uma argumentação que combina traços de nacional-liberalismo com uma admiração explícita pelas posições políticas da Liga Árabe, de forma que Lacerda passa a sustentar sua análise tomando declaradamente como base a proposta de Azzam Pashá, por considerar que suas colocações “são, afinal, as condições que os elementos mais flexíveis, mais compenetrados, de sua responsabilidade, entre os que compõem a Liga Árabe, agarraram com ambas as mãos”⁴⁹⁵.

Ao privilegiar os “elementos mais flexíveis” da Liga, o jornalista contribui, neste sentido, para a construção de uma imagem dos árabes como atores moderados, responsáveis e

⁴⁹⁵ LACERDA, Carlos. Ao Brasil ou a ninguém. *Correio da Manhã*, Ed. B16873, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 21 Mar. 1948.

abertos à negociação, em contraste com a representação recorrente dessas populações no noticiário regular do *Correio da Manhã* (RJ). Partindo desse posicionamento, Lacerda prossegue afirmando que:

“Estas são também as condições que convém à Inglaterra. Serão igualmente as mais vantajosas para que os Estados Unidos saiam do beco em que se meteram. Para a comunidade judaica, é a solução mais confortável. Para o Brasil, ela tem a inestimável vantagem de estabelecer laços estreitos entre o nosso país e os da Liga Árabe, repondo em bases verdadeiras e sãs a nossa posição internacional e estabelecendo ligações que nos são indispensáveis”.⁴⁹⁶

Esse trecho é revelador porque sintetiza uma estratégia política de Lacerda em apresentar o plano árabe não como uma proposta setorial, mas como uma solução universalmente racional, capaz de atender, simultaneamente, aos interesses britânicos, norte-americanos, judaicos e brasileiro. Ao fazer isso, ele desloca o debate da esfera moral para a esfera pragmática, sugerindo que apoiar os árabes não é apenas justo, mas politicamente inteligente. Para o Brasil, em especial, a proposta é apresentada como oportunidade de “repor em bases verdadeiras e sãs” sua posição internacional, o que reforça sua crítica recorrente à política externa brasileira como errática, submissa e desprovida de projeto.

No caso específico da coluna do dia 21 de março, essa reflexão é antecedida por uma listagem das declarações diplomáticas de Estados Unidos e Inglaterra no Conselho de Segurança da ONU acerca do conflito palestino. Segundo Lacerda, os Estados Unidos teriam afirmado que não imporiam a partilha “à força”, intervindo apenas em caso de necessidade para manter a ordem, e que seguiriam a decisão da potência mandatária, a Inglaterra, que deveria ser responsabilizada por acompanhar e auxiliar a execução da resolução 181. Esse posicionamento é lido pelo jornalista como uma tentativa norte-americana de deslocar a responsabilidade política e operacional do processo, ao mesmo tempo em que mantém aberta a possibilidade de intervenção futura.

Todavia, as declarações inglesas, tal como reproduzidas por Lacerda, caminham em sentido oposto, eximindo-se de qualquer uma das responsabilidades esperadas pela superpotência anglófona. Segundo Creech Jones, ministro das colônias, o governo britânico afirmava que:

1. O governo de Sua Majestade se absterá de participar de qualquer voto

⁴⁹⁶ Ibid.

sobre a natureza da ajuda que deve ser proporcionada à Comissão da ONU na Palestina, para a execução do plano de partilha.;

2. O governo de Sua Majestade recusar-se-à a, sozinho, ou em associação com outros países, a impor pela força o plano da ONU sobre a Palestina;

3. As forças britânicas atualmente na Palestina serão mesmo retiradas a 1º de agosto⁴⁹⁷.

A análise que Lacerda faz dessas proposições cruzando a perspectiva de responsabilizar a Grã-Bretanha, por parte dos EUA, e a decisão britânica de retirar-se do debate político e operacional, recusando-se a impor “pela força” o plano da ONU, é a de uma tragédia anunciada, e proposital que empurra a região para uma situação de anomia e conflito iminente. É nesse ponto que se articula sua crítica aos Estados Unidos, já que, para o colonista, ao apontar a Inglaterra como responsável e, simultaneamente, ter ciência de sua retirada, os EUA estariam, na prática, chancelando um cenário de guerra civil.

A recusa britânica em impor a partilha, somada à retirada das tropas, abre caminho para o confronto direto entre árabes e judeus, e a posição norte-americana, ao se limitar a prometer intervenção apenas para “manter a ordem”, indica que Washington se prepara para agir apenas após o conflito instaurado. Lacerda interpreta esse movimento como uma política que “necessariamente indica uma guerra civil a caminho”, com a posterior possibilidade de intervenção americana para o restabelecimento da ordem, mas não para evitar o conflito em si.

Além disso, embora não mencione explicitamente a ajuda financeira e militar indireta aos judeus, Lacerda associa de maneira clara a posição norte-americana aos interesses eleitorais internos, especialmente ao peso da comunidade judaica no eleitorado de Truman. Ao fazer essa associação, ele reforça sua leitura de que a política externa dos EUA estaria subordinada a cálculos domésticos, e não a princípios de justiça internacional ou estabilidade regional, formulando uma crítica que se insere no seu discurso mais amplo de denúncia da instrumentalização da Questão Palestina pelas grandes potências.

Diante desse quadro, a conclusão de Lacerda assume tom abertamente interpelativo e nacionalista, na medida em que ele encerra a coluna com a pergunta que lhe dá título: “Em suma, a quem deveremos servir? Ao Brasil — ou a ninguém?”⁴⁹⁸. Essa formulação sintetiza sua estratégia retórica, que pretende transformar a Questão Palestina em um espelho da soberania brasileira, pensando-a por diversas óticas para criticar tanto a gestão do PSD quanto a herança estrutural do Estado Novo. Não se trata, em sua construção, de escolher entre árabes e judeus, mas entre uma política externa autônoma, orientada pelos interesses nacionais, e

⁴⁹⁷ Ibid.

⁴⁹⁸ Ibid.

uma diplomacia submissa, que “serve” a potências estrangeiras sem obter contrapartidas. Assim, ao mesmo tempo em que defende a proposta de Azzam Pashá, Lacerda a instrumentaliza como alicerce para uma crítica mais profunda à inserção internacional do Brasil, apresentando o alinhamento aos árabes como um gesto de afirmação nacional.

Na coluna de 26 de março⁴⁹⁹, a última dedicada diretamente à Questão Palestina, Carlos Lacerda atinge o ápice de sua radicalização discursiva ao longo da viagem, o que se observa tanto no fato de ser o texto mais extenso, como também mais agressivo em termos de acusações, rompendo com o tom relativamente ordeiro e polido que marcara grande parte de suas intervenções anteriores, ainda que críticas. Intitulada “As ruínas de Baalbek”⁵⁰⁰ e enviada da cidade de Chtoura, no Líbano, a coluna encerra a linearidade de proposições dirigidas ao governo brasileiro com uma contundência que sinaliza tanto exaustão quanto urgência. Assim, até a escolha do cenário em que se passa a coluna funciona como parte da sua construção narrativa, de modo que Lacerda inicia o texto com uma historicização do patrimônio arqueológico de Baalbek, região rica em monumentos da Antiguidade, marcada por sucessivas dominações de fenícios, romanos e árabes, enfatizando os usos reiterados e destrutivos que cada poder fez das mesmas ruínas e templos.

Essa introdução estabelece uma ponte simbólica entre passado e presente, utilizando Baalbek como metáfora da repetição histórica da violência e da destruição, além de preparar o terreno para a discussão da “outra guerra” que, segundo ele, “aqui por perto se fabrica”, isto é, a guerra da Palestina. Ao enfatizar que os monumentos de Baalbek foram constantemente destruídos e reconstruídos, Lacerda metaforiza a ideia de que o acúmulo material da região funciona como uma lembrança perpétua da capacidade humana de aniquilar aquilo que ela própria edifica, de forma que a crônica cotidiana, nesse sentido, serve para dramatizar a iminência da catástrofe palestina como mais um capítulo de uma longa história de autodestruição. É nesse enquadramento que Lacerda insere uma das passagens mais expressivas de toda a série de colunas:

O jornal que trago na mão anuncia que todo um quarteirão de Jerusalém foi destruído. Será isto remoto para nós? Será remoto até para os deuses que nestas ruínas se acotovelam? O Homem que está em Jerusalém terá de novamente padecer para que compreendamos? Daremos à burrice diplomática e à cobiça política mais esta oportunidade de nos destruir uns

⁴⁹⁹ LACERDA, Carlos. As ruínas de Baalbek. *Correio da Manhã*, Ed. 16877, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 26 Mar. 1948.

⁵⁰⁰ Ibid.

aos outros, de retalhar a terra e a face das criaturas, reduzindo o mundo a uma nova Baalbek?⁵⁰¹

Aqui, a fusão entre o tom lírico e a denúncia política é deliberada, como observa-se na pergunta “Será isto remoto para nós?”, que funciona como interpelação direta ao leitor brasileiro, rompendo qualquer possibilidade de distanciamento moral. Além disso, a associação entre “burrice diplomática” e “cobiça política” condensa sua crítica central, a de que a guerra não é fruto de fatalidade histórica, mas de escolhas políticas irresponsáveis, feitas por elites que instrumentalizam territórios e povos.

Em seguida, o colunista intensifica a crítica à inércia internacional, afirmando que estamos “olhando o crime como se não víssemos” e “contentando-nos em anotar o *score* dos mortos de cada dia”⁵⁰², em uma formulação que denuncia à naturalização da violência e o voyeurismo político com que, segundo ele, a comunidade internacional acompanha a escalada do conflito. Mais do que isso, Lacerda faz coro com as afirmações que teria ouvido na cúpula da Liga Árabe, e que acusam diretamente o Brasil “perante cada morto na Palestina”, em uma imputação de culpa coerente com sua argumentação anterior de que o voto brasileiro na ONU produziu um impacto de participação ativa na engrenagem que produz a guerra.

Em outro movimento retórico forte, Lacerda amplia o campo da responsabilização ao acusar todo o Ocidente, pois, segundo ele, enquanto diplomatas de países árabes, como o Líbano, estariam tentando “apaziguar a situação e buscar uma solução razoável”⁵⁰³, o Ocidente estaria acumulando contra si o ressentimento das nações árabes, “que são uma realidade, em nome do sionismo, que é uma ficção”⁵⁰⁴. Essa formulação é particularmente significativa, devido ao vocábulo escolhido para tratar do sionismo, representando-o enquanto uma “ficção”, de modo que Lacerda não nega sua existência política, mas questiona sua legitimidade histórica e social, contrapondo-o às “nações árabes”, definidas como realidade concreta, historicamente estabelecida. Ele reforça essa distinção ao afirmar que “não se trata do judeu, e sim do sionismo, invenção de alguns judeus que resolveram gastar dinheiro para enviar outros judeus para a Palestina”⁵⁰⁵, e com isso, procura se proteger da acusação de antisemitismo, ao mesmo tempo em que constrói o sionismo como um projeto artificial, elitista e imposto, em contraste com a organicidade dos povos árabes da região. A coluna

⁵⁰¹ Ibid.

⁵⁰² Ibid.

⁵⁰³ Ibid.

⁵⁰⁴ Ibid.

⁵⁰⁵ Ibid.

atinge seu ponto mais agressivo na conclusão, quando Lacerda abandona qualquer verniz diplomático e parte para o ataque direto, afirmando que:

o destino e a honra do nosso voto e das nossas decisões não podem continuar entregues ao sr. João Carlos Muniz, que é um bobo, e a jornalistas que foram pensionistas da embaixada alemã durante a guerra, e hoje lambendo os beijos já se atiram sobre as gorjetas da Agência Judaica.⁵⁰⁶

Esse trecho é de uma violência verbal incomum no padrão de Lacerda até então, o que destaca mais ainda seu ato de chamar o representante brasileiro na ONU de “bobo”, em um gesto que desqualifica sua capacidade técnica e o ridiculariza publicamente, rompendo com qualquer formalidade institucional. Ao atacar jornalistas, ainda que de uma forma anônima, supostamente ligados à embaixada alemã durante a guerra e agora associados à Agência Judaica, Lacerda sugere uma continuidade moral entre o colaboracionismo e a venalidade, construindo uma narrativa de corrupção e oportunismo em torno do campo pró-sionista no Brasil. Na sequência, ele segue com a radicalização de sua posição, tomando explicitamente a palavra em primeira pessoa e dirigindo-se ao governo brasileiro:

[Eu] afirmo ao governo aquilo que os seus representantes diplomáticos nestas regiões lhe tem mandado dizer — e que ele nem sequer tem lido, pois os relatórios daqui não são estudados no Itamaraty, e a delegação brasileira na ONU decide de acordo com as improvisações do sr. Muniz e as flutuações causadas pela ausência de uma orientação firmemente determinada”.⁵⁰⁷

Aqui, Lacerda se coloca como porta-voz legítimo dos diplomatas brasileiros no Oriente Médio, reivindicando para si a autoridade de transmitir verdades ignoradas pelo próprio governo, em uma autoatribuição surpreendente, pois ele se constrói como mediador entre a realidade local e o centro decisório no Brasil, apresentando laços íntimos com um dos círculos mais seletos da administração pública, e reforçando sua imagem de intelectual orgânico e de fiscal da nação. Ao denunciar que “os relatórios daqui não são estudados no Itamaraty”⁵⁰⁸, retoma uma crítica recorrente à burocratização e à centralização da política externa brasileira, agora com tom de indignação aberta, demonstrando conhecimento sobre o funcionamento interno da diplomacia brasileira.

Em conjunto, a coluna “As ruínas de Baalbek” funciona como uma espécie de catarse final da trajetória de Lacerda no Oriente Médio, já que nela se condensam seus principais

⁵⁰⁶ Ibid.

⁵⁰⁷ Ibid.

⁵⁰⁸ Ibid.

eixos argumentativos: a denúncia da guerra como produto de irresponsabilidade diplomática, a defesa dos árabes como atores legítimos e moderados, a crítica ao sionismo como projeto artificial, a acusação às grandes potências de cinismo político e, sobretudo, a condenação da política externa brasileira como submissa, desinformada e mal conduzida. O tom exaltado, quase desesperado, indica que Lacerda já não escreve apenas para convencer, mas para acusar, advertir e constranger publicamente o governo, às vésperas de seu retorno, em um movimento que encerra não apenas uma série de colunas, mas um projeto político-discursivo que utilizou da Questão Palestina como plataforma para uma crítica estrutural à inserção internacional do Brasil e à qualidade de sua elite diplomática.

Em cruzamento, as colunas de 21 e 26 de março revelam com nitidez o fechamento do arco argumentativo de Lacerda ao longo da viagem, combinando análise geopolítica e radicalização retórica em uma mesma direção política. De modo que é possível observar que, no dia 21, Lacerda ainda opera no registro da advertência estratégica, perguntando “a quem deveremos servir? Ao Brasil — ou a ninguém?”, mas, no dia 26, o colunista assume o tom de acusação direta, responsabilizando o Brasil “perante cada morto na Palestina” e atacando nominalmente a improvisação da diplomacia brasileira. Assim, as duas colunas se complementam, tendo em vista que a primeira constrói o quadro estrutural da armadilha geopolítica montada pelas grandes potências; a segunda expõe suas consequências humanas, históricas e morais. O resultado é a consolidação de uma narrativa em que a guerra não é acidente, mas produto; não é fatalidade, mas escolha; e na qual o Brasil, se permanecer inerte ou alinhado, deixa de ser espectador para tornar-se cúmplice. Essa articulação confirma que, para Lacerda, a Questão Palestina é menos um problema distante e mais um espelho incômodo das debilidades, submissões e omissões da política externa brasileira no pós-guerra, como pode-se refletir na análise do conjunto da obra produzida por Lacerda em sua viagem.

4.2. “PROSSEGUE A LUTA NA PALESTINA”⁵⁰⁹

Enquanto Carlos Lacerda caminhava pelas ruas do Cairo, em fevereiro de 1948, “os árabes preparam-se para a batalha da partilha”⁵¹⁰, anunciava uma manchete do *Correio da Manhã* (RJ) em sua edição do dia 15 daquele mês. A notícia em questão, que combina um

⁵⁰⁹ O título faz referência a uma notícia homônima publicada no *Correio da Manhã* (RJ) em 23 de maio de 1948, e é aqui mencionado de maneira metafórica, na medida em que também nomeia esta dissertação de mestrado como um todo. Sua referência, como comentada na introdução deste trabalho, dialoga com o fato de que, até os dias atuais, ainda ocorrem conflitos na região da Palestina, transmitindo a noção de um passagem “atemporal” sobre um conflito que consecutivamente “prossegue”, há 78 anos. Cf: PROSSEGUE a luta na Palestina. *Correio da Manhã*, Capa, p. 1. Rio de Janeiro - RJ, 23 de Maio. 1948.

⁵¹⁰ Cf: OS ÁRABES preparam-se também para a batalha da partilha. *Correio da Manhã*, Ed. 16344, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 15 Fev. 1948.

título de forte apelo retórico, a descrição da pressão diplomática exercida pela comunidade árabe junto ao Conselho de Segurança da ONU e o relato de uma tentativa de atentado contra a residência de Amin al-Husseini, revela de forma bastante expressiva a temperatura elevada do “caldeirão” palestino naquele momento. Diplomacia, mobilização bélica e ações violentas passam a coexistir de maneira cada vez mais entrelaçada no noticiário, indicando que, nos meses iniciais de 1948, a conjuntura na Palestina encontrava-se em plena ebulição, com o conflito já se desenhando não apenas no plano político-institucional, mas também no terreno da violência direta e organizada.

Tal situação é reforçada pelo conjunto de pílulas jornalísticas publicadas alguns dias depois, em 22 de fevereiro⁵¹¹, quando noticia-se que a onda de violências na região atingiu a marca de mil mortos “em tiroteios, emboscadas e bombardeios”, entre árabes e judeus, desde a aprovação da partilha do território palestino, no fim de 1947. Além disso, o jornal noticia que a Grã-Bretanha, nesta data, dava continuidade à parte da sua retirada, excluindo o território de seu mandato da zona econômica de uso da Libra esterlina, reiterando a posição unilateral da mesma em reduzir progressivamente o seu envolvimento nos atritos da região.

A cobertura da Questão Palestina, ao longo deste segundo mês de 1948, é marcada pelo tom breve e pouco analítico da questão, concentrando-se principalmente em pequenas pílulas condensadas que pouco exprimem a opinião do *Correio da Manhã* (RJ) ou oferecem detalhes sobre o acirramento das tensões na referida localidade. Esse panorama, entretanto, é interrompido ao fim do mês, no dia 26, quando noticia-se a ocorrência de uma “Batalha de quatro horas na Terra Santa”⁵¹², na fronteira entre as cidades de Jaffa, reduto árabe, e Tel Aviv, principal cidade de ocupação judaica.

A notícia em questão, construída a partir do cruzamento de informes das agências *United Press*, *Associated Press* e *France-Presse*, apresenta ao leitor um quadro de violência generalizada na Palestina, reunindo em um único texto diferentes episódios de confrontos armados, atentados e incursões paramilitares. Assim, a narrativa enfatiza os detalhes da cena de batalha, contabilizando dezenas de mortos entre judeus e árabes, ao mesmo tempo em que descreve ações simultâneas em diferentes pontos do território palestino. Tal estrutura textual, ao condensar múltiplos focos de violência em uma mesma peça noticiosa, contribui para a construção da percepção de um conflito em larga escala, já não restrito a incidentes isolados, mas articulado em uma dinâmica territorial ampla e coordenada.

⁵¹¹ Cf: MIL judeus e árabes mortos. *Correio da Manhã*, Ed. 16350, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 22 Fev. 1948.

⁵¹² Cf: BATALHA de quatro horas na Terra Santa. *Correio da Manhã*, Ed. 16353, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 26 Fev. 1948.

Chama atenção, nesse relato, o protagonismo atribuído às milícias judaicas, em especial à *Haganá*, descritas como responsáveis por incursões em regiões árabes, como a cidade de Jaffa e o bairro de Cheikh Jarrah, em Jerusalém. Ainda que os grupos paramilitares não sejam sempre identificados nominalmente — como no relato do atentado ao bairro árabe —, a narrativa é clara ao situar a iniciativa dos ataques do lado judaico, enquanto os árabes aparecem majoritariamente como reativos, ainda que capazes de infligir baixas.

Essa assimetria discursiva é reforçada por uma ênfase no aparato militar empregado, havendo menções a carros blindados, morteiros, canhões, dinamites, fuzis e metralhadoras, por parte dos grupos paramilitares judaicos. Dessa forma, o nível de militarização descrito não apenas confere dramaticidade ao texto, como também indica um estágio avançado de preparação bélica, sugerindo a existência de uma estrutura organizada e previamente articulada, em consonância com o que a historiografia tem apontado acerca do processo de militarização do *Yishuv* no período final do Mandato Britânico.

Nesse sentido, a menção a um “mercado árabe abandonado” em Jaffa adquire especial relevância analítica, pois esse elemento permite observar uma dinâmica de esvaziamento populacional que antecede ou acompanha as incursões armadas, sugerindo que a violência não se limita ao confronto imediato, mas integra uma estratégia mais ampla de controle territorial. Ainda que o jornal não formule essa leitura explicitamente, a informação de que combatentes judeus invadem áreas árabes esvaziadas, trocando tiros por horas e articulando ações simultâneas em diferentes regiões, permite problematizar a existência de uma ofensiva coordenada voltada à consolidação de posições no território. Além disso, pode-se relacionar que tal interpretação encontra respaldo na historiografia recente, como demonstram Jean-Pierre Filiu (2023)⁵¹³ e Eugene Rogan (2021)⁵¹⁴, ao evidenciar que, já nos meses que antecederam a proclamação do Estado de Israel, setores do movimento sionista operavam segundo uma lógica de conquista territorial, combinando ação militar, deslocamento populacional e controle estratégico de áreas-chave.

Filiu (2023)⁵¹⁵, ao analisar o processo de desagregação da Palestina mandatária, destaca como a escalada da violência não foi apenas reativa às tensões intercomunitárias, mas parte de uma dinâmica de guerra civil progressiva, em que milícias judaicas, especialmente a *Haganá* e seus desdobramentos, passaram a operar de maneira cada vez mais ofensiva. Rogan

⁵¹³ Cf. FILIU, Jean-Pierre. *Uma História Secular do Oriente Médio: do ano 395 aos nossos dias*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

⁵¹⁴ Cf. ROGAN, Eugene. *Os árabes, uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

⁵¹⁵ Cf. FILIU, Jean-Pierre. *Uma História Secular do Oriente Médio: do ano 395 aos nossos dias*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

(2021)⁵¹⁶, por sua vez, ao situar a Questão Palestina no interior das transformações do Oriente Médio no pós-guerra, sublinha que a retirada britânica criou um vácuo de poder rapidamente preenchido por atores armados, e que o conflito assumiu, desde cedo, contornos de disputa territorial organizada. Assim, a notícia do *Correio da Manhã* (RJ), ainda que não utilize a linguagem da historiografia, acaba por registrar empiricamente indícios dessa dinâmica, ao descrever ações simultâneas, armamento pesado e a ocupação de espaços árabes esvaziados.

No plano diplomático, a matéria também articula o conflito local às movimentações internacionais, ao mencionar declarações do governo dos Estados Unidos, segundo as quais “o problema da Palestina apresentou e apresenta ainda primordial interesse para o governo dos Estados Unidos”⁵¹⁷ — uma afirmação que pode ser problematizada à luz do crescente envolvimento norte-americano na região e da consolidação dos EUA como ator central no sistema internacional do pós-guerra. Pode-se interpretar que a ênfase no “interesse primordial” sugere não apenas preocupação humanitária ou institucional, mas a inserção da Palestina no tabuleiro geopolítico mais amplo, marcado pela reorganização das esferas de influência e pelo início da Guerra Fria, de modo que a Questão Palestina, assim, passe a ser representada não apenas como um drama regional, mas como um problema de relevância estratégica global.

A notícia também traz uma menção ao pedido da Colômbia para que a Grã-Bretanha adiasse sua retirada até julho⁵¹⁸, o que contrasta com uma resposta negativa de uma fonte britânica, que afirma ter informações de que o país não cogita retardar a renúncia ao mandato, reforçando a percepção de um abandono da questão, deixando as populações locais em uma situação de potencial guerra civil. A postura britânica, apresentada como inflexível, evidencia a disposição de abandonar o território em meio ao colapso da ordem mandatária, contribuindo para o agravamento do vácuo de poder e, conseqüentemente, para a intensificação dos confrontos. O jornal, ao registrar essas movimentações sem maior problematização, acaba por naturalizar a sequência de eventos que conduzem ao conflito armado, como se a guerra fosse um desdobramento quase automático da conjuntura.

Inclusive, cabe citar, essa naturalização da violência é um dos aspectos mais significativos do texto, já que não há, por parte do periódico, uma denúncia explícita ou um juízo moral contundente acerca das ações armadas, tampouco uma problematização ética da escalada bélica, observada na forma como os confrontos são narrados, em certo tom de

⁵¹⁶ Cf. ROGAN, Eugene. Os árabes, uma história. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

⁵¹⁷ Cf. BATALHA de quatro horas na Terra Santa. *Correio da Manhã*, Ed. 16353, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 26 Fev. 1948.

⁵¹⁸ Ibid.

normalidade, enumerando-se mortos, feridos e armas utilizadas, como se a guerra já estivesse incorporada ao horizonte do possível e do esperado. Entendemos, entretanto, que tal postura pode ser compreendida à luz do acúmulo de notícias anteriores que vinham anunciando, mês após mês, a intensificação das tensões, criando no leitor a sensação de uma tragédia em marcha, quase inexorável e, nesse caso, o que choca, como sugere a própria manchete, não é tanto a ocorrência da violência em si, mas a sua duração, a sua extensão e o fato de já se configurar como uma guerra em curso.

Desse modo, o *Correio da Manhã* (RJ), ao reunir em uma única narrativa a violência armada, as movimentações diplomáticas e as decisões das grandes potências, constrói uma representação da Palestina como espaço de conflito inevitável, marcado por uma escalada contínua e por uma ausência de saídas políticas efetivas. Ainda que não explicita categorias como “guerra civil” ou “limpeza territorial”, o jornal oferece ao leitor elementos suficientes para perceber que a disputa já havia ultrapassado o campo das negociações e se deslocado de maneira decisiva para o terreno das armas e, nesse cenário, a violência é tratada como fato consumado e quase rotineiro, passando a integrar o repertório de representações que vão sedimentando, no imaginário social brasileiro, a ideia de que a Questão Palestina é, por natureza, insolúvel e permanentemente conflitiva.

Reforçando a atmosfera de guerra que atravessava a região, a edição de 16 de março de 1948⁵¹⁹ do *Correio da Manhã* (RJ) traz uma das raras notícias dedicadas à perspectiva do Exército Árabe de Libertação, elemento que, por si só, já mereceria destaque analítico, mas torna-se ainda mais interessante quando observamos que trata-se de uma encomenda feita pelo próprio jornal à jornalista e correspondente de guerra britânica Clare Hollingworth⁵²⁰, então presente na Palestina. Esta informação, aparentemente simples, acende um sinal de que havia, de um lado, um interesse editorial específico em cobrir a atuação árabe no conflito e, de outro, uma insuficiência das grandes agências internacionais, majoritariamente norte-americanas e europeias, em oferecer material detalhado sobre esse setor do conflito.

⁵¹⁹ Cf. HOLLINGWORTH, Clare. O Exército Árabe de Libertação. *Correio da Manhã*, Ed. 16396, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 16 Mar. 1948.

⁵²⁰ Clare Hollingworth foi uma jornalista britânica pioneira no jornalismo de guerra, cuja carreira se estendeu por mais de cinco décadas. Ela ganhou notoriedade internacional ao ser a primeira jornalista a relatar o início da Segunda Guerra Mundial, quando, em 1939, ainda trabalhando para o *Daily Telegraph*, observou e informou sobre a concentração de forças alemãs na fronteira com a Polônia, fato que acabou por antecipar a invasão e o início do conflito. Ao longo de sua carreira, Hollingworth cobriu muitos dos principais conflitos do século XX, incluindo, além da guerra na Europa, eventos nos campos de batalha do Oriente Médio, China, Vietnã e Argélia, e transformou-se em um dos nomes mais respeitados do jornalismo internacional. Mesmo em períodos nos quais mulheres correspondentes de guerra enfrentavam severas restrições, ela continuou atuando na linha de frente, tornando-se referência e inspiração para gerações de profissionais. Em 2017, aos 105 anos, Hollingworth morreu em Hong Kong, deixando um legado como uma das mais influentes repórteres de guerra da história. Cf. <<https://www.bbc.com/news/entertainment-arts-38573643>>.

Portanto, a decisão, ainda que pontual, de contratar uma correspondente *in loco*, especializada em cobertura bélica e com experiência na Segunda Guerra Mundial, sugere uma busca deliberada por maior densidade informativa e por uma narrativa de autoridade sobre a situação no terreno.

Nesse ponto, é possível levantar, ainda que no campo das hipóteses históricas, a indagação sobre a influência das colunas de Carlos Lacerda nesse movimento editorial, já que, como se sabe, Lacerda encontrava-se em plena viagem ao Oriente Médio, publicando regularmente textos em que denunciava o desconhecimento brasileiro acerca da região e a superficialidade com que a imprensa nacional tratava suas questões. É plausível supor que esse tensionamento interno, produzido por um de seus principais colonistas, tenha contribuído para sensibilizar o conselho editorial do *Correio da Manhã* (RJ) quanto à necessidade de qualificar sua cobertura, recorrendo a uma jornalista estrangeira com acesso direto ao teatro de operações. Desta forma, ainda que não seja possível afirmar tal relação de causalidade de forma categórica, a coincidência temporal entre as colunas de Lacerda e a contratação de Hollingworth permite, ao menos, problematizar a permeabilidade do jornal às disputas internas de interpretação sobre o Oriente Médio.

Retomando a análise da reportagem, que intitula-se “O Exército Árabe de Libertação”⁵²¹, podemos observar que Hollingworth informa que o quartel-general deste exército encontra-se em Damasco, sendo a presença na Palestina caracterizada apenas como um posto avançado. Tendo isso em mente, o relato da jornalista ocorre com base em seus contatos com membros da tropa, soldados e oficiais, embora não tenha visitado diretamente os acampamentos, permanecendo nas cidades do chamado “Triângulo Árabe, formado pelas cidades de Nablus, Jenin e Tulkarm”⁵²², onde, supostamente, cerca de cinco mil voluntários vindos da Síria, do Iraque e da Transjordânia estariam, escondidos em acampamentos nas colinas, se preparando diariamente para o conflito, que se iniciaria com a partida dos ingleses. Esse dado é particularmente relevante, pois indica uma mobilização regional em torno da causa palestina, reforçando a dimensão transnacional do conflito e evidenciando que, para além das tensões locais, havia um engajamento árabe mais amplo no entorno da Palestina.

Um elemento central da narrativa de Hollingworth é a percepção de que a guerra, embora iminente, ainda não estaria plenamente em curso, já que, mesmo diante dos confrontos sucessivos provocados por ofensivas judaicas, amplamente noticiadas pelo próprio

⁵²¹ Cf. HOLLINGWORTH, Clare. O Exército Árabe de Libertação. *Correio da Manhã*, Ed. 16396, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 16 Mar. 1948.

⁵²² Ibid.

Correio da Manhã (RJ), a jornalista constrói a ideia de uma contenção estratégica por parte das forças árabes, que aguardavam a retirada britânica para iniciar as hostilidades em larga escala. Ela elogia a disciplina, que chama de surpreendente, comentando a dificuldade em manter as tropas calmas até a data prevista para a retirada da potência mandatária, 15 de maio, já que as mesmas “vieram para lutar, e querem lutar”⁵²³, construindo uma representação que reforça a imagem de um exército organizado, disciplinado e contido, em contraste com a narrativa de violência espontânea ou desordenada frequentemente associada aos árabes em outras coberturas ocidentais.

A jornalista também ressalta que não era a sua primeira visita aos territórios do Triângulo Árabe, agora dominados pelo Exército de Libertação, e que, em ocasiões anteriores, havia enfrentado grande burocracia para chegar ao local, sendo “continuamente detida por árabes espanélicos com armas antigas”⁵²⁴, por razões de segurança da região. Todavia, nesta visita, já em seu terceiro dia no momento da escrita da reportagem, ela afirma não ter ouvido “um tiro sequer”, descrevendo a região como estando em estado de “ordem completa”, e prossegue, em uma narrativa que combina um elogio explícito à capacidade de auto-organização árabe com marcas evidentes de orientalismo, afirmando que

Apesar do mandato britânico, esta zona está inteiramente em mãos de árabes, que a dirigem com êxito. O prefeito árabe de Nablus disse-me que a segurança pública nunca foi melhor, tendo sido extinto o latrocínio — embora, por sistemas primitivos, como a prisão de toda a família do ladrão até este restituir o roubo.⁵²⁵

Outro ponto de destaque no relato é a percepção da autora sobre a dimensão socioeconômica do conflito, já que Hollingworth afirma preocupação com a dificuldade econômica enfrentada pelo território em razão de colheitas deficitárias, da falta de combustível e do crescimento populacional, inflado tanto pela chegada dos voluntários quanto pelos refugiados árabes vindos de “Jaffa e outras cidades inseguras”⁵²⁶. Trata-se, como podemos observar, de uma das primeiras menções publicadas no *Correio da Manhã* (RJ) a refugiados árabes decorrentes do conflito, o que confere a esse trecho um valor documental significativo e, assim, a emergência da figura do refugiado árabe começa a integrar o repertório de representações do jornal, ainda de maneira incipiente, mas já sinalizando o deslocamento forçado de populações antes mesmo da deflagração formal da guerra.

⁵²³ Ibid.

⁵²⁴ Ibid.

⁵²⁵ Ibid.

⁵²⁶ Ibid.

Embora não tenha sido autorizada a entrar no acampamento, a jornalista relata contato com oficiais árabes e dedica atenção à descrição da aparência e do fardamento dos voluntários, destacando o que ela chama de elegância e organização. A autora descreve minuciosamente as cores dos turbantes: os transjordanianos, que utilizavam vermelho e branco; os sírios, azul e branco; e os iraquianos, preto e branco, todos acompanhados de um fardamento cáqui, e conclui que “andam bem armados e com aspecto marcial, quem os está treinando sabe o que faz”⁵²⁷. Esse trecho é particularmente revelador, pois constrói uma imagem de profissionalismo e preparo militar, distanciando-se da ideia de improvisação ou amadorismo e sugerindo a presença de quadros experientes na formação dessas tropas.

Por fim, a jornalista afirma que “não há nos árabes a menor hostilidade contra os ingleses”⁵²⁸, pontuando que só teria encontrado cordialidade na região, em uma observação que é relevante na medida em que contrasta com a postura abertamente hostil das milícias judaicas em relação à presença britânica nos meses finais do Mandato, frequentemente marcada por atentados e sabotagens. Desta forma, no relato da jornalista, a representação de árabes cordiais e disciplinados, aguardando a retirada britânica para agir, contribui para reforçar a leitura de que o conflito estaria menos associado a uma rebelião caótica e mais a uma estratégia política e militar deliberada.

Em conjunto, essa reportagem de Clare Hollingworth desempenha um papel importante na composição do quadro representacional do *Correio da Manhã* (RJ) sobre a Palestina em março de 1948, pois, ao oferecer uma perspectiva árabe organizada, disciplinada e socialmente estruturada, o jornal complexifica sua narrativa, rompendo, ainda que parcialmente, com estereótipos de irracionalidade ou desordem. Ao mesmo tempo, a presença de marcas orientalistas e a ausência de problematização mais profunda sobre as assimetrias de poder e de armamento revelam os limites dessa cobertura. Ainda assim, a escolha editorial de dar voz, ainda que mediada, ao Exército Árabe de Libertação indica um deslocamento importante em relação ao padrão das agências internacionais, e dialoga diretamente com o esforço, em curso nas colunas de Lacerda, de reorientar o olhar brasileiro para o Oriente Médio, retirando-o da margem e colocando-o no centro das preocupações políticas e morais do período.

Diante da perspectiva cada vez mais concreta de uma guerra iminente no Oriente Médio, os Estados Unidos buscaram atuar no âmbito do Conselho de Segurança da ONU no sentido de criar alternativas pacíficas para efetivar a partilha da Palestina, tal como aprovada

⁵²⁷ Ibid.

⁵²⁸ Ibid.

em novembro de 1947. Conforme noticiado pelo *Correio da Manhã* (RJ), diversos planos foram cogitados pela superpotência, incluindo a possibilidade de criação de uma força internacional que impedisse o conflito e garantisse a implementação da resolução — proposta à qual Carlos Lacerda se colocou veementemente contra, como analisado na seção anterior —, bem como a hipótese de os próprios Estados Unidos assumirem uma tutela provisória da região⁵²⁹. Esta última alternativa, contudo, não encontrou respaldo nem nas instâncias internas do país, nem nos marcos legais da própria Carta das Nações Unidas, fato reconhecido publicamente pelo presidente Harry Truman em pronunciamento de 25 de março de 1948, publicado no dia seguinte pelo *Correio da Manhã* (RJ)⁵³⁰.

Esse posicionamento de Truman aparece, na narrativa do jornal, como resposta direta à postura britânica, reiterada poucos dias antes pelo primeiro-ministro Ernest Bevin que, em declaração publicada pelo *Correio da Manhã* (RJ) em 24 de março⁵³¹, afirmou que nenhuma discussão no âmbito do Conselho de Segurança, ou qualquer desenrolar dos acontecimentos na Palestina, afetaria a retirada britânica prevista para 15 de maio, decisão que a potência mandatária se recusava a reconsiderar. A manutenção dessa neutralidade rígida, associada à deterioração acelerada da situação no terreno, compõe o pano de fundo de frustração no qual Truman insere seu pronunciamento, deixando explícito o esgotamento das alternativas diplomáticas até então tentadas.

Com isso em vista, em seu longo informe, Truman faz questão de registrar que os Estados Unidos “apoiou vigorosamente o plano da partilha”⁵³², destacando que sua gestão teria procurado “todas as possibilidades que se coadunam com os princípios básicos da Carta [das Nações Unidas] para por em efetividade essa solução. Infelizmente, ficou bem claro que o plano de partilha não pode ser levado a efeito, atualmente, por meios pacíficos.”⁵³³. A enumeração que se segue, com detalhes dos planos rejeitados ou inviabilizados, constrói discursivamente a imagem de uma superpotência empenhada, porém limitada por constrangimentos jurídicos, políticos e pela recusa britânica em prolongar sua presença no território. Ao mesmo tempo, o reconhecimento da impossibilidade de implementação pacífica marca uma inflexão significativa no tom da política norte-americana, agora publicamente resignada à perspectiva do conflito.

⁵²⁹ Cf. INEXEQUÍVEL, no momento, o plano de partilha da Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16877, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 26 Mar. 1948.

⁵³⁰ Ibid.

⁵³¹ Cf. NÃO afetará nossa retirada. *Correio da Manhã*, Ed. 16875, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 24 Mar. 1948.

⁵³² Cf. INEXEQUÍVEL, no momento, o plano de partilha da Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16877, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 26 Mar. 1948.

⁵³³ Ibid.

Essa inflexão é interpretada pelo *Correio da Manhã* (RJ) como uma “mudança da política norte americana”⁵³⁴, na medida em que o foco deixa de ser a imposição da partilha por meio de um elemento externo e passa a concentrar-se na defesa de uma “trégua imediata entre árabes e judeus”. O jornal reproduz o comentário de Truman, que ressalta o compromisso de paz que os Estados Unidos estariam assumindo com o mundo e com a ONU, ao mesmo tempo em que destaca uma última proposta de uma “curadoria temporária”, apresentada como a única via possível para alcançar um horizonte pacífico e evitar “uma tragédia na Palestina”⁵³⁵. Essa mudança discursiva é relevante, pois desloca a ênfase da engenharia institucional da partilha para a gestão emergencial do conflito, sinalizando que a prioridade norte-americana já não é mais a implementação do plano, mas a contenção do colapso.

A própria forma de apresentação da notícia reforça sua centralidade, já que o informe ocupa metade da capa da edição de 26 de março do *Correio da Manhã* (RJ), indicando o peso político atribuído ao pronunciamento de Truman e à posição norte-americana no desenrolar da crise⁵³⁶. Trata-se de um destaque incomum, que contribui para enquadrar a Questão Palestina não apenas como um problema regional, mas como uma questão de alta relevância no tabuleiro da política internacional, diretamente vinculada à atuação das grandes potências e ao prestígio da recém-criada ONU.

Além do texto, a edição é acompanhada por um elemento visual de grande importância simbólica e interpretativa: um mapa que representa graficamente o projeto de divisão da Palestina aprovado em novembro de 1947 (conferir figura 13). Trata-se do primeiro mapa publicado pelo jornal em 1948 sobre o tema, já que até então, apenas à época da aprovação da partilha havia sido veiculada uma representação cartográfica, ainda ligada a projetos britânicos anteriores que não chegaram a se efetivar⁵³⁷. A introdução desse mapa em março de 1948 materializa visualmente a fragmentação do território, permitindo ao leitor brasileiro apreender concretamente aquilo que, no texto, poderia permanecer abstrato.

O mapa constrói uma representação do território entre o rio Jordão e o mar Mediterrâneo como um conjunto de blocos descontínuos, contando apenas com uma pequena ligação direta entre si, tanto no caso do Estado judeu quanto no do Estado árabe. Essa fragmentação visual reforça a leitura da inviabilidade prática do plano, ao evidenciar as dificuldades de integração territorial e administrativa em um espaço já pequeno e politicamente tensionado. A materialidade da imagem, nesse sentido, opera como um

⁵³⁴ Ibid.

⁵³⁵ Ibid.

⁵³⁶ Ibid.

⁵³⁷ Cf. A PARTILHA da Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16283, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 02 Dez. 1947.

argumento silencioso: ela não apenas ilustra, mas interpreta, sugerindo ao leitor que a partilha, tal como concebida, nasce marcada por um alto grau de artificialidade⁵³⁸.

Figura 13 — Palestina, projeto de divisão da ONU, 1948.



Fonte: INEXEQUÍVEL, no momento, o plano de partilha da Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16877, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 26 Mar. 1948.

É particularmente significativo que o mapa destaque Jerusalém como zona internacional, separada dos demais blocos territoriais, já que tal representação gráfica reforça a ideia de excepcionalidade da cidade, não pertencente nem ao Estado judeu nem ao árabe, mas submetida a um regime internacional, como pensado no âmbito da ONU para evitar uma disputa ainda maior sobre a territorialidade da cidade sagrada e milenar. Tal enquadramento visual dialoga diretamente com a narrativa textual de tutela, curadoria e intervenção externa, e contribui para consolidar, no imaginário do leitor, a percepção de Jerusalém como um espaço apartado, problemático e permanentemente disputado, de forma que a imagem, assim, não apenas informa, mas educa o olhar, moldando a compreensão espacial do conflito e naturalizando a ideia de que a cidade não pode ser plenamente apropriada por nenhum dos lados.

⁵³⁸ Cf. INEXEQUÍVEL, no momento, o plano de partilha da Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16877, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 26 Mar. 1948.

Desse modo, texto e imagem operam conjuntamente na construção de uma representação da Questão Palestina marcada pela iminência da tragédia, pela impotência das soluções diplomáticas e pela centralidade das grandes potências na definição dos rumos do território. A ênfase na mudança da política norte-americana, na rigidez britânica e na inviabilidade prática da partilha, somada à visualização da fragmentação territorial e da internacionalização de Jerusalém, contribui para consolidar, no *Correio da Manhã* (RJ), a narrativa de que a guerra não é apenas provável, mas quase inevitável. Neste enquadramento, a Palestina surge como um tabuleiro de experimentações diplomáticas fracassadas, no qual árabes e judeus aparecem progressivamente como atores aprisionados a decisões tomadas em instâncias externas.

Apesar da postura de contenção adotada pelo Exército Árabe de Libertação que, como visto anteriormente, aguardava a data simbólica de 15 de maio para iniciar uma ofensiva mais ampla, as fontes jornalísticas revelam que o colapso da ordem mandatária e a intensificação dos combates se precipitaram antes do previsto. A edição do *Correio da Manhã* (RJ) de 22 de abril de 1948 é particularmente expressiva nesse sentido ao estampar a manchete “Os britânicos abandonam Haifa”⁵³⁹, acompanhada da indicação de que uma “iminente batalha entre árabes e judeus pela posse da cidade” poderia ocorrer “dentro de 48 horas”, indicando que tal retirada acabava por funcionar como um gatilho imediato para o confronto direto entre as partes, reforçando a ideia de que o vácuo de poder deixado pelo mandato produziria, quase automaticamente, a guerra aberta.

A notícia informa que a decisão de abandonar uma das principais cidades litorâneas da Palestina teria surpreendido a todos e teria sido motivada pela “atmosfera de insegurança” que se respirava em Haifa, em uma formulação que merece a devida problematização, já que, há meses, o governo britânico vinha reiterando sua decisão irrevogável de encerrar o mandato, como demonstram as declarações de Ernest Bevin e a recusa em adiar a retirada. Assim, a alegação de insegurança não justifica-se plenamente, na medida em que o mandato britânico já sobrevivia à momentos de grave tensão, ao menos desde 1947, o que nos possibilita levantar uma interpretação na qual a potência mandatária estaria, na verdade, optando por preservar suas tropas e sua imagem internacional, antes de preocupar-se com os caminhos que se seguiram com o abandono à própria sorte de uma cidade estratégica e densamente povoada. Outro ponto que reforça esse argumento é a descrição de que estaria ocorrendo uma evacuação “acelerada de toda a cidade, com exceção do quartel-general, situado na zona

⁵³⁹ Cf. OS BRITÂNICOS abandonam Haifa. *Correio da Manhã*, Ed. 16899, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 22 Abr. 1948.

portuária”⁵⁴⁰, o que indica que o interesse britânico já não era o de administrar a transição, mas o de minimizar riscos, ainda que isso contribuísse para o caos.

O jornal acrescenta que os britânicos acreditavam em uma rápida vitória judaica, uma vez que estes estariam em maioria populacional de “4 para 1” em relação aos árabes na referida cidade. Assim, a partir dessa suposição britânica, a matéria reproduz a corrente ideia de que muitos transtornos poderiam ser evitados, pois os judeus deveriam “oferecer aos árabes uma proposta para abandonarem a cidade sem que sejam incomodados, prometendo aos que desejem permanecer em Haifa a concessão da cidadania sob jurisdição judia, caso deponham as armas”⁵⁴¹.

Essa passagem é especialmente reveladora e exige uma leitura crítica, pois, ao tratar como algo quase administrativo a possibilidade de os árabes “abandonarem a cidade”, a notícia naturaliza um processo que, à luz da historiografia posterior, pode e deve ser problematizado como deslocamento forçado e limpeza étnica. Assim, podemos interpretar que a saída em massa da população árabe de Haifa não foi apenas resultado do medo ou de uma negociação pacífica com os judeus, mas integrou uma dinâmica mais ampla de expulsão, intimidação e colapso das estruturas de proteção, conforme demonstram autores como Eugene Rogan⁵⁴² e Jean-Pierre Filiu⁵⁴³. Contudo, a linguagem do jornal dilui a violência implícita nesse processo ao apresentá-lo como uma “proposta” razoável, positiva ou como uma solução pragmática para supostamente evitar maiores conflitos.

A matéria também informa que grupos ligados ao exército da *Haganá* já estariam ocupando as elevações da cidade que eram dominadas pelos árabes, utilizando-se de carros blindados, e expressa o temor de que um choque armado resultasse em uma perda enorme de vidas na localidade⁵⁴⁴. Aqui, mais uma vez, percebe-se a coexistência de dois movimentos na narrativa, na medida em que ocorre tanto um reconhecimento tácito da superioridade militar e da organização judaica, quanto uma tentativa de manter um tom relativamente neutro, quase fatalista, diante da escalada da violência. Além disso, a ocupação de pontos estratégicos, de ação imediata por parte da *Haganá*, antes mesmo da retirada completa dos britânicos, indica planejamento e antecipação, reforçando a leitura de que a guerra pela posse das cidades palestinas não era improvisada, mas parte de uma lógica territorial em curso.

⁵⁴⁰ Ibid.

⁵⁴¹ Ibid.

⁵⁴² Cf. ROGAN, Eugene. Os árabes, uma história. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

⁵⁴³ Cf. FILIU, Jean-Pierre. *Uma História Secular do Oriente Médio*: do ano 395 aos nossos dias. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

⁵⁴⁴ Cf. OS BRITÂNICOS abandonam Haifa. *Correio da Manhã*, Ed. 16899, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 22 Abr. 1948.

Do lado árabe, a notícia registra que os habitantes da região afirmavam não estar nervosos com a evacuação britânica, mas, simultaneamente, atuaram no sentido de dinamitar um trecho da rodovia que ligava Jerusalém e Tel Aviv, tentando impedir a passagem de judeus pertencentes aos grupos paramilitares⁵⁴⁵. Essa informação é fundamental para compreender a assimetria das representações dos dois grupos populacionais, pois enquanto as ações judaicas aparecem como estratégicas, organizadas e quase inevitáveis, as ações árabes são descritas sobretudo como reativas, defensivas ou de sabotagem pontual, e não se discute, por exemplo, o sentido político dessas ações, mas apenas seu efeito imediato, reforçando uma imagem de resistência dispersa diante de um avanço militar estruturado.

Nesse sentido, a edição de 22 de abril de 1948⁵⁴⁶ marca uma reviravolta no andamento dos acontecimentos e nas próprias representações do conflito no *Correio da Manhã* (RJ), pois o clima de guerra deixa de ser uma expectativa futura e passa a ser tratado como realidade iminente e concreta, de modo que a retirada britânica de Haifa torna-se um evento simbólico que sinaliza o fim de qualquer mediação efetiva e a entrega do território à lógica da força, o que se explicita de maneira crucial na fala do porta-voz britânico, reproduzida na notícia, quando este afirma que “a decisão é um convite aberto para ficar com a cidade aqueles que sejam os melhores entre árabes e judeus”⁵⁴⁷. Ao mesmo tempo, a maneira como o jornal enquadra o abandono da cidade, sem uma denúncia explícita de seus impactos humanitários e demográficos, contribui para normalizar processos violentos de deslocamento e reconfiguração territorial, esvaziando-os de sua dimensão trágica.

Por fim, esse movimento da realidade impacta diretamente as representações que se constroem do conflito. A guerra passa a ser narrada não mais como um risco abstrato, mas como uma sequência de fatos encadeados, nos quais a retirada britânica, o avanço da *Haganá*, o êxodo árabe e os atos de sabotagem aparecem como partes de um mesmo processo. O tom de inevitabilidade, já perceptível em notícias anteriores, se intensifica, e a violência passa a ser tratada como um desfecho quase natural do colapso do mandato. Essa construção discursiva, ao mesmo tempo em que informa, também molda a percepção do leitor brasileiro sobre a Palestina, apresentando a guerra não como resultado de escolhas políticas e projetos territoriais, mas como uma tragédia que simplesmente “acontece” quando o poder colonial se retira.

⁵⁴⁵ Ibid.

⁵⁴⁶ Ibid.

⁵⁴⁷ Ibid.

O sentido desta notícia é complementado por outra, o informe do dia 23 de abril de 1948, intitulado “Forças judaicas ocupam Haifa”⁵⁴⁸, que funciona como um desdobramento direto da escalada de tensões já observada nas semanas anteriores, e adensa a percepção de que o fim do Mandato Britânico representava o surgimento de um vácuo de poder que poderia ser rapidamente ocupado por forças locais organizadas. Assim, a rápida evacuação britânica da cidade portuária, aqui, não é apresentada pelo *Correio da Manhã* (RJ) apenas como um dado logístico, mas como um gatilho imediato para a ofensiva judaica, o que permite interpretar que a retirada da potência mandatária produzia, quase automaticamente, novas territorialidades *de facto*.

Nesse sentido, a cidade passa a ser um território em disputa, cuja posse material sinaliza soberania e capacidade de controle, antecipando, no plano prático, a fragmentação político-territorial que a partilha da ONU sobre o território palestino ainda tentava institucionalizar no plano jurídico. Desta forma, o informe inicia-se com uma descrição minuciosa da operação militar da *Haganá*, reforçando o caráter organizado, coordenado e ofensivo da ação:

As forças judaicas da Haganá ocuparam a grande cidade portuária de Haifa depois de uma ofensiva que durou a noite toda. O ataque da Haganá foi iniciado ontem à tarde, poucas horas depois de terem as autoridades britânicas anunciado que se preparavam para retirar virtualmente todas as suas tropas da cidade. [...] De acordo com a versão oficial, [...] os judeus atacaram os postos avançados árabes nas zonas montanhosas, no Passo dos Profetas, e a Central Telefônica. Os escritórios da estrada de ferro local foram destruídos com todos os seus arquivos. [...] Em consequência do fogo de morteiros, teve início um princípio de incêndio na zona portuária, porém foi logo extinto.⁵⁴⁹

O que se observa é uma narrativa que constrói uma sequência lógica que associa diretamente a retirada britânica à ação militar judaica, sugerindo uma leitura implícita de oportunidade estratégica, com o surgimento de uma brecha de poder prontamente explorada pela *Haganá*. Além disso, a escolha dos alvos, como os postos avançados, a central telefônica e os escritórios da estrada de ferro⁵⁵⁰, revela uma racionalidade militar que vai além do confronto direto, atingindo infraestruturas de comunicação e logística, fundamentais para o controle urbano. Desta forma, o jornal, ao reproduzir esse relato sem maiores problematizações, naturaliza a militarização do espaço civil, tratando a destruição de arquivos

⁵⁴⁸ Cf. FORÇAS judaicas ocupam Haifa. *Correio da Manhã*, Ed. 16900, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 23 Abr. 1948.

⁵⁴⁹ Ibid.

⁵⁵⁰ Ibid.

e serviços como parte ordinária do conflito, o que reforça a ideia de que a guerra já não é mais uma ameaça futura, mas uma realidade instalada.

Um dos trechos mais significativos da notícia é o que informa que os árabes estariam sendo “evacuados pelo mar, e se dirigem para Acre”⁵⁵¹, cidade vizinha, sendo este um elemento que permite interpretar o episódio como parte de um processo de deslocamento forçado da população árabe. Novamente, é importante perceber que, ainda que o jornal não utilize o termo, essa dinâmica se aproxima do que a historiografia posteriormente identificará como práticas de limpeza étnica em áreas estratégicas, sobretudo em cidades mistas como Haifa.

Nota-se que o dado de que houve “ao menos 4 judeus e em torno de 20 árabes” mortos é apresentado de forma quase contábil, reforçando a lógica da quantificação da tragédia, sem que se problematize a assimetria de poder envolvida na operação ou as consequências humanitárias da evacuação britânica, de maneira que o silêncio editorial diante desse deslocamento reforça uma narrativa que normaliza o esvaziamento árabe como efeito colateral inevitável da guerra.

Além disso, a notícia avança, ao relatar que “o ataque judeu foi tão intenso que obrigou os grupos árabes a pedirem paz”⁵⁵², e que a *Haganá* teria imposto condições para a trégua, dentre elas:

que os árabes entregassem todas as armas imediatamente; aceitassem o toque de recolher de 24h; permitissem aos judeus realizar registros em todos os bairros árabes e que os árabes entregassem todos os nazistas europeus à Haganá.⁵⁵³

Este último ponto é particularmente revelador e exige problematização, pois, até o momento, como já indicado ao longo desta pesquisa, não há qualquer registro consistente no próprio *Correio da Manhã* (RJ) sobre a presença de “nazistas europeus” entre os árabes palestinos, de forma que tal exigência, portanto, opera muito mais no plano simbólico e retórico do que factual. Mobilizando deliberadamente o imaginário do pós-Segunda Guerra Mundial e associando os árabes ao nazismo, numa tentativa de deslegitimação moral do adversário, a estratégia retórica utilizada pelos grupos judaicos ganha ainda mais densidade se considerarmos que a figura de Amin al-Husseini, líder palestino, teve uma conhecida aproximação com a Alemanha nazista, que era frequentemente instrumentalizada para

⁵⁵¹ Ibid.

⁵⁵² Ibid.

⁵⁵³ Ibid.

construir uma equivalência entre liderança árabe e fascismo europeu. De forma que, ao reproduzir essa condição sem questionamento, o jornal acaba por reforçar uma narrativa que criminaliza o outro lado não apenas como inimigo militar, mas também como inimigo moral, deslocando o conflito para o campo da civilização versus barbárie, como uma re-encenação do conflito europeu.

Na sequência, o informe amplia o quadro de violência ao mencionar outros focos de combate, como a “sangrenta batalha na zona de Safad, na Galiléia, posição de importância estratégica para o domínio da parte norte da Terra Santa”⁵⁵⁴, e os “encarniçados combates [...] entre a colônia judaica de Nitzanim e a cidade árabe de Belt Diras”⁵⁵⁵, com saldo expressivo de feridos. Aqui, o jornal contribui para a construção de uma geografia do conflito, destacando pontos estratégicos e sugerindo que a disputa não é episódica, mas territorial e sistemática, já que a cidade de Safad, por exemplo, é apresentada não apenas como cenário de batalha, mas como peça-chave no controle do norte, o que dialoga com a leitura historiográfica de que, naquele momento, as forças judaicas buscavam consolidar corredores territoriais contínuos, antecipando a configuração de um futuro Estado desejado.

Outro elemento de grande impacto simbólico é a informação de que os britânicos residentes em Jerusalém teriam recebido ordens para se retirar da Palestina antes do fim de abril, “pois, depois dessa data, não mais poderão contar nem com escolta, nem com os meios de transportes necessários”⁵⁵⁶. Esse dado projeta sobre Jerusalém, cidade de centralidade religiosa, política e simbólica, um horizonte de insegurança, antecipando sua transformação em espaço de disputa aberta, de modo que a retirada dos britânicos é um gesto que comunica a desistência em manter o controle e o reconhecimento da incapacidade de garantir a ordem, contribuindo para a sensação de abandono da autoridade mandatária. Nesse contexto, a cidade é representada como um território prestes a ser lançado à própria sorte, o que dialoga diretamente com a noção de vácuo de poder e com a intensificação das lógicas paramilitares.

Por fim, há também uma menção, vinda da agência de notícias *France-Presse*, de que as tropas “tanto do lado judeu como do árabe, movimentam-se para assegurar as posições estratégicas para as próximas batalhas, que serão decisivas”⁵⁵⁷, algo que reforça uma leitura de que o conflito entrara em uma fase qualitativamente distinta dos atritos que ocorriam em 1947, como analisamos no capítulo anterior.

⁵⁵⁴ Ibid.

⁵⁵⁵ Ibid.

⁵⁵⁶ Ibid.

⁵⁵⁷ Ibid.

Ou seja, já não tratamos aqui de confrontos localizados ou retaliações pontuais, mas de uma preparação aberta para batalhas decisivas, com planejamento, cálculo territorial e expectativa de desfecho. O *Correio da Manhã* (RJ), ao encadear esses informes, reforça a sua narrativa de inevitabilidade da guerra, em que cada retirada britânica é imediatamente preenchida por um avanço armado, e cada cidade passa a ser vista como um prêmio estratégico para os lados em conflito, de forma que a ausência de um juízo crítico mais incisivo por parte do *Correio da Manhã* (RJ) também contribui para a já citada naturalização do conflito, pois percebe-se que a partilha já não se decide mais nos gabinetes da ONU, mas no chão das cidades, nos portos, nas colinas e nas estradas.

Após a ocupação de Haifa, o periódico analisado passa a registrar uma sucessão de acontecimentos que, embora não tenham a mesma envergadura simbólica daquela ofensiva, evidenciam a rápida deterioração da autoridade britânica e a consolidação de uma dinâmica bélica generalizada. Analisando de maneira panorâmica, observamos que a próxima grande batalha, com desfecho para um dos lados, ocorreria apenas em 14 de maio de 1948, pelo controle da cidade de Jaffa, todavia, o intervalo entre essa batalha e o conflito já mencionado em Haifa é preenchido por uma série de ações armadas, declarações de guerra e tentativas diplomáticas que revelam um território em plena desagregação política. Nesse recorte de algumas poucas semanas, a cobertura assume um tom marcadamente factual, com pouca densidade interpretativa, o que revela uma violência que já se tornou parte da rotina regional.

Discorrendo sobre esse íterim, em 27 de abril de 1948⁵⁵⁸, o jornal noticia uma ofensiva judaica tanto contra alvos árabes, quanto contra remanescentes da presença britânica, sem uma distinção clara de alvos entre os dois, que ocorria desde o furto de automóveis em Jaffa, a tomada de controle de um aparelho militar de transmissão de rádio sob guarda britânica, indo até o bloqueio das vias de acesso à Jerusalém pelo sul⁵⁵⁹. Esse dado é particularmente significativo, pois indica que as milícias judaicas desafiavam abertamente a autoridade da potência mandatária, sinalizando o colapso efetivo do Mandato antes mesmo de sua data oficial de encerramento, a exemplo disso, a apropriação de um equipamento de comunicação militar revela ousadia associada a uma estratégia clara de controle informacional e logístico, elemento central em qualquer campanha militar organizada.

Na mesma edição, o jornal registra que o rei Abdullah I, da Transjordânia, declara guerra à Israel e ordena uma invasão do território palestino, ocupando a cidade de Jericó,

⁵⁵⁸ Cf. ATMOSFERA de guerra na Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16903, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 27 Abr. 1948.

⁵⁵⁹ Ibid.

próxima à margem oeste do rio Jordão, como um avanço simbólico de sua autoridade. Paralelamente, informa-se que Líbano, Síria e Iraque preparavam-se para uma invasão conjunta em três frentes, que deveria lançar contra o mandato britânico, supostamente, cerca de quarenta mil homens, “a partir do 1º de maio”.

Aqui, a narrativa do *Correio da Manhã* (RJ) constrói um cenário de regionalização do conflito, em que a questão palestina aprofunda o envolvimento direto de vários Estados árabes vizinhos. No entanto, chama a atenção que essa movimentação árabe seja frequentemente apresentada como reativa, tardia e ainda em preparação, enquanto as ações judaicas aparecem como imediatas, concretas e já em curso, o que aponta uma assimetria discursiva que contribui para reforçar a imagem de eficiência e iniciativa do lado judaico, em contraste com uma suposta desorganização árabe.

Na edição de 30 de abril de 1948⁵⁶⁰, alguns dias depois, o jornal carioca anuncia que os judeus tentaram forçar uma invasão de Jaffa, sendo impedidos por uma intervenção britânica que mobilizou cerca de três mil soldados e aviões da *Royal Air Force*. O dado de que os árabes ainda sustentaram quatro dias de luta antes dessa intervenção revela que a cidade já se encontrava em situação de cerco e que a presença britânica funcionava, naquele momento, como último anteparo à conquista total por forças paramilitares, semelhante ao que ocorreu em Haifa. Esse episódio é particularmente revelador do esgotamento da capacidade britânica de controle, pois ainda que a intervenção ocorra, esta se dá em caráter emergencial e defensivo, sem perspectiva de continuidade, o que reforça a sensação de que o Império apenas administra o colapso e a retirada das suas tropas até o dia marcado para o fim do Mandato.

Quanto à invasão liderada por Abdullah I, ainda na edição do dia 30, noticia-se que o Conselho de Segurança da ONU emite um apelo para que ele cesse a intervenção na Palestina, classificando-a como um ato “hostil contra a ONU, e uma ameaça à paz”⁵⁶¹, em uma afirmação que evidencia a tensão entre a legalidade internacional e a realidade no terreno, de moto que nota-se uma frágil tentativa das Nações Unidas em tentar preservar sua autoridade normativa, ao passo que os atores regionais já operam segundo lógicas militares e estratégicas próprias. Ademais, nesta mesma edição, é mencionado que teria ocorrido, de maneira bem-sucedida, uma mediação por parte desse organismo internacional, o que resultou em uma trégua entre o Alto Comitê Árabe e a Agência Judaica, firmada em Jerusalém⁵⁶², contudo, o próprio desenrolar dos acontecimentos revela o caráter frágil e provisório desse cessar-fogo.

⁵⁶⁰ Cf. ENTRAM em ação as forças britânicas. *Correio da Manhã*, Ed. 16906, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 30 Abr. 1948.

⁵⁶¹ Ibid.

⁵⁶² Ibid.

Essa visão de fragilidade normativa fica evidente quando, somente na edição de 08 de maio de 1948⁵⁶³, o *Correio da Manhã* (RJ) observa algum efeito prático da trégua mediada ainda em abril e, ainda assim, de forma limitada à cidade de Jerusalém e seu entorno, na medida em que também registram-se bombardeios nas colinas no entorno de Jaffa e a continuidade da intervenção britânica como elemento necessário para conter o avanço das milícias judaicas.

Esse último ponto, inclusive, é fundamental para a análise, pois sugere que a trégua não se sustenta por vontade das partes locais, mas por imposição externa, o que reforça a ideia de que a lógica da guerra já se impôs como horizonte dominante, que persistirá após a retirada britânica. Ademais, o rei Abdullah I passa a adotar uma retórica que combina ameaça e paternalismo, afirmando que as tropas árabes poupariam aqueles judeus que depusessem suas armas e aceitassem a cidadania de um Estado árabe palestino⁵⁶⁴, semelhante ao que especulava-se os grupos judaicos fariam após a ocupação de Haifa, em uma formulação que revela uma tentativa discursiva de se apresentar como autoridade legítima e protetora do povo palestino, ao mesmo tempo em que nega a legitimidade política do projeto sionista.

Alguns dias depois, em 12 de maio de 1948⁵⁶⁵, o jornal noticia que o mesmo monarca acusa o Alto Comitê Árabe “de levar a Terra Santa à miséria”⁵⁶⁶, afirmando que o órgão “já não satisfaz a todo o povo da Palestina” e criticando nominalmente Amin al-Husseini como responsável pelo fracasso árabe⁵⁶⁷. Essa declaração difere das representações até então estabelecida no periódico ao longo de todo o ano de 1948, pois revela de maneira frontal que estaria ocorrendo uma profunda fragmentação interna no campo árabe, anteriormente sempre anunciado como em constante cooperação, sobretudo no espaço da Liga Árabe, o que também desmontava qualquer ideia de unidade política ou estratégica.

Inclusive, ao afirmar veementemente que “as forças do exército de libertação árabe podem ser consideradas como dissolvidas”⁵⁶⁸, Abdullah I explicita publicamente a desarticulação e o fracasso das forças voluntárias em luta na palestinas, o que também contrasta de maneira contundente com a imagem de organização, eficiência e estratégia atribuída às forças judaicas ao longo de toda a cobertura, e contribuindo para uma percepção

⁵⁶³ Cf: CESSOU o fogo em Jerusalém. *Correio da Manhã*, Ed. 16912, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 08 Mai. 1948.

⁵⁶⁴ Ibid.

⁵⁶⁵ Cf: O REI da Transjordânia contra o comitê árabe. *Correio da Manhã*, Ed. 16915, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 12 Mai. 1948.

⁵⁶⁶ Ibid.

⁵⁶⁷ Ibid.

⁵⁶⁸ Ibid.

de suposta inevitabilidade da vitória sionista, uma vez que o fracasso árabe parece decorrer mais de sua própria desorganização do que de uma relação desigual de forças.

No conjunto, esse bloco de notícias, entre 23 de abril e 12 de maio, revela um momento-chave de rápida transição dos acontecimentos, com o colapso prático do Mandato Britânico, a intensificação das ações paramilitares judaicas, a entrada vacilante e fragmentada dos Estados árabes e a fragilidade das tentativas de mediação internacional. Diante dessa profusão de registros, o *Correio da Manhã* (RJ), ao optar por uma cobertura predominantemente factual, sem emitir análises ou colunas densas acerca da temática, e acaba por tentar dar conta desse processo sem questioná-lo em profundidade, contribuindo para um silenciamento crítico diante da guerra se impõe como realidade concreta e irreversível no território palestino.

Após essa sequência agitada de acontecimentos, a edição de 14 de maio de 1948⁵⁶⁹ do periódico carioca insere-se em um momento de altíssima tensão política e militar, publicando informes sobre outra grande batalha ocorrida ainda antes da retirada britânica da Palestina, em uma grande manchete intitulada “Rendição de Jaffa aos judeus”⁵⁷⁰. A cidade é apresentada como o “principal porto árabe da Palestina”, com uma população estimada em noventa mil habitantes, mas já profundamente esvaziada em decorrência dos confrontos iniciados no final de abril, de modo que o jornal registra que, no momento da rendição, restavam apenas “alguns milhares de árabes famintos”⁵⁷¹, formulação que, além de descrever o colapso material da cidade, sugere implicitamente um processo de expulsão, fuga em massa e desestruturação social. A ênfase na fome e na redução drástica da população reforça a ideia de um território esvaziado pela guerra, revelando os efeitos demográficos profundos que marcariam a *Nakba* palestina.

É significativo que, diferentemente de outras coberturas de batalhas, a notícia não se inicie com a narrativa do detalhamento do confronto armado, mas com a própria rendição, antecipando ao leitor o desfecho do embate, em uma escolha narrativa que produz um efeito de naturalização da vitória judaica, como se a rendição fosse um resultado quase inevitável, sem que o leitor tenha acesso ao desenrolar da resistência ou à intensidade dos combates. O texto menciona apenas, em poucas linhas, a existência de um cerco à cidade e a abertura de uma brecha na defesa árabe que permitiu a entrada das forças judaicas por um dos bairros de

⁵⁶⁹ Cf. RENDIÇÃO de Jaffa aos judeus. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

⁵⁷⁰ Ibid.

⁵⁷¹ Ibid.

Jaffa⁵⁷², de modo que ausência de descrição da batalha em si contribui para uma representação assimétrica do conflito, na qual a ação militar judaica aparece eficaz e resolutiva, enquanto a defesa árabe surge difusa e fragilizada, quase apagada da narrativa.

Outro elemento relevante logo no início do informe é a menção à presença de tropas britânicas na cidade no momento da rendição, embora sem terem realizado qualquer intervenção, diferentemente do ocorrido em 27 de abril de 1948. Quanto a isso, o jornal justifica a inércia da Grã-Bretanha afirmando que o domínio britânico terminaria “à meia noite” do dia 14, e que “um minuto depois” seria emitida a “proclamação do estado judaico”⁵⁷³, de modo que há um reforço da imagem de um poder imperial em retirada, preservando-se dos conflitos coloniais e já sem autoridade real efetiva, acompanhando a emergência de um novo poder que se impunha pela violência militar, o do estado sionista. Essa narrativa sugere que a fundação do Estado de Israel ocorre quase como um ato unilateral, imposto pelas próprias mãos dos judeus locais, sem intervenção direta da ONU ou da Grã-Bretanha para efetivá-lo e, na verdade, feito às custas da negligência de ambos esses agentes diante das demandas de árabes, e mesmo do plano de partilha.

Nesse contexto, o foco da notícia desloca-se rapidamente para as movimentações judaicas e suas declarações oficiais, entre elas a convocação, feita pela Agência Judaica, a todos os homens e mulheres com qualquer tipo de instrução militar, entre 18 e 35 anos, uma medida tomada “como precaução contra possível invasão da Palestina pelos árabes vizinhos”⁵⁷⁴. É particularmente significativa a menção explícita às mulheres como possíveis combatentes, pois trata-se da primeira vez que o periódico registra a participação feminina em funções militares no conflito palestino, o que, no campo das possibilidades da história, pode ser interpretado como parte de um projeto simbólico do Estado judaico nascente de se apresentar como moderno, organizado e alinhado a valores associados às nações ocidentais desenvolvidas.

Ao incluir mulheres na mobilização armada, o *Yishuv* se distancia do modelo social árabe, no qual a participação feminina em combate não era aceita, e aproxima-se de referências como os vitoriosos exércitos soviéticos da Segunda Guerra Mundial, que incorporaram mulheres em diversas frentes, o que, ainda no campo das possibilidades históricas, pode ter alguma conexão, considerando-se a origem centro e leste europeia de muitos dos residentes judeus, refugiados da *Shoah* e possivelmente em contato direto com

⁵⁷² Ibid.

⁵⁷³ Ibid.

⁵⁷⁴ Ibid.

essas experiências militares. Mais curioso que isso, é o fato do registro dessa mobilização ocorrer, nas páginas do *Correio da Manhã* (RJ) sem crítica ou comentários de estranhamento, sendo isso revelador, já que, no próprio Brasil, as mulheres tenham sido admitidas apenas em funções médicas durante a guerra.

Retomando a análise da notícia, esta também deixa entrever aspectos ideológicos do novo Estado, ainda que de forma sutil, a exemplo de uma menção de respeito ao *shabat*, dia sagrado dos judeus, com a observação de que se evitaria “qualquer ato oficial” nesse dia da semana⁵⁷⁵, razão pela qual a proclamação do Estado de Israel ocorreria pouco antes da meia noite, em respeito ao preceito religioso, ainda que formalmente antes do fim do mandato britânico. Essa informação, aparentemente técnica, tem grande densidade simbólica, pois indica que o novo Estado não se propunha a ser laico, mas incorporava obrigações religiosas à esfera estatal, sendo esta uma escolha coerente com a trajetória de fundação de Israel, profundamente marcada pela experiência da *Shoah* e pela centralidade da identidade judaica, que contribui para compreender a construção de uma identidade nacional que funde religião, memória e política.

Além disso, o informe amplia o quadro do conflito ao mencionar outras batalhas em curso no território palestino, como os combates em torno de Acre, Beisan, Bad-El-Wad e Kfar Ezion, além de fazer uma observação à ocorrência de grandes preparativos militares, de ambos os lados, para travarem uma batalha pelo controle da cidade sagrada de Jerusalém⁵⁷⁶. Em Beisan, registra-se uma vitória judaica, enquanto em Bad-El-Wad e Kfar Ezion o comitê árabe anuncia triunfo, no entanto, o *Correio da Manhã* (RJ) opta por lançar dúvida, especificamente sobre essas vitórias árabes, ao reproduzir acriticamente que “as notícias não foram confirmadas”, ainda que a informação tenha vindo diretamente de pronunciamentos feitos pelo Rei Abdullah I, denotando uma escolha editorial que produz um efeito de deslegitimação do discurso árabe e da figura do monarca transjordaniano.

Outro ponto de destaque é o fato de que a notícia destaca um dos principais impactos do controle judaico sobre Haifa, isto é, o levantamento do bloqueio britânico à imigração⁵⁷⁷ judaica. Assim, o *CM* menciona a chegada dos primeiros navios com refugiados da *Shoah* e afirma que estes se voluntariam imediatamente para integrar as forças da *Haganá*, e ainda havia a expectativa de cerca de dez mil migrantes em embarcações já anunciadas à destino do novo estado judaico⁵⁷⁸. Tal informação reforça a imagem de um Estado em construção,

⁵⁷⁵ Ibid.

⁵⁷⁶ Ibid.

⁵⁷⁷ Ibid.

⁵⁷⁸ Ibid.

alimentado pela diáspora e pela memória do genocídio, e sugere uma fusão entre imigração, sobrevivência e mobilização militar, ao mesmo tempo em que silencia sobre o deslocamento e o sofrimento da população árabe, contribuindo para uma narrativa que legitima a expansão judaica como resposta histórica necessária, enquanto marginaliza as experiências palestinas.

Por fim, cabe destacar que a notícia traz, na íntegra, o relato de um correspondente da agência estadunidense de notícias *Associated Press*, residente na Palestina e chamado De Luce, que afirmou que:

O Estado judeu é agora uma realidade, tem um exército que derrotou decisivamente milhares de voluntários árabes mal comandados e, além de dominar a parte da Palestina atribuída aos judeus pelo plano da ONU, domina numerosos distritos árabes: está totalmente mobilizado para a ação militar. Os árabes da Palestina são uma nulidade militar, e os países vizinhos brigam entre si nos altos conselhos, tendo surgido um cisma no que os árabes consideravam sua sólida frente contra o sionismo. Os governos ainda não chegaram a acordo sobre compromissos militares, sobre comando supremo, e sobre divisão do espólio territorial. Se a Palestina não for invadida, esses governos se encontrarão em dificuldades para explicar o que houve a seu povo.⁵⁷⁹

A citação do correspondente da *Associated Press* condensa de forma particularmente explícita uma série de representações que vinham sendo construídas ao longo da cobertura do *Correio da Manhã* (RJ) entre fevereiro e maio de 1948. Logo em sua abertura, ao afirmar que “O Estado judeu é agora uma realidade”⁵⁸⁰, o texto não apenas descreve um fato político, mas produz um efeito de irreversibilidade histórica, interpretando a criação de Israel como algo consumado, encerrado, fora do campo da disputa, eclipsando os processos violentos e as assimetrias que possibilitaram a concretização dessa “realidade”. Trata-se, portanto, de uma afirmação performativa, na qual o reconhecimento jornalístico atua como forma de legitimação simbólica.

O segundo ponto central da citação é a ênfase na capacidade militar judaica, expressa na afirmação de que o novo Estado “tem um exército que derrotou decisivamente milhares de voluntários árabes mal comandados”⁵⁸¹, em uma construção narrativa que atribui a vitória, principalmente, à organização, à disciplina e à eficiência estratégica, em oposição direta a um inimigo descrito como desordenado e mal liderado, ainda que fosse a maioria populacional da região, reiterando uma já tradicional dicotomia reproduzida no *Correio da Manhã* (RJ) entre os judeus e seu espelho negativo, os árabes.

⁵⁷⁹ Ibid.

⁵⁸⁰ Ibid.

⁵⁸¹ Ibid.

Essa lógica se aprofunda quando De Luce afirma que Israel, “além de dominar a parte da Palestina atribuída aos judeus pelo plano da ONU, domina numerosos distritos árabes”⁵⁸², destacando que a expansão territorial para além do que fora estipulado internacionalmente é também um fato da “superioridade” judaica no conflito, mesmo que impondo-se pela força mesmo contra os planos das Nações Unidas para este território. Ademais, o domínio de “numerosos distritos árabes” surge de maneira sanitarizada no relato, desvinculado das violências, expulsões e deslocamentos forçados que o tornaram possível, contribuindo para o apagamento da dimensão trágica da *Nakba* em curso.

Outro ponto interessante na argumentação de De Luca é sua análise de que o Estado judeu estaria “totalmente mobilizado para a ação militar”⁵⁸³ reforçando a imagem de uma sociedade coesa e organizada em torno de um projeto nacional claro, como se não houvessem disputas internas ao sionismo. A própria ideia de uma mobilização total sugere consenso interno, prontidão e disciplina, elementos que já haviam sido destacados em notícias anteriores sobre recrutamento amplo e preparo militar, em uma representação que contrasta frontalmente com a imagem construída do campo árabe, reiteradamente descrito como fragmentado, hesitante e politicamente desarticulado.

Em contrapartida, quando o correspondente sustenta que “Os árabes da Palestina são uma nulidade militar”⁵⁸⁴, seu ponto de vista sintetiza de forma contundente o processo de desqualificação dos palestinos enquanto sujeitos históricos do conflito, pois, ao reduzi-los a uma “nulidade”, o discurso jornalístico nega não apenas sua capacidade bélica, mas também sua agência política. Os palestinos deixam de figurar como atores centrais e passam a ser representados como elementos residuais, cuja derrota aparece como inevitável, reforçando o apagamento sistemático de sua experiência coletiva no noticiário.

A análise avança quando o correspondente desloca o foco para os países árabes vizinhos, as únicas esperanças do povo Palestino diante da derrota do Exército de Libertação, afirmando que estes “brigam entre si nos altos conselhos”⁵⁸⁵ e que teria surgido um “cisma” naquilo que se imaginava ser uma frente sólida contra o sionismo. A ênfase na desunião, nas rivalidades internas e na incapacidade de coordenação militar e política contribui para explicar a derrota árabe como fruto exclusivo da mistura entre incompetência e ambição, reforçando uma narrativa de fracasso autoimposto.

⁵⁸² Ibid.

⁵⁸³ Ibid.

⁵⁸⁴ Ibid.

⁵⁸⁵ Ibid.

Por fim, ao afirmar que, caso a Palestina não seja invadida, esses governos “se encontrarão em dificuldades para explicar o que houve a seu povo”⁵⁸⁶, o texto mobiliza um discurso que tangencia a problemática da legitimidade interna dos regimes árabes, apresentando um horizonte histórico no qual a derrota militar é antecipada como crise política, encerrando qualquer expectativa de reversão do quadro e reafirmando a vitória israelense como definitiva. Assim, enquanto última notícia analisada nesta dissertação, essa citação opera como um fechamento simbólico da cobertura entre fevereiro e maio de 1948: nela, o nascimento de Israel aparece como fato consumado e legitimado, enquanto a *Nakba* se dilui em silêncios, e as representações do *Correio da Manhã* (RJ) convertem a catástrofe palestina em pano de fundo invisível da criação do novo Estado.

⁵⁸⁶ Ibid.

5 CONCLUSÃO

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o mundo passou por transformações profundas e estruturais que redefiniram as dinâmicas políticas, econômicas e simbólicas do sistema internacional, iniciadas pela derrota das potências do Eixo e a consolidação dos Estados Unidos e da União Soviética como grandes vencedores do conflito, resultando na inauguração de uma nova ordem mundial, marcada pela bipolaridade, pela disputa ideológica entre capitalismo e socialismo e pela redefinição das zonas de influência geopolítica.

Nesse contexto, antigos equilíbrios foram rompidos e novos conflitos passaram a emergir, especialmente em regiões até então submetidas ao domínio colonial europeu, no que convencionamos interpretar como um sinônimo da fragilização dos impérios coloniais tradicionais, como o britânico e o francês. Assim, criaram-se as condições históricas para a emergência e o fortalecimento de projetos nacionalistas na África e na Ásia e impulsionando os processos de descolonização que, ainda que desiguais e frequentemente violentos, passaram a ocupar o centro das agendas internacionais, revelando que o pós-guerra não representou um período de estabilidade, mas sim de reconfiguração conflitiva das relações de poder. É nesse cenário de transição e instabilidade que a Questão Palestina ganha novos contornos e se projeta como um dos conflitos mais emblemáticos do pós-guerra.

Embora suas raízes remontem às primeiras décadas do século XX, especialmente ao Mandato Britânico e às tensões já evidentes desde os anos 1920, com revoltas árabes e tentativas de afirmação de um projeto nacional palestino, a Questão Palestina se complexifica decisivamente a partir do final da década de 1940. A conjugação entre o enfraquecimento britânico, a intensificação da imigração judaica e a incapacidade de acomodar dois projetos nacionais antagônicos em um mesmo território produziu um cenário de crescente radicalização, no qual tratava-se, naquele momento, do choque entre dois nacionalismos em disputa: de um lado, o sionismo, fortalecido política e simbolicamente no pós-guerra; de outro, o nacionalismo árabe-palestino, que reivindicava autodeterminação em sua terra histórica.

Nesse processo, é importante situar que a *Shoah* desempenhou papel central, pois o extermínio sistemático de milhões de judeus pelo regime nazista produziu um impacto moral, político e humanitário sem precedentes, redefinindo a forma como a questão judaica passou a ser percebida no Ocidente. Além disso, os sobreviventes dos campos de concentração, enquanto refugiados apátridas e membros de comunidades devastadas, encontraram na Palestina a promessa de um lar nacional seguro, impulsionando o projeto sionista, já existente

desde o século XIX, com nova legitimidade internacional, de modo que tal movimento foi acompanhado por redes políticas, militares e diplomáticas já estruturadas, que possibilitaram a organização do *Yishuv* e a consolidação de instituições capazes de sustentar a fundação de um Estado. Contudo, esse processo ocorreu à revelia da população árabe palestina, cuja experiência, sofrimento e deslocamento forçado foram progressivamente silenciados ou secundarizados no debate internacional.

Nesse mesmo contexto de reorganização global, observa-se a emergência de organismos internacionais voltados à mediação e à resolução de conflitos, com destaque para a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que surgiu enquanto expressão do esforço coletivo em torno da paz, assumindo o papel de árbitro em disputas territoriais e políticas herdadas do período colonial. No caso da Palestina, coube a esse organismo a elaboração do plano de partilha, que, longe de pacificar a região, contribuiu para aprofundar as tensões e legitimar internacionalmente um processo de reorganização territorial profundamente assimétrico.

O Brasil, por sua vez, inseriu-se de forma ativa nessa nova ordem internacional. Fortalecido diplomaticamente após a Segunda Guerra Mundial e alinhado ao bloco ocidental, o país buscou afirmar-se como ator relevante nos fóruns multilaterais, de modo que a atuação brasileira na ONU, inclusive na condução dos debates sobre a partilha da Palestina, projetou o país no cenário internacional e reverberou internamente por meio da imprensa, que passou a acompanhar com atenção os desdobramentos do conflito. É a partir desse entrecruzamento entre política internacional, organismos multilaterais e mediação jornalística que esta dissertação construiu sua análise, buscando compreender como o *Correio da Manhã* (RJ) representou a Questão Palestina, a partir do momento em que a questão se internacionalizou-se, em fevereiro de 1947, com a entrega da mediação, por parte da Grã-Bretanha, à plenária das Nações Unidas.

Ao longo da investigação desenvolvida neste trabalho, que se debruçou sobre 654 notícias direta ou indiretamente relacionadas à Palestina, em um universo de 429 edições do *Correio da Manhã* (RJ) catalogadas entre fevereiro de 1947 e maio de 1948, foi possível extrair conclusões consistentes tanto acerca das representações construídas sobre a Questão Palestina quanto sobre o próprio perfil político, ideológico e editorial do periódico analisado. Trata-se, como demonstrado ao longo dessa dissertação, de um jornal inserido no circuito da grande imprensa brasileira, com ampla circulação nos centros urbanos e um público leitor diversificado, alcançado tanto pelo preço acessível de suas edições quanto pela variedade de

anúncios veiculados, que indicam interlocução também com setores de maior poder aquisitivo da sociedade brasileira da época.

Essa posição no mercado editorial permitia ao *Correio da Manhã* (RJ) atuar como mediador privilegiado entre o público leitor brasileiro e os acontecimentos internacionais. À luz desse papel, compreendemos que o noticiário internacional veiculado pelo periódico cumpria a função de integrar simbolicamente o Brasil aos grandes eventos do mundo, majoritariamente ocidental, situando seus leitores como parte de uma suposta “comunidade internacional”. Tal noção ganha força no pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo com a consolidação de organismos multilaterais dos quais o Brasil participou ativamente, desde a Liga ou Sociedade das Nações (SDN), ainda nos anos 1920, até a Organização das Nações Unidas (ONU), a partir da década de 1940. Desta forma, o consumo desse noticiário, portanto, não se restringia à informação, mas operava como um mecanismo de inserção simbólica do país na nova ordem mundial.

Além disso, o contato constante com narrativas sobre outros povos, sociedades e conflitos internacionais contribuiu para a constituição de um senso de brasilidade construído por contraste e alteridade, pois ao observar os comportamentos políticos, sociais e militares de estadunidenses, soviéticos, árabes ou judeus, o leitor brasileiro poderia ser levado a refletir, ainda que de forma mediada, sobre suas próprias referências nacionais. Nesse sentido, compreender “o outro” tornava-se um caminho indireto para compreender a si mesmo enquanto parte de uma coletividade nacional, processo esse profundamente atravessado pelas representações ideológicas produzidas e difundidas pela imprensa.

Tal mediação, contudo, não se dava de maneira neutra. O acesso ao mundo exterior por meio do noticiário internacional estava condicionado à lógica das grandes empresas do capitalismo editorial e, conseqüentemente, à ideologia burguesa nacional e internacional. No caso específico do *Correio da Manhã* (RJ), a análise realizada colabora para situar o periódico no espectro do liberalismo político da época, marcado por posições anti-comunistas, anti-getulistas, cristãs e nacionalistas. Essa orientação ideológica aproximou o jornal da União Democrática Nacional (UDN), partido que o periódico apoiou de forma explícita ao longo do período democrático inaugurado em 1945.

Para o público leitor, a repetição constante das narrativas jornalísticas e a dificuldade de verificação imediata das informações, característica central do noticiário internacional, atuavam como mecanismos fundamentais de produção e sedimentação de representações coletivas. Assim, o noticiário internacional não apenas informava, mas organizava simbolicamente o mundo social, oferecendo categorias de percepção, hierarquizações e

esquemas interpretativos que orientavam a leitura dos acontecimentos fora das fronteiras nacionais.

Desse modo, não apenas o conteúdo das notícias (re)produzidas carregava uma carga ideológica, mas o próprio processo de reprodução informacional era fruto de um trabalho consciente de edição e enquadramento, orientado pelos interesses políticos da fração da burguesia urbano-industrial responsável pela gestão e financiamento do periódico. Ainda que essa fração fosse dominante do ponto de vista econômico, ela não exercia, naquele momento, a dominação política direta do Estado, o que explica o caráter oposicionista assumido pelo *Correio da Manhã* (RJ) em relação ao PSD, partido herdeiro das estruturas administrativas do Estado Novo e apoiado por elites agrárias regionais.

Nesse contexto, a atuação do periódico pode ser interpretada à luz do conceito gramsciano de “guerra de posições”, no qual diferentes frações da elite disputam, de forma gradual e processual, espaços de direção política e moral na sociedade. O *Correio da Manhã* (RJ), ao alinhar-se à UDN, assumiu um papel ativo nessa disputa, funcionando não apenas como aparelho privado de hegemonia, mas também como um intelectual orgânico coletivo vinculado a uma fração não dominante da elite brasileira. No caso da cobertura da Questão Palestina, essa dupla função se expressou de maneira clara na construção de representações assimétricas sobre judeus e árabes, na legitimação do Estado de Israel e no silenciamento progressivo da experiência palestina, revelando como a imprensa brasileira participou ativamente da disputa simbólica em torno de um dos conflitos centrais do pós-guerra.

Recapitulando de maneira panorâmica o que foi discutido ao longo desta dissertação, observa-se que, em 1947, a cobertura do *Correio da Manhã* (RJ) sobre a Palestina revela um movimento gradual de complexificação discursiva, marcado por deslocamentos de enfoque, tensões internas e disputas interpretativas que acompanham, em tempo quase real, o agravamento da crise no território sob mandato britânico. Desde as primeiras notícias de janeiro e fevereiro, centradas nos debates sobre a partilha no âmbito das Nações Unidas, até os editoriais e colunas de opinião do último trimestre, o jornal constrói um campo narrativo atravessado por ambiguidades, no qual coexistem empatia humanitária, enquadramentos orientalistas, críticas ao imperialismo e um ceticismo profundo quanto à viabilidade de soluções soberanas imediatas.

No plano do noticiário informativo, especialmente aquele veiculado nas capas e nas páginas internacionais, verifica-se uma tendência inicial de privilegiar a questão judaica, frequentemente associada ao trauma recente da *Shoah*, à condição dos refugiados e à urgência humanitária da imigração. Esse enquadramento, embora produza uma narrativa empática em

relação ao sofrimento judaico, contribui simultaneamente para a invisibilização ou homogeneização da presença árabe palestina, que surge de forma fragmentada, ora como massa mobilizada, ora como ameaça difusa, frequentemente vinculada à violência latente. O recurso reiterado a manchetes alarmistas, à circulação de boatos e à apresentação desproporcional das capacidades militares reforça, assim, uma leitura assimétrica do conflito, mesmo quando o próprio corpo das matérias relativiza ou desmente tais alarmes.

Com o anúncio da retirada britânica e o avanço das discussões sobre a partilha, contudo, o jornal passa a conceder maior visibilidade às organizações árabes e à Liga Árabe, introduzindo novos atores e discursos no noticiário. Ainda assim, essa ampliação da cobertura não implica uma superação efetiva dos enquadramentos orientalistas, uma vez que as reações árabes continuam sendo frequentemente lidas sob a chave do expansionismo, da irracionalidade ou da violência iminente, em contraste com a apresentação mais organizada e racionalizada das estruturas políticas e paramilitares judaicas. A tematização do terrorismo, especialmente nos atentados atribuídos à *Irgun*, explicita uma contradição central: enquanto a violência judaica tende a ser contextualizada como estratégia política ou reação ao mandato britânico, a violência árabe aparece como hostilidade difusa, naturalizada e estrutural.

É nesse cenário que os espaços opiniosos do *Correio da Manhã* (RJ) assumem papel decisivo para a compreensão do periódico enquanto objeto histórico, como observa-se nos editoriais não assinados e as colunas de jornalistas como Carlos Lacerda e Miguel Chaloub, que revelam uma intensa polifonia, na qual diferentes vozes disputam o sentido do conflito palestino dentro de um mesmo jornal. Enquanto os editoriais resistem à tradução automática da causa sionista em soberania política e tendem a reconhecer, ainda que de forma implícita, os árabes como herdeiros legítimos do processo de independência, as colunas aprofundam leituras geopolíticas diversas, ora marcadas pelo ceticismo em relação às superpotências, ora atravessadas por estereótipos orientalistas persistentes.

Nesse contexto, Carlos Lacerda constrói uma análise que, embora critique o sionismo político e a partilha da Palestina, reconhece a legitimidade da questão judaica como um problema de escala mundial, recusando a responsabilização exclusiva do povo árabe por sua solução. Sua crítica ao Itamaraty, à política migratória brasileira e às grandes potências inscreve-se, ademais, nas disputas ideológicas internas do período, evidenciando como o debate sobre a Palestina funcionou também como espaço privilegiado de crítica à política externa herdada da ditadura Vargas e à atuação governista do PSD. Miguel Chaloub, por sua vez, ao idealizar o Líbano como enclave democrático e civilizado em meio ao mundo árabe,

reforça leituras hierarquizantes do Oriente Próximo, nas quais a autodeterminação aparece condicionada à proximidade com valores ocidentais.

Dessa forma, ao final de 1947, não se observa a consolidação de uma narrativa coesa sobre a Palestina, mas a exposição de um campo discursivo em permanente disputa, no qual, às vésperas de uma guerra, convivem humanitarismo seletivo, orientalismo persistente, críticas ao colonialismo e uma confiança, muitas vezes resignada, na mediação internacional da ONU. O *Correio da Manhã* (RJ), longe de oferecer uma leitura unívoca do processo que culminaria na criação do Estado de Israel, revela-se um espaço privilegiado para apreender as tensões, os limites e as contradições da imprensa brasileira diante de um conflito que, embora geograficamente distante, era percebido como central para a reconfiguração da ordem internacional do pós-guerra.

Assim, a análise do ano de 1947 permite compreender não apenas como a questão palestina foi narrada, mas também como a imprensa brasileira produziu sentidos sobre soberania, violência, refúgio e autodeterminação em um mundo marcado pela herança do colonialismo e pelos rearranjos geopolíticos do pós-Segunda Guerra Mundial. Neste trabalho, portanto, não encerramos o debate, mas buscamos estabelecer as bases analíticas necessárias para compreender os desdobramentos posteriores do conflito e a maneira pela qual esses continuariam a ser mediados, disputados e reinterpretados no espaço público brasileiro.

Outro de nossos focos de análises, a viagem de Carlos Lacerda ao Oriente Médio, realizada nos primeiros meses de 1948, constitui um momento decisivo na cobertura do *Correio da Manhã* (RJ) sobre a Palestina, não apenas pelo volume de textos produzidos, mas sobretudo pelo deslocamento narrativo que ela inaugura. Ao assumir a posição de correspondente *in loco*, Lacerda passa a reivindicar para si uma autoridade discursiva fundada na experiência direta, na observação presencial e no testemunho, diferenciando suas análises daquelas construídas a partir das agências internacionais. Esse movimento reforça a dimensão interpretativa de sua escrita e contribui para reconfigurar o estatuto da notícia, que passa a oscilar entre o relato factual, a crônica de viagem e a intervenção político-ideológica.

Ao longo dessa cobertura, observa-se uma inflexão significativa no modo como o conflito é apresentado, pois, se em 1947 predominava uma narrativa marcada pelo silenciamento ou pela homogeneização dos árabes e pela centralidade do drama judaico, especialmente sob o impacto simbólico da *Shoah* e do caso *Exodus-1947*, os textos de Lacerda introduzem uma leitura mais explicitamente geopolítica, ainda que atravessada por hierarquizações e enquadramentos problemáticos. O conflito passa a ser descrito não apenas como um impasse humanitário ou administrativo do mandato britânico, mas como o choque

entre dois projetos nacionais inconciliáveis, inseridos em uma arena internacional mais ampla, na qual atuam interesses imperiais, estratégicos e ideológicos.

Nesse processo, a Palestina deixa de figurar exclusivamente como espaço abstrato de disputa diplomática ou como palco de violência episódica e passa a ser representada como território concreto, tensionado por deslocamentos populacionais, mobilizações armadas e fraturas políticas internas ao mundo árabe. Ainda assim, essa maior densidade descritiva não implica uma simetrização efetiva das representações, já que enquanto o projeto sionista é frequentemente apresentado como organizado, moderno e estrategicamente eficiente, os árabes continuam sendo inscritos majoritariamente sob o signo da desarticulação, da divisão interna e da incapacidade militar, imagem que se intensifica à medida que se aproxima o momento da partição.

A presença de Lacerda no Oriente Médio também contribui para consolidar uma narrativa de inevitabilidade da criação do Estado de Israel, neste sentido, ao enfatizar a preparação militar judaica, a mobilização social e a fragilidade das articulações árabes, suas crônicas ajudam a naturalizar o desfecho que se anunciava, deslocando o foco das responsabilidades coloniais britânicas e da própria ONU para uma leitura que privilegia a lógica do fato consumado. Desta forma, a viagem opera como um dispositivo de fechamento interpretativo, no qual o conflito deixa de ser apresentado como passível de mediação política e passa a ser compreendido como resultado inexorável de forças históricas assimétricas.

Entre os meses de fevereiro e maio de 1948, a cobertura do *Correio da Manhã* (RJ) sobre a Palestina atinge seu momento de maior densidade narrativa e de definição interpretativa. Nesse intervalo, o noticiário abandona progressivamente o registro da incerteza diplomática e da administração colonial em colapso para assumir uma linguagem marcada pela iminência do confronto armado, pela hierarquização explícita das forças em disputa e pela construção de um horizonte de inevitabilidade em torno da criação do Estado de Israel. As notícias passam a articular, de forma cada vez mais integrada, diplomacia internacional, preparação militar e episódios de violência localizada, compondo um quadro no qual a guerra se apresenta não como possibilidade, mas como desfecho anunciado.

Ao longo desse período, observa-se uma acentuação do enquadramento assimétrico entre judeus e árabes, de modo que o noticiário insiste na organização, na disciplina e na capacidade militar das forças judaicas, frequentemente descritas como mobilizadas, eficientes e estrategicamente preparadas, enquanto os árabes palestinos e os Estados vizinhos são reiteradamente representados sob o signo da desarticulação, da divisão política e da fragilidade operacional. Tal contraste não apenas antecipa simbolicamente o resultado do

conflito, como também contribui para naturalizar a derrota árabe antes mesmo de sua consumação, operando uma narrativa de deslegitimação preventiva da resistência palestina.

Nesse processo, a violência assume um papel central na economia discursiva do jornal, tendo informado os atentados, combates e ações armadas, que deixam de ser tratados como eventos isolados e passam a ser inscritos em uma lógica de escalada contínua, na qual a força se apresenta como linguagem dominante da política. Ainda que o periódico registre episódios de violência praticados por grupos judeus, estes tendem a ser contextualizados como respostas estratégicas ou como parte de um conflito maior, enquanto a violência árabe aparece com frequência associada à irracionalidade, ao fanatismo ou à ameaça difusa à ordem regional e, assim, o noticiário contribui para estabelecer uma gramática moral que organiza o conflito em termos de legitimidade desigual.

Paralelamente, a cobertura da atuação da ONU e da retirada britânica reforça a percepção de um vazio de poder e de uma transferência incompleta de responsabilidades. A mediação internacional, inicialmente apresentada como solução possível, passa a figurar como instância impotente diante da radicalização dos acontecimentos, ao passo que a Grã-Bretanha se retira simbolicamente do conflito ao atribuir seu fracasso à suposta incapacidade de convivência entre as populações locais. Esse enquadramento desloca o foco das estruturas coloniais que moldaram o conflito para uma narrativa que privilegia antagonismos imediatos, obscurecendo as continuidades históricas da dominação imperial.

À medida que se aproxima o mês de maio, a fundação do Estado de Israel emerge no noticiário como coroamento lógico de todo o processo narrado nos meses anteriores. O evento é apresentado menos como ruptura traumática e mais como consolidação de uma realidade já construída no plano militar, político e simbólico e, em contrapartida, o deslocamento forçado da população árabe palestina, a desagregação social e territorial e o início da Nakba aparecem de forma fragmentada, diluída em meio às descrições da guerra e à ênfase no nascimento do novo Estado, sem que se constituam como eixo central de problematização.

Dessa forma, ao encerrar sua cobertura do período que vai de fevereiro à fundação de Israel, o *Correio da Manhã* (RJ) contribui para fixar um conjunto de representações que atravessam toda a dissertação, com a criação de Israel como desfecho inevitável do pós-guerra, a Palestina como espaço de conflito insolúvel e os árabes como sujeitos derrotados antes mesmo de serem plenamente reconhecidos enquanto vítimas de um processo de despossessão em larga escala. Entre a promessa de uma nova ordem internacional e a persistência das lógicas coloniais, o jornal não apenas narra o nascimento de um Estado, mas participa da construção simbólica de uma catástrofe silenciosa. Assim, enquanto Israel nasce

nas páginas do *Correio da Manhã* (RJ) sob o signo da realização histórica, a *Nakba* se inscreve nas entrelinhas, fragmentada e normalizada, revelando como a imprensa brasileira do pós-guerra ajudou a legitimar, representar e dar sentido a um dos conflitos mais duradouros do século XX.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas:

- ABREU, Marcelo de Paiva. O processo econômico. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Olhando para dentro (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. v. 4, p. 179-227.
- AREAS, Daiana Maciel. *O governo JK nas páginas do Correio da Manhã (1956-1961)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo-RJ, 2013.
- AZÉMA, Jean-Pierre. A guerra. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 401-440.
- BARROS, José D'Assunção. *O Jornal como Fonte Histórica*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.
- BERMAN, Marshall. Introdução: Modernidade — Ontem, Hoje e Amanhã. In: BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1986. pp. 15-36.
- BIGER, Gideon. *The Boundaries of Modern Palestine, 1840–1947*. Nova York-US: RoutledgeCurzon, 2004.
- BILGIN, Pinar. Whose 'Middle East'? Geopolitical Inventions and Practices of Security. In: *International Relations*, SAGE Publications, Londres: Vol. 18, nº 1, 2004, p.17-33.
- BLACK, Ian. *Enemies and Neighbors: Arabs and Jews in Palestine and Israel, 1917–2017*. Londres: Penguin, 2017.
- CARDOSO, Elizabeth Dezouzart. A invenção da Zona Sul: Origens e difusão do topônimo Zona Sul na geografia carioca. *GEOgraphia*, v. 11, n. 22, p. 37-58, 8 fev. 2011.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília-DF: Editora UnB, 2012.
- CESARANI, David. *The Holocaust: A New History*. Londres: Penguin, 2017.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Florianópolis-SC: Letras Contemporâneas, 2020.
- CHARRONE, João Paulo. *Construindo a hegemonia na alta idade média: Gregório Magno e as monarquias no Ocidente*. 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2017.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a História entre as incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. MOSES, Herbert. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moses-herbert>. Acesso em: 11 maio 2025.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. REGO, Pedro da Costa. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rego-pedro-da-costa>.

Acesso em: 27 maio 2025.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. LACERDA, Carlos Frederico Werneck. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. Disponível em:

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-frederico-werneck-de-lacerda>. Acesso em: 01 agosto 2025.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, PUC, nº 35, pp. 253-270, 2007.

DARNTON, Robert. ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

DAWISHA, Adeed. *Arab nationalism in the twentieth century*. Princeton, New Jersey-US: Princeton University Press, 2018.

DE LUCA, Tania Regina. A Grande Imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

DI TELLA, Torcuato. *História social da Argentina contemporânea*. Brasília: FUNAG, 2017.

DORATTIOTO, Francisco Fernando Monteoliva; VIDIGAL, Carlos Eduardo. *História das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo-SP: Editora Saraiva, 2014.

FIGUEIREDO, Anna Cristina C. M. “*Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*”: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1998.

FILIU, Jean-Pierre. *Uma História Secular do Oriente Médio: do ano 395 aos nossos dias*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 5: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HOBBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

KHALIDI, Rashid. *The Iron Cage: The Story of the Palestinian Struggle for Statehood*. Londres-UK: Oneworld, 2023.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LAQUEUR, Walter. *A History of Zionism*. Nova York-US: Schocken Books, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LOUIS, Wm. Roger. *Ends of British Imperialism*. New York: I.B.Tauris & Co Ltd, 2006.

MACIEL, Marcello Silva; BONI, Paulo César. O vale da sombra da vida: reflexões sobre a fotografia de guerra e suas repercussões. *Discursos fotográficos*, Londrina, v.2, n.2, p. 93-110, 2006.

MARX, Karl. FRIEDRICH, Engels. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

METCALF, Barbada D.; METCALF, Thomas R. *A Concise History of Modern India*. Nova York-US: Cambridge University Press, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo-SP: Editora Perspectiva, 2002.

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores Sindicatos e Política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ORTIZ, Renato. Notas sobre Gramsci e as Ciências Sociais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, n 62, pp. 95-103, Out. 2006.

OSTROWER, Fayga. *Universos da Arte*. Rio de Janeiro-RJ: Editora Campus, 2000.

PELEIAS, Ivam R.; SEGRETI, João B.; SILVA, Glauco P. da; CHIROTTO, Amanda R. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo, USP, Edição 30 anos de doutorado, pp. 19-32, Jun. 2007.

POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo-SP: Editora Unesp, 2003.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã – compromisso com a verdade*. Caderno de Comunicação: Série Memória. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2001.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, 2000.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa nos anos de 1950. *Estudos Históricos*, n. 31, 2003, p. 01-27.

ROGAN, Eugene. *Os árabes, uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SAID, Edward W. *Orientalismo, o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2007.

SAID, Edward W. *A Questão da Palestina*. São Paulo-SP: Editora da Unesp, 2011.

SALEM, Helena. *O que é questão Palestina*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A agonia europeia e a gestação da nova ordem internacional. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *História das Relações Internacionais contemporâneas*. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

SCHMITT, Rogério Augusto. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 2001.

SILVA, Renato Pereira da. *Imprensa e política: o governo Goulart nas páginas do Correio da Manhã (1961-1964)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2015.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. *A operação midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação*. 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Flávia Fernandes. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*. 2017. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2017.

TAVARES, Maria da Conceição. O Processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina: o caso do Brasil. In: CORRÊA, Vanessa Petrelli; SIMIONI, Mônica (Orgs.). *Desenvolvimento e igualdade: Maria da Conceição Tavares*. Rio de Janeiro-RJ: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2011. pp. 47-150.

Documentais:

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. *IBOPE: Inventário*. 2007. Campinas, SP: Arquivo Edgard Leuenroth, IFCH, Unicamp, 2007. Disponível em: <<https://ael.ifch.unicamp.br/node/385>>. Acesso em: 22 Mai. 2025.

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. *IBOPE: Serviço de Controle de Venda Avulsa de Jornais*. 1951. Notação: JR 002, 185p. Campinas, SP: Arquivo Edgard Leuenroth, IFCH, Unicamp, 1951. Disponível em: <<https://ael.ifch.unicamp.br/node/385>>. Acesso em: 22 Mai. 2025.

Jornalísticas:

A BATALHA das armas: dois mercados negros na Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16323, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 20 Jan. 1948.

A COLÔNIA libanesa do Rio e de Niterói oferecerá um avião de treinamento avançado à mocidade de Cuiabá. *O Jornal*, Ed. 7017, p. 05. Rio de Janeiro - RJ, 24 Abr. 1942.

A FEDERALIZAÇÃO da Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16115, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 20 Mai. 1947.

A FONTE de tapetes persas verdadeiros. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 11. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

A GUERRA austro-sérvia. *Correio da Manhã*, Ed. 5633, p. 01, Capa. Rio de Janeiro - RJ, 28 de Jul. 1914

A IMPRENSA e o Itamaraty. *Correio da Manhã*, Ed. 17113, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 31 Dez. 1948.

A INGLATERRA acusada de favorecer os judeus. *Correio da Manhã*, Ed. 16045, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 25 Fev. 1947.

A INGLATERRA devolverá o mandato sobre a Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16227, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 27 Set. 1947.

A PARTILHA da Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16283, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 02 Dez. 1947.

A PAZ mundial será conseguida. *Correio da Manhã*, Ed. 16308, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 01 Jan. 1948.

AGRAVA-SE a situação na Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16191, p. 10. Rio de Janeiro - RJ, 15 Ago. 1947.

AMANHÃ, dia de luto e protesto dos israelitas: pela repatriação dos passageiros do "Exodus-1947". *Correio da Manhã*, Ed. 16204, p. 03. Rio de Janeiro - RJ, 31 Ago. 1947.

AMEAÇA de crise política na Inglaterra. *Correio da Manhã*, Ed. 16175, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 29 Jul. 1947.

ANEL de aço em torno da Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16238, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 10 Out. 1947.

AS DESPEDIDAS de Júlio Dantas. *Correio da Manhã*, Ed. 17217, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 06 Mai. 1949.

AS LOJAS macahenses estão distribuindo as cédulas dos Sorteios Gratuitos Diários Associados. *O Jornal*, Ed. 6470, p. 11. Rio de Janeiro - RJ, 13 Jul. 1940.

ASSASSINADO em Jerusalém o Conde Bernadotte. *Correio da Manhã*, Ed. 17026, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 18 Set. 1948.

ATENTADO de terroristas judeus contra uma refinaria. *Correio da Manhã*, Ed. 16308, p. 16, verso. Rio de Janeiro - RJ, 01 Jan. 1948.

ATMOSFERA de guerra na Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16903, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 27 Abr. 1948.

BATALHA de quatro horas na Terra Santa. *Correio da Manhã*, Ed. 16353, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 26 Fev. 1948.

BEVIN explica a posição inglesa em relação à Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16041, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 20 Fev. 1947.

BRASIL convoca Conselho de Segurança da ONU após ataques do Hamas. *Jornal Hoje*, TV Globo, Rio de Janeiro - RJ, 08 de Outubro de 2023. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/12009393/>>. Acesso em: 18 Out. 2023.

CANCELADO o registro do Partido Comunista. *Correio da Manhã*, Ed. 16105, p. 12. Rio de Janeiro - RJ, 08 Mai. 1947.

CARLOS Lacerda a caminho do Cairo. *Correio da Manhã*, Ed. 16332, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 30 Jan. 1948.

CARNAVAL. *Correio da Manhã*, Ed. 16040, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 16 Fev. 1947.

CESSOU o fogo em Jerusalém. *Correio da Manhã*, Ed. 16912, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 08 Mai. 1948.

CHALOUN, Miguel. A influência inglesa no Oriente Próximo. *Correio da Manhã*, Ed. 16276 p. 04. Rio de Janeiro - RJ, 23 Nov. 1947.

CHALOUN, Miguel. O Brasil, a ONU e o Oriente Próximo. *Correio da Manhã*, Ed. 16249, p. 04. Rio de Janeiro - RJ, 23 Out. 1947.

COMANDOS árabes invadem a Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16315, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 10 Jan. 1948.

CONTADOR. *Correio da Manhã*, Ed. 16919, p. 14, classificados. Rio de Janeiro - RJ, 16 Mai. 1948.

COPACABANA — Vende-se um apartamento à rua Raymundo Corrêa. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 09, classificados. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

CORREIO da Manhã. *Correio da Manhã*, Ed. 01, p. 01, Editorial, Capa. Rio de Janeiro - RJ, 15 Jun. 1901.

CORREIO da manhã S/A. *Correio da Manhã*, Ed. 20270, p. 34, Relatório da Diretoria. Rio de Janeiro - RJ, 26 Abr. 1959.

COSINHEIRA. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 08, classificados. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

CRITICADA a atitude de Perón em relação à imprensa. *Correio da Manhã*, Ed. 17044, p. 03. Rio de Janeiro - RJ, 09 Out. 1948.

DA TRIBUNA da imprensa à tribuna na Câmara. *Correio da Manhã*, Ed. 16001, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 01 de Jan. 1947.

DANTAS, Júlio. Espírito gentil. *Correio da Manhã*, Ed. 06577, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 26 Fev. 1917.

DESEMBARCADOS à força os judeus do Exodus. *Correio da Manhã*, Ed. 16211, p. 07. Rio de Janeiro - RJ, 09 Set. 1947.

DIVISÃO da Palestina ou entrega da questão às Nações Unidas. *Correio da Manhã*, Ed. 16025, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 30 Jan. 1947.

DR. Antônio Leão Veloso. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

EDMUNDO Bittencourt. *Correio da Manhã*, Ed. 15019, p. 01, Capa. Rio de Janeiro - RJ, 17 Out. 1943.

EMBAIXADA extraordinária de Júlio Dantas. *Correio da Manhã*, Ed. 17191, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 05 Abr. 1949.

ENCERRA-SE a Assembleia Geral Extraordinária. *Correio da Manhã*, Ed. 16112, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 16 Mai. 1947.

ENTRAM em ação as forças britânicas. *Correio da Manhã*, Ed. 16906, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 30 Abr. 1948.

ENTREGOU credenciais o embaixador Júlio Dantas. *Correio da Manhã*, Ed. 17203, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 20 Abr. 1949.

ENTREGUE à O.N.U. a questão da Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16039, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 15 Fev. 1947.

EXPORTE e importe suas encomendas via Air France. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 11. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

FECHADOS três jornais argentinos. *Correio da Manhã*, Ed. 17421, p. 01, Capa. Rio de Janeiro - RJ, 31 Dez. 1949.

FORÇAS judaicas ocupam Haifa. *Correio da Manhã*, Ed. 16900, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 23 Abr. 1948.

FÔSSO intransponível entre árabes e judeus. *Correio da Manhã*, Ed. 16110, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1947.

GUERREIAM falando em trégua. *Correio da Manhã*, Ed. 16935, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 04 Jun. 1948.

GRUPOS árabes invadem a Palestina. *Correio da Manhã*, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 05. Fev. 1948.

HAYERÁ novas execuções. *Correio da Manhã*, Ed. 16089, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 18 Abr. 1947.

HOLLINGWORTH, Clare. O Exército Árabe de Libertação. *Correio da Manhã*, Ed. 16396, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 16 Mar. 1948.

IMPORTAÇÃO do papel de imprensa. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

INEFICAZ a lei marcial na Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16071, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 27 Mar. 1947.

INEXEQUÍVEL, no momento, o plano de partilha da Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16877, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 26 Mar. 1948.

INFORMAÇÕES úteis. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 07. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

INSULTO. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

ISRAEL. *Correio da Manhã*, Ed. 16248, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 22 Out. 1947.

JATOS d'água e casse-têtes. *Correio da Manhã*, Ed. 16212, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 10 Set. 1947.

JIDAH. *Correio da Manhã*, Ed. 16284, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 03 Dez. 1947.

JUDEUS e árabes. *Correio da Manhã*, Ed. 16310, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 01 Jan. 1948.

LACERDA, Carlos. A cidade dos mortos. *Correio da Manhã*, Ed. 16347, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 19 Fev. 1948.

LACERDA, Carlos. A Palestina e o Brasil. *Correio da Manhã*, Ed. 16345, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 17 Fev. 1948.

LACERDA, Carlos. A revolta no mundo árabe. *Correio da Manhã*, Ed. 16240, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 12 Out. 1947.

LACERDA, Carlos. Ao Brasil ou a ninguém. *Correio da Manhã*, Ed. B16873, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 21 Mar. 1948.

LACERDA, Carlos. As chocadeiras. *Correio da Manhã*, Ed. 16879, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 30 Mar. 1948.

LACERDA, Carlos. As razões dos árabes (I). *Correio da Manhã*, Ed. 16242, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 15 Out. 1947.

LACERDA, Carlos. As razões dos árabes (II). *Correio da Manhã*, Ed. 16243, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 16 Out. 1947.

LACERDA, Carlos. Azzan Pasha tem algo a dar ao mundo. *Correio da Manhã*, Ed. 16350, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 22 Fev. 1948.

LACERDA, Carlos. "Carta de um pai a um soldado inglês na Palestina" (o ponto de vista judeu por Arthur Koestler). *Correio da Manhã*, Ed. 16202, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 29 Ago. 1947.

LACERDA, Carlos. Da "experiência" à realidade. *Correio da Manhã*, Ed. 16351, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 24 Fev. 1948.

LACERDA, Carlos. Falta ao Brasil uma política. *Correio da Manhã*, Ed. 16355, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 28 Fev. 1948.

LACERDA, Carlos. General não quis falar. *Correio da Manhã*, Ed. 16874, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 23 Mar. 1948.

LACERDA, Carlos. Guerra prematura e guerra entre os outros. *Correio da Manhã*, Ed. 16352, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 25 Fev. 1948.

LACERDA, Carlos. Jogando fora um amigo certo. *Correio da Manhã*, Ed. 16353, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 26 Fev. 1948.

LACERDA, Carlos. Laranjas contra gasolina. *Correio da Manhã*, Ed. 16872, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 19 Mar. 1948.

LACERDA, Carlos. Nascimento da multidão. *Correio da Manhã*, Ed. 16346, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 18 Fev. 1948.

LACERDA, Carlos. Nossos vizinhos, o mundo. *Correio da Manhã*, Ed. 16343, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 14 Fev. 1948.

LACERDA, Carlos. O depoimento do Mufti. *Correio da Manhã*, Ed. 16876, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 25 Mar. 1948.

LACERDA, Carlos. O maior segredo do Líbano. *Correio da Manhã*, Ed. 16878, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 28 Mar. 1948.

LACERDA, Carlos. O Oriente Médio e a reconstrução. *Correio da Manhã*, Ed. 16370, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 17 Mar. 1948.

LACERDA, Carlos. O petróleo e a partilha. *Correio da Manhã*, Ed. 16368, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mar. 1948.

LACERDA, Carlos. O verdadeiro Mufti de Jerusalém. *Correio da Manhã*, Ed. 16366, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 12 Mar. 1948.

LACERDA, Carlos. Oleodutos, para quê vos quero?. *Correio da Manhã*, Ed. 16371, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 18 Mar. 1948.

LACERDA, Carlos. Os bombeiros incendiários. *Correio da Manhã*, Ed. 16320, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 16 Jan. 1948.

LACERDA, Carlos. Os cristãos e a Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16367, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 13 Mar. 1948.

LACERDA, Carlos. Pede-se não fumar. *Correio da Manhã*, Ed. 16369, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 16 Mar. 1948.

LACERDA, Carlos. Seis pontos para uma política do Brasil no Oriente Médio. *Correio da Manhã*, Ed. 16363, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 09 Mar. 1948.

LACERDA, Carlos. Uma solução pacífica. *Correio da Manhã*, Ed. 16354, p. 02, coluna Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro - RJ, 27 Fev. 1948.

LANÇARAM uma bomba sobre a multidão árabe. *Correio da Manhã*, Ed. 16313, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 08 Jan. 1948.

LEI marcial na Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16051, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 04 Mar. 1947.

MANIFESTAÇÕES anti-judaicas na Inglaterra. *Correio da Manhã*, Ed. 16181, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 05 Ago. 1947.

MANIFESTAÇÕES anti-semitas na Grã-Bretanha. *Correio da Manhã*, Ed. 16180, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 03 Ago. 1947.

MIL judeus e árabes mortos. *Correio da Manhã*, Ed. 16350, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 22 Fev. 1948.

MORREU Paulo Bittencourt. *Correio da Manhã*, Ed. 21574, p. 01, Capa. Rio de Janeiro - RJ, 03 Ago. 1963.

MORTICÍNIO na Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16307, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 31 Dez. 1947.

MOVIMENTOS árabes nas fronteiras da Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16239, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 11 Out. 1947.

NA PALESTINA as coisas vão maravilhosamente. *Correio da Manhã*, Ed. 16094, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 24 Abr. 1947.

NA TRIBUNA da imprensa. *Correio da Manhã*, Ed. 17213, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 01 Mai. 1949.

NÃO afetar a nossa retirada. *Correio da Manhã*, Ed. 16875, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 24 Mar. 1948.

NÃO haverá guerra porque não existe união entre os árabes. *Correio da Manhã*, Ed. 16283, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 02 Dez. 1947.

NEM estado judaico, nem árabe. *Correio da Manhã*, Ed. 16147, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 26 Jun. 1947.

NENHUM temor quanto ao Oriente Médio. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

NO DRAMA da Palestina: resistiram inutilmente à abordagem dos navios britânicos. *Correio da Manhã*, Ed. 16167, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 19 Jul. 1947.

O CONSUMO de papel de imprensa. *Correio da Manhã*, Ed. 17333, p. 04, Coluna Tópicos & Notícias. Rio de Janeiro - RJ, 17 Set. 1949.

O FALECIMENTO de Costa Rego. *Correio da Manhã*, Ed. 18797, p. 1, Capa. Rio de Janeiro - RJ, 06 Jul. 1954.

O PROBLEMA da Palestina. *Correio da Manhã*, Ed. 16046, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 26 Fev. 1947.

O REI da Transjordânia contra o comitê árabe. *Correio da Manhã*, Ed. 16915, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 12 Mai. 1948.

OS ÁRABES preparam-se também para a batalha da partilha. *Correio da Manhã*, Ed. 16344, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 15 Fev. 1948.

OS BRITÂNICOS abandonam Haifa. *Correio da Manhã*, Ed. 16899, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 22 Abr. 1948.

PARA que a imprensa continue a realizar seu programa. *Correio da Manhã*, Ed. 16262, p. 03. Rio de Janeiro - RJ, 07 Nov. 1947.

PENÚRIA mundial de papel de imprensa. *Correio da Manhã*, Ed. 16367, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 13 Mar. 1948.

POPE, Margaret. O drama dos refugiados árabes. *Correio da Manhã*, p. 02. Rio de Janeiro - RJ, 13. Ago. 1948.

PROBLEMAS do papel de imprensa. *Correio da Manhã*, Ed. 15432, p. 04, Coluna Economia & Finanças. Rio de Janeiro - RJ, 23 Fev. 1945.

PROSSEGUE a luta na Palestina. *Correio da Manhã*, Capa, p. 1. Rio de Janeiro - RJ, 23 de Maio. 1948.

QUASI uma batalha naval. *Correio da Manhã*, Ed. 6292, p. 01, Capa. Rio de Janeiro - RJ, 17 de Mai. 1916.

RENDIÇÃO de Jaffa aos judeus. *Correio da Manhã*, Ed. 16917, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

SEDE da ONU. *Correio da Manhã*, Ed. 15785, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 19 Abr. 1946.

SERÃO devolvidos à Europa. *Correio da Manhã*, Ed. 16169, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 22 Jul. 1947.

SERÃO executados hoje três judeus terroristas. *Correio da Manhã*, Ed. 16175, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 29 Jul. 1947.

TELEGRAMMAS. *Correio da Manhã*, Ed. 01, p. 01, Seção Telegrammas. Rio de Janeiro - RJ, 15 Jun. 1901.

TELEGRAMMAS. *Correio da Manhã*, Ed. 40, p. 03, Seção Telegrammas. Rio de Janeiro - RJ, 27 Jul. 1901.

TENTARAM sequestrar o chefe de polícia judeu de Tel Aviv. *Correio da Manhã*, Ed. 16331, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 29 Jan. 1948.

VENDA avulsa. *Jornal do Brasil*, Ed. 111, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 14 Mai. 1948.

VIOLENTA reação ao discurso de Bevin. *Correio da Manhã*, Ed. 16047, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 27 Fev. 1947.

VOLTA o terror. *Correio da Manhã*, Ed. 16229, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 30 Set. 1947.

VOTO de censura ao governo. *Correio da Manhã*, Ed. 16059, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 13 Mar. 1947.

Oficiais:

BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.670 de 15 de julho de 1943*. Prorroga a vigência da tabela de salário mínimo e dá outras providências. Rio de Janeiro, DF: Diário Oficial da União, 1943.